

**Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**

Rodrigo Gomes Lobo

Processos de socialização em jornalismo: adestrando “focas” ou treinando *trainees*.

**São Paulo
2010**

**Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**

Processos de socialização em jornalismo: adestrando “focas” ou treinando *trainees*.

Rodrigo Gomes Lobo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de mestre em Antropologia.

Orientadora: Heloísa Buarque de Almeida

São Paulo

2010

O jornal e suas metamorfoses

Um senhor pega um bonde após comprar o jornal e pô-lo debaixo do braço. Meia hora depois, desce com o mesmo jornal debaixo do mesmo braço.

Mas já não é o mesmo jornal, agora é um monte de folhas impressas que o senhor abandona num banco de praça.

Mal fica sozinho na praça, o monte de folhas impressas se transforma outra vez em jornal, até que um rapaz o descobre, o lê, e o deixa transformado num monte de folhas impressas.

Mal fica sozinho no banco, o monte de folhas impressas se transforma outra vez em jornal, até que uma velha o encontra, o lê e o deixa transformado num monte de folhas impressas. A seguir, leva-o para casa e no caminho aproveita-o para embrulhar um molho de celga, que é para o que servem os jornais após essas excitantes metamorfoses.

Julio Cortazar

Resumo: Como um profissional iniciante se torna um jornalista? Como tais profissionais definem o que é jornalismo? O que os capacita a exercerem suas atividades e confirma seu estatuto de jornalistas? Quais os outros agentes e agências envolvidos nesse processo? O presente trabalho discute essas questões a partir de dois cursos de jornalismo oferecidos por empresas paulistanas que atuam com foco no jornalismo impresso diário empresarial. Pretende-se, através de entrevistas e da etnografia desses dois espaços de socialização, analisar as visões de mundo e as concepções de conhecimento implicadas nesses contextos de aprendizagem que engendram matrizes de percepção, ação e apreciação da realidade em que estão entremeados diversos interesses vitais: políticos, mercadológicos, jornalísticos.

Palavras-chave: antropologia da mídia, jornalismo, mídia impressa, aprendizagem, *habitus*

Abstract: How do beginners turn into journalists? How do they define what is journalism? What enables them to carry out their activities and confirm their status as journalists? Which are other agents and agencies involved in this process? This thesis discusses these issues from two journalism courses offered by companies that operate in São Paulo, focusing on daily print journalism. Through interviews and ethnography of these two spaces of socialization, this work intends to analyze the worldviews and conceptions of knowledge involved in such learning contexts. Those types of knowledge engender matrices of perception, action and assessment of the reality in which are imbedded several vital interests: political, marketing, journalism.

Keywords: anthropology of media, journalism, print media, learning, *habitus*

Conteúdo

Agradecimentos.....	6
Introdução.....	14
Empresas e diploma.....	36
“Falar mal”: atritos em campo.....	59
Redação, Missão, “Faro” para “Furos” e Tecnologias.....	91
Positivismo, Patrocínio e Público.....	147
Conclusão.....	173
Bibliografia	178

AGRADECIMENTOS

Foi penoso encontrar um estado de gratidão para essa pesquisa. Foi difícil aceitar esse pequeno trabalho como uma tarefa que detinha uma importância e um lugar nesse mundo e na minha minúscula história de vida. Falei muito mal de meu trabalho (só por isso os ouvidos de meus amigos merecem honrosa menção). Demorei a enxergar os modestos contornos do que estava fazendo e acolhê-los como uma ínfima vitória, que, no entanto, merece comemoração por ser um passo primeiro de uma caminhada que desejo longa. Não é sempre na vida que se pode comemorar. As pequenas conquistas são raras e desmerecê-las pode surtir o efeito azaroso de espantá-las.

Muito do que escrevi aqui se deu por meio de transformações doloridas em mim que, para olhos acostumados com questões em proporção de enormidades, soam mesquinaria. E eu me pensava mesquinho: para além da óbvia auto-justificativa de ser um “simples” mestrado, escritura de quem começa a se imaginar antropólogo, não via muita valia nos meus intentos. Parecia que eu prolongava ou multiplicava o erro mais fatal de auto-engano que já cometi contra mim: fiz a escolha de caminhar pelo jornalismo, e por considerar uma má escolha, caminhei sem fôlego devido. Não era esse meu desejo. Pude trilhar outras paragens e encontrar um porto desejado de me envolver inteiro. A antropologia se arranjou em mim como algo que me demoveu da persistência de continuar perdido. Minha estranheza tinha companhias indígenas desapercibidas. Tive que me esforçar para pôr-me atento e deixar fluir esse meu pesadelo de adolescente deslocado para amadurecer extenuante em questão que se preste a alguma serventia. O contraditório da minha história foi isso: não estava “fugindo” do jornalismo? Por que voltar-me para ele? O meu querer estava fascinado pelas descobertas e surpresas de leituras relatando bruxarias, botando as certezas sólidas para correr. Não era melhor me embrenhar na floresta, falar outra língua, percorrer léguas, me isolar em ilhas? Meus propósitos pareciam despropositados: mas exótico era o que me rodeava próximo de ocidente, coisa de ir até a esquina. Imagino hoje que a invenção que criei de pesquisar jornalismo foi-me necessária para burilar minhas arrogâncias, minhas ganâncias, meu passado tateante de erros desastrosos. Foi bom para me perdoar, que tantas vezes nos destratamos com sarcasmo no nosso íntimo dialogar conosco mesmo.

Grande tentação me passou pela cabeça a maior parte do tempo: escrever alguma formalidade vã, preencher esse espaço em branco com agradecimentos mal

agradecidos. Essa pesquisa me enche de dúvidas, inibições, vergonhas de portar o papel do ridículo. Em muitos momentos o trabalho continuou por pressões de financiamento, por persistência vacilante, pela falta de coragem de assumir a possibilidade de uma segunda má escolha, pela certeza que poucos olhos passarão por essas linhas num futuro de traças e pó e esquecimento nas prateleiras da biblioteca. Tive muito medo de agradecer as pessoas que me ajudaram: cogitava expô-las à humilhação ao denominar um vínculo com um trabalho medíocre que não levanta muitas lisonjas. Esse fantasma ainda me atormenta a ponto de ser irresistível não pedir perdão acaso alguma ofensa se apresente. O que eu quero aqui é fazer uma alegria para as pessoas citadas. Uma estranha forma de carinho: fixar nomes numa folha de papel. Mas esse espaço desajeitado existe. E é importante alimentá-lo. Exercemos na academia muito arrojo de batalha, de crítica severa, de impor resguardos na revelação das fraquezas. E pouca gratidão. Grande ironia, no final os agradecimentos são a parte mais lida e lembrada pelas pessoas importantes ao nosso lado. É bom que seja assim. Reconhecer isso não me exalta de repúdio. Me bota humilde.

Agradeço minha orientadora Heloísa Buarque de Almeida. Foi generoso seu ato de confiança num moleque de cabelos compridos que só conhecia de conversar na entrevista (sempre nervosa e embaraçosa) da seleção de mestrado. O suporte nos momentos críticos da pesquisa foi fundamental, principalmente nas duras mensagens trocadas para que o trabalho de campo fosse concretizado com respaldo que espantasse as barreiras colocadas por pessoas pouco dispostas a me aceitar. Menciono (para não edulcorar falso as belezas difíceis) a confluência complicada na relação de orientação, feita de desencontros de solidões necessárias mas também de conversas e escutas de rearranjos com alívios. Espero extrair-lhe algum orgulho, compreensivo das minhas limitações.

Agradeço a professora Heloísa Pontes pelos apontamentos colocados na qualificação e pelas formidáveis aulas na Unicamp. Ela tem muita culpa pelo encanto que vejo nas páginas que leio.

Agradeço ao Alexandre Bergamo pela generosidade de participar da minha banca de qualificação vindo de longe. Graças ao seu trabalho não me senti o único ser no universo das Ciências Sociais a se interessar pelo jornalismo. Vi também o quanto ainda me falta crescer pela qualidade de seus escritos.

Agradeço a professora Fernanda Peixoto, a professora Marta Amoroso e o professor John Dawsey: sem a aula deles esse trabalho seria impossível.

Agradeço a Fapesp (essa sigla-fantasma generosa) pela bolsa concedida que me permitiu realizar esse trabalho com a tranqüilidade necessária e participar de congressos. Também foi importante o estímulo elogioso e anônimo de seu parecerista.

Agradeço a todos os participantes do projeto temático “Formação do Campo Intelectual e da Indústria Cultural no Brasil Contemporâneo” pelas discussões e idéias.

Agradeço a todos os que passaram pelas edições 17 e 18 da revista Cadernos de Campo. A saudade me enche pesado quando relembro das segundas-feiras pela manhã.

Agradecimento urgente: as pessoas que compartilharam do teto e da vida durante o período dessa pesquisa. Amigos que tanto maltratei com minhas exaltações em discussões fúteis sobre computadores quebrados e o menino Sean. Amigos que me perdoaram em todas as vezes que errei. E foram muitas. Eles que me fortaleceram nos desânimos extremados. Esse trabalho só se finalizou pelo carinho dessas pessoas. Memórias que se perdem na infância. Futuro que se projeta entre risadas com barrigas e calvícies: estamos envelhecendo juntos. Tenho muita honra disso.

Agradeço a Pedro Cruz Goitein amigo-irmão que enfrentou comigo o desprezo da especulação imobiliária e o desalento de um mundo com pouco jazz e muito improvisado. Sábio marrento de muitos aforismos (“a vida é uma várzea”). Cheguei a queimar seu braço. Mas juro que não foi premeditado.

Agradeço a Renato Dona Pinhati, amigo-irmão que me ensinou a filosofia Jedi apesar de debandar para o lado negro da força. O melhor contador de histórias que já vi em ação. Aprendi muito do submundo das mídias televisivas com esse expert inusitado. Eu o ameço com fâisca de isqueiro. Ele faz piadas pesadas com os estudos da antropologia.

Agradeço a Eduardo Cordeiro Ronchezal (letra “d” na minha agenda: de “Dú”) amigo-irmão de ligar no meio da tarde só pelo prazer da conversa e da piada “diverthida”. De deixar preocupações quando já tarde da noite resolvia ir embora.

Agradeço ao amigo Fernando Marques, cover de Obama, pelas músicas inventadas aos risos e sopetões e pelas suas birutices de ficar de cueca na sala.

Agradeço ao Enrico Spaggiari, amigo de compartilhar músicas de gosto duvidoso nas caronas para as reuniões da Cadernos de Campo e de analisar o futebol com a imparcialidade de um corinthiano invejoso do imbatível Santos. É dele a piada recorrente: “o Lobão estuda o povo mais primitivo da face da terra”.

Agradeço ao Inácio de Carvalho Dias de Andrade, esse louco maravilhoso de coração, com quem descobri o Taiti mexicano e o poder do portunhol bem gesticulado. Tocamos punk rock na mesma banda numa manhã inesquecível no Ifchstock da Unicamp: isso perdura eterno na memória. Depois, é claro, de passada a amnésia da ressaca.

Agradeço ao Giovanni Cirino, o Gigio, por todas as sabedorias que me ensinou nos papos de cigarro, humilde de se acomodar no chão de cimento a sombra, despojado na musicalidade e nos skates. Xingamos juntos muitos desafetos na Cadernos de Campo.

Agradeço ao mestre André-Kees de Moraes Schouten, de quem, sempre quando posso, copio o uso das palavras barrocas e da barba grave. Sabedor das diplomacias e dos aconchegos de cerveja gelada, sempre acompanhado pela carinhosa Pinduca, me ensinou muito da vida.

Agradeço ao Luis Felipe Kojima Hirano e Tatiana Lotierzo, generosos desbravadores de São Paulo, cidade dos mil espaços e das duas mil faltas de espaço. Dupla que me apresentou os encantos urbanos desse difícil labirinto asfaltado. Luis, de um rigor incomparável em seus pensamentos brilhantes, que se cobra tanto para apresentar mérito próprio e não incorrer em heranças: uma pessoa pela qual tenho profunda admiração.

Agradeço Samantha dos Santos Gaspar, pequena notável que ainda não sabe regular temperaturas de chuveiros mas domina a graça de discutir profundo o tempo e seu literariar. Sempre, é claro, num sentido sociológico ampliado...

Agradeço a Janaína Damasceno, que me guiou para o melhor tango argentino.

Agradeço a Gláucia da Silva Destro de Oliveira. Nossas conversas sempre desembocavam em terapia. Sempre concluímos que somos loucos incuráveis. Que bom.

Agradeço ao Marcelo Pedro Florido por me animar na caminhada duvidosa das Ciências Sociais com sua ironia e sarcasmo inigualáveis. Também o perdô por denunciar o flagrante das minhas aulas de dança de salão.

Agradeço a Jacqueline, pessoa iluminada que disfarça a beleza enorme de sua voz cantora e encantadora. Zelosa de acolher suave os confusos desse mundo, grupo no qual me enquadro.

Agradeço Luisa Valentini pelo exemplo de trabalho exigente e pelo talento de tocar alegre ao violão um bom e brega Roberto Carlos. Tentamos desenvolver em conjunto um método pedagógico de ensino do samba.

Agradeço minhas amigas Natalie e Adriana, que me proporcionaram uma aventura inesquecível pelos Andes. Duas piradas formidáveis. O carinho, que tenho por elas, irmana.

Agradeço ao Rodrigo Bulamah ou simplesmente Rodrigo Lalá (sim: aquele do terremoto do Haiti, rá!) amigo-irmão de encontrar inesperado na noite peruana, de discutir a ingratidão dos amores e bolar estratégias de viver uma vida menos careta.

Agradeço a minha maninha Heloísa Pisani, uma feliz preciosidade que me ensina muito com suas indicações de músicas e livros. Sem contar que ela é especialista em piadas do melhor humor estilo infame.

Agradeço Ana, essa pequena maravilha que apareceu em meu caminho, toda cheia de uma vivacidade vibrante, de fotografar a alma das pessoas.

Agradeço ao Marcos Vinicius, pessoa única. Marcão dança ciranda com os espíritos ao som do mantra “Alegria Sempre Nova”. Isso quando consegue resistir ao gelado de um bom copo de cerveja. Por essas e outras pude concluir esse trabalho com um mínimo de harmonia.

Agradeço a querida amiga Magda Ribeiro e o querido Manu, casal com o qual tenho débito impagável, que devo além da conta. Quantas saudades das nossas caronas, Magda! Como aprendi naquele trajeto semanal! Por conhecer pessoa tão maravilhosa nessa jornada confusa das idéias é que pude encontrar ânimo em muitos desânimos. Magda escuta o sussurrar das coisas aparentemente inertes. Isso é raro.

Agradeço ao Marcelo da Silveira Campos, o Marcelão, acadêmico duplamente: do samba e da ciência social.

Agradeço ao Tom e a Bruninha pelos passeios em museus e os vários convites desencontrados (vamos combinar melhor das próximas vezes).

Agradeço a Taniele Rui e Mariana, monitoras essenciais que me auxiliaram com as primeiras versões do projeto.

Agradeço Nicô pelas cervejas belgas e por seu exemplo de trabalho e bom humor.

Agradeço ao Guilherme André Aderaldo pela disposição de ouvir um gaguejante e inseguro graduando querendo se engrajar de pesquisar jornalismo. As dicas de livros e artigos foram essenciais. Abriu-me muitas portas.

Agradeço ao Carlos Andrade Rivas Gutierrez por me enviar seu trabalho de conclusão sobre jornalismo e por partilhar das admirações acadêmicas sempre com muito humor (“Bourdieu Arantes do Nascimento”).

Agradeço Ana Lupe Motta Studizinski, afeto que mesmo distante me enche de forças boas e cuidado.

Agradeço Paulete, Doutora PiriGoethe, que me faz crer na existência de pessoas maravilhosas nessa academia nefasta.

Agradeço Ana Martha Tie Yano, amiga querida que me emprestou teses dos kaxinauá e contou histórias maravilhosas de pensamentos pensados com partes do corpo.

Agradeço Dalila: por sua alegria e suas imitações memoráveis. Sempre disposta, ajudando a obter misericórdia das burocracias.

Agradeço aos irmãos do Cuecas Rosas, a banda do coração: Bernardo, Gabeza, Fred. Foi em conversas na mesa do bar que muitas das minhas hipóteses vieram abaixo pelo polemizar desses adoráveis malucos.

Agradeço a Rosangela Carrilo Moreno, amiga-irmã de enfrentar as vicissitudes da vida juntos. Pessoa brilhante, raridade de sabedoria em teorias e piadas, pesquisadora

de competência sem igual. É com ela que pude compartilhar minhas dúvidas mais profundas, os fracassos mais arrebatadores e as poucas alegrias que de vez em quando acontecem. Ainda vamos escrever a teoria do super trunfo.

Agradeço a Andréa Martins de Carvalho, companheira que me acompanhou e me desacompanhou. Mais não digo: me engasga um pouco de choro. Ela compreenderá. Agradeço sua família, por me aceitar e acolher de forma generosa: João, Mariângela (saúde dos panetões presenteados), Marco, Apolo (o cachorro que olha no olho).

Agradeço Priscila Faria Vieira, pelo incentivo constante e alegre (“Força na Dirce!”). Ela ri em uma delicadeza despojada e diz que lhe faço bem: justo eu que sou atrapalhado. Nós sabemos que tudo nessa vida acadêmica não passa de uma aula de redação. Já quebramos, juntos, a frente de um bar no bairro japonês. E depois consertamos.

Agradeço Amanda Brandão, por se dispor a ouvir meus disparates acadêmicos e me chamar a atenção para o misterioso do luto. Menina das mil sedes: motivo pelo qual às vezes me alegro do nada quando simplesmente me sirvo de um copo de água, lembrando.

Agradeço minha tia Meire, meu tio Zé Virgílio, minha prima Gabi e meu primo Felipe pelas conversas nos deliciosos almoços de domingo.

Agradeço ao meu cunhado Sandro Tonso, sempre com formidável capacidade de escuta e acolhimento. Sobrou até para ele a tarefa de tentar animar um desanimado mestrando.

Agradeço minha irmã Lidiane Gomes Lobo: ela me atentou a olhar lágrimas, reparar nelas. Para alguém que sempre ouviu repreensões (“homem não chora”) isso me foi incômodo nos inícios. É por ela também que me arrisco em palcos de teatros.

Agradeço minha irmã Larissa Gomes Lobo, silenciosa de se fechar preguiçosa em seus mistérios e sempre pronta a preparar um maravilhoso prato de banana com queijo.

Agradeço minha mãe, Arlete Marisa Gomes Lobo, que me ensinou, com seu exemplo, a amar os seres frágeis do mundo, como os bichos domésticos e os filhos relapsos de telefonemas raros.

Agradeço meu pai, Carlos Ricardo Sernaglia Lobo, que não envelheceu a ponto de rir com minha barba esquisita. Imagino que contra-piadarria apontando para seus bigodes mal aparados...

“Cachorro morde homem” – não é notícia.

Mas “Homem morde cachorro” – é.”

Robert Ezra Park

INTRODUÇÃO

Quem são os jornalistas que atuam contemporaneamente na imprensa brasileira? Como eles definem o que é jornalismo? O que os capacita e confirma seu estatuto de jornalistas? Quais os outros agentes e agências envolvidos nesse processo? O presente trabalho, tendo como objeto de estudo dois cursos de jornalismo oferecidos por empresas paulistanas que atuam com foco no jornalismo impresso diário empresarial, discute essas questões a partir desses espaços de socialização. Pretende-se, através dessas duas experiências de ensino analisar as visões de mundo e as concepções de conhecimento implicadas nesses contextos de aprendizagem nos quais lógicas simbólicas e sociais engendram matrizes de percepção, ação e apreciação da realidade em que estão entremeados diversos interesses vitais: políticos, mercadológicos, jornalísticos.

Por meio de um estudo de caso historicamente situado (a etnografia da socialização de novatos no jornalismo empresarial paulistano contemporâneo), essa pesquisa tenta abordar quais as estratégias, os pontos de vista, os discursos acionados na definição de certo tipo de fazer (o jornalístico) que oscila entre diversas categorizações (“prático”, “intelectual”) dependendo do agente e do contexto considerado, movimentando relações de poder entre diversas instituições (sindicatos, universidades e empresas). Quais os processos de incorporação de disposições presentes nessas duas experiências de aprendizagem? Que tipo de assimetrias de poder podem ser vislumbradas?

Trata-se de processos de socialização de grande importância para os agentes envolvidos, que muitas vezes os consideram como a única instância de verdadeiro aprendizado no jornalismo. Entretanto outros processos de socialização também estão entrelaçados e incorporados, o que torna crucial correlacionar as trajetórias de vida dos participantes (recortes geracionais, de classe, gênero, capital cultural, etc.) através de entrevistas e conversas informais.

A escolha desses cursos é estratégica pelo caráter intenso e concentrado que essa experiência de aprendizado assume, com um tom introdutório e pedagógico de treinamento em vivência constante com o ambiente profissional das redações, o que pode revelar com mais nitidez (e rapidez) os aspectos principais do fazer jornalístico (uma etnografia do ambiente comum da redação demandaria um tempo maior de observação). Trata-se de um momento em que os agentes estão mais “vulneráveis e maleáveis” aos valores e práticas da profissão.¹

Outro fator que torna esses espaços interessantes pode também ser delimitado na reflexão do trabalho de João Baptista Borges Pereira sobre mobilidade social, marcadores racializantes e o rádio. Como os novatos ainda não estão plenamente inseridos no sistema de trabalho é possível vislumbrarmos os espaços dos possíveis existentes para esse grupo de agentes.

“A experiência do calouro em busca de auto-afirmação profissional são dramaticamente atuais (...). Assim, pelos relatos das experiências do calouro, será possível disciplinar os depoimentos dos profissionais, na medida em que estes, após haverem vencido as barreiras que se opuseram a seu ingresso no novo campo de trabalho, passam a ignorá-las ou a adulterá-las, racionalizando ou não.(...) Finalmente o radialista negro, via de regra, já sendo integralmente profissional, não se vê na contingência de lutar por uma profissão fora daquela em que já está.” (PEREIRA, 2001, p.35)

A iniciativa pioneira de cursos de jornalismo vinculados às empresas no contexto brasileiro remonta à constituição da revista Veja, pelo Grupo Abril, em 1968 (GHEDINI, 1998; MIRA, 1997; CORRÊA, 2008), quando, alegando falta de profissionais disponíveis no mercado, foi necessário treinar um amplo grupo de jornalistas. Tanto o curso do Grupo Estado quanto o curso do Grupo Folha iniciaram suas atividades no final dos anos 80 e começo dos 90. O Grupo Folha já havia feito algumas experiências com cursos voltados para o seu corpo de profissionais na segunda metade dos anos 80. O Grupo Estado se inspirou no modelo de curso criado pela rede RBS, no sul do país².

¹“O contexto do trabalho modela o conteúdo da notícia, e as matérias também adquirem forma sob influência de técnicas herdadas de contar histórias. Esses dois elementos na redação da notícia podem parecer contraditórios, mas estão juntos no “treinamento” [aspas do autor] de um repórter, quando ele é mais vulnerável e maleável” (DARNTON, 2005, p.97).

Os dois cursos estão colocados numa posição intermediária entre o ensino universitário e outras formas de aprendizagem que já constituem um vínculo com a esfera profissional, como o estágio. Esse caráter ambíguo do posicionamento desses cursos é explicitador das estratégias mobilizadas: o estágio em jornalismo é um tema de debate controverso. Desde a regulamentação de 1979 o estágio é proibido por lei visto que grande parte dos jornalistas mais experientes acusava as empresas de contratarem estagiários para assumirem funções de jornalistas profissionais, com a vantagem de custarem muito menos para o balanço de pagamento das empresas.

“Para explicar o surgimento dessas iniciativas, não basta dizer que eram uma ingerência indevida das empresas em uma área que não lhes competia atuarem. De um lado, as escolas de jornalismo não preparavam os novos profissionais para o mercado de trabalho, ou pelo menos não os preparavam da forma que atendessem às expectativas das empresas. De outro, havia a proibição legal, desde 1979, para a contratação de estagiários por parte das empresas. Quase 20 anos depois de instituída, essa norma legal permanecia inalterada, devido principalmente ao temor dos meios sindicais dos jornalistas de que as empresas voltassem a utilizar o estágio para a contratação de mão-de-obra barata, como já haviam feito antes de 1979 (e como várias delas voltaram a fazer, mesmo depois da proibição legal).” (GHEDINI, 1998, p.7).

Por isso a propaganda dos cursos e os discursos proferidos pelos seus coordenadores não os posiciona como um treinamento para trabalhar na empresa (o que poderia trazer atritos com o sindicato devido à proibição legal do estágio), apesar de envolver um tempo de treinamento no local de trabalho; apesar da designação de “trainees”, mais comum entre iniciantes estagiários em profissões como administração, utilizada no curso do Grupo Folha³; e, é claro, do aproveitamento, por parte das empresas, dos ingressantes desses cursos para contratação. Trata-se de um processo de triagem mesmo que isso não seja enfatizado, provavelmente pelas restrições legais ao estágio. Essa dubiedade causa diversas expectativas frustradas nos participantes desses

²Para um maior aprofundamento dos diversos cursos criados no Brasil para além do contexto paulistano, ver Ghedini (1998).

³ “Em fevereiro de 1998, ela [a empresa Grupo Folha] já havia substituído o nome Programa de Treinamento por Programa de Trainees, talvez para mostrar ao interessado em ingressar desde cedo o quão moderna era a Folha, utilizando um termo da língua inglesa em vez do português” (GHEDINI, 1998, p.250). “Os” focas do curso do Grupo Estado, quando são contratados temporariamente ao final do curso recebem a designação de “trainees”.

cursos que encaram essas experiências como uma porta de entrada garantida para uma contratação iminente, o que nem sempre se concretiza (GHEDINI, 1998).

A nomeação dos cursos é indicativa de algumas hierarquias presentes no campo. Pode-se supor que se um sindicato oferecesse um curso de jornalismo provavelmente a designação “jornalismo sindical” tivesse que ser mobilizada, entretanto no caso aqui estudado o jornalismo das empresas são qualificados com o termo jornalismo, sem qualquer adjetivação⁴. Há uma soldagem entre jornalismo e empresa, muito difícil de questionar sem imaginar uma mudança social profunda.

Os cursos se constituem num ponto de crucial importância para os aspirantes a jornalistas. Por atrair sobretudo pessoas jovens, com perspectivas de construir carreira em um veículo de renome, esses processos de ensino apresentam altos índices de concorrência. Segundo informações recentes dos *sites* desses cursos, todo ano em torno de 2 mil pessoas se inscrevem em cada um⁵. Muitas vezes, é a primeira relação com o ambiente profissional jornalístico (principalmente no Grupo Folha, por não exigir o diploma, como será visto adiante) sendo encarada como uma espécie de rito de passagem ou iniciação após o qual podem então ser realmente chamados de jornalistas. Devido ao prestígio que o suporte impresso apresenta no campo jornalístico, são empresas dominantes no jornalismo como um todo. São elas que podem determinar as práticas legítimas no campo com mais facilidade devido ao poder simbólico que detêm.

Os dois cursos têm aproximadamente a mesma duração: 3 meses (no período observado o curso do Grupo Folha durou 4 meses. Em entrevistas com ex-participantes é relatado que anteriormente durava 3 meses). Esse período de duração dos cursos foi gradativamente ampliado conforme os cursos se institucionalizam e ganham notoriedade na empresa (GHEDINI, 1998). Nas primeiras turmas o treinamento girava em torno de 4 semanas, e era visto com desconfiança e leve desprezo. No caso do Grupo Estado as primeiras turmas não tinham computadores e por isso herdaram as

⁴ Esse é mais um ponto de atrito entre pesquisadores e pesquisados: a ênfase do olhar do analista é para multiplicar os enfoques (Neveu (2006) fala de “jornalisms”), questionando o predomínio do jornalismo impresso (já que é nesse suporte que se concentra o prestígio das duas empresas, lembrando que os projetos audiovisuais voltados para a internet ainda estão em fase de implantação nessas empresas: o curso do Grupo Folha que acompanhei no primeiro semestre de 2009 foi o primeiro a ser multimídia), diário e empresarial na configuração do campo jornalístico.

⁵ Ghedini (1998) apresenta dados de crescente procura pelos cursos. No começo pouco mais de uma centena de pessoas se inscreviam.

antigas máquinas de escrever: o curso era chamado pejorativamente pelos jornalistas estabelecidos de “escolinha de datilografia”. No Grupo Folha as atividades das primeiras edições do curso tinham uma frequência ainda intermitente⁶.

Parte considerável do atual corpo de profissionais que integram as redações desses dois jornais passou por esses espaços de aprendizagem. Os números do Grupo Folha chegam a indicar um índice de 90% de contratação dos participantes do curso pelo jornal. O regime de contratação dos novatos geralmente é feito através de “frilas” (free-lancer: contrato temporário que não implica em carteira de trabalho assinada) que podem se estender de renovação em renovação por até dois anos (“frila fixo”) até que se firme um contrato duradouro.

O processo de socialização dos novatos ao ambiente de trabalho no jornalismo é contíguo à extensa jornada da profissão, que muitas vezes ultrapassa 12 horas diárias mesmo em cargos de alto prestígio. A produção informativa segue uma ritualização diária, em que os saberes e fazeres do campo são apreendidos e incorporados (padrões textuais, padrões corporais em situações de interação, padrões de avaliação sobre a importância ou não de fatos noticiáveis).

Desde a pesquisa de Ghedini (1998) não aconteceram muitas modificações na metodologia dos cursos para além do prazo de duração alongado. Os ingressantes assistem a aulas de professores universitários (de matérias variadas como Economia, Política, Filosofia, Ética, Cinema, etc) e palestras de jornalistas de renome da empresa; fazem pequenos exercícios de reportagem e entrevista (geralmente o entrevistado é alguém do campo político), além de acompanharem o cotidiano dos profissionais nas redações, tendo acesso a todos os processos da confecção da notícia, passo-a-passo.

Foi comum os palestrantes terminarem sua fala para voltarem a atividades do jornal. O curso deve se encaixar nos horários da produção informativa. Não há uma

⁶ “Em 1987 não houve nenhuma atividade na área. O programa foi retomado em 1988 e novamente interrompido durante 1990. Mas, nos dois anos que ficou sob a responsabilidade de Ribeiro Neto, as seis atividades realizadas tiveram outro objetivo, voltando-se para o treinamento dos correspondentes em outras cidades e Estados, e não para a seleção e preparação de novo profissionais. Apesar dessa mudança de objetivos, o Programa de Treinamento já tinha esse nome e essas seis atividades foram consideradas na numeração indicativa da evolução da atividade (3º. Programa de Treinamento da Folha, 4º. Programa de Treinamento da Folha, e assim por diante). O que mostra a falta de um objetivo mais claro para o programa, que uma hora era para “pesquisar talentos”, outra para treinar o público interno.”(GHEDINI, 1998, p.151).

primazia dos cursos: tanto é que diversas atividades foram canceladas em cima da hora e os programas são constantemente refeitos. Em conversa informal com Ornellas, coordenador do Grupo Estado, ele me explica: “Não é que a gente não fechou o cronograma. Nunca vai fechar. Nunca na segunda você vai saber o que vai ter na sexta. O curso é igual o jornal. Não dá pra fazer como na academia que você programa em janeiro o que vai ter em agosto”. Os cursos são influenciados pelos assuntos “quentes” do momento. Nas palestras, as temáticas das perguntas se dividiram entre conselhos e dicas sobre técnicas e comentários sobre coberturas recentes.

O modelo de jornalista erigido como exemplar é o repórter de jornal impresso diário e seu correlato: a forma-notícia, o relato curto que concentra as informações fundamentais (“o quê, quem, quando, como, onde e porquê”) nos primeiros parágrafos. Essa forma cultural combina duas técnicas textuais: o *lead* (o primeiro parágrafo que “conduz” o leitor, daí o termo em inglês) e a pirâmide invertida (a “base” da notícia deve vir logo no começo). Ainda que a todo instante se coloque a reportagem como o ápice da produção jornalística esse estilo de texto só pode ser empreendido nas empresas estudadas por poucos agentes do campo, em condições muito específicas e raras. A reportagem é mais comum no jornalismo semanal ou mensal, feito por revistas. Os profissionais que trabalham em outros meios, ainda que melhor remunerados como no caso do telejornalismo, padecem do estigma de praticarem um jornalismo mais “superficial” em comparações feitas pelos novatos.

Nesses processos de aprendizagem, a maioria das palestras são ministradas pelos jornalistas mais antigos e consagrados. Como se trata de uma conversa entre pares, em que se pode falar “francamente” de certos aspectos menos confessáveis da profissão, é um ponto estratégico para se obter depoimentos que não passem pela relação pesquisador-informante.

Ambos os cursos trabalham com pequenos grupos – de 8 a 12 pessoas no caso do Grupo Folha, chegando a 30 integrantes no caso do Grupo Estado. Além das vagas para residentes no Brasil há um pequeno número de vagas (oscila de 1 a 3 pessoas) para estudantes estrangeiros no Grupo Estado⁷.

⁷A presença desses estudantes de outros países, porém, não reflete um prestígio internacional do curso, já que mesmo os correspondentes internacionais das empresas têm dificuldades para serem reconhecidos como jornalistas em suas coberturas. Não pude aprofundar quais as motivações desses estrangeiros engajados no curso.

O principal atrativo dos cursos é a oportunidade de freqüentarem a palestra dos jornalistas que estão localizados nas posições de maior prestígio, que já detém nomes consagrados: os editores, os colunistas e os correspondentes internacionais (ou seja, aqueles jornalistas que já adquiriram um prestígio tão consolidado que possuem sua própria coluna assinada ou realizam as tarefas que mais recursos consomem do jornal, tais como as coberturas internacionais). Os temas das palestras seguem a segmentarização temática interna do jornal: “jornalismo político”, “jornalismo esportivo”, “jornalismo cultural”, etc. São os jornalistas posicionados em posições hierarquicamente superiores na empresa que definem o que é jornalismo, baseados nas próprias experiências pessoais.

Os dois cursos têm patrocínio de grandes empresas privadas (a Philip Morris e a Odebrecht apoiaram ambos no decorrer de minha pesquisa) que chegam a oferecer viagens para os novatos conhecerem suas instalações. Nessas viagens são realizadas pequenas matérias jornalísticas como forma de exercício (que podem ser publicadas ou não) e os novatos recebem pequenos brindes (que levantam atritos difusos sobre a idoneidade dessa ação). A questão dos patrocinadores é fundamental para a continuidade financeira dos cursos. A maioria da verba que sustenta esses cursos vem desses patrocínios que são renovados a cada ano, gerando apreensão e insegurança nos funcionários envolvidos quando é preciso negociar a continuidade dessa relação de investimento⁸. Instaura-se uma relação muito parecida com a relação publicitária que o jornal mobiliza para atrair anúncios, porém ao invés de vender um contingente de leitores para as estratégias de mercado das empresas os cursos oferecem os próprios jornalistas que ingressarão em seus quadros.

Para os interesses dessa pesquisa é importante demarcar algumas diferenciações. O curso do Grupo Estado exige o diploma universitário de jornalismo (ou Comunicação

⁸ O curso do Grupo Estado é terceirizado e sua realização fica por conta da empresa do coordenador das aulas. “*Quem assume sua realização de fato é a empresa de Francisco Ornellas (Ornellas Editora e Produtora) e os custos são cobertos por três patrocinadores, em geral grandes anunciantes, que mudam a cada ano. O jornal conceitua o curso como um ‘serviço público de interesse comunitário’ e, nesse sentido, seus promotores entendem que é pertinente compartilhar com a iniciativa privada a ‘responsabilidade no aprimoramento profissional da comunidade’.* O 5º. Curso Estado, de 1994, foi patrocinado pelo Unibanco, pela Souza Cruz e pela Siemens. Os nomes dessas empresas são citados nas matérias produzidas pelos jornais do Grupo Estado e no material de divulgação preparado pela coordenação (folhetos, correspondência e anúncios).” (GHEDINI, 1998, p.171).

Social – Jornalismo) como condição para a inscrição⁹ apesar de, durante as aulas, a exigência do diploma ser abertamente criticada pela maioria dos jornalistas palestrantes. Outro fator de escolha é o tempo de formado: no curso do Grupo Estado só podem se inscrever pessoas que se formaram a menos de dois anos ou que estejam no último ano de faculdade. Justifica-se essa restrição porque depois desse período de tempo a pessoa já passou pelo “crivo do mercado”, segundo o coordenador do curso.

“Eu imagino que o jornalista com mais de dois anos de formado que se disponha a fazer um curso de foca não emplacou no mercado. Ou seja, ele foi vetado pelo filtro do mercado.” [depoimento do coordenador do Grupo Estado, Ornellas] (GHEDINI, 1998, p.170).

Ou seja, se em dois anos o novato não conseguiu se empregar é porque há um problema. É o mercado que julga a competência. O curso do Grupo Estado também é considerado como uma extensão universitária, através de convênio com uma Universidade da Espanha¹⁰.

O curso do Grupo Folha não faz restrições quanto à formação universitária ou quanto ao tempo de formado (conversei com pessoas que já passaram 3 ou até 5 vezes pelo processo seletivo), além de não possuir vínculos oficiais com nenhuma universidade (porém, cabe lembrar que parte das palestras do curso foi ministrada pelos profissionais da empresa nas dependências da Universidade de São Paulo). Essas diferenciações ficam patentes também no modo como os participantes dos dois cursos são designados: o curso do Grupo Estado chama seus integrantes de “focas”, gíria jornalística para os novatos (o slogan do curso durante a década de 90 foi “Adestramento de Focas”). Como já mencionado os participantes do curso do Grupo Folha são denominados “*trainees*”, denominação não específica do campo jornalístico, mais comum entre os iniciantes em profissões como administração, o que inclusive explicita mais o caráter de empresa do jornal.

A média de idade dos novatos é de 21 a 28 anos (“os” focas são ligeiramente mais jovens devido às restrições quanto ao tempo de formado na seleção). Grande parte

⁹A obrigatoriedade do diploma de jornalismo para exercer a profissão era objeto de intensa disputa judicial durante o tempo de pesquisa. Recentemente o STF derrubou a obrigatoriedade.

¹⁰ Esse vínculo institucional era tema de conversas entre os participantes nas quais se comentava o profundo envolvimento dessa Universidade com o grupo religioso Opus Dei. Alguns integrantes da Opus Dei ministravam aulas para “os” focas.

deles saiu de faculdades renomadas (privadas, estaduais ou federais, sejam de comunicação social/jornalismo ou não). Há equilíbrio entre homens e mulheres e esmagadora maioria de brancos. Em conversas informais, vários iniciantes comentam que têm experiência em viagens internacionais e intercâmbios, dominando outras línguas.

Dependendo da atividade a ser realizada, o vestuário muda. Nos dias em que é preciso ir ao fórum ou entrevistar políticos, os iniciantes se vestem de maneira mais formal. As mulheres raramente usam saias e decotes. No Grupo Estado o aconselhamento sobre o modo de se vestir para as mulheres é proferido nos primeiros dias por uma das jornalistas palestrantes: “Umbigos não freqüentam a redação”.

Uma pergunta freqüente à minha escolha de recorte empírico nas discussões do projeto no meio acadêmico era: mas existem diferenças entre esses dois cursos? Afinal não se trata de dois jornais, grosso modo, de “direita”, “burgueses”? Será que para obter um melhor rendimento teórico eu não deveria etnografar um curso de um desses jornais e outro oferecido por uma publicação mais à esquerda (na época da pesquisa a revista Caros Amigos, classificada como uma publicação mensal de “esquerda”, ofereceu um “anti-curso de jornalismo”: uma série de palestras com os jornalistas mais experientes da publicação)? Outros recortes de análise são possíveis, obviamente, e é interessante notar que no meio acadêmico o questionamento recaia sobre critérios de posicionamento político das publicações. A escolha levada a cabo aqui reforça a assimetria presente nas pesquisas sobre jornalismo que em grande parte privilegiam, nas análises empreendidas, os grandes jornais empresariais dos grandes centros urbanos. Entretanto, esse recorte pode fornecer subsídios para analisar estratégias concorrenciais importantes. Não me parece muito adequado comparar duas publicações com periodicidades diferentes (um jornal diário e uma revista mensal). A questão do suporte se mostrou como relevante nas disputas jornalísticas, principalmente no empenho para ampliar as possíveis frentes de atuação das duas empresas (internet, twitter, celulares). Porém é necessário contextualizar o recorte escolhido: que não haja, no Brasil, nenhuma publicação jornalística diária considerada politicamente de “esquerda” é significativo das relações de força que operam no campo jornalístico e no campo do poder em geral, tendo em vista a enorme quantidade de recursos necessária para levar a cabo a empreitada de um jornal diário.

Uma pergunta freqüente dos jornalistas novatos à minha pesquisa versava sobre quais seriam as diferenciações principais dos dois cursos. As duas empresas com certeza apresentam padrões de interação individuais distintos (o que a expressão “cultura da empresa”, utilizada algumas vezes, tenta captar) pois nenhuma empresa é idêntica a outra e esse “conhecimento nativo” é fundamental para saber se posicionar no campo, ainda mais tendo-se em conta que as duas empresas analisadas são concorrentes diretas, o que é um reforço para que as diferenciações nos cursos sejam vistas como distinções tão notáveis. Mas, do ponto de vista abordado pelo instrumental teórico que estou utilizando (campo e habitus, como será explicitado adiante), os distanciamentos entre as duas empresas se colocam de forma contrastiva e sutil a partir dos estilos de vida dos leitores: há significativos movimentos de aproximação entre as duas empresas, desde pelo menos a década de 80.

“A cúpula da Folha avalia que a Folha e o Estado ‘estão cada vez mais parecidos’; a polarização entre os dois concorrentes ajuda a ambos na definição de sua identidade. Possivelmente, a FSP tenha maiores dificuldades a respeito: sinal disso é a multiplicidade de documentos internos em que é patente uma busca reiterada de sua definição. Em relação ao tempo, ela se define a partir da ligação ao momento atual (sob o signo da ruptura); em contrapartida, o Estado toma a tradição, o momento passado e a propriedade familiar, como referência para sua face em-si”. (RIBEIRO, 1992, p.176).

O Grupo Estado se orgulha de ostentar o slogan de jornal mais antigo do Brasil em atuação, com mais de 130 anos de história. Nos seus primórdios, a redação do jornal era composta por recém-saídos da Faculdade de Direito do Largo São Francisco: “aprendizes do poder” da elite paulistana que conjugavam literatura e política através da imprensa. A empresa foi um grande agente para a constituição da Universidade de São Paulo na década de 30, dentro do contexto de afirmação cultural da elite paulistana após a derrota da Revolta de 1932 - fato histórico que não parece tão longínquo quando adentramos, ao sair do elevador para o andar da redação da empresa, numa sala em que está enquadrada uma bandeira da federação feita em pano rústico que, segundo informa o coordenador do curso de “focas” da empresa, foi hasteada durante esse período.

Os primórdios do Grupo Folha datam de 1921, fruto de uma iniciativa de jornalistas do Grupo Estado que se reúnem para fundar o novo jornal. Após um período

de mudanças de proprietários, na década de 60, a empresa é comprada pela dupla Carlos Caldeira e Octavio Frias de Oliveira, controle familiar que se mantém até hoje. É sob o comando empresarial e editorial de duas gerações dessas famílias que o Grupo Folha consegue angariar um lugar de destaque no campo jornalístico paulistano colocando como diferencial marcante (e contrastante com o Grupo Estado, seu rival imediato que prega a “tradição”) valores como “modernidade” e “inovação”, principalmente na década de 80 como será visto adiante. Esse posicionamento se constitui mais fortemente a partir de demarcadores diacríticos como a visualidade (investimentos em impressão a cores, diagramação com infográficos) e os editoriais (menos conservadores que o Grupo Estado).

Ao etnografar dois cursos de duas empresas concorrentes, a intenção era verificar se haveriam diferenciações importantes que pudessem ser concebidas como interessantes para a análise. Já que o jornalismo não apresenta um corpus de referências consagradas e explícitas que possam ser alinhadas em uma tradição de conhecimento que legitime a atividade, acompanhar dois cursos distintos poderia explicitar se haveria um agenciamento desses espaços para a criação de estratégias de distinção entre os agentes no campo. A verificação dessa hipótese foi prejudicada em parte pelas restrições de acesso ao curso do Grupo Folha, como será visto adiante (creio que essa diferenciação ficaria mais patente nas técnicas de escrita apreendidas e nos enquadramentos e enfoques das pautas, processos que só pude acompanhar com mais detalhamento no Grupo Estado). Todavia os cursos não apresentam distinções tão notáveis a ponto de impedir o intercâmbio constante entre jornalistas das duas redações (afinal eles compactuam de uma mesma categoria laboral), seguindo uma clivagem que repousa mais na estilização do produto final tendo em vista os gostos e estilos de vida do público almejado. O que, de certa maneira, também espelha o atual estado do campo jornalístico, com essas duas empresas consolidadas dividindo públicos muito semelhantes do ponto de vista sócio-econômico. O conflito entre Grupo Folha e Grupo Estado está de certa maneira estabilizado. Há mercado para os dois tipos de estilos de vida distintos (“conservador” e o “conservador um pouco mais liberal”). Apesar de serem competidores diretos, o Grupo Folha e o Grupo Estado dividem os gastos logísticos com distribuição dos exemplares. Uma mesma empresa é responsável pela entrega dos produtos (no caso, os jornais principais, vendidos em parte por assinatura)

dos dois Grupos. O que, como já dito, indica a proximidade social dos dois públicos atingidos.

Num primeiro momento de elaboração do projeto, estimava que para grande parte das pessoas participantes desses cursos seria o primeiro contato com o mercado de trabalho. Nas observações de campo ficou claro que as coisas não ocorriam muito bem dessa maneira. A grande maioria dos focas e dos trainees formados em faculdades de jornalismo já tiveram alguma experiência profissional anterior, o que os coloca em vantagem frente aos novatos provenientes de outras faculdades. Essa experiência é valorizada nas fases de seleção. Como também destaca Ghedini (1998):

“Quanto mais cedo começam na profissão, os jovens jornalistas muitas vezes reúnem melhores condições para enfrentar a competição, até porque as práticas de seleção adotadas pelas empresas não privilegiam necessariamente os dados curriculares ou a profundidade dos conhecimentos dos candidatos em alguma área específica do conhecimento. Pesa muito mais o acompanhamento da imprensa diária, o que aparecia nas provas do Programa de Treinamento da Folha e do Curso Estado”. (GHEDINI, 1998, p.231).

Em entrevistas, os ex-participantes do Grupo Estado apontam certa resistência da empresa em contratar pessoas que saíram do curso. Para eles o motivo seria o “público-alvo” da empresa, que são pessoas mais velhas, o que demandaria um corpo profissional mais velho. Só recentemente é que o Grupo Estado começou a contratar com mais frequência os novatos, possivelmente, segundo entrevistas, por preocupações com a renovação de seu corpo de leitores. Dos 30 participantes do 18º curso do Grupo Estado, 17 se encontravam contratados pela empresa durante a pesquisa da 19º turma.

Na bibliografia sobre jornalismo o caráter “prático” ou “pragmático” do jornalismo é sempre destacado nas etnografias de redação, principalmente as produzidas no contexto anglo-americano (em que, importante lembrar, o jornalismo se afasta enfaticamente da categoria de trabalho intelectual):

“A notícia é o produto de um processo organizado, que implica uma perspectiva prática sobre os eventos, voltada a representá-los, a dar estimativas simples e diretas sobre suas relações, e a fazer isso de modo que consiga atrair a atenção dos espectadores”. (ALTHEIDE, 1976, p.112 citado em WOLF, 2005, p.197)

“A definição e a escolha do que é noticiável – com respeito ao que, por sua vez, não faz notícia – são sempre orientadas pragmaticamente, isto é, em primeiro lugar, para a ‘condição factível’ do produto informativo a ser realizado em tempos e com recursos limitados”. (WOLF, 2005, p.197)

“O trabalho do jornalista consiste assim em se dotar de rotinas, de automatismos de classificação, de um senso prático proveniente da experiência que lhe permitam hierarquizar rapidamente o caos da informação (Gans, 1980). (...) Eles [os jornalistas] escolhem com velocidade e segurança, dentre o fluxo de pautas, aquelas que alimentarão a edição do dia. Mas, assim que se pede a eles que explicitem seu trabalho, ela não obtém nada além de fragmentos de explicação ad hoc, sem teoria. É que, como em outras tantas atividades humanas, atuam aqui um senso prático, um saber imperfeitamente verbalizáveis”. (NEVEU, 2006, p.91-92)

O aspecto “prático” do jornalismo também é intensamente frisado nesses cursos e, grosso modo, no campo jornalístico brasileiro como um todo. Os jornalistas e os pesquisadores de jornalismo chegam a fazer uma teoria das escolhas editoriais (quanto mais pessoas envolvidas, principalmente se forem poderosas e com grande “proximidade” do “público-alvo” imaginado, mais “noticiável” é um “fato”), que com alguma eficácia determina os conteúdos publicados. Mas esses critérios se baseiam em uma escala totalizante, ideal e são vistos pelos próprios jornalistas como possuindo um teor muito “abstrato”. A cada dia, essa escala de noticiabilidade deve ser aplicada num exercício de comparação de uma gama de “fatos” extremamente heterogênea e tendo como parâmetro um “público-alvo” imaginado de formas variadas (a partir de pesquisas de opinião ou do “faro” jornalístico). Um “quality paper”, um jornal que pretenda atingir os postos mais prestigiosos do campo jornalístico, deve priorizar notícias políticas para um público que possui um alto grau de capitais econômicos e certo grau de capital cultural. Já num jornal “popular” devem constar notícias que estejam dentro do espectro de interesse imaginado pelos jornalistas a respeito das classes mais pobres: esporte, linhas de crédito bancário para população de baixa renda, notícias policiais, etc.

“O rigor dos valores-notícia não é, portanto, o de uma classificação abstrata, teoricamente coerente e articulada: trata-se, preferencialmente, da lógica de uma tipificação, destinada à realização programada de objetivos práticos e, em primeiro lugar, a tornar possível a repetitividade de certos procedimentos. Sendo assim, os

valores-notícia devem permitir uma seleção do material, feita apressadamente, de modo quase 'automático', caracterizada por um certo grau de flexibilidade e de comparação, que seja defensável potmortem e, sobretudo, que não seja suscetível de muitos obstáculos.” (WOLF, 2005, p.205).

Contudo, um aspecto problemático sobre esse caráter “prático” do jornalismo pode ser vislumbrado na reflexão de Lahire (2002) que aborda o curioso exemplo de um sociólogo escrevendo um trabalho. Por envolver a atividade de escrita, esse exemplo se torna fundamental para pensarmos as categorizações sobre o fazer jornalístico e os discursos recentes envolvendo a polêmica em aberto que se constituiu sobre a obrigatoriedade do diploma.

*“De certo ponto de vista, escrevendo suas análises, ele [o sociólogo] está, então, numa relação prática com a prática. O que ele escreve é, antes, uma visão teórica (theoria) atemporal (ou destemporalizadora) e à distância do que outros (e às vezes ele mesmo) fazem no mundo prático, mas não é menos orientado no tempo de sua escrita por um senso prático do trabalho de sociólogo. São, antes, hábitos profissionais (conceituais, redacionais, estilísticos, técnicos, etc) que ele mobiliza em sua prática de escrita que não está separada das pressões temporais. Aqui é difícil distinguir o teórico do prático, que estão presentes **na mesma pessoa e no mesmo momento**, pois estas noções são fundamentalmente relacionais: ele é prático **em relação** ao seu ato de escrita (ou antes dela, de pesquisa), mas teórico **em relação** às práticas a propósito das quais escreve. O corte entre teoria e prática, relação teórica com o mundo e relação prática com o mundo, lógica lógica e lógica prática não é só e simplesmente um corte entre duas realidades claramente distinguíveis (dois grupos de atores – teóricos/práticos – ou dois tipos de situação – o ator teórico/o mesmo ator praticante), ela constitui também uma distinção formal que pode ser aplicada à mesma situação, segundo o ponto de vista a partir do qual é vista.” (LAHIRE, 2002, p. 143, ênfases do autor)*

Lahire critica a vinculação quase direta entre *habitus* e aprendizado corporal, colocando a escrita e as práticas linguageiras automaticamente no pólo do pensamento reflexivo, da intencionalidade, do consciente, do teorizante em contraposição a um saber “profundamente” corporal, pré-reflexivo, mudo. Com esse procedimento deixa-se escapar as sutilezas dos diversos contextos em que a linguagem é utilizada com

performances diversas. Mesmo no boxe (o exemplo visado são os estudos de Wacquant), atividade de extremo investimento corporalizante, diversas práticas linguageiras são acionadas (as falas do técnico nas cordas do ringue: “mantenha o pulso firme!”, “cuidado com a guarda!”). O que o exemplo do sociólogo demonstra é que há também esquemas de ação incorporados no ato da escrita, o que complexifica as fronteiras entre reflexividade/automatismo. A operação das categorias “prático”/“intelectual” merecem uma atenção mais minuciosa e historicizada.

A título de exemplo no artigo de Hallin (2005), o autor comenta o estranhamento, para alguém mais acostumado com o jornalismo estadunidense, de definir o trabalho jornalístico como “intelectual”, devido ao grau de diferenciação entre as duas atividades naquele país (o alvo do comentário é um artigo de Champagne (2005), da mesma coletânea de artigos, que aborda o contexto francês). Hallin cita que o Le Monde usa, frequentemente, notas de rodapé: algo impensável em jornais dos Estados Unidos. Entretanto se essa observação pode dar a entender relações mais aproximadas entre academia e redações no contexto francês contemporâneo, a polêmica levantada pela intervenção de Bourdieu (1997) na televisão francesa abordando a mídia e o trabalho de Neveu (2006) a respeito do jornalismo francês demonstram que a situação não é menos tensa.

“Aplicado às formas de escrever, o adjetivo ‘jornalístico’ é também ambíguo. No uso que fazem voluntariamente os professores universitários, o termo torna-se sinônimo de superficial. Paralelamente, as críticas que fazem com facilidade os jornalistas aos professores universitários são também esclarecedoras. A palavra ‘universitário’ surge como equivalente de prolixo, incapaz de ir rapidamente ao essencial, de tirar conclusões claras. Esse jogo de estigmas cruzados mostra que uma escrita nunca é redutível ao talento de seu produtor, mas expressa pressões e recursos sociais”. (NEVEU, 2006, p.111).

Se é certo que os jornalistas incorporam técnicas textuais estilísticas como o sociólogo, estabelecendo em relação à escrita um caráter prático, “em relação às práticas a propósito das quais escreve” a distinção se torna ambígua ou polivalente, movimentando disputas para categorizar a atividade. Não se trata de uma relação política ou literária (como nos primórdios do jornalismo) ou de uma relação estritamente intelectual ou científica, apesar da concepção de “objetividade” que guia as

ações numa redação contemporânea. Os jornalistas se posicionam numa fronteira entre a “lógica da lógica” e a “lógica da prática” que intensifica as ambigüidades entre essas duas modalidades relacionais do pensar.

Dentro desse panorama, é significativo que Robert Park (caracterizado nos textos de sociologia como sociólogo que também é jornalista e nos textos do campo da comunicação como jornalista que também atuou na sociologia), expoente do que ficou conhecido como Escola de Chicago, tenha escrito, em 1940, seu clássico artigo: “A notícia como conhecimento: um capítulo da sociologia do conhecimento”, em que tenta encontrar um lugar para a notícia entre as práticas de conhecimento. Park vislumbra um espectro contínuo entre diversas formas de conhecimento qualitativamente diferentes. Cada espécie de conhecimento teria uma “função na vida dos indivíduos e da sociedade”, sendo desse modo “complementares”, “relativas”. Não se trata de categorias estanques, mas de recortes de análise, já que há imbricamentos entre “espécies” distintas de conhecimento (“nenhum método científico [é] totalmente independente da intuição e da percepção”). O contínuo tem como um de seus pólos o senso comum e no outro o “conhecimento acerca de” (termo que Park vai buscar em William James, filósofo pragmatista) que designa o conhecimento científico. Fazendo a intermediação entre essas polaridades está o “conhecimento de” (outro conceito de William James: em algumas traduções usa-se a expressão “familiaridade com”). Têm-se uma tendência crescente entre as três formas de conhecimento (nessa ordem: senso comum, “conhecimento de” e “conhecimento acerca de”) no sentido de maior sistematicidade, precisão, exatidão, lógica e comunicabilidade. O “conhecimento de” (categoria em que se encaixa o jornalismo) quando articulado só é comunicável através de “máximas práticas e sábios provérbios do que em forma de hipóteses científicas”.

Esse mesmo mote (delinear o lugar do jornalismo frente a outras práticas de conhecimento) será retomado anos depois no trabalho de Tuchman de 1978 (principalmente o capítulo 10: “News as Knowledge”), em que a autora faz aproximações entre ciência e jornalismo¹¹, embasada nas teorias de construção da realidade de Schutz. Para ela, o jornalismo executa uma função teórica ao categorizar o real. Se alguns intelectuais (ou jornalistas-intelectuais) estudando o jornalismo tentam proceder em movimento de aproximação e semelhança entre academia e redações (o

¹¹ Meditsch (2002) e Torres (1994), no contexto brasileiro, também realizam semelhante operação.

jornalismo também pode apresentar pontos de contato com a ciência de alguma forma), os jornalistas que acompanhei deploram sutilmente o conhecimento acadêmico (incompreensível, abstrato demais) nas comparações entre as duas atividades. Interessante também destacar, a fim de demonstrar até onde se pode levar a tentativa de categorizar o fazer jornalístico, que algumas abordagens classificam os jornalistas como *bricoleur*, na acepção formulada por Claude Lévi-Strauss (1989[1962]).

“Se os jornalistas, como o bricoleur, ficam dentro dos constrangimentos, por inclinação ou necessidade, é difícil de avaliar. Mas aquilo que eu sinto, após 13 meses de trabalho de campo mais o tempo que passei na escola de jornalismo e na prática do ofício, é que a natureza do trabalho jornalístico diário (por exemplo, o corte da ‘realidade’ em pedaços chamados notícias; o realce na exatidão visual e na descrição detalhada) impõe uma abordagem não teórica ao conhecimento”. (PHILIPS, 1999 [1976])

Essa polarização entre “teoria” e “prática” não é uma característica que marca só o jornalismo, mobilizando disputas que permeiam até mesmo o aparato de análise. A teoria da agência ou da ação evoca também as divisões aporéticas corpo/mente, natureza/cultura, tão cara à nossa socialidade próxima. A polaridade entre “lógica da lógica” e “lógica da prática” reedita e reformula os rendimentos dessa dualidade e também implica em efeitos de poder, principalmente em ações que envolvem o espectro de atividades laborais. Se é relativamente consensual que o boxe (ou a carreira militar¹²) é, primordialmente, uma atividade “corporal”, “prática” (apesar dos inegáveis recursos cognitivos referentes às estratégias de luta) e que a sociologia, em primazia, trata de embates “teóricos”, “intelectuais” (apesar da empiria das pesquisas), à pergunta: “O jornalismo é uma atividade intelectual ou prática?” as respostas eram menos peremptórias e mais sujeitas a hesitações e delineamentos.

Para exemplificar como se dão as disputas de distinção envolvendo o par “prática”/“teoria”, cito o caso envolvendo a institucionalização das Ciências Sociais em São Paulo, em que é famosa a cisão entre Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (mais “teórica”) e a Escola Livre de Sociologia e Política (“mais prática”), como destacado por Limongi (2001). Para ilustrar rapidamente com um último exemplo, agora em movimento de aproximação do problema abordado: desde o século XIX há

¹² Menciono como inspiração os trabalhos de Wacquant (2002) e Pinto (1998).

um questionamento sobre o estatuto epistemológico do jornalismo nos Estados Unidos (RIZZINI, 1953), em que se debatem, grosso modo, duas correntes: uma que aproxima o jornalismo do campo científico, pleiteando uma formação humanística ampla nas universidades; e outra que compara o jornalismo a profissões como engenharia ou medicina, destacando o caráter “prático” do fazer jornalístico para suprir uma necessidade social por informação. Para esse segundo posicionamento, é principalmente nas redações que se aprende o fazer jornalístico, e, se a instrução em instituições de ensino superior é evocada, as faculdades deveriam contemplar matérias com teor administrativo-empresarial¹³.

Para Bourdieu, “a desvalorização das técnicas não é senão o reverso da exaltação da proeza intelectual, a qual tem afinidade estrutural com os valores dos grupos privilegiados do ponto de vista cultural” (BOURDIEU, 1998). Partindo dessa premissa os jornalistas estudados oscilam de maneira curiosa: trabalhadores do “cultural”, grande parte deles valoriza a “técnica” acima de tudo, se aproximando do anti-intelectualismo presente em setores sociais desprovidos do capital cultural escolarizado e afastados de atividades que lidam mais pronunciadamente, segundo categorizações sociais historicamente situadas, com o “simbólico”; “profissionais” que lidam com a escrita, forma canônica do pensamento reflexivo, teorizante, mas num caráter de urgência e imediatividade, concebido como “prático”, que provoca acusações de superficialidade, senso comum, não-reflexividade. A categorização problemática do fazer jornalístico (“Intelectual”? “Prático”? “Técnico”?) desvela a problemática categorização dos fazeres, presente de forma mais geral no universo que nossa socialidade classifica como “trabalho”.

A perspectiva de Freidson (1996) sobre esse fenômeno inclui o controle ocupacional de várias profissões. Freidson expõe dois tipos ideais: o ofício e a profissão. O ofício seria o modelo de ocupação em que o método de controle do treinamento vocacional ocorre dentro do mercado de trabalho, enquanto que o treinamento das profissões ocorreria em salas de aula segregadas do ambiente de trabalho. No modelo de ofício “o ensino é uma atividade complementar de trabalhadores selecionados”, o que provoca uma distinção mínima entre mestre e

¹³ Para mais detalhes ver Schudson (1995), principalmente o capítulo “What is a reporter?”. Creio que o debate envolvendo a categorização do jornalismo entre “prático”/ “teórico” (e seus congêneres: “concreto”/ “abstrato”, “técnico”/ “intelectual”, “prático”/ “conceitual”) possa ser ampliado para outros contextos.

aprendiz, “dividindo os membros dos ofícios de acordo com a competência e a antiguidade atribuídas”. Já nas profissões, o ensino é em si uma atividade de tempo integral, o que provoca uma distinção mais aguçada, pois “alguns membros ocupam uma posição institucionalizada de autoridade cognitiva e não necessitam se envolver na prática”, podendo desenvolver conceitos e teorias mais abstratos. O modelo de Freidson se torna problemático quando nos aproximamos de atividades “intelectuais”, em que não há uma cisão tão demarcada entre ensino e local de trabalho. No enfoque de pesquisa aqui exposto, fica evidente que o jornalismo constitui uma mescla oscilante desses dois tipos ideais. Menos do que essências exclusivas e antagônicas, trata-se de dois pólos relacionais (“prático” e “teórico”) que se instituem em recursos de luta.

“Com efeito, os profissionais tendem a considerar os padrões acadêmicos e científicos irremediável e injustamente pouco práticos, ressentindo-se contra os que os formulam e promulgam. O ensino das profissões cria assim uma aguda e problemática divisão entre profissionais e autoridades acadêmicas, criando uma classe cognitiva no seio da profissão.” (FREIDSON, 1996, p. 146)

As leituras realizadas no campo da sociologia das profissões exigem por isso cautela. O jornalismo, dentro de certa vertente desse campo de estudos, é caracterizado como uma prática “cujo status profissional é bastante “diluído” pela ausência de uma base cognitiva consistente” assim como expresso por Diniz (1998).

“Quando a profissão conta com uma base cognitiva independentemente desenvolvida, estabelecida e validada – isto é, uma base cognitiva que independe do lócus da sua utilização -, o assalariamento ou o emprego em grandes organizações dificilmente expõe o profissional aos riscos da racionalização do trabalho. O contrário ocorre com os profissionais cujos títulos resultam mais da generalização do credencialismo acadêmico (e da preferência dos empregadores por empregados com educação de nível superior, independentemente do conteúdo desta e da natureza das posições ou cargos a serem preenchidos) do que de uma firme inserção na divisão social do trabalho.” (DINIZ, 1998,p.177)

Ou seja, no jornalismo não há uma *expertise*, um conhecimento altamente especializado nos moldes que as “profissões mais fortes” (BONELLI, 1993)¹⁴ como a

¹⁴ “Ser uma profissão fraca não é uma característica apenas das Ciências Sociais. A grande maioria das profissões está em condições parecidas. Ser forte é que é uma exclusividade de poucos. No caso das profissões de nível superior, pode-se dizer que só o Direito e a Medicina

medicina e o direito detêm. Essa análise comparativa contém um viés normativo perigoso ao nosso objeto: o termo “profissão” também está em disputa. Muitos depoimentos de jornalistas mais antigos referem-se ao jornalismo como um “ofício”, sem com isso evocar um conceito, mas sim querendo demonstrar com esse termo uma atitude de contraposição à exigência de diploma. Esse comportamento é marcante nas entrevistas de Vieira (1991), feitas durante a conturbada década de 80, em que alguns jornalistas se posicionam explicitamente nesse sentido. E há uma carga valorativa evidente na bibliografia (“falta de profissionalização”, “desprofissionalização”) que impinge ao pólo oposto termos negativos (“amador”, “precário”, “improvisado”).

Cumprir registrar a reflexão de Neveu (2006) sobre esse tópico.

“Seria desejável que uma profissão fosse organizada. O jornalismo seria melhor se seus praticantes saíssem de escolas especializadas, se a profissão controlasse melhor seus membros. Semelhante ponto de vista pode ser defendido. Ele supõe, entretanto, que sejam pesados os inconvenientes das profissões organizadas (as ordens profissionais francesas só tem virtudes?) e que não seja dado como enunciado científico o que é também uma visão normativa das profissões. (...) A ausência de exigência de diplomas específicos permitiu integrar à profissão uma grande variedade de competências que contribuíram para sua eficácia (jornalismo científico). (...) O fato de que a exigência de um diploma específico nunca tenha sido uma palavra de ordem dos profissionais do jornalismo se explica em parte pela dimensão mimética de certos aprendizados do jornalismo.” (NEVEU, 2006, p.39).

Menos do que aplicar tipificações que repousam num modelo ideal derivado de certos fazeres, a intenção é acompanhar um processo de criação de saberes e fazeres através da pesquisa de caso do jornalismo, o que pode ampliar o entendimento de como alguns espectros de atividade trabalhista que não apresentam conhecimentos considerados sócio-historicamente altamente especializados condicionam suas estratégias nas disputas por ser reconhecido e vinculado a uma classificação (“profissões” ou “ocupações”). Cabe destacar que o uso que faço do termo “profissão” não se refere ao uso conceitual feito pela sociologia das profissões mas se trata do uso

estão realmente nesta posição. Nem as engenharias, incluídas entre as profissões tradicionais, possuem os instrumentos de controle de mercado que possuem as duas anteriores.” (BONELLI, 1993, p.53). Mas podemos contrabalancear essa hipótese amenizando a fraqueza dos engenheiros, ao menos no contexto brasileiro, e acrescentando ao rol de profissões fortes os arquitetos conforme artigo de Maria Lígia de Oliveira Barbosa (BARBOSA, 1993, p. 133- 135).

nativo. Em certa medida para a pesquisa aqui empreendida, o termo “profissão” é mais um elemento de disputa e não um instrumental analítico¹⁵.

Num universo como o da socialização de novos jornalistas em que as categorias de “prática” e “teoria” estão em jogo, alguns cuidados vocabulares são necessários. Durante a exposição utilizarei o termo “fazer” ou “afazeres” visando deixar o texto mais claro devido ao uso êmico constante do termo “prática” pelos nativos pesquisados.

No capítulo 2 faço um apanhado histórico seletivo (década de 50, ditadura, década de 80) em que traço alguns movimentos amplos de como se dá o jogo de categorizações do jornalismo, articulando disputas empresariais, implantação de novas tecnologias e relações com o campo político (tendo o foco nos regimes militares e nos sindicatos) e o campo acadêmico (principalmente na figura do diploma).

No capítulo 3 faço algumas reflexões sobre o processo de entrada em campo nas duas empresas aqui abordadas, além de delinear melhor meu posicionamento social frente à temática de pesquisa, visto que sou formado em jornalismo, apesar de não exercer a profissão. O contraponto da experiência acadêmica em antropologia será acionado em movimento pendular durante o texto.

Os conceitos de campo e habitus serão abordados no capítulo 4, em que aponto os principais eixos de poder que forjam o jornalismo diário empresarial paulistano contemporâneo.

O marcador social geracional é o que serve de espinha dorsal a essa pesquisa. A contraposição entre jornalistas estabelecidos e novatos revelou disparidades importantes, creio que não só devido ao enfoque da análise (que privilegia o confronto de visões entre diferentes gerações que ingressaram no jornalismo), mas também devido às modificações operantes nos últimos 30 anos nas redações. Não é a toa que o estudo antropológico de Travancas (1993) dedicado ao jornalismo feito durante a década de 80 tenha um capítulo destacando a segmentação geracional¹⁶. Porém gênero e marcadores

¹⁵ Não gosto de usar a terminologia “divisão” do trabalho. Esse termo pode colocar a impressão de que haveria um todo anterior de atividades que seriam divididas, repartidas entre as diferentes ocupações, o que evoca um certo funcionalismo. As “profissões” são fazeres que inventam uma função e que podem desaparecer no momento que não conseguirem mais replicar criativamente essa função.

¹⁶ Bergamo (2009b) propõe uma reflexão interessante sobre o ofuscamento produzido por esse enfoque.

racionalizantes também ajudaram a construir melhor o quadro das mudanças pelas quais as redações passam: cada vez mais feminilizadas permanecendo, entretanto, monocromáticas. É o que abordo no capítulo 5, explorando também as cisões de classe.

O capítulo 6 explora os conceitos de “objetividade” jornalística novamente invocando uma comparação com o campo acadêmico, explorando as relações e as ações empreendidas para que um relato “objetivo” seja criado, além de abordar as concepções de “público” que guiam os enfoques e os enquadramentos das notícias.

Em resumo, pretendo delinear a partir de etnografias e entrevistas¹⁷ realizadas o que são relações de disputa e o que é ação (principalmente a partir da classificação, hierarquização e oposição entre categorias como: “teórico”, “prático”, “técnico”, etc.) para os agentes envolvidos (aprendizes e veteranos) na socialização dos jornalistas principiantes no ambiente de trabalho. O objetivo é imaginar o fazer jornalístico sem caracterizá-lo de antemão como “prático” ou “teórico”, acompanhando algumas linhas fortes dessa disputa por caracterizar esse fazer. Penso que uma antropologia da mídia pode contribuir no conhecimento social primeiramente trazendo à tona as diversas lógicas escondidas por trás do termo “mídia”. Em segundo lugar, atentando para o discurso dos agentes levando a sério possíveis deslocamentos que eles possam propiciar no plano teórico¹⁸.

¹⁷Nesse texto não revelo o nome verdadeiro dos agentes quando penso que revelar o nome dessas pessoas pode prejudicá-las na obtenção ou manutenção do seu emprego. O sigilo sobre os nomes de jornalistas consagrados é questão de difícil resolução. Considero que os cursos são espaços suficientemente públicos para que as declarações desses profissionais possam ser invocadas numa tese. Aguardo compreensão e diálogo construtivo com os possíveis descontentamentos provocados pelo tratamento textual aqui empreendido.

¹⁸Para Stengers (2002), “levar a sério” os nativos não é considerar o que eles dizem como “verdadeiro”. Por exemplo, no caso abordado por ela, “levar a sério” é considerar como relevantes para as inflexões da análise o espanto dos nativos com as inscrições produzidas sobre eles: “levar a sério” a revolta dos cientistas quando são colocados sob a perspectiva de “construção social da realidade”. O que não é simplesmente aderir à visão positivista de “reflexo” ou “espelho” de uma natureza já dada, mas fazer a imaginação conceitual trabalhar sobre esse aspecto.

“Se pudesse decidir se devemos ter um governo sem jornais ou jornais sem governo, eu não vacilaria um instante em preferir o último.”

Thomas Jefferson [frase citada por Otávio Frias Filho]

EMPRESAS E DIPLOMA

O recorte empírico para a realização da pesquisa se concentrou em dois cursos de jornalismo oferecidos por duas empresas paulistas (Grupo Estado e Grupo Folha) que possuem posições dominantes no campo jornalístico brasileiro, atuando majoritariamente na área de jornalismo impresso diário, ainda que também possuam ramos de atividade em outros suportes como portais da internet, agência de notícias, projetos incipientes de revista e uma estação de rádio (no caso do Grupo Estado). São jornais que atuam majoritariamente na megalópole de São Paulo, o que implica em maior autonomia de trabalho para os jornalistas em relação a suas fontes.

“Ela [imprensa pequena, nas pequenas cidades] é levada a selecionar os personagens, os acontecimentos que valorizam um “nós” territorializado, por isso a importância dada às vitórias locais e à vida associativa e, correlativamente, a extrema prudência na cobertura de tudo o que pode gerar conflito entre os atores do local, além da quase inexistência de furos sobre os “escândalos” que ponham em discussão os poderes locais.” (NEVEU, 2006, p.57).

“Outra característica importante do mercado de trabalho para jornalistas no Brasil é a fragilidade dos mercados regionais: dependentes dos governantes de plantão, a pobreza dos veículos regionais acaba deixando aos jovens mais inquietos a busca de vagas nos grandes veículos do eixo Rio-São Paulo – e principalmente de São Paulo -, como única opção para se buscar um trabalho mais autônomo, menos vinculado às injunções do imediatismo dos interesses dos proprietários, geralmente atrelados a políticos locais. Na cidade grande, o grau de autonomia dos próprios veículos é outro.” (GHEDINI, 1998, p.253).

As tiragens dos principais jornais desses grupos empresariais oscilam de 250 a 350 mil exemplares, dependendo do dia. Em edições especiais, que abordam algum acontecimento marcante ou oferecem produtos promocionais (como cd's, dvd's e livros, por exemplo) a tiragem pode bater 1 milhão de exemplares. A variação na tiragem acompanha as projeções que as empresas têm sobre o leitor imaginado. Os jornais têm

mais páginas no final de semana, pois, conforme a rotina do “público-alvo” imaginado, presume-se que os leitores têm mais tempo de ler nesses períodos.

Além dos jornais principais (no jargão profissional “quality papers”), no ramo dos produtos impressos cada empresa possui jornais “populares”, com tiragens que oscilam entre 60 a 80 mil, majoritariamente vendidos em banca, ao contrário dos jornais principais que têm o grosso de suas vendas através de assinaturas: há um valor simbólico no número de assinantes que denota uma relação duradoura de confiança, prestígio e credibilidade às empresas. A maioria das comparações é feita entre os “quality papers”. Raramente comparam-se os dois jornais “populares”. É como se eles não fossem relevantes nas dinâmicas de distinção.

Uma rápida incursão ao histórico das duas empresas¹⁹, tendo como pano de fundo uma visada mais geral sobre a história da mídia impressa brasileira a partir da segunda metade do século XX, complementará algumas facetas importantes para a pesquisa. O intento aqui não é esboçar um quadro histórico exaustivo, mas se apropriar de certas narrativas historiográficas feitas a respeito de três períodos importantes para a análise empreendida: a década de 50, a ditadura militar e os anos 80. O modo como são encadeados esses períodos propiciam reflexões interessantes para o rumo aqui empreendido.

Marco incontornável para a análise, a década de 50 recebe grande destaque na bibliografia. É nesse momento que começa uma gradativa “modernização” e “profissionalização” (dois termos altamente normativos) da imprensa, com a adoção da forma-notícia e dos primeiros manuais de redação (de circulação restrita às redações), extinguindo o chamado “nariz-de-cera”: a introdução rebuscada com que se iniciava um relato (RIBEIRO, 2002)²⁰. A forma-notícia delimitou uma comunidade discursiva

¹⁹ Para uma análise histórica de maior fôlego ver Capelato e Prado (1980), Mota e Capelato (1991), Taschner (1992) e Martins e Luca (orgs., 2008). Tento aqui construir um itinerário com fins esquemáticos para uma aproximação rápida ao objeto de estudo.

²⁰ Importante ressaltar o caráter flutuante dessa divisão entre diferentes formas de discurso. As fronteiras entre jornalismo e literatura nunca se estabilizam por completo, dependendo sempre das disputas simbólicas empreendidas nos dois campos. Por exemplo, no *new journalism* estadunidense da década de 60/70, o emprego de técnicas narrativas literárias era visto como enriquecedor num relato jornalístico. Interessante frisar aqui as ressonâncias recíprocas entre estilo de escrita e recrutamento no *new journalism*: “A entrada no campo jornalístico de jovens diplomados, marcados pela sensibilidade crítica das universidades dos anos 1960, se produz então num contexto no qual a profissão sofre a influência de práticas cada vez mais sofisticadas usadas pelas fontes para administrar sua relação com a imprensa. Um texto mais

própria²¹, já que os primeiros jornalistas brasileiros eram provenientes do campo da literatura e do Direito, além de coadunar com as necessidades de padronização da produção exigida pela publicidade (caso uma notícia precise ser editada devido a entrada de algum anúncio, o corte será feito nas últimas linhas: os primeiros parágrafos concentram o fundamental da notícia). Na acepção de Ortiz (1988) essa é a fase de incipiência de uma indústria cultural e de um mercado de bens simbólicos no Brasil, marcada pela “precariedade” e pelo “improvisado” na memória de seus agentes. Taschner (1992), em seu estudo de caso sobre o conglomerado jornalístico formado pelo Grupo Folha, identifica nesses primeiros esforços um sentido de maior padronização e dominância da lógica empresarial, mas ainda de forma restrita, no período em que Nabantino Ramos esteve no comando do jornal de 1945 a 1962. No Grupo Estado, Cláudio Abramo foi um dos principais mentores do processo de “modernização” e “profissionalização” desse período (implantação de rotinas de planejamento para a cobertura de grandes eventos; critérios mais padronizados para a inserção de publicidade na diagramação, antes medida com barbantes; modificação nas formas de escrita com o início da utilização da forma-notícia: extinção do “nariz-de-cêra” e exclusão de palavras consideradas rebuscadas ou antigas) que permitiram um adiantamento de horas no horário de fechamento da edição. Para os fins dessa pesquisa, importa destacar que grande parte dessas mudanças ocasionaram a demissão dos jornalistas estabelecidos (vistos como “boêmios”) por jovens saídos da universidade.

As modificações operadas durante a década de 50 servirão de fomento para a criação de uma identidade laboral unificadora. Fruto dessa construção, a greve de 1961 na imprensa paulistana marca um momento de organização e pressão por reconhecimento dos jornalistas. É também a partir das reivindicações dessa movimentação que a obrigatoriedade do diploma será instituída, anos mais tarde.

subjetivo, mais atento aos personagens não-oficiais surge, então, como um dos meios possíveis de ser menos dependente das fontes institucionais, mas também, para os responsáveis pelas publicações, de recuperar leitores jovens” (NEVEU, 2006, p.131). Para o contexto brasileiro ver Souza (2003). Atualmente o livro-reportagem catalisa esse jogo de aproximação e distanciamento entre os dois campos. Ver Lima (1993).

²¹ Especificamente sobre o contexto paulista ver Neves (2005) para um estudo sobre o Suplemento Literário do Diário de São Paulo nos anos 40. Cabe lembrar que após a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em São Paulo, o incipiente campo intelectual formado na universidade também começa a atuar nos meios jornalísticos paulistas. Ver o trabalho de PONTES (1998), sobre o Grupo Clima.

“A greve de 1961 era um movimento de auto-afirmação de uma categoria profissional. Havia muita coisa a ser conquistada – o piso salarial, a legislação regulamentadora da profissão e até mesmo o sentido de uma categoria de trabalhadores, com sindicato e patrões de verdade para serem enfrentados. É possível que após essa vitória, os jornalistas tenham vivido um rápido apogeu enquanto uma profissão de trabalhadores regulares para, em seguida, entrar num movimento de declínio dessa realidade social.” (GHEDINI, 1998, p.80)

As inovações estilísticas proporcionadas pela forma-notícia são formuladas, na bibliografia sobre o assunto, na chave de um progressivo aumento da “objetividade” jornalística. A história do jornalismo é contada como uma marcha rumo a padrões mais objetivos e neutros e um dos marcos mais expressivos dessa neutralidade seria a forma-notícia. A forma-notícia marca uma ruptura nas formas de fazer jornalismo da qual não é mais possível voltar atrás.

Esse tipo de história evolucionista oferece inteligibilidade mas oblitera aspectos importantes. É preciso estabelecer para cada contexto quais as relações entre jornalismo e política: o que é fazer jornalismo e o que é fazer política em dado momento histórico? Quais as estratégias para angariar certa faixa de leitores levando em conta as manobras para explicitar ou não posicionamentos políticos? Em que área do jornal esses posicionamentos podem ocorrer (editoriais, reportagens, etc), em que suporte (jornais diários, revistas semanais, blogs, etc)? “Ocultar meio século em que um jornalismo engajado teve um papel central equivale a reescrever a história do ponto de vista dos vencedores” (NEVEU, 2006, p.32). A história do jornalismo, vista como uma evolução em que o campo jornalístico vai ganhando cada vez mais objetividade, apesar de ser um modo de encadear diversos processos que fornece inteligibilidade importante na comparação histórica, não deve ofuscar entretanto o fato de que há outras formas de articulação entre jornalismo e política, que acompanham as mudanças em curso nos dois campos. O exemplo recente é o verbo “editorializar”. No jornalismo atual tacitamente se aceita que o público tem demandas por um conteúdo mais opinativo. O grande dilema se encontra na forma como essa demanda será suprida. Essa decisão pode levar o veículo a perder prestígio sob acusações de não apresentar neutralidade (“editorializou demais”). É preciso saber a hora de ser defensor da objetividade e quando as condições permitem que outras pressões ganhem legitimidade para pautar as decisões jornalísticas, como no exemplo recente de engajamento do Grupo Folha nas Diretas Já.

O abandono do jornalismo mais “político”, defensor de causas, evidenciado na adoção de uma forma expressiva vista como mais próxima da “verdade”, mais “concisa” e “direta”, contém uma ambigüidade quando vista pelos estudos acadêmicos: além de um marco evolutivo nos modos de fazer “objetividade” no jornalismo é também um marco inaugurador de uma nova forma de se fazer política, que ao invés de artigos inflamados de posicionamentos explícitos passa por outras dinâmicas, nos enquadramentos e omissões²², sempre tendo em vista o aumento das tiragens ou a conivência com o poder. Ou seja, essa singularidade vista como um avanço nos critérios de “neutralidade” suscita também desconfianças: denuncia-se a pretensa “imparcialidade” da mídia de conluio com objetivos de mercado e do poder estabelecido.

Um segundo período dessa rápida historicização é o regime militar. A ditadura está incrustada no imaginário jornalístico brasileiro, principalmente na figura de Vladimir Herzog, jornalista morto nas dependências dos aparatos de tortura. A avaliação da credibilidade jornalística dos veículos atuais é feita na maior parte das vezes mobilizando como baliza a atuação das empresas durante o golpe militar. Na história recente da imprensa brasileira, o período da ditadura militar sempre é acionado como uma forma de avaliar, de julgar, a atuação das empresas jornalísticas, desencadeando reflexos duradouros para o prestígio dos veículos que se estendem até os dias de hoje. A reconstrução histórica das relações entre mídia e ditadura militar é um ponto-chave para auferir capital jornalístico: atitudes heróicas contra a censura instaurada, em que jornalistas intrépidos brigavam pela publicação de cada vírgula, são lembradas e impulsionam, no presente, a trajetória dos agentes. E isso toma um caráter extremamente visceral contemporaneamente. Aqui retrato alguns acontecimentos do campo de pesquisa.

Luiz Carlos Ramos, uma das figuras-chave do curso do Grupo Estado, lembrou em uma das suas aulas a cobertura do jogo de basquete da seleção brasileira feita nos anos da ditadura em que foi criticado. Por problemas técnicos o hino não foi

²² Dessa premissa derivam diversas linhas teóricas: teoria do gatekeeper (a seleção de notícias é determinada por critérios dos editores posicionados hierarquicamente em condições de definir quais acontecimentos não merecem cobertura jornalística), teoria do agendamento (menos do que determinar o que as pessoas pensam a mídia determina sobre quais tópicos a agenda pública deve abordar), *framing* (o poder midiático reside nas maneiras de enquadramento e de enfoque dos assuntos abordados).

tocado e os jogadores cantaram o hino sem o acompanhamento da banda. “Eu não fiz apologia da ditadura. Eu relatei um fato. Eles [os jogadores] não apoiavam a ditadura mas seu país, que eventualmente era governado por um ditador”. Em outro momento Luiz aponta para a complexidade das definições de posicionamento político do Grupo Estado. “Embora os donos do jornal sejam conservadores, de direita, deram emprego para várias pessoas de esquerda fugidas de ditadura”.

Um dos fatores distintivos mobilizados a favor do Grupo Estado é a sua extensa história, “de mais de 130 anos”. É interessante observar como se dá essa construção de uma tradição na fala do principal coordenador do curso da empresa (Ornellas) logo nos primeiros dias de atividade. Os eventos políticos aparecem com toda a força nessa narrativa. No início, o Grupo Estado difundiu ideais republicanos, abolição da escravidão, o voto feminino, a livre iniciativa, o voto direto, o ensino universal; apoiou a revolução de 1932 e “fundou a USP”. O período em que o jornal ficou “ocupado” pelo governo Vargas (1940-43), durante o Estado Novo, “não conta” na cronologia do jornal. O envolvimento do veículo em 1964, quando apoiou o Golpe Militar, é visto como um “erro”, prova disso é que em 1968 foi contra a censura do AI-5.

Um episódio conflituoso envolvendo as intervenções mais voltadas para o aspecto comercial foi a aula de etiqueta com um especialista em marketing pessoal. Segundo o coordenador do curso, essas aulas são importantes pois os focas irão participar de eventos cerimoniais públicos ou entrevistar pessoas importantes em restaurantes “chiques”. Trata-se de uma mescla tosca de concepções de mundo firmadas sobre princípios empresariais (“o mundo é predatório”, “pessoa também é produto”, “roupa é embalagem”) e dicas de como se comportar na mesa. O professor ensina qual a ordem correta de utilização de cada elemento na mesa e dá conselhos para situações embaraçosas. Os focas perguntam sobre detalhes: “o que fazer quando não gostou da comida?”, “Quem deve pagar a conta, após uma entrevista?”, “E se o entrevistado pedir um prato muito caro?”, “O guardanapo fica no colo ou estilo babador?”, “Qual o modo correto de cruzar as pernas?”. Vários focas já experienciaram um jantar de gala, pois mobilizaram alguns exemplos pessoais de quando tiveram algum tipo de atrapalhão numa situação dessas. Porém, como as perguntas mostram, não se tratava de uma experiência corriqueira: havia dúvidas sobre os procedimentos. Após essas aulas vários

focas comentaram, sempre em conversas mais reservadas, como acharam ridículo participar dessa atividade²³.

Na metade de sua aula, o especialista responsável por essa atividade revelou que já foi do SNI na “época da revolução”. Ele foi agente de operações e fez treinamento anti-guerrilha na Amazônia. Há um silêncio, um mal-estar na classe, que antes estava sorridente com as gracinhas das performances dessa espécie de showman. Logo após a revelação fomos a um andar superior no prédio para aprender modos à mesa. Os focas são levados até o andar em que se encontra o restaurante da empresa onde uma mesa está preparada com diversos pratos, talheres e copos para que dúvidas sobre o comportamento correto à mesa sejam dirimidas. No elevador comentários: “Como ele pode falar uma coisa dessas numa sala de jornalistas?”, “Putá cara idiota!”. Antes de começar a discorrer sobre talheres e a forma certa de cruzar as pernas, alguém cutuca: “É tabu para você falar de sua época de exército?”. Nesse momento começa um dos discursos mais conservadores que já assisti em toda a minha vida: “Houve excessos dos dois lados: onde já se viu matar um jovem de 19 anos na porta do quartel!”. Os focas retrucam: “Mas e o Vladimir Herzog?”. “Aquilo foi queima de arquivo. Os militares não fizeram nada, o cara era intelectual e já estava preso. Tinha gente infiltrada nos dois lados, igual filme de espião”. No embalo, sobram críticas a Lula, ao ateísmo de José Dirceu, encadeando de forma impressionante todos os chavões mais conservadores e caricatos possíveis. Para finalizar com chave de ouro o especialista encerra o assunto dizendo que em outro momento “contaria mais histórias da TFP, dos maçons”.

O comportamento do Grupo Folha durante a ditadura é visto como “anódino” até mesmo por Otávio Frias Filho²⁴, dono da empresa e da redação do Grupo Folha. Interessante notar a necessidade de justificar esse comportamento de não-enfrentamento à censura, alegando motivos comerciais, como faz Otávio Frias Filho em entrevista para a tese de Ribeiro (1992). Esse tipo de argumentação, recorrente na bibliografia, se

²³ Confesso que estar frente a frente com quem compactua ou se esforça por justificar as torturas e execuções de um regime político autoritário foi chocante. Ainda mais quando ele está falando para uma platéia de jovens um discurso exaltando o mercado.

²⁴ Depoimento de Otávio Frias Filho sobre mudanças da década de 80: “É o momento em que nasce a preocupação de ampliar a carga opinativa do jornal e de repolitizá-lo. Seja porque a Folha tinha assumido uma característica muito anódina do ponto de vista político no período mais intenso de restrições por parte do regime militar, seja porque o país no início do governo Geisel estava experimentando um período de abertura e efervescência latente que nos anos seguintes se tornaria ainda mais visível” (VIEIRA, 1991, p.16). Durante o trabalho de campo um editorial do jornal causou polêmica ao designar o período militar de “ditabranda”.

escora na comparação com o Grupo Estado e tenta explicar o porquê do comportamento mais combativo desse jornal nesse período: devido a sua maior consolidação no mercado e no campo jornalístico, aliado aos seus posicionamentos políticos favoráveis ao *status quo*, o Grupo Estado seria mais tolerado pela censura.

É também no período da ditadura que ocorre certa confluência política entre jornalistas e empresa.

“Durante o regime militar, quando alguns veículos foram submetidos aos rigores da censura, a luta pela liberdade de expressão serviu para aproximar em vários momentos os jornalistas das empresas. Há histórias de diretores e mesmo empresários que esconderam em suas empresas – e até mesmo em suas residências – jornalistas perseguidos pela polícia política. Assim como houve também, em sentido inverso, empresas que deixaram de contratar jornalistas fichados pelos órgãos de repressão. Mas a tônica dominante no decorrer dos anos 1970 foi a da aproximação. Foi também um período em que a questão salarial passou a um segundo plano.” (GHEDINI, 1998, p.259).

Ghedini (1998) correlaciona o crescimento da classe média durante o regime militar com o crescimento da mídia²⁵. Apesar da censura aos meios jornalísticos houve um aumento das oportunidades de carreira para jornalistas na década de 60 e 70 devido a facilidade para linhas de crédito e financiamento (compra de equipamentos de impressão, principalmente) oferecida pelo regime militar, tendo em vista um projeto de integração nacional e de angariar a simpatia dos meios de comunicação. Isso resultava em melhores condições financeiras em comparação com os padrões atuais²⁶ já que a década de 80 coloca fim ao período de crescimento contínuo do mercado de trabalho,

²⁵ “Na década de 1960, as grandes empresas estavam ocupadas em criar as bases para os conglomerados do setor, aproveitando-se das isenções fiscais e outras vantagens oferecidas pelo governo para promover a concentração do capital. Já vimos que as empresas passaram a investir em seus parques gráficos para, com isso, obterem ganhos de escala, propiciando inclusive uma acumulação para saltos maiores no futuro. Tudo isso foi facilitado pela nova tecnologia de impressão que entrou em funcionamento nos anos 1960, a offset. As empresas editoras e jornais e revistas passaram a investir também pesadamente em circulação.” (GHEDINI, 1998, p.59)

²⁶ “Eu comecei a trabalhar em jornalismo nos anos 60, quando o mercado começava a se profissionalizar. As pessoas ganhavam salários que permitiam comprar livros, se vestir, viajar ao exterior. Como repórter da *Veja*, sem nenhum título, como repórter iniciante, fui à Europa pela primeira vez, comprei um fusquinha de segunda mão, mas comprei um carro... com um ano de salário [depoimento de Marcos Sá Corrêa].” (VIEIRA, 1991, p.40).

concomitante ao aumento do número de formandos: surgem os “filhos da pauta”, menção pejorativa dos jornalistas estabelecidos à nova geração saída das faculdades que entram nas redações após um período de intensas reformulações no fazer jornalístico, em que as funções de pauteiro e repórter foram mais rigidamente definidas.

A bibliografia sobre o final da década de 70 e começo da de 80 deve ser lida tendo como eixo as profundas modificações no campo jornalístico paulistano nesse período.

“O processo extremamente veloz de substituição geracional ocorrido no interior do jornalismo brasileiro pode ser observado de perto pela experiência da Folha de S. Paulo, que na década de 80 implantou, através do ‘Projeto Folha’, um rápido programa de modernização do veículo. Este projeto, levado a cabo por jornalistas na faixa de 25 e 35 anos, reformulou não apenas a fisionomia gráfica do jornal, como também o seu conteúdo: matérias mais curtas; maior número de cadernos especializados; maior ênfase na parte cultural do órgão; maior aproximação de setores intelectualizados ligados à Universidade; maior atenção ao público jovem. (...) O programa da Folha de S. Paulo de atingir setores mais jovens do mercado é seguido por outros veículos como, por exemplo, pelo Estado de S. Paulo e pelo Jornal da Tarde. As pesquisas orientam a direção a ser seguida: nova programação visual, cadernos jovens, maior quantidade de assuntos relacionados à televisão, games, vídeo etc”. (PEIXOTO, 1998, p.33-34).

O livro mais citado é o de Carlos Eduardo Lins da Silva (1988)²⁷, um dos responsáveis pelas mudanças na redação do Grupo Folha (informatização, mudança político-editorial, reformas gráficas, demissões, etc), que retrata esse período. Todos os relatos enfatizam a brutalidade dos procedimentos adotados pelo Grupo Folha. O trabalho de Ribeiro (1992), professor universitário de jornalismo que vai para as redações nos anos 80²⁸, também contempla as modificações que ocorreram no Grupo

²⁷ A polêmica se estende na segunda edição do livro, em 2005.

²⁸ *“Professor de jornalismo e com longa experiência em jornal universitário, sofreu intenso impacto ao ingressar, no final de 1985, na Folha de S. Paulo, então uma das empresas que mais avançara na modernização. Em contraposição com a linguagem científica, a pesquisa desinteressada e a relação docente “carinhosa”, defrontei-me com uma dinâmica da tarefa mental submetida a normas industriais, um ritmo de trabalho freqüentemente embrutecedor e relações humanas tensas e não raro autoritárias”*(RIBEIRO, 1992,p.6).

Estado nessa década, mas descrevendo as mudanças, comparativamente ao Grupo Folha, como mais amenas, menos drásticas²⁹.

Todas as críticas ao Projeto Folha (denominação sob a qual foram batizadas essas mudanças no Grupo Folha: uma série de diretrizes, divulgadas através de um manual, que reformulavam o fazer jornalístico da empresa, postulando uma postura mais “técnica” concretizada na concepção de um jornalismo “pluralista”, “crítico” e “apartidário”, palavras de ordem comumente repetidas até hoje) versam sobre o domínio da lógica empresarial sobre a lógica jornalística - utilizando o esteio de análise proposto por Taschner (1992) que elabora uma escala progressiva e etapista de formação dos conglomerados midiáticos na direção de um domínio da lógica de mercado -, o uso político do jornal para fins mercadológicos e a caracterização do jornalismo como um trabalho em que fortes elementos “intelectuais” atuam, mas que, no entanto, estariam prejudicados por essas mudanças³⁰. A ênfase nos fatores mercadológicos é tão marcada que pode dar a impressão de que algo inédito aconteceu, e que antes dos anos 80 não existiam fatores empresariais na imprensa.

“Observar o peso crescente do campo econômico sobre o campo jornalístico suscita uma série de questões: a imprensa foi um dia uma atividade filantrópica? Não passaria de uma conversa apocalíptica sofrer por causa do avanço de uma mercantilização tão frequentemente denunciada que se poderia perguntar o que ainda lhe falta conquistar? Como objetivar a realidade do fenômeno?” (NEVEU, 2006, p.161)

²⁹ “Sucederam-se na FSP anos de enorme crispação. Passou a reinar um inédito clima de terror, que afetava tanto a “massa” como as próprias chefias conforme verifiquei pessoalmente no cotidiano da redação e era voz corrente no seio da categoria.” (RIBEIRO, 1992, p.105).

³⁰ “O jornalismo abre seu caminho entre a imediatez, que desperta interesse e provoca emoção, e um nível médio de “teoria”, de reflexão, que assume diferentes graus de distanciamento, seleção e globalização – sem eles não há notícia.” (RIBEIRO, 1992, p.10).

“Mesmo considerando que o jornalismo é um trabalho intelectual, o que ocorre nesse caso é que boa parte dele passa a ser desprovido de qualquer participação intelectual criativa. Na reforma promovida pela Folha de S. Paulo, na década de 80, esse aspecto chega ao extremo de o repórter sentir-se como um “gravador humano”, segundo a expressão utilizada por André Lamounier, um dos ex-alunos dos cursos das empresas entrevistado: o texto é de tal forma esquematizado, o espaço reduzido e o tempo tão escasso que a única opção do repórter é pegar a declaração da fonte e reproduzi-la, sem possibilidade de cotejar o conteúdo com outras declarações ou de realizar uma pesquisa, por mínima que seja, para apontar incongruências com os fatos. O espaço da criação – e até certo ponto da fruição do trabalho jornalístico – é reservado às “estrelas”, como são jocosamente chamados nas redações os colegas mais conhecidos, geralmente com colunas assinadas, e que transferem ao veículo a popularidade, adquirida ao longo dos anos de trabalho ou devido à participação na mídia eletrônica” (Ghedini, 1998, p.50).

Se na bibliografia que aborda a década de 50 fica claro um certo viés de melhoramento da qualidade do jornalismo, na literatura dos anos 80 a impressão é de decadência e regressão. Se na década de 50 as demissões são vistas como uma medida para consolidar um papel profissional (expulsando os antigos jornalistas “boêmios” que não sabem lidar com os novos formatos textuais incorporados em definitivo dali em diante), na década de 80 as demissões são fruto de uma guinada mercadológica desenfreada acoplada a novos métodos de produção (computadores) violentamente implantados, que não necessariamente são vistos como um avanço: o tempo ganho com a agilidade permitida pelo novo instrumental é gasto na maioria das vezes não para o fechamento da edição, mas para adiantá-la e conseguir uma distribuição mais rápida, além de fixar os jornalistas por mais tempo na redação, o que na visão dos jornalistas mais experientes é prejudicial para a investigação de reportagens nas ruas³¹.

O manual de redação, que nos anos 50 não era publicizado para além dos muros das empresas e era visto como uma forma de “profissionalizar” o jornalismo, otimizar recursos e colocar uma uniformidade textual que reforçaria os esteios do jornalismo (a forma-notícia seria mais propícia a “objetividade” e à divulgação da “verdade”), nos anos 80 é visto com extrema desconfiança no meio jornalístico. Com a incorporação das técnicas da forma-notícia os manuais nos anos 80 e começo dos 90 explicitam as diretrizes editoriais dos jornais de maneira ampla e vaga (“pluralidade”, “apartidarismo”) para além das redações, se instituindo como uma prova de transparência para o público. Há um cuidado para que os manuais não sejam vistos como uma espécie de injunção dos donos dos jornais, provocador de “engessamentos” no trabalho dos jornalistas, mas como um referencial “técnico” e de padronização para dirimir dúvidas sobre grafia de palavras, termos jurídicos ou econômicos, localização geográfica e rudimentos de matemática.

Mais acentuadamente, na década de 80, o Grupo Folha adota novas diretrizes editoriais, abre suas páginas para publicar artigos de vozes discordantes ao regime

³¹ Depoimentos de Joel Silveira, correspondente brasileiro na Segunda Guerra Mundial, e Ricardo Kotscho, marcam bastante essa diferenciação entre um passado memorável, em que os repórteres realizavam milhares de peripécias para obter uma reportagem, e um presente em que a tecnologia (na figura do telefone principalmente, mas também do computador) desvirtuou o trabalho jornalístico (DANTAS,1998). Cabe lembrar também a frase de abertura do livro organizado por Audálio Dantas: “‘Repórteres, meu senhor, são pessoas que perguntam’ – esta é uma definição quase perfeita de repórter. Não está em nenhum manual de redação, nem em qualquer dessas alentadas teses de doutorado em jornalismo”(p. 9).

militar ditatorial que se instaurou no país de 1964 a 1984, se empenha numa coalizão política com intelectuais e movimentos sociais a favor das “Diretas Já” em 1984³² e, logo após, também apresenta editoriais favoráveis ao impeachment do presidente Collor, ganhando um impulso no seu status que ainda atualmente sustenta o jornal como um dos maiores do país³³. Coincidentemente destaca-se aqui novamente a iniciativa, dentre outros, de Cláudio Abramo no controle da redação: figura-chave na história do jornalismo paulistano na segunda metade do século XX. Figura contraditória (um comunista que se empenhou em consolidar uma empresa burguesa³⁴) que, de acordo com Ribeiro (1992) atuou nos dois momentos de “modernização” da imprensa com estratégia semelhante. Utilizou o recrutamento de novatos no jornalismo para desbancar os possíveis recalcitrantes nas redações, sempre impingindo aos que se opunham a pecha de serem “tecnicamente” incapazes de acompanhar as mudanças irrefreáveis em curso.

³² *“Para os jornalistas, foi um momento glorioso porque são raras as oportunidades em que se pode viver com tanta intensidade fenômenos como esses, em que a linha editorial adotada pela direção da redação coincide de forma tão marcante com as aspirações da população, majoritariamente, e portanto dos próprios jornalistas. Boa parte dos jornalistas da Folha tinha seus nomes estampados no anúncio publicado na própria Folha, no dia da grande manifestação pelas diretas no Vale do Anhangabaú, em São Paulo (16 de abril de 1984). Sob o título no alto da página (“São Paulo volta às ruas hoje para exigir diretas já”) mais de 1600 jornalistas assinavam o anúncio com o título “Jornalistas pelas Diretas” em que convocavam a população a participar da caminhada entre a Praça da Sé e o Anhangabaú, ao mesmo tempo em que davam um alfinetada nos outros veículos de comunicação que se negavam a cobrir o movimento pelas eleições diretas, dizendo que é “dever dos meios de comunicação divulgar à opinião pública as manifestações que refletem uma aspiração nacional: eleição direta já”. A página toda é dedicada à manifestação e contém um roteiro dos acontecimentos em São Paulo e nos outros Estados” (GHEDINI, 1998, p.86).*

³³ *“Acontece que o público intelectualizado reserva à Folha uma atenção que não concede a outras publicações do gênero. (...) Os motivos para tanto são bastante claros, decorrendo de uma associação que perdurou por muitos anos. Muito do sucesso do jornal dependeu de intelectuais, e muitos intelectuais ganharam projeção nas páginas do jornal. Nestas se fez um pouco da história política recente do país.(...) Interessa observar que, com o passar do tempo, Folha e intelectuais experimentaram estremecimentos.”(ABRAMO[filho], 1991, p.42)*

³⁴ *Interessante notar essa tensão nos escritos de Cláudio Abramo. “O jornalismo é um meio de ganhar a vida, um trabalho como outro qualquer; é uma maneira de viver, não é nenhuma cruzada. E por isso você faz um acordo consigo mesmo: o jornal não é seu, é do dono. Está subentendido que se vai trabalhar de acordo com a norma determinada pelo dono do jornal, de acordo com as idéias do dono do jornal. É como um médico que atende um paciente. Esse médico pode ser fascista e o paciente comunista, mas ele deve atender do mesmo jeito. E vice-versa. Assim, o totalitário fascista não pode propor no jornal o fim da democracia nem entrevistar alguém e pedir: “O senhor não quer dizer uma palavrinha contra a democracia?”; da mesma forma que o revolucionário de esquerda na pode propor o fim da propriedade privada dos meios de produção. Para trabalhar em jornal é preciso fazer um armistício consigo próprio.” (ABRAMO, 1988, p. 110).*

A cisão geracional também se verifica aqui. Os jornalistas atuantes nesse período avaliam a nova geração de jornalistas como desengajados e apolitizados. Na bibliografia produzida por profissionais do meio jornalístico que capitalizaram suas experiências em obras acadêmicas versando principalmente sobre as mudanças ocorridas na década de 80, os novatos são colocados como facilmente manejáveis pelas estratégias dos donos do jornal devido a falta de referências anteriores para balizarem seus julgamentos.

“Sem referências anteriores que pudessem servir como parâmetro, os novos jornalistas que chegavam às redações nos anos 90, assumiam uma atitude de aceitação responsável das circunstâncias envolvendo o exercício da profissão. Confundiam disponibilidade para encarar, transmitir e analisar os fatos, com disponibilidade irrestrita ao trabalho em termos de cargas horárias muito acima do que diz a legislação da profissão – e mesmo a legislação trabalhista. O que contrasta com as gerações de jornalistas que chegaram às redações anteriormente, nos anos 70 e 80, que vinham de uma vida política mais agitada: a participação no movimento estudantil gerava um perfil de profissional inquieto, questionador do status quo. Nos anos 90, o jovem que se candidatava a uma vaga era mais preocupado com sua própria carreira, predisposto a aceitar as regras do mercado como as únicas a determinarem o exercício profissional, ciente da necessidade de competir bravamente para garantir uma vaga na profissão.” (GHEDINI, 1998, p.166).

Dentro desse panorama, o curso de trainees atua como uma peça estratégica nas mudanças da década de 80. Corroborando em parte o discurso dos jornalistas veteranos é inegável constatar que os novatos já são socializados no ambiente “profissional” dentro de uma nova modelagem, o que diminui entraves à imposição/implantação de normas e, no limite, implica a substituição dos jornalistas estabelecidos pela juventude saída dos cursos de jornalismo. Porém tal fato, menos do que indicar uma despolitização das novas gerações oferece subsídios para pensarmos as estratégias políticas envolvidas nas disputas sobre a construção de um novo fazer jornalístico. O relato dos antigos jornalistas nesse ponto conflui para a visão dos teóricos, esses “complicadores de mundo”. A técnica não é mais vista de forma isenta, mas permeada por direcionamentos simultaneamente políticos e jornalísticos. Os novatos no jornalismo apresentam um aspecto estratégico nas grandes mudanças que permeiam o jornalismo: são eles que

substituem os jornalistas estabelecidos demitidos por causarem atritos ao discordarem das diretrizes da empresa.

Após esse período de engajamento do jornal, em que a redação atraía diversos jornalistas de esquerda, ocorre um processo sistemático de desengajamento, em que diversos fatores confluem, concatenados: enfraquecimento das organizações trabalhistas, marcadamente com o fracasso da greve de 1979, a segunda e última grande greve do movimento sindical dos jornalistas paulistanos que, ao contrário de sua vitoriosa antecessora de 1961, foi marcada pela demissão dos principais articuladores do movimento (GHEDINI, 1998³⁵, RIBEIRO, 1992); informatização das redações que resultou também em demissões em massa³⁶, acirrando as tensões com o sindicato (que culminaria no episódio da autuação indevida da Delegacia Regional do Trabalho de São Paulo contra Otávio Frias Filho em 1985 numa das fiscalizações para checar documentação trabalhista); “divórcio” da intelectualidade acadêmica manifestado em publicações de notícias controversas (ABRAMO [filho], 1991); mudança de chefia da redação, que passa para as mãos de Otávio Frias Filho, filho do dono do jornal (situação que provocou questionamentos a respeito da competência e da legitimidade do novo ocupante do cargo), que concomitantemente encabeçou a implantação do Projeto Folha. Até hoje Otávio Frias Filho se mantém a frente da redação da empresa.

Tamanho protagonismo do Grupo Folha deixa um vácuo bibliográfico no que diz respeito ao que ocorreu no Grupo Estado durante a década de 80. As rápidas menções feitas no trabalho de Ribeiro (1992) relatam que a empresa também adotou

³⁵ Ghedini participou do sindicato dos jornalistas (entidade que se contrapunha às demissões em massa do Projeto Folha) durante a década de 80. *“Outra variável a ser considerada é o refluxo da mobilização dos jornalistas após a greve derrotada de 1979. As empresas aproveitaram-se do enfraquecimento da organização e do poder de luta dos jornalistas logo após a greve para implementar uma série de reformas, como reconhece Carlos Eduardo Lins da Silva, na época secretário de redação da Folha para a área de produção e co-responsável pela reorganização da redação ocorrida sob direção de Frias Filho a partir de 1984”*(GHEDINI, 1998, p.148).

³⁶ *“Certamente o processo de informatização das redações ocorreria de qualquer forma. Já estava mesmo atrasado no Brasil. Mas a desarticulação dos jornalistas e a recessão em que a economia vivia mergulhada – o que forçava as empresas a buscar processos produtivos mais econômicos – facilitou as coisas para o avanço da informatização na Folha, onde uma tentativa realizada anteriormente de automatizar o trabalho, em 1976, deixou de ser implementada por resistência dos jornalistas. Com as redações informatizadas, ficou ainda mais evidente a distância existente entre o preparo oferecido pelos cursos de graduação e as qualificações exigidas pelas empresas por parte de seus profissionais. O que só veio a favorecer os cursos das empresas na comparação inevitável com os cursos de graduação”* (GHEDINI, 1998, p.148).

diretrizes semelhantes ao Projeto Folha (como a instalação de computadores) alguns anos após a iniciativa do Grupo Folha, e sofreu reformulações internas tanto no âmbito administrativo quanto na direção da redação. Essas mudanças se encaminharam no sentido de solucionar atritos causados por desavenças familiares e ocasionaram nova repartição de responsabilidades e encargos entre os membros da família proprietária. Como forma de acenar para um trabalho jornalístico de maior qualidade, o controle da redação deixou de ser exercido por um membro da família Mesquita.

O surgimento dos cursos aqui analisados ocorre logo após esse último período de grande reestruturação do campo jornalístico brasileiro. A informatização das redações nos anos 80 foi um processo que resultou em atritos nas redações por implicar em demissões de revisores (atividade tornada obsoleta com os computadores) e no aprendizado de outro instrumental, evento que demarcou uma cisão geracional entre os jornalistas consolidados e a nova geração diplomada saída das faculdades e que colaborou para justificar a implantação de um curso para preparar os novos profissionais visto que as reformulações tecnológicas impactaram profundamente no modo de produzir jornalismo. Nos anos 80, também as posições de poder no campo jornalístico são reformuladas pelo súbito prestígio que o Grupo Folha adquire ao se aproveitar das mudanças políticas em curso (fim da ditadura e redemocratização dos processos políticos) para se consolidar como o “jornal da sociedade civil”, abrindo espaço em suas páginas para vozes dissidentes contrárias ao regime militar e abrigando profissionais de esquerda em suas redações.

“Os anos 1970 e, principalmente, 1980 começam a marcar as mudanças mais profundas, tendo, de um lado, a assimilação pelos veículos de seu caráter empresarial e, de outro, a maior profissionalização dos jornalistas, fruto ainda da regulamentação de 1969 e da luta sindical. A transição não se faz de forma indolor. As empresas jornalísticas brasileiras, obrigadas à competição trazida pela globalização da economia e pelo surgimento das novas mídias, e tendo perdido algumas benesses oficiais, mergulham em crise. Junto com esta entra em crise também o mercado profissional, que passa a ser predominantemente marcado pela redução salarial e pela introdução de subterfúgios destinados a driblar a legislação trabalhista. É a fase, ainda vigente, de contenção salarial; do crescimento espantoso da utilização do noticiário de agências e de press-releases para substituir a contratação de profissionais; da contratação de free-lancers (‘frilas’, no jargão das redações), sem

garantias trabalhistas, pois os profissionais são obrigados a se transformarem em pessoas jurídicas ('pejotas'). Com todos os riscos de perda de qualidade que essas práticas acarretam.”(Neveu, 2006, p.191) [apêndice à edição brasileira de Manoel Marcos Guimarães]³⁷

Os anos 90 foram um período de investimentos financeiros mal-sucedidos das empresas midiáticas como um todo³⁸. Dívidas contraídas em dólares (durante a valorização da moeda nacional) para a ampliação do parque gráfico e iniciativas com TV a cabo e internet, levaram as empresas jornalísticas a estratégias de contenção de custos que acabaram por elevar o número de free-lancers. Mais uma vez os novatos são estratégicos para as manobras de corte de gastos.

Diploma

No decorrer dessa pesquisa uma notícia extremamente importante para os rumos da análise é noticiada na mídia: o Supremo Tribunal Federal deliberou pela não obrigatoriedade do diploma para exercício da profissão de jornalista. A argumentação para tal decisão repousa em apelos um tanto simplistas de “liberdade de informação” ou “democracia”. A lei que estabelece a obrigatoriedade foi instituída durante o período militar: fato destacado num falso silogismo que vincula a ditadura ao diploma, como se esse último fosse quase que uma materialização da censura. Esquece-se, com isso, das diversas lutas sindicais que apoiaram a assinatura dos decretos³⁹, que as estratégias de

³⁷Essa situação pode ser ampliada para outros países, guardadas as importantes diferenças de contexto: *“O aumento maciço dos free-lancers desde os anos 1980 toma um outro sentido. Ele assinala um desenvolvimento espetacular da precariedade e a emergência de um verdadeiro exército de reserva, frequentemente composto por jovens, oscilando entre demissões e inserções ligeiras nas redações(...). Essa instabilidade é explorada, não sem cinismo, pelas empresas de comunicação e também pelos colegas. Ela permite mitigar os custos salariais, dispor de mão-de-obra pelos valores menos gratificantes imagináveis, introduzir uma rotatividade extrema, multiplicando os contratos por duração determinada, que pode chegar a ser de 24 horas nas mídias audiovisuais!”(NEVEU, 2006, p.48).*

³⁸ Para mais detalhes sobre os anos 90, o aporte de capital estrangeiro e crises financeiras geradas por investimentos fracassados em novos suportes ver Stycer (2007) e Martins e Luca(2008).

³⁹“O decreto-lei número 972, de 17 de outubro de 1969, estabeleceu as bases da regulamentação da profissão. Entre outras conquistas importantes para os jornalistas na ocasião, o decreto estabeleceu a jornada de cinco horas, definiu as funções jornalísticas, a exigência do diploma específico de nível superior para o exercício da profissão e o piso salarial. Desde que foi promulgada, a regulamentação da profissão é constantemente

censura do regime militar eram bem menos sutis e mais diretas⁴⁰ e que inúmeras outras profissões foram regulamentadas durante o período da ditadura (DURAND, 1975). Antes de configurar um controle de informações se tratou de uma estratégia mais geral de controle da economia no contexto de um regime totalitário⁴¹.

A contrapartida dessa argumentação é que me parece um tanto autoritária: ao aproximar uma atividade de termos como “dom” ou “talento” realiza-se uma mistificação das desigualdades operantes no social, traduz-se, numa linguagem de mérito, o que deveria ser cifrado na chave das disputas sociais e da instituição de um arbitrário cultural. Esse tipo de polêmica delineia uma profusão de argumentações desencontradas, que vez ou outra podem tocar pontos importantes como a aproximação um tanto pitoresca entre jornalistas e a culinária: o jornalismo foi comparado, por um dos juízes do STF, à profissão de cozinheiro. Uma “prática” que não exige um conhecimento específico vinculado ao ensino universitário.

questionada, se não seria mais um ato autoritário da regime militar, uma vez que foi assinada pelos ministros da junta militar. Apesar desse problema, o fato é que desde a sua promulgação a lei sempre foi tida pelo movimento sindical dos jornalistas como uma conquista, fruto das lutas da categoria e não um ato autoritário desvinculado dos interesses dos jornalistas.” (GHEDINI, 1998,p.68). “A regulamentação da profissão – que consiste essencialmente na fixação da jornada de trabalho de cinco horas e na exigência do diploma de nível superior em curso de comunicação social, habilitação jornalismo, para o exercício da profissão - , definida em decreto pela junta militar que sucedeu o general presidente Costa e Silva, em 1969, foi recebida pelos jornalistas na ocasião como uma conquista, fruto das lutas travadas nas décadas anteriores, em que o jornalismo era visto como o segundo emprego de funcionários públicos, ou então como ocupação de poetas e de boêmios.”(GHEDINI, 1998, p.110). A posição de Ghedini, que poderia nos parecer suspeita já que ele participou do sindicato, é no entanto corroborada por outros. “Apesar disso[ter sido assinado na ditadura] , o documento foi resultado de amplos debates coordenados por alguns sindicatos e contou com total apoio da corporação.” (Neveu, 2006, p.187) [apêndice a edição brasileira de Manoel Marcos Guimarães].

⁴⁰ Importante lembrar que somente na legislação de 1979 a possibilidade de contratação de um terço da redação de não-diplomados em jornalismo foi extinta (a legislação anterior, de 1968, permitia isso).

⁴¹ Fato que não é nenhuma novidade: a primeira regulamentação do jornalismo também foi assinada durante a ditadura do período Vargas. “Esse processo de renovação das relações trabalhistas numa sociedade em desenvolvimento não se restringe à imprensa. Cobre um extenso arco de atividades produtivas”. (BAHIA, 1990, p.413).

No contexto internacional a exigência de diploma é exceção⁴². Alguns autores apontam um efeito perverso de homogeneidade nos perfis devido à maior institucionalização do ensino de jornalismo através de cursos universitários, o que seria desvantajoso para uma atividade que tenta se constituir como plural a fim de retratar diversos pontos de vista⁴³.

“O efeito desses cursos de formação é levar aos postos estratégicos do jornalismo francês uma população com perfis pouco variados. Sua formação intelectual é parecida com aquela das elites políticas e econômicas, sua experiência de outros mundos sociais com frequência é limitada ao que alguns estágios do curso de formação permitem entrever. O fato esclarece a aparência familiar que transparece no tratamento dado a diversos assuntos nos diários e semanários parisienses.” (NEVEU, 2006, p.43).

O diploma para jornalismo no Brasil se consolidou aos percalços. Na década de 40/50 o diploma era um indício de “profissionalização” ainda nascente (não existiam muitas escolas de jornalismo), de institucionalização de um papel “profissional” para eliminar os “boêmios” do jornalismo, na mesma direção do processo que já se desenrolava nas redações. A obrigatoriedade do diploma, primeiro passo para o fortalecimento do ensino universitário do jornalismo, só acontece próximo de um contexto político nada atrativo para os interessados na profissão: ditadura militar, com censura nas redações contra o “perigo comunista”. Mas ainda persiste a concepção de que o diploma é um passo importante para os jornalistas enquanto categoria de trabalhadores. Na década de 80/90 o diploma é questionado como um entrave para a profissão, na esteira de uma crítica ferrenha contra os sindicatos.

⁴² “Salvo algumas raras exceções (Brasil, Espanha, Estados Unidos), os diplomas de escolas de jornalismo somam raramente mais de 40% das qualificações universitárias dos jornalistas em exercício.” (NEVEU, 2006). “Basicamente, no entanto, cumpre assinalar que na profissão jornalística é difícil, a princípio, fazer delineamentos. É por isso que a descrição profissional do jornalista não tem nenhuma proteção legal na Alemanha. Qualquer pessoa pode chamar-se jornalista, sem ter que apresentar qualquer qualificação específica a qualquer autoridade. Há “jornalistas” que nunca viram funcionar por dentro uma sala de redação.” (KUNCZIK, 2002[1988], p.18).

⁴³ Kunczik(2002[1998]) também aponta tal efeito no caso do jornalismo alemão: “Na medida em que os jornalistas, os quais em sua maioria, pelo menos nos países do Ocidente, procedem da classe média, gastam mais tempo treinando e tem mais contato com os colegas, pode-se esperar que eles nivelem os seus sistemas de valores”. Gay Talese, em entrevista recente (20/07/2009) ao Roda Viva na TV Cultura, faz eco a essa assertiva (<http://www.tvcultura.com.br/rodaviva/programa/pgm1163>).

“A obrigatoriedade de exibição do diploma superior para ingresso na carreira não alterou de imediato a forma de recrutamento dos profissionais pelas redações, quer pela resistência das empresas em assimilar esse novo perfil, quer pela inexistência de profissionais graduados em número suficiente. A nova situação estimulou, no entanto, o surgimento dos cursos de jornalismo, que eram raros na década de 1960 e tiveram verdadeira explosão nos anos 1990, superando a casa das duas centenas. O recrutamento hoje é feito essencialmente entre os graduados em jornalismo, embora haja forte resistência, inclusive judicial, de empresas jornalísticas.” (NEVEU, 2006, p.188) [apêndice à edição brasileira de Manoel Marcos Guimarães]

A década de 80 foi um dos períodos conturbados de atritos e negociações que tiveram como pivô o Grupo Folha⁴⁴, a organização sindical e a organização acadêmica da Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação). Uma extensa citação do ótimo trabalho de Peixoto (1998) sobre jornalistas na década de 80 é uma boa contextualização para a discussão.

“Depoimentos de diversos profissionais do ramo apontam o corte geracional ‘duro’ existente no interior do ofício: o ‘velho’ autodidata foi substituído de modo extremamente rápido pelo bacharel em Comunicação Social, sem nenhuma experiência profissional anterior. Se o ‘velho’ jornalista não possuía formação especializada – e muitas vezes encontrava-se abrigado nas redações por razões políticas, sobretudo nos anos 60 e 70 -, o ‘jornalista de hoje’, mão-de-obra das grandes empresas jornalísticas, ‘aprendeu o ofício na escola e não nas redações’.

A obrigatoriedade do diploma é objeto de dissensões entre os jornalistas brasileiros, ainda que a maioria dos veículos de imprensa continue endossando na prática a reserva de mercado para os formandos nas faculdades de Comunicação Social. Polêmica também é a avaliação dessa nova geração pelos membros da geração anterior. Se não mais existe o completo “analfabeto” de outros tempos – sem formação

⁴⁴“Em mais de uma ocasião, mas principalmente durante o processo de elaboração da Constituição de 1988, a Folha se colocou frontalmente contra a legislação que regulamenta a profissão de jornalista, particularmente naquilo que essa regulamentação tem como um de seus elementos centrais, a exigência do “diploma de curso superior de jornalismo, oficial ou reconhecido”, conforme decreto-Lei número 972, de 17 de outubro de 1969. Esse decreto foi posteriormente substituído pela Lei 6.612, de 7 de dezembro de 1978, que promoveu pequenas modificações no texto (introduziu, além do curso de jornalismo, a modalidade de “Comunicação Social, habilitação em jornalismo” dentro da mesma exigência), mantendo porém o sentido geral.” (GHEDINI, 1998, p.9).

regular -, perderam-se os valores básicos da profissão: a reportagem, o 'jornalismo quente'.

A ambiguidade observada nos discursos em relação ao jovem profissional atinge também as falas sobre a formação do jornalista: 'os cursos são fracos, não formam o profissional competente'. Por outro lado, as deficiências do autodidata são evidentes. Assim, do formando é exigida a prática: 'afinal, jornalismo não se aprende na escola'. Para o profissional, por sua vez, é pedida formação teórica, sistematicamente adquirida. No que pesem as diferenças de pontos de vista sobre a formação 'ideal' do profissional, fica implícita uma certa descrença em relação à definição de um curso superior adequado às necessidades do profissional. Uma frase dita em passant traduz o espírito geral do debate sobre a profissão: 'o jornalista é, e será sempre, um autodidata'." (PEIXOTO, 1998).

A consolidação de um campo acadêmico de Comunicação Social merece aqui alguns delineamentos. No Brasil, o estudo do jornalismo era empreendido desde a década de 30. Nesses primórdios os temas tratados eram legislação e liberdade de expressão, predominando o registro histórico e bibliográfico, sem uma definição mais estruturada de um campo de estudo (TEMER, 2004). O primeiro curso superior é criado na Faculdade Nacional de Filosofia, em 1943, no Rio de Janeiro. No contexto paulista o exemplo mais antigo e duradouro de curso de ensino de jornalismo, existente até hoje, se dá na Escola de Jornalismo Cásper Líbero, em 1947, com o apoio do jornal "A Gazeta", tanto no que diz respeito ao corpo docente quanto ao suporte material para imprimir o trabalho dos alunos (RIZZINI, 1953).⁴⁵ Cabe lembrar, para os interesses dessa pesquisa, que a Fundação Cásper Líbero esteve sob administração do Grupo Folha entre 1968 e 1978 (TASCHNER, 1992).

⁴⁵ Esse apoio das empresas jornalísticas ocorre também atualmente, como pude constatar em minha pesquisa de campo. Isso já acontece há bastante tempo como expresso no depoimento de José Marques de Melo: "No caso da USP procuramos também introduzir dois tipos de processos que ajudam a fazer este equilíbrio [entre pesquisadores "alheios ao fazer jornalístico" e jornalistas em contato com as redações]: um deles é a vinda de profissionais que passam um período na escola (tivemos convênio com a Folha de São Paulo, através do qual a Folha pagava o salário do seu profissional para que ele ficasse na universidade dando aulas, fazendo seminários etc). (...) O outro processo é um tipo de convênio para que alunos possam pesquisar fora da universidade: o SBT patrocinou algumas bolsas para estudantes que iam observar como funcionava o Telejornalismo da empresa, sempre com acompanhamento de professores". (VIEIRA FILHO, 1991, p.156).

No final da década de 80 e início dos 90, com o fim do regime militar e o processo de democratização, já contando com a multiplicação dos estabelecimentos de ensino que ocorreu em 60/70⁴⁶, começa uma intensa procura por cursos de jornalismo nas universidades, com altos índices de candidato/vaga nos vestibulares. Começam também a recrudescer os sinais de descontentamento com o ensino oferecido⁴⁷, não só pelos que não ingressaram no ensino superior em jornalismo por já estarem atuando nas redações, mas também por aqueles que passaram por essa experiência, reforçando ainda mais a implantação de cursos oferecidos pelas empresas⁴⁸. Cabe mencionar que os cursos de comunicação também tiveram períodos de indefinição quanto aos rumos a serem tomados⁴⁹.

⁴⁶ “Com o boom da Indústria Cultural, na década de 60, as ocupações ligadas ao jornalismo passaram a exercer maior atração, sendo mais disputadas. A exigência do diploma de jornalista mediatizou o acesso à profissão e promoveu uma seleção por classe social, privilegiando aquela em condições de adiar o ingresso no mercado de trabalho enquanto custeia um curso universitário” (RIBEIRO, 1992, p.307).

⁴⁷ “Sou a favor [da faculdade de jornalismo], mas elas não prestam. Não fazem a menor falta. Ninguém se forma em Jornalismo nas faculdades porque elas não trabalham a prática: você consegue imaginar uma faculdade de Medicina sem um laboratório? Os jornais dos campus são fracos e, salvo exceções, os professores são gente que está fora das redações há muito tempo. Estudar é importante, mas a faculdade deveria ser uma coisa muito mais forte do que é, se quisesse justificar sua própria existência. Agora, você precisa ter algum tipo de regulamentação para a profissão: só não me parece que a reserva de mercado às faculdades tenha sido algo bom para o leitor.”[depoimento de Gilberto Dimenstein](VIEIRA, 1991, p.115).

⁴⁸ “Assim, com o pretexto de ‘ensinar o que realmente importa’ ou complementar um curso universitário ‘insuficiente diante das exigências do mercado’ as empresas jornalísticas oferecem cursos técnicos-profissionalizantes que visam o ‘adestramento de focas’”. (BARROS FILHO & MARTINO, 2003.p. 131).

⁴⁹ “Os anos 70 foram de profunda crise da estrutura curricular nas escolas de comunicação/jornalismo. Isso, aliado ao estreitamento das possibilidades de contratação de novos jornalistas que veio em seguida à mudança na legislação regulamentadora do exercício da profissão, em 1979, acabou transformando a antiga má-vontade das empresas com essa legislação em verdadeira ira. A reação dos jornais foi provocada pela publicação do Decreto-Lei no. 83.284, de 13 de março de 1979, regulamentando a nova legislação da profissão (lei no. 6.612, publicada no Diário Oficial da União em 7 de dezembro de 1978), trazendo como novidades a proibição do estágio e o fim da possibilidade da contratação de até um terço de seus jornalistas como não-diplomados em Comunicação/Jornalismo – itens que constavam na legislação anteriormente em vigor. Assim, as empresas viram estreitar-se ainda mais sua margem de arbítrio. ‘Alguns articulistas mais afoitos e preconceituosos chegaram a propor até a extinção dos cursos de jornalismo e de comunicação’, diz Erasmo Freitas Nuzzi, à época diretor da Faculdade de Comunicação Social Cásper Libero, em São Paulo, ao analisar a intensa repercussão que teve a campanha contra a exigência do diploma para jornalistas.”(GHEDINI, 1998, p.148). Bergamo(2009b), enfocando mais detalhadamente o meio acadêmico, aponta a retirada de disciplinas mais teóricas na década de 90.

Vê-se que o mercado dos cargos oferecidos ao título escolar não cessou de crescer, é claro, em detrimento dos não-diplomados. A generalização do reconhecimento conferido ao título escolar tem por efeito, sem dúvida, unificar o sistema oficial de diplomas e qualidades que dão direito à ocupação de posições sociais e reduzir os efeitos de grupos isolados, ligados à existência de espaços sociais dotados de seus próprios princípios de hierarquização: sem que o título escolar chegue jamais a impor-se completamente, pelo menos, fora dos limites do sistema escolar, como padrão único e universal do valor dos agentes econômicos. (BOURDIEU, 1998, p.151).

A afirmação acima, com efeito, pode ser aplicada ao caso estudado, principalmente no que diz respeito à resistência do Grupo Folha à obrigatoriedade do diploma. A análise de socialização dos novatos ao jornalismo (atividade na qual, segundo Bourdieu (1998), “os cargos e as carreiras ainda não adquiriram a rigidez das velhas profissões burocráticas e onde o recrutamento ainda se faz, mais frequentemente, por cooptação, isto é, na base das ‘relações’ e das afinidades de *habitus*”) permite vislumbrar quem pode obter o rendimento máximo do diploma adquirido, mobilizando o capital (econômico, cultural, social) herdado. Miceli (2005) sugere a hipótese de que grande parte do êxito dos grandes conglomerados da mídia brasileira se deve à política de recrutamento dessas instituições, tributária de um sistema educacional marcado por um “excedente” de diplomados no ensino superior e por um sobreinvestimento no nível da pós-graduação. Portanto a compreensão do “desenvolvimento da indústria cultural no país parece indissociável dos valores, das idéias, das percepções, enfim, de toda a mentalidade desses produtores intelectuais e artísticos” (MICELI, 2005).

Toda uma geração de jornalistas, editores, diretores de TV, atores, cantores, letristas, escritores e artistas de tantas outras especializações logrou incorporar a televisão, a música popular, a imprensa como veículos de um trabalho inovador de criação e divulgação cultural. Uma parcela considerável desses intelectuais, técnicos e artistas freqüentou os cursos superiores de história, economia e ciências sociais, sendo que a política de pessoal vigente em alguns dos conglomerados-líderes (na empresa Folha de São Paulo, por exemplo) prefere selecionar apenas candidatos possuidores de uma habilitação escolar mínima nas disciplinas mencionadas. Eis uma das razões determinantes do êxito internacional de alguns artigos de exportação da indústria cultural brasileira. (MICELI, 2005, p. 270).

Atualmente há uma confluência de interesses entre os jornalistas e os donos da imprensa quanto ao diploma⁵⁰. Os dois agentes valorizam a experiência da redação. É através da redação, ao mesmo tempo o maior capital econômico dos patrões e o lugar em que é produzido o capital específico mais consagratório do campo jornalístico, que se dá o encontro entre esses dois capitais. E mais: com a elevação do tempo de experiência na redação ao estatuto de maior capital específico do campo jornalístico é possível a interferência do poder econômico nos critérios editoriais. O patrão pode freqüentar a redação.

⁵⁰ Importante registrar a posição de Cláudio Abramo, um dos principais agentes das modificações no jornalismo paulistano. *“Sou contra a extinção dos cursos de jornalismo porque seu fim não vai resolver muito. E também sou contra a suspensão da regulamentação profissional, porque isso representa uma tentativa de quebrar de vez o poder de luta dos jornalistas como categoria profissional. Sempre fui um dos primeiros críticos da escola de jornalismo, mas agora vejo tanta gente mobilizada contra ela que acabo desconfiando. Tudo isso tem a finalidade de tirar o último elo da espinha dorsal, já bastante flexível, do jornalista. Minha posição hoje é de defesa da escola, embora reconheça que ela seja precária. Isso precisa ser muito bem analisado pelos próprios jornalistas e pelo seu sindicato, que, aliás, tem uma atitude muito pouco positiva nesse assunto, porque não examina a questão em profundidade.(...) Por isso, acho que a questão da regulamentação profissional do jornalista deve ser revista, mas não abolida. Estou vendo muitos patrões contra ela, o que não é sinal de boa coisa”.* (ABRAMO, 1988, p.252). Cabe ressaltar que o discurso de Cláudio Abramo muitas vezes resvala em franco anti-intelectualismo e deboche para com conhecimentos especializados. *“O que interessa Theodor Adorno e Walter Benjamin para o trabalho diário do jornal?”.*(ABRAMO, 1988, p. 138).

É comum escutar que os jornalistas tendem a ser liberais ou democratas, e como eleitores podem realmente ser de esquerda. Mas como repórteres geralmente me pareciam hostis a ideologias, desconfiando das abstrações, céticos quanto aos princípios, sensíveis ao concreto e ao complexo, e, portanto, capazes de entender, se não de aceitar, o status quo.

Robert Darnton

“FALAR MAL”: ATRITOS EM CAMPO

Esse trabalho foi feito em região de fronteiras tensas.

A relação de pesquisa estabelecida no estudo do jornalismo é um bom indício a respeito de como estão estruturadas as relações entre a academia e os jornalistas em determinado contexto histórico. É a partir dessa vizinhança conflituosa, com aproximações titubeantes, trocas de acusações de manipulações, rupturas anti-intelectualistas e mexericos que quero iniciar minhas reflexões a respeito do trabalho de campo. Cabe destacar que esse procedimento tem recorrência na bibliografia, o que reforça e amplia os resultados teóricos provenientes das situações de pesquisa que diferentes autores enfrentaram.

Neveu (2006), em obra primorosa, atenta para “preconceitos normativos” que rondam toda iniciativa de pesquisa no campo do jornalismo: a “mitologia profissional” que vincula jornalismo com democracia ao exercer um quarto poder fiscalizador, obliterando as condições desiguais de acesso à mídia; as teorias auto-referenciadas produzidas pelos jornalistas a partir de suas carreiras, que postulam que somente quem passou por uma redação pode julgar de forma pertinente a profissão; o aumento do poder dos jornalistas na consagração de obras culturais, muitas vezes ocupando o espaço, nos debates públicos, antes destinado aos intelectuais⁵¹. Nesse emaranhado de assimetrias e incompreensões, fluxos de anti-intelectualismo e de denunciamento, o autor propõe explorar as práticas jornalísticas de maneira ampla, com especial atenção aos estudos etnográficos (ramo de pesquisa no qual se destaca principalmente a bibliografia produzida pelos chamados estudos de newsmaking ou teoria etnoconstrucionista que a

⁵¹ Importante frisar que também há um movimento de evitação da mídia pelos intelectuais. No Grupo Folha conversei com candidata a trainee que trabalhava na assessoria de imprensa da USP. Ela disse que há muitos pedidos de entrevista com professores da instituição mas na maioria das vezes eles negam. O aparecimento de intelectuais de posição consagratória questionável dentro de seus campos na mídia também se deve ao repúdio da academia, que olha o jornalismo como algo contaminante.

partir dos anos 70 começaram a mobilizar uma abordagem etnometodológica⁵² ou de construção da realidade no estudo do jornalismo). O objetivo buscado é falar no jornalismo de forma plural: “jornalismos”.

“O binômio jornalismo e sua “obra” precisa ser substituído pela ação de um complexo de “pequenas máquinas” (profissões, dispositivos técnicos, normas profissionais, hierarquias), frequentemente invisíveis ao público.” (NEVEU, 2006, p.82)

Ainda que se possa destacar na bibliografia uma contraposição entre o jornalismo anglo-americano⁵³ mais “objetivo” e de estilo mais “informativo” e “direto” contra o jornalismo mais “retórico”, “literário” e “analítico” produzido na parte continental da Europa (principalmente França e Alemanha), Neveu pontua que essa diferenciação serve mais a fins esquemáticos. Não há uma homogeneidade de estilo tão estrita, sem contar os inúmeros “empréstimos” entre os dois lados, o que torna essa polarização menos estanque. Porém é forçoso frisar que o modelo mais disseminado e hegemônico é o anglo-americano.

“Ser jornalista supõe um relato de campo, a constituição de uma agenda de endereços e das habilidades ligadas a tomar notas, a apurar a informação, ao domínio da situação da entrevista. (...) Associando assim à prática jornalística tarefas, competências, uma escritura irredutível à de atividades preexistentes (escritores, políticos), o modelo anglo-americano fez do jornalismo uma atividade pensável como uma profissão a parte, abrindo a seus praticantes perspectivas de carreira.” (NEVEU, 2006, p.23).

⁵² “Os acadêmicos, seguindo o exemplo dos antropólogos em terras distantes, foram aos locais de produção, permaneceram durante longos períodos de tempo, observaram os membros da tribo jornalística com o intuito de entrar na pele das pessoas observadas e compreender a atitude do nativo.” (TRAQUINA, 2003,p.61).

⁵³ “O modelo americano-inglês do jornalismo institucionaliza pouco a pouco um conjunto de regras de escrita, interiorizadas pelos jornalistas e controladas pelos editores chefes. Trata-se da objetividade como reivindicação de um texto verídico e neutro, de fatos, e da separação do fato do comentário. A regra dos cinco W (Who?What? When? Where? Why? – Quem? O quê? Quando? Onde? Por quê?) determina os conteúdos obrigatórios de toda reportagem. A norma chamada pirâmide invertida exige que o essencial da informação seja condensado no lead, parágrafo de entrada, e que venham em seguida os detalhes e explicitações.” (NEVEU 2006, p.108). Importante observar um detalhe curioso: a assonância do mote dos 5 “W” em inglês. No português assonância semelhante por vezes faz a pergunta “como?” ser incluída entre as principais, como no glossário de Neveu: “Pirâmide invertida: princípio de escrita em que o artigo começa pelo lead, que condensa o essencial, antes de se alargar na exploração do “quem, onde, quando, como, por que” e no trabalho de interpretação.” (NEVEU, 2006, p.19).

No Brasil, entre o campo científico acadêmico e o campo jornalístico as relações constituídas não são muito amistosas, ao menos no cenário paulistano. A distinção entre jornalistas e intelectuais é constantemente demarcada, o que torna útil a comparação com outros contextos. Stycer (2007) citando também o trabalho de Neveu na introdução de sua tese, expõe esse conflito.

“São dois mundos aparentemente incompatíveis, que vivem mandando mensagens hostis um ao outro. Para um jornalista, a academia parece dizer que o saber produzido em revistas e jornais é tão superficial que nem merece qualificação. Nas redações, o conhecimento produzido nas universidades é frequentemente julgado como hermético ou incompreensível. A opção pela Sociologia, particularmente, estava ligada a um sentimento de que aqui eu teria uma perspectiva desse conflito em um ambiente um pouco menos hostil aos jornalistas do que nas escolas de pós-graduação em Comunicação, onde, segundo relatos que ouço, os conflitos com profissionais que se dedicam à prática em redações não são poucos. Ainda assim, sei que fui olhado com curiosidade ao longo do curso, por colegas e professores, intrigados com a proposta de trabalho desse ‘jornalista’.” (STYCER, 2006, p.23)

Fatalmente as tentativas de pesquisa que enfocam o jornalismo acabam sendo encaradas como uma forma de denúncia desrespeitosa de incompetência ou parcialidade.

“Cientistas sociais que estudam o jornalismo falam uma linguagem que os jornalistas não confiam e não compreendem. Eles falam sobre a “construção das notícias”, de “fazer notícias” [making news], de “construção social da realidade”. (...) Mesmo os jornalistas que são críticos com as práticas diárias de seus colegas e da sua própria organização acha esse tipo de colocação ofensiva. Eu estive em diversas conferências de jornalistas e cientistas sociais onde esse tipo de linguagem prontamente colocou os jornalistas em intensa defesa do seu trabalho, dentro do lugar comum de que eles somente descrevem o mundo como eles o vêem, os fatos são fatos e nada mais do que fatos, e sim, há tendências ocasionais, sensacionalismo ocasional, imprecisões ocasionais, mas um jornalista responsável nunca, nunca, nunca falsifica as notícias. (...) Você diria isso da ciência? O jornalista poderia responder. Você diria que cientistas “constroem” a ciência em vez de “descobrir” ou descrever? Sim, o intelectual consciente deve responder”. (SCHUDSON, 1989.Tradução minha)

O que está em jogo nesse complexo emaranhado de acusações e discordâncias envolve categorizações divergentes sobre como ocorrem os processos sociais⁵⁴. Os jornalistas desqualificam grande parte do trabalho de pesquisa sob a pecha de que se trata de uma teoria da conspiração, algo ilusório e em última instância alucinatório. Entender o social a partir de um enfoque que não privilegia o voluntarismo dos indivíduos é algo que foge aos mandamentos de objetividade e concretude dos jornalistas. Grosso modo a imagem da sociedade com a qual os jornalistas trabalham é atomizada em indivíduos. É por meio da ação e da vontade individuais que a vida social se desenrola⁵⁵.

A viabilização do trabalho de campo, nas empresas de comunicação, é delicada também em decorrência das exigências da produção informativa. O tempo de produção é extremamente reduzido, o que torna qualquer pesquisador um estorvo a exigir uma atenção que pode custar preciosos minutos (ou segundos, no caso da internet). A resistência dos profissionais à pesquisa também é acentuada pela desconfiança sobre a possibilidade de analisar o jornalismo de forma teórica analítica como anteriormente pontuado por Neveu (2006) no caso francês e que aparece também na bibliografia de newsmaking.

“A gama dos argumentos que se contrapõem a ela [pesquisa sobre jornalismo] é vasta: parte-se da idéia de que a notícia é tão imprescindível quanto os acontecimentos e, portanto, não pode ser limitada a esquemas analíticos, visto que é fruto de capacidades exclusivamente subjetivas (o “faro” para a notícia; “jornalista se nasce” etc.), até chegar à observação de que um analista não tem condições de compreender a lógica da produção de notícias, uma vez que é alheio e externo ao ofício

⁵⁴ “Para além da pouca familiaridade entre os dois mundos [academia e redações], como pano de fundo encontra-se o fato de que “o que o sociólogo descreve como uma consequência inevitável da organização da produção, o jornalista entende como uma acusação de manipulação ou de incompetência”.”(WOLF, 2005, p. 198, citando GOLDING-ELLIOTT, 1979, p.9).

⁵⁵ “Os programas [jornalísticos] tendem praticamente a ocultar o trabalho de conhecimento, não se interrogam sobre a relevância dos temas selecionados, apresentam elencos de estados de coisas com inter-relações explícitas de tipo causal muito escassas. Sendo assim, conferem ao espectador uma grande liberdade de integrar, por meio da imagem privada, a rede das causas e dos efeitos; mantêm firme o princípio de que a principal relação entre os acontecimentos sociais é a vontade consciente dos indivíduos. A imagem global é a de um mundo social em que muitas novidades ocorrem pela vontade de muitos indivíduos, num contexto desprovido de vínculos externos em relação à vontade dos próprios indivíduos.”(ROSITI, 1982, citado em WOLF, 2005, p.201, nota de pé de página).

e, por conseguinte, não é capaz de captar seus elementos significativos.” (WOLF, 2005, p.197)

Essa desconfiança dos nativos quanto à possibilidade de abordar o jornalismo de forma analítica pode ser contornada se o pesquisador possuir uma formação híbrida. Não por acaso vários trabalhos acadêmicos realizados nas ciências sociais, educação ou história foram feitos por pessoas que possuíam uma dupla formação ou que trabalharam no jornalismo em algum momento (TRAVANCAS, 1993; TORRES, 1994; GHEDINI, 1998; ARBEX, 2001; STYCER, 2007; RIBEIRO, 1992). O que já fornece pistas a respeito do caráter corporalizante (“faro” jornalístico) em que o aprendizado da atividade se escora. O fato de possuir experiência no campo jornalístico delinea a presença de uma rede de contatos que pode facilitar também na obtenção de entrevistas mais prolongadas, em que é preciso quebrar a rotina dos afazeres jornalísticos, de extensas jornadas diárias. Com essa pesquisa não foi diferente.

Sou formado em jornalismo pela Unesp de Bauru, um curso bem conceituado no campo jornalístico, talvez pelo prestígio que a universidade pública ainda, a muito custo, mantém no Brasil: trata-se de um dos dois cursos públicos, ao lado do curso oferecido pela USP – ECA, voltado ao jornalismo no estado de São Paulo. Mas nunca exerci a profissão de jornalista a não ser em alguns trabalhos pontuais de contratos temporários. Não tirei MTB, registro oficial para os que exercem a função. Logo no último ano de curso, descontente com a formação recebida, procurei uma segunda formação universitária, ingressando no curso de Ciências Sociais da Unicamp, quando comecei a mudar minha trajetória para o campo da Antropologia.

De início, é interessante expressar esse descontentamento com a formação universitária em jornalismo, fato que me levava a hierarquizar como inquestionável a superioridade do conhecimento em Ciências Sociais (minha segunda formação). A experiência de aprendizado que vivenciei ao ingressar na antropologia foi pontuada de tempos em tempos por uma exclamação espantada e indignada quanto à ignorância dos jornalistas em matéria de antropologia⁵⁶. O primeiro esforço metodológico pessoal foi

⁵⁶O que se expressa também na bibliografia produzida por jornalistas. *“Certa época, quando os antropólogos começaram a comparar suas anotações sobre as poucas culturas primitivas ainda existentes, descobriram um aspecto inesperado. Desde as mais isoladas sociedades tribais na África até as mais remotas ilhas do Pacífico, seus habitantes tinham uma mesma definição básica do que é notícia.” (KOVACH, ROSENTIEL, 2003).*

tentar encarar essa hierarquização naturalizada e essencializada (“o jornalismo é inferior às Ciências Sociais”) como algo a ser problematizado e que pudesse fornecer uma chave heurística com a qual a reflexão pudesse trilhar outros rumos. Foi necessário fazer uma reavaliação da noção de anti-intelectualismo no que se refere aos seus efeitos generalizantes. O jornalismo oferece uma inconstante resistência às ciências sociais, mas falar que há um elemento fundante de anti-intelectualismo é apagar dinâmicas importantes entre os diversos campos de conhecimento e o jornalismo. Não é por simples ignorância ou má-fé (conceitos tão essencializadores...) que os jornalistas brasileiros, em termos de conhecimento antropológico (para abordar uma área que eu possuo familiaridade), grande parte das vezes, são evolucionistas enquanto que os discursos especializados ligados às ciências mais “exatas” são respeitados e pouco questionados. A hierarquia dos diferentes campos (inclusive entre os campos científicos) está retraduzida nessas relações assimétricas.

Minha trajetória no campo da antropologia sempre se fez acompanhada de piadas descontraídas de colegas. “Mas você é jornalista”: provocação leve que me era imputada pela minha trajetória anterior (algo que me “contaminava” fatalmente e que muitas vezes merecia uma introdução pedagógica rápida a discussões básicas da disciplina) e por minha pesquisa tratar de um problema que não dispõe de privilégios na hierarquia temática do campo. Apesar das discussões a respeito do estatuto epistemológico da disciplina, que descartam sumariamente caracterizar a antropologia a partir de um objeto específico (“sociedades primitivas”, “sociedades não-ocidentais”, “sociedades simples ou não-complexas”, “sociedades indígenas”) e postulando outras saídas para as possíveis definições dessa tradição de pensamento (uma “abordagem da alteridade”, uma “ciência social do observado”) é inegável o grau de essencialização presente nos esquemas de percepção dos pares. Ao adentrar num outro campo, pesquisando um tema alvo de diversas problematizações por diferentes disciplinas (sociologia, política, comunicação, psicologia, etc) e distante dos principais eixos de pesquisa contemporâneos da antropologia brasileira (etnologia, religião, raça) por diversas vezes experienciei as disputas científicas de forma direta (“O que seu projeto tem de antropológico?”). Um trabalho que aborde uma sociedade indígena não será questionado com a pergunta: “mas o que isso tem de antropológico?”. A coisa mais difícil de relativizar na antropologia é a própria antropologia: isso implica tensionar as estruturas de poder do campo.

Um dos fatos que sem dúvida me ajudou a construir, a inventar, uma relação de pesquisa que produzisse um desvio interessante⁵⁷ foi meu questionamento quanto à ciência, despertado pela leitura de Bourdieu analisando o campo científico francês e reforçado por leituras da antropologia da ciência (ou *science studies*) recente. Fato também difícil de reconhecer, já que radicado num patamar difuso de anti-intelectualismo que pode ser imputado como um solo comum entre meus esforços de pesquisador e as concepções dos jornalistas analisados. A entrada no mestrado implica se apropriar de uma rede de intrigas e fuxicos que também me deixava perplexo com o comportamento de alguns professores (tão sensíveis à alteridade e ao questionamento da razão “ocidental” e tão arrogantes no trato com seus pares)⁵⁸. O desafio do trabalho foi pensar nos poucos bons jornalistas (que não merecem as críticas simplistas e generalistas feitas por parte dos acadêmicos ao seu trabalho) e atentar para os maus acadêmicos, que camuflados por sob sua aura de eleitos são difíceis de quantificar mas me parecem muitos.

“Enfim, uma forma de imprecisão semântica deve suscitar reflexão: o “poder dos jornalistas” não é um poder exercido por uma rede de protagonistas que não se reduz aos titulares de uma carteira de jornalista? (...) Ela [a temática do jornalismo todo-poderoso] permite, em primeiro lugar aos intelectuais, desenvolver um tipo de história de horror capaz de despertar um deleite melancólico nos neoconservadores e nos herdeiros da Escola de Frankfurt. O fundamento é simples. Ele consiste em opor uma imaginária Idade de Ouro do espaço público e da cultura à ‘ampla trivialidade’ (Postman,1986) que veicularão as mídias em detrimento da cultura legítima, da universidade e do magistério dos intelectuais. A evocação alarmista do poder do jornalista é também usada pelos donos de poderes sociais (políticos, dirigentes

⁵⁷“Interesse deriva de inter-esse: estar entre. Isto é, não apenas interpor-se, mas sobretudo estabelecer um liame.” (STENGER,2002,p.115).

⁵⁸ Como não vislumbrar, por trás do amargor e reducionismo de uma retórica inflamada pelas disputas entre Grupo Folha e intelectuais na década de 80, um rasgo de análise pungente na citação do trecho do artigo “O Centrão da USP”, de Suzuki Júnior: “Conheço editores que sofreram pressões e ameaças porque não quiseram publicar livros de afilhados de figurões da USP. Sabe-se dos concursos realizados às escuras para não quebrar o acerto já estabelecido de quem vai ocupar uma vaga de professor (existe alguma diferença com a fraude da ferrovia Norte-Sul?). Alguém conhece teatro mais hipócrita do que as defesas de tese, onde não se reprova ninguém (quando já se sabe que Fulano vai ser reprovado não tem defesa de tese)? Quem controla os professores que não gostam de dar aula? Quem vai cobrar o pacto de tolerância existente em várias unidades que consiste em não cobrar nada dos alunos para não ser cobrado na competência? Aliás, o que a USP faz com seus incompetentes, a não ser acobertá-los?”(ABRAMO(filho) 1991, p.62).

econômicos) pouco satisfeitos em ver algumas de suas ações submetidas à publicidade ou à crítica.” (NEVEU, 2006, p.136 -138).

Quais as lógicas simbólicas e sociais que podem me ajudar a compreender esse sentimento de descontentamento depois de ter passado por uma formação universitária? Durante as conversas de campo e a leitura da bibliografia ficou evidente que não se trata de um questionamento isolado ou localizado (algo pertinente ao meu local de formação): é um descontentamento generalizado. Ainda que o foco de minha pesquisa não se concentre no ensino universitário, esse vínculo é indissociável. Por exemplo, uma interessante diferenciação é feita por um dos principais integrantes do curso do Grupo Estado entre a posição pedagógica do curso da empresa e a dos professores universitários. “Estou aqui para ensinar ‘gambiarra’, senão colocava um professor da PUC, Mackenzie, Cásper. Já vou avisando que aqui não adianta usar muleta para enganar professor de faculdade que nunca foi numa redação”.

Algumas reflexões podem ser timidamente apontadas. Um fato que se repetia nas conversas que tive com meus amigos que seguiram no jornalismo (a maioria levemente descontentes com o ensino universitário recebido e que me pediam para que eu comparasse as duas experiências que vivenciei), era a quantidade de professores “picaretas”: classificação utilizada para desancar um professor que ministrasse aulas com desinteresse ou inaptidão.

Grosso modo, os cursos universitários de jornalismo são cindidos em duas frentes: disciplinas mais “jornalísticas” (geralmente mais “técnicas” ou “práticas” envolvendo a elaboração de uma produção jornalística sob supervisão de professor com experiência em redações e disciplinas de formação geral (mais “teóricas”: introdução a filosofia, introdução a sociologia, sociologia da comunicação, semiótica, etc). Se os professores que integram à área “jornalística” não vêem a academia como um campo em potencial para a aplicação de seus investimentos, arrisco dizer que os professores das áreas “teóricas” também não visualizam sua inserção acadêmica como uma posição favorável ao desenvolvimento dos seus interesses de pesquisa mais ligados às suas preferências disciplinares. Os professores que ministram as aulas dessa segunda frente são oriundos de outros campos como sociologia, história, psicologia, filosofia. Ou seja, esses professores têm que arcar com o fato de darem aulas para alunos que não estão interessados em se “aprofundar” nos conceitos abordados, mas se contentam em possuir

uma “noção geral”, uma “noção mínima”. Esses especialistas não ocupam um lugar de prestígio nas arenas de disputa de suas respectivas disciplinas, ministrando aulas panorâmicas sobre suas especialidades para alunos que estão interessados em obter um “conhecimento básico”, conjunto de fatores que serve de desestímulo⁵⁹.

As faculdades de jornalismo, ao exercerem fundamentalmente a crítica da produção jornalística produzida pelas empresas (MARTINO, BARROS FILHO, 2003), acabam ratificando o jornalismo praticado nessas empresas como sendo “o” jornalismo. A universidade não tem recursos para conseguir produzir um jornalismo impresso diário. Nesse sentido a atuação do campo acadêmico de comunicação nunca poderá pautar mudanças na atividade da profissão. O campo de ensino do jornalismo não se constitui como uma arena de consagração tão prestigiada quando comparada com o campo de atuação jornalística profissional nas empresas. Há uma hierarquização de prestígio entre essas duas esferas, o que talvez possa contribuir para os fluxos de anti-intelectualismo detectados em diversos momentos na pesquisa de campo assim como o caráter extremamente básico e introdutório das aulas mais “teóricas” como filosofia ou política. Os agentes despendem maior energia, empenho, dedicação nas arenas em que podem obter um sucesso mais consagratório.

Quando jornalistas mais velhos não agüentam mais a rotina de trabalho intensa da redação, procuram as universidades de comunicação, convertendo o capital simbólico acumulado no jornalismo para o campo do ensino universitário, aspecto que merece destaque para a compreensão do nosso objeto de pesquisa. É como se existisse um certo tráfico de capital simbólico entre o campo acadêmico e o campo jornalístico, como destacado no relato de Barros Filho (2001), pesquisador em jornalismo, proveniente no entanto do Direito, comentando sua facilidade em obter informações confidenciais em entrevista com Pierre Bourdieu:

"Pierre Bourdieu: (...) Mas como você conseguiu tanta sinceridade dos jornalistas?"

⁵⁹ No caso das Ciências Sociais creio que o campo de ensino tem um peso considerável no prestígio do campo, visto também que não há uma divisão institucional tão estanque entre atuação profissional e atuação na docência, como ocorre no jornalismo. Os professores que lotam suas aulas com a grande procura de alunos ganham status. No entanto há uma hierarquização importante no campo de ensino das Ciências Sociais mesmo nessa pequena divisão institucional: a pós-graduação (onde se concentram as pesquisas e o grosso do financiamento) é mais prestigiada que a graduação. Creio que essa diferença pequena (comparada ao jornalismo) nas arenas de consagração influi na qualidade das aulas.

Barros Filho: Trabalho com eles. A confiança de que suas declarações não lhes trarão prejuízos em seu campo específico de atuação se deve a um contato estreito, praticamente diário. Embora colegas de universidade, trabalhando lado a lado, não pertencemos ao mesmo campo, não concorremos, não jogamos o mesmo jogo, não nos submetemos às mesmas regras e, portanto, não representamos perigo uns para os outros. Os jornalistas que dão aula de jornalismo se servem da legitimidade que a atuação acadêmica lhes confere como estratégia de distinção no seu campo de origem, o jornalístico. Não têm, portanto, na sua imensa maioria, pretensões acadêmicas: não participam de congressos, não elaboram trabalhos acadêmicos, não escrevem em revistas acadêmicas, não se servem do jargão próprio da academia e ignoram os eixos que estruturam o campo acadêmico relativo à área de conhecimento que ensinam.” (BARROS FILHO, 2001, p.542).

Os jornalistas com vasta experiência de redação que não conseguem reverter o capital acumulado para atuarem no ensino universitário criticam os atuais moldes de ensino do jornalismo por não obterem reconhecimento da academia no processo educacional dos novatos.

“Os cursos [de jornalismo] dão muitas coisas que, no fundo, são apenas noções. Por isso o jornalista ficou com fama de ser um especialista em generalidades. A meu ver o curso de jornalismo deveria ser um curso de pós-graduação. O ideal seria ter nas redações economistas, sociólogos ou médicos que, além do curso específico, tivessem uma pós-graduação em jornalismo e aprendessem como contar as coisas e escrever com clareza. (...) É uma ironia que eu, Janio de Freitas, Mino Carta, Alberto Dines, Washington Novaes e outros não estejamos dando aulas na universidade (...). O argumento usado na campanha contra o diploma de jornalismo e contra a regulamentação profissional peca pela base, porque parte do princípio de que as escolas são ruins. Em parte isso é verdade, mas os jornais e as empresas têm que lutar para que os cursos de jornalismo melhorem, têm de exigir que os professores sejam mais eficientes e examinados por bancas compostas por jornalistas competentes.” (ABRAMO, 1988, pp. 249-251).

A condição de dupla inserção (antropólogo pesquisador, mas também jornalista) foi um atributo que provocou atitudes ambivalentes de minha parte: se em alguns momentos acionava o fato de ser formado em jornalismo para me aproximar de pessoas

e até mesmo conseguir que em alguns recintos me fosse permitida a entrada, em outros achava melhor omitir tal condição para que procedimentos óbvios para os pesquisados fossem explicitados e não ficassem subentendidos por partilharmos a mesma formação. Também é inegável que essa postura oscilatória expressa a condição de insatisfação com a formação jornalística que eu recebi: tensão entre reconhecer um passado escolar e não se reconhecer em uma área na qual não quero estar inserido. Tensão até hoje não resolvida e talvez até acrescida com o fato de que possuir uma credencial no campo jornalístico levanta atritos difusos no campo acadêmico da antropologia. Tensão que perpassa inevitavelmente todo esse trabalho (tentativa de inserção no campo antropológico) e que não se trata de atenuar, mas fazê-la render.

Por causa da minha presença, as comparações entre jornalismo e outros campos especializados, em particular a antropologia, foram freqüentes na pesquisa de campo na fala dos novatos, tanto em perguntas (“Quando fizer pós[-graduação] vai ser nessa área. Tem que ler muito, né?”) quanto em piadas (“Quem faz antropologia é louco, quem faz jornalismo é pobre”). Se é possível vislumbrar nas gerações anteriores o jornalismo funcionando como uma carreira de atuação possível para quem sofresse de problemas com a lógica escolar, é comum os jornalistas atuais passarem por faculdades como ciências sociais, filosofia ou história, que criticam a mídia empresarial estabelecida ferrenhamente. Acontece um descompasso: depois das aulas terminadas, os jornalistas precisam realizar o trabalho que tanto criticam, e acabam rotulados de “cínicos”. É como se a posse de um certo capital cultural dispusesse os agentes em posição de serem cobrados por suas ações de forma “moralista” ou “voluntarista”, o que faz com que o termo bélico “cinismo” seja acionado, obliterando os condicionantes estruturais do jornalismo.

O “cinismo” dos jornalistas é encarado por alguns autores de forma mais ampla como um caso do conflito entre profissionalismo (que postula uma abnegação em favor de valores universais) e o mercado (instância dos interesses particulares). A tese de Ribeiro (1992) envereda por esse caminho ao elencar diversas “contradições” do trabalho jornalístico. Sem desancar possíveis cinismos e contradições efetivos, creio que grande parte dessas categorias (“contradições”, “cinismo”) são frutos da “lógica da lógica” que comanda as análises, ou seja, postular que os agentes possuem um senso de coerência uniforme, monomaniaco e planejado, sem atentar para os múltiplos contextos

e estratégias envolvidos (numa reunião com o setor financeiro da empresa, argumentos mercadológicos são utilizados em detrimento de outras lógicas; na redação os argumentos jornalísticos adquirem maior relevância).

O que torna talvez mais crítico o caso do jornalismo (a ponto de na pesquisa de survey realizada por Borin em 1972 ser designada uma pergunta nos seguintes termos: “Os jornalistas são mesmo cínicos?”) pode ser o fato de os jornalistas, a todo momento, terem suas notícias postas a prova por relatos não especializados. Podemos questionar uma inscrição jornalística sem a necessidade de apreendermos conceitos ou dispormos de contra-laboratórios.

O grande número de relatos dos jornalistas sobre sua vivência profissional é um rico material não só de análise (o que para a antropologia é um privilégio: nativos escrevendo sobre eles mesmos) mas também de subsídios analíticos. Vários dos argumentos aqui apresentados são próximos de algumas formulações dos próprios jornalistas. Esses seres híbridos também dominam algumas das discussões acadêmicas, porém não visando com isso adentrar para o jogo das disputas conceituais que move a academia.

Uma característica muito presente na bibliografia consultada, até pelo fato do envolvimento dos pesquisadores no campo, é a utilização do meio acadêmico pelos jornalistas como uma forma de posicionamento frente a disputas que ocorrem no campo do jornalismo. As produções acadêmicas sobre jornalismo feitas por jornalistas, em grande parte se constituem em tomadas de posição sobre o campo jornalístico através de uma inserção em outro campo. Isso fica mais evidente nos trabalhos do campo da comunicação social pela maior facilidade de inserção obtida nesse meio pelos profissionais que trabalham nas grandes empresas, mas também aparece nos trabalhos feitos em outros campos (SILVA, 1988, RIBEIRO, 1992, GHEDINI, 1998, ARBEX, 2001, STYCER, 2007, ABRAMO, 1991⁶⁰). Esses posicionamentos, em grande medida, giram em torno das bruscas mudanças (informatização das redações, mudança dos métodos de controle do trabalho e nas hierarquias profissionais estabelecidas, fim da ditadura) que ocorreram na imprensa paulistana na década de 80, em que o Grupo Folha assume uma posição de destaque⁶¹.

⁶⁰Creio que esse trabalho possa ser imputado como atuando no campo jornalístico pela defesa da importância da carreira do pai do autor, Cláudio Abramo.

Necessário demarcar aqui que o inverso também é verdadeiro: acadêmicos mobilizam suas disputas através dos jornais e não é tão raro os critérios de seleção jornalísticos validarem e consolidarem as posições dominantes no campo acadêmico. Uma das hipóteses da “teoria do cavalo de Tróia” (hipótese trabalhada por Bourdieu na última fase de seu trabalho sobre mídia, que vislumbra um avanço das lógicas da audiência e da rentabilidade sobre outros campos através do jornalismo) postula que no passado o jornalismo servia de caixa de ressonância dos resultados da disputa interna ao campo, consagrando os já consagrados no campo, mas que hoje a situação é outra: as modificações históricas atuantes transformaram a mídia numa instância que consagra sem nenhum aval dos campos especializados. Atualmente o elogio de um jornal é no mínimo suspeito para os campos especializados e se um livro é best-seller ele provavelmente será visto com desconfiança pelos escritores já consagrados⁶².

“A dificuldade de interpretação dessas evoluções [a saber: aumento do peso de dinâmicas econômicas no campo jornalístico] está em cercar seus limites para evitar produzir uma versão sociológica das nostalgias de uma Idade de Ouro imaginária. Uma das tarefas às quais devem se dedicar os pesquisadores é produzir uma teoria precisa do efeito desigual do efeito cavalo de Tróia. O grau de esoterismo, a força de uma fiscalização interna e a presença (ou não) de fortes questões sociais constituem os primeiros parâmetros explicativos. Eles esclarecem a relativa permeabilidade das ciências sociais diante do jornalismo. (...) Além disso, a tendência à consagração de obras, antecipando as lógicas jornalísticas, não progride em todos os segmentos da imprensa. Ocorre também que os encontros entre expectativas jornalísticas e produções intelectuais resultem na promoção de trabalhos legitimados em campos de

⁶¹ Ghedini (1998) também destaca rapidamente em seu trabalho as negociações para realizar sua pesquisa. A coordenadora do Grupo Folha entrevistada, Sandra Muraki, teve que solicitar a autorização de Otávio Frias Filho antes de colaborar com o pesquisador. Esse argumento, mobilizado como uma prova do controle extremado exercido por Frias Filho na redação do Grupo Folha, deve ser lido na chave das disputas jornalísticas da década de 80.

⁶² “O processo de consagração midiática de um acadêmico (Aron) ou de um romancista (Camus) supunha antes que ele já fosse reconhecido pelo veredito de seus colegas no campo universitário ou literário. Mas um mecanismo de curto-circuito [ou “atalhamento”: nota da tradução do original] se estabeleceu desde os anos 1970: produtores pouco ou nada reconhecidos nos campos de produção cultural especializados driblam as opiniões e as exigências para alcançar, por um reconhecimento das mídias, uma consagração pública. (...) Esse curto círculo de consagração não se limita a oferecer um caminho do qual se poderia pensar que promove os produtores pouco criativos, mas bons vulgarizadores.” (NEVEU, 2006, p.148).

produção cultural restritos, como prova o sucesso da 'nova história'.”(NEVEU, 2006, p.153).

Dependendo da configuração do contexto histórico, o jornalismo pode agir não só como uma força desabonadora dos valores mais esotéricos, mas também como um reforço instituidor de fronteiras favorecendo a estabilização das demarcações dos domínios nos campos especializados. O desafio é delinear como essas duas dinâmicas interagem.

Etnografia de redação

O trabalho de campo foi basicamente um acompanhamento das interações muitas vezes banais que acontecem no decorrer do curso.

“A interação, isto é, a troca de experiências, saberes, truques, anedotas, que é mais do que a simples tagarelice, não deve ser minimizada porque faz parte de um processo decisivo de formação de consenso, numa camaradagem que influencia o trabalho jornalístico, porque a validação e o exame dos colegas tornam-se substitutos dum exame independente e crítico que afinal ninguém faz. Nesta interação, é criada toda uma linguagem secreta entre os membros da tribo [dos jornalistas], que se exprime na ‘gíria’ dos membros da tribo. Nesta interação, temos a leitura dos outros jornais, a consulta que o jornalista faz aos outros jornalistas, as trocas e os favores, a entre-ajuda entre membros da tribo, bem como a concorrência desenfreada.” (TRAQUINA, 2003, p.117)

A metáfora que é comumente mobilizada pelos estudos de *newsmaking* é a “osmose”, usada para enfatizar o caráter de “absorção” paulatina e mínima que ocorre nas redações.

“Esse processo de interação entre os membros da tribo jornalística é vital. Os neófitos são integrados a partir de um processo de osmose em que aprendem todo um vocabulário de precedentes (Ericson, Baranek e Chan, 1987). Os autores sublinham que a aprendizagem deste ‘vocabulário’ constitui um processo sutil, de acumulação, baseado na experiência e nas transações diárias com colegas, fontes, superiores hierárquicos e textos jornalísticos.” (TRAQUINA, 2003, p. 118)

A metáfora da “osmose” deve ser vista com certas restrições. Essa imagem pode reforçar a idéia de que os agentes não possuem uma história anterior incorporada além

de esconder processos que envolvem assimetrias de poder sob um verniz naturalizante. Creio que o caráter muitas vezes minimalista que esses cursos assumem, com pequenos processos cumulativos, é interessante para revelar certos elementos já presentes tacitamente: forças sociais incorporadas. É inegável que a experiência nesses cursos tem um peso grande como demarcador na carreira dos novatos, chegando a ser caracterizada por muitos deles como o único momento de verdadeiro aprendizado do jornalismo, desancando a legitimidade do espaço universitário, mas negar qualquer aprendizagem anterior é absurdo. Se é necessário substituir a metáfora meio capenga da “osmose” por outra igualmente desajeitada mas que talvez ilumine melhor, arrisco a do “catalisador”. Vários depoimentos dos jornalistas com mais anos de empresa destacam que os cursos facilitam a inserção na redação. No meu campo, por exemplo, durante palestra, questionado sobre qual a importância do curso para a empresa, um dos ocupantes dos cargos mais altos da hierarquia, deu a seguinte resposta: “Antes do curso tinham muito problema com novatos por causa da formação acadêmica distante da redação. Hoje é até difícil comparar, pois só chamamos pessoas que passaram pelo curso. Acho que o curso melhora a ‘chegada’ na redação”. Ghedini (1998) também aponta para tal fato:

“Os jovens profissionais que vêm do curso chegam muito mais ‘arrumados’, praticamente prontos, já sabendo do que estamos falando. Quando comparamos com alguns recém-formados que vêm em busca de estágio, dá pra perceber nitidamente a diferença. Falta aquela perspicácia, eles não têm idéia do que é uma redação de jornal, de como buscar a notícia na rua. São tímidos, ficam perdidos mesmo e exigem muito mais atenção da nossa parte. Já quando é um ex-aluno do Curso Estado, dá para tratá-los como profissionais. Falta a ‘cancha’, tudo bem, mas essa só vem mesmo com os anos de experiência.” [depoimento de Rui Xavier, na época editor de política do Grupo Estado](GHEDINI, 1998, p. 187).

As dinâmicas analisadas aqui passam por uma tessitura delicada, sutil, esparsa, de pequenas dicas, controles mínimos, um “emaranhado inextricável de retóricas de fachada e astúcias táticas, de códigos, estereótipos, símbolos, padronizações latentes, representações de papéis, rituais e convenções, relativos às funções da mídia e dos jornalistas na sociedade, à concepção do produto-notícia e às modalidades que controlam a sua confecção” (GARBARINO, 1982, p.10 citado em WOLF, 2005, p.195). Os estratos sociais envolvidos nesses contextos de aprendizagem, em sua maioria, não estão acostumados a posições de subserviência ou servilismo (ou de serem

alvo de inscrições científicas). Como dizem os jornalistas mais experientes, jornalista tem que “estar ligado”, “ser esperto”.

Além disso, descrevê-los enfatizando a passividade não faria jus a vários exemplos de críticas e tensionamentos políticos que pude presenciar (ocasiões marcadas muitas vezes pela lágrima: química social das mais intensas)⁶³. Não se trata também somente de negociações, o que pressupõe instâncias acabadas que se relacionam. Trata-se de falarmos de invenções (como o que chamamos de jornalismo se inventa em termos discursivos, culturais, políticos, tecnológicos, históricos, sociais) tendo como enfoque os processos pelos quais passam os agentes (ponto de encontro dos fluxos estruturais corporificados).

O trabalho de campo teve uma importância singular nessa pesquisa. Para quem vem do campo do jornalismo e tem um posicionamento político na maioria das vezes frontalmente contrário ao das empresas estudadas, vivenciar a experiência de aprendizado oferecida por esses cursos teve um duplo aspecto. Primeiramente serviu como um processo de desmistificação da redação. É muito presente a exaltação do caráter formativo da redação nos cursos universitários de jornalismo. Com o acompanhamento desses processos percebi o quanto esse discurso se constitui em uma maneira de auto-afirmação do jornalismo. O que atrai na redação não é o que é proferido lá (não ouvi frases de muito brilhantismo...), mas o simples fato de estar lá. Em segundo lugar, essa experiência propiciou interações próximas com as pessoas que participam ou participarão do processo de confeccionar o jornal. Termos teóricos um tanto genéricos como “mídia” ou “jornalismo” acabaram ganhando a especificidade dos nomes próprios e do detalhamento complexificador que fatalmente surge quando acompanhamos um processo em todas as suas nuances, amenizando, creio, as arestas que meu posicionamento político apontava como armas em riste, impedindo problematizar. A grande contribuição que um viés antropológico pode oferecer à

⁶³ “É preciso evitar subestimar a capacidade de reflexão e de inovação de jornalistas que vivem em parte de forma crítica ou dolorosa um paradoxo inédito: as tendências a uma normatização gerencial de seu trabalho se exercem sobre uma população que nunca foi tão jovem e tão diplomada, e por este meio submetida a uma tensão da qual uma das expressões pode ser uma rediscussão das novas rotinas do jornalismo de mercado. Explorando esses espaços de renovação pode-se tornar mais visível a tensão na qual se inscreve a inovação. Os jornalistas não são em bloco os reféns impotentes ou inconscientes das lógicas de mercado.” (NEVEU, 2006, p.170).

compreensão do jornalismo e da mídia em geral é trazer para a discussão todos os aspectos que ficam escondidos sob rótulos totalizantes e facilmente sociologizantes.

Foram vários os atritos para que o trabalho de campo fosse viabilizado. Minha expectativa, antes de iniciar os contatos com os coordenadores dos cursos, era de que enfrentaria uma maior resistência por parte do Grupo Estado. A imagem que eu construía sobre essa empresa, reveladora dos condicionantes do meu posicionamento social, dava conta de uma instituição “conservadora”, “tradicional”, que freqüentemente escreve editoriais inflamados contra o movimento estudantil universitário (grupo com o qual me identifico e compartilho diretrizes políticas) e que portanto ofereceria mais entraves à minha pesquisa. Esperava que o Grupo Folha, por nos últimos anos ostentar como principal propaganda o fato de ser “moderno”, “plural”, “crítico”, “apartidário” e por permitir a presença de pessoas com outra formação que não a jornalística, estaria em melhores condições de entender meus objetivos de pesquisa. Mas qual não foi minha surpresa quando o que ocorre foi justamente o contrário. Não havia me dado conta que outros fatores devem ser considerados.

O tipo de relação estabelecido com os coordenadores foi determinante para delinear o tipo de relação estabelecida com os iniciantes. A intenção maior era não me indispor com os coordenadores dos dois cursos, já que o trabalho de campo dependia fundamentalmente da decisão deles. Confesso que isso me irritou quando estava realizando a pesquisa no Grupo Folha: meu acesso a algumas atividades foi negado muitas vezes sem o oferecimento de justificativas ou (nas poucas vezes em que ousei perguntar, sempre de maneira muito polida, pelas razões do veto) com justificativas tão implausíveis que era impossível não ficar desconfiado das atitudes da coordenadora. Também é importante registrar aqui a dificuldade de se fazer cumprir os acordos firmados verbalmente após longos períodos de tempos: não (somente...) por má-fé, mas devido aos ritmo intenso do trabalho jornalístico que impõe uma rotina rápida e de memória de curta duração.

Entrei em contato com os dois coordenadores por e-mail com antecedência de meses (tanto é que depois precisava retomar o contato e relembrar aos coordenadores quem eu era e quando havia falado com eles). A apresentação dos meus interesses de pesquisa não foi muito profunda e pormenorizada, até mesmo porque a pesquisa estava em andamento, o que implicava nebulosidades nos rumos a mim mesmo. Tentei dar a

entender que meus objetivos de pesquisa eram benéficos ao jornalismo. Estou interessado na construção de um saber jornalístico. Algo um tanto pomposo e neutro, que apresenta certa carga de retórica, mas que não deixa de constar como horizonte da pesquisa. Evito mencionar qualquer termo que implique um viés político da análise (palavras como “interesse”, “política editorial”). Tentei não revelar que minha pesquisa tinha intenções comparativas entre as empresas visto que isso poderia infiltrar tendências nas respostas. Mas no caso do Grupo Folha isso não foi possível, como será visto adiante.

No caso abordado por esse trabalho, tanto no Grupo Folha quanto no Grupo Estado foi marcante o fato de que os coordenadores dos cursos de certa maneira tentaram direcionar ou focalizar (algumas vezes com êxito devido a permissão ou não da minha entrada) os objetivos da pesquisa. Eles queriam hierarquizar e direcionar minha pesquisa: eram eles que sabiam o que era melhor eu observar, o que era importante de ser observado. Esse fato é comum em pesquisas envolvendo ambientes institucionais, mas acredito que aqui algumas especificidades do jornalismo também atuaram. Eram os coordenadores que conheciam o jornalismo, que tinham o “faro”.

Exemplo disso foi quando Francisco Ornellas, coordenador do curso do Grupo Estado, no começo da pesquisa, pediu mais detalhamento pois ainda “não manjou” o que eu queria fazer. Arrisca palpites. Pergunta se eu quero estudar as 31 pessoas que entraram no processo ou o curso. Diz que eu preciso definir o foco. Esquivo dizendo que são coisas complementares, que eu quero acompanhar o processo. É uma negociação. Um controle sobre o que eu vou fazer. Ornellas sempre menciona que tem que prestar contas para a “chefia”, “o chefe”.

O coordenador do curso do Grupo Estado, logo nos primeiros contatos, criou uma relação amistosa para a realização da minha pesquisa. Ornellas é o coordenador do curso desde a fundação: 19 anos “adestrando focas”. Ele é responsável mais por sessões de aconselhamento, uma figura que atua principalmente na organização das atividades (os outros dois integrantes do trio de “adestradores de focas” cuidam mais dos exercícios textuais). Tem em torno de 60 anos, óculos, cabelos brancos fazendo um “U” nos lados da careca no topo da cabeça, camisa social sem gravata nem blazer, com mangas dobradas (só usou terno completo quando havia a presença de políticos e nas festividades ao final do curso) e aparelho auditivo. Tem mais de 40 anos de carreira

jornalística, a maioria deles trabalhando como jornalista no Grupo Estado. É uma figura que levanta sentimentos paradoxais. Há quem o trate de forma respeitosa e carinhosa. Há quem o mencione como um “velho gagá”, como nos fuxicos que os focas dizem correr na redação: a escalção de Ornellas para cuidar do curso teria ocorrido pois estaria velho para a “profissão” além de ser uma pessoa “chata”. Ou seja, o curso é visto como um modo de dar um jeito em alguém que oferecia problemas para a redação.

Ornellas se mostra “durão”, uma postura “sargentão”, militarizada. Cita casos em que fez pessoas chorarem por causa da sua atuação (situações de pressão em entrevista). Como os cursos são vistos como uma espécie de rito de passagem, procedimentos vexatórios e humilhantes são revalorados como uma etapa de liminaridade importante para o futuro “profissional”. Todo ano a turma renova 2 apetrechos simbólicos presentes na sala: um chicote e uma forca. Durante os momentos de brincadeira os focas lembraram partes da entrevista do processo de seleção em que Ornellas “bateu” ou “pegou pesado”. Nas fases de seleção também há certas dinâmicas de grupo em que são avaliadas noções de gerenciamento (quantos repórteres enviar para cobrir tal fato?) e pequenos jogos cujo objetivo é identificar celebridades ou pessoas famosas pela foto⁶⁴. Ornellas tenta evocar uma postura militarizada até mesmo em analogias entre a lealdade dos focas e a lealdade do exército, do tiro de guerra (que muitas vezes é contrabalanceada com imagem da “orquestra”), ou apontando para procedimentos rígidos de humilhação (“A crítica é pública. O elogio é privado”). Durante suas intervenções no curso, Ornellas se locomove pela sala, senta na mesa de forma despojada. Trata-se de sua principal tribuna nos últimos 19 anos por onde passaram mais de 500 jornalistas iniciantes. Sua linguagem é permeada de palavras.

Ele é um jornalista “das antigas”. Formado em Direito, não tem diploma de jornalismo. É falador e expansivo nos gestos: revelou inúmeros conflitos internos, seja com alunos, seja com departamento de RH. Já está no final de sua carreira, praticamente fora das disputas mais ferrenhas no campo. Vê-se que ele quer passar um legado para frente. E ainda que esse senhor de mais de 60 anos me provoque incômodos profundos com alguns de seus conselhos, consigo favorecer a “indulgência compreensiva” ao invés da “condenação indignada”, como recomenda Bourdieu⁶⁵.

⁶⁴ Sobre a entrevista com Ana Estela, do Grupo Folha, todos dizem que foram perguntas leves ao estilo: “O que seus pais fazem?”, “Tem irmãos?”.

Criou-se uma relação de tutela em que ele, mais experiente, explicaria o jornalismo para mim, o jovem interessado. Expressão mais concreta disso é que eu tive um cartão de acesso do Grupo Estado que me facultava ingresso ao prédio sem a necessidade de passar pela portaria. Não gravei nenhuma conversa e acredito que isso foi benéfico. Criou-se uma certa confiança, com Ornellas usando um linguajar mais despojado e entremeado de palavrões e palavras obscenas (“merda”, “porra”, “foda”). Quando ele abordava algo mais sigiloso referente aos pares profissionais usava a expressão jornalística: “em off” [“off the records”]: significa que uma fonte só aceita passar informações se a conversa não for gravada]. Esse tipo de procedimento defensivo foi freqüente, o que demonstra um domínio que esses agentes detêm sobre a edição de suas falas por entenderem o funcionamento do aparato jornalístico. Além disso, para os envolvidos no meio jornalístico é importante não ferir a suscetibilidade de algum colega, comentando um erro ou criticando as falhas no trabalho visto se tratar de um meio em que as contratações se fazem em grande parte a partir de indicações. Ornellas chegou a prometer que eu poderia inclusive participar das entrevistas de seleção para o curso, promessa que ao fim não se concretizou sob a justificativa de que o “pessoal do RH vetou”. Optei por não tocar no assunto da sua promessa quebrada. É esperado querer certo sigilo nessas etapas.

As restrições de acesso foram mínimas no Grupo Estado, em comparação com o Grupo Folha. Ali a inserção foi delicada. Desde o início dos contatos os entraves começaram. No curso do Grupo Folha, Ana Estela é quem coordena as atividades e serve de espinha dorsal para o treinamento. Seu perfil é assim descrito no site do programa:

“Ana Estela de Sousa Pinto, 45, era uma agrônoma recém-formada quando foi selecionada para o primeiro programa de treinamento da Folha, em 1988. Desde então, trabalha como jornalista, área na qual se formou pela ECA-USP em 1995.

Trabalhou em várias editorias e veículos do Grupo Folha, em educação e ciência, negócios, política, cidades, no Painel do Leitor e na Primeira Página da Folha. Foi repórter, redatora, editora-assistente, editora, secretária-assistente de Redação. Fez parte da equipe da Agência Folha que elaborou e lançou os cadernos

⁶⁵ Aqui também entra minha própria experiência familiar particular: tive o privilégio de conhecer meus 4 avós. Creio ser impossível na relação com pessoas de outra geração não acionar certos ecos dessas relações avós-neto.

regionais, foi editora-chefe da 'Folha da Tarde' e coordenou a equipe que implantou na Folha a fotografia digital. É responsável por treinamento e seleção do jornal desde 1997 e autora do livro 'Jornalismo Diário', da ed. Publifolha." (blog do curso visto em 20/2/2010).

Ana Estela é branca, tem cabelos castanhos curtos, magra e assim como Ornellas do Grupo Estado, é uma figura adorada e odiada pelos trainees (“Ana Estela é bipolar”, “Ana Estela é mãezona”, “Já vi vários ex-trainees indo chorar as pitangas na mesa da Ana Estela”, “Ana Estela briga por vagas para trainees”). Ela tem uma posição de destaque na empresa: participa do fechamento da primeira página do jornal em alguns dias da semana.

No primeiro contato via e-mail, Ana Estela pediu que eu enviasse uma cópia do projeto de pesquisa. Hesitei por um momento: será que a leitura do projeto não tornaria as respostas direcionadas? Afinal, expor que o projeto se propunha a uma comparação entre duas empresas poderia fazer com que Ana Estela, com isso em mente, tentasse responder qualquer questionamento já enfocando para essa comparação, o que talvez não ocorresse se ela não soubesse dessa primeira diretriz (incipiente é verdade) do projeto. Além disso, o tom analítico do projeto poderia ser encarado na chave de acusação de manipulação ou de incompetência. Após uma rápida avaliação (em que passou pela minha cabeça elaborar um outro projeto que não delatasse a comparação com o Grupo Estado) e acatando um conselho de minha orientadora, enviei o projeto na esperança de que, por causa do cotidiano atribulado e corrido da redação, o texto não fosse lido com muita atenção.

O veto de Ana Estela a minha participação no curso ficou expresso no trecho do meu projeto de pesquisa enviado a Fapesp que transcrevo abaixo:

“A observação participante no Grupo Folha foi vetada pela coordenadora do curso, Ana Estela, em contato via e-mail, sob alegação de que minha presença seria um entrave a um “ pilar fundamental do curso”: “o entrosamento do grupo, o senso de equipe, a confiança e o coleguismo entre eles [os participantes]”. Ana Estela porém não se negou a dar entrevistas.”

Fiquei extremamente irritado. Depois de uma troca desastrosa de e-mails, em que dei respostas desengonçadas um tanto impulsivas e impensadas⁶⁶, insisti com um pouco mais de cortesia e consegui marcar um encontro com Ana Estela.

Entrei no prédio 9h50m. Saí às 10h15m. A conversa com Ana Estela foi rápida, direta, fria (ou não tão amistosa quanto a de Ornellas). Depois de conseguir um crachá (a recepcionista verificou com Ana Estela, por telefone, se eu estava falando a verdade) e passar pelas roletas eletrônicas, chego ao quinto andar de um dos dois prédios que compõem as instalações do Grupo Folha: “editoria de treinamento” indica o letreiro na saída do elevador⁶⁷.

Como se trata de um momento delicado de negociação, não gravo a conversa. Ana Estela começa dizendo que em alguns momentos as pessoas precisam confiar no grupo para expor fragilidades, fraquezas, erros. Minha presença atrapalharia. Mobilizo novamente as palavras “formação profissional”, uma espécie de conceito-escudo tanto no campo quanto na academia quando tenho que explicar o que estou pretendendo. Argumento que não tenho a intenção de acompanhar todos os momentos do curso, tarefa impossível frente a outros afazeres acadêmicos e aos prazos curtos demandados pelo mestrado. Podemos negociar os dias. Ela aceita. Digo que vou enviar por e-mail os dias que me interessam. No final ela frisa que não está “escondendo nada”, que o curso é “despretensioso”, “muda muito de uma turma para outra”. Tento me recolocar quanto a troca de e-mails seguindo os conselhos da minha orientadora, dizendo que a culpa é da linguagem escrita, que não expõe as entonações de voz e pode provocar mal-entendidos, a fim de demonstrar que não estava querendo “fazer nada do outro mundo”. “Eu sei. Você vai ver também que aqui a gente não faz nada de outro mundo”. Depois de 15 minutos, conversa encerrada.

⁶⁶ Creio que foi crucial a participação de minha orientadora (que teve acesso a toda a correspondência enviada) nesse processo, aconselhando e me pedindo mais paciência. Como expressei nesse e-mail: *Entenda se ela não PUDER (lembre-se que não trata de "querer", mas de um contexto empresarial em que não é apenas ela que decide, talvez ela não POSSA mesmo abrir, é uma ordem que vem de cima!). Antes de você responder de novo, não responda de cabeça quente! Lembre-se que email não dá o tom da voz, e pode gerar muitas confusões e conflitos. Tente primeiro apenas entrevista-la... Bem, essas são minhas sugestões, Rodrigo, mas você terá também o seu estilo de pesquisar. Não há regras muito restritas para isso. Beijo, boa sorte, Heloisa.*

⁶⁷ No nono andar, há um auditório acarpetado, ar-condicionado, cadeiras de cor marrom, em que ocorrem algumas das palestras do curso. A editoria de treinamento ocupa todo o quinto andar do prédio.

Pouco antes do treinamento efetivamente começar retomo o contato com Ana Estela, que volta atrás no que foi prometido. Tento, sem sucesso e já quase sem paciência, lembrar o acordo que firmamos. Nesse momento em que o trabalho de campo estava praticamente por um fio, Heloísa, minha orientadora, mais uma vez foi fundamental. Desde o começo do processo de pesquisa mandei uma cópia de todos os e-mails que enviei aos coordenadores para minha orientadora. Acompanhando esse diálogo tenso ela propõe intervir. E após a troca de alguns e-mails, Ana Estela retoma o que foi combinado.

As negociações dos dias em que posso observar o curso são sempre tensas e as justificativas, um pouco vagas. Ana Estela vetou minha observação quando os focos foram conhecer os “padrinhos” da redação (profissionais que “adotam” um dos trainees para servir como um conselheiro) e após uma reunião acalorada (um bate-boca entre Ana Estela e um dos participantes) em que estive presente, vetou minha participação nas reuniões que deliberaram os temas do caderno final produzido pelos trainees. A coordenadora também pediu sigilo quanto ao conteúdo da aula de investigação jornalística, em que vários procedimentos questionáveis, que violam condutas éticas, são ensinados. O sigilo envolvia também não citar os nomes de personalidades investigadas pela empresa, mencionados na aula. Esse último fator elencado diz respeito a algumas especificidades do jornalismo, presente não só no contexto brasileiro.

O fazer jornalístico emprega diversos meios controversos para obter informações (as câmeras escondidas são o exemplo atual mais destacado⁶⁸). Geralmente esse tipo de operação é vista de forma legítima quando o fato revelado por meios anti-éticos também quebra regras éticas, e portanto não mereceria a salvaguarda dos preceitos éticos postulados para todos. A quebra de regras éticas é aceita pelos jornalistas de forma naturalizada quando atinge as camadas sociais mais marginalizadas (flagrantes policiaiscos de compra de drogas ou de venda de armas, por exemplo) ou mais poderosas (políticos e artistas que tem sua privacidade publicizada). Minha presença

⁶⁸ Interessante pontuar a crítica irônica de Armando Nogueira. “*A profissão [de jornalista] é tão importante que eu andava pensando, dia desses: um médico que receita um remédio para um paciente que ele não examinou criteriosamente está infringindo uma norma ética que pode lhe causar a perda da licença; um advogado que induz deliberadamente o seu cliente a um erro pode perder sua carteira; um jornalista que veste uma farda de soldado, de policial, para ter acesso a uma gravação de um telefonema particular, está cometendo no mínimo umas três infrações de ordem moral, mas pode ganhar o Prêmio Esso de reportagem.*” (VIEIRA, 1991, p.89).

criou certo embaraço, pois um observador poderia “denunciar” esses procedimentos que são mencionados em conversas francas, apesar de isso não ser grande novidade nem nos estudos empreendidos, nem no meio jornalístico⁶⁹. No survey de Cardoso (1995) isso já está amplamente presente e merece uma citação extensa.

“Para minha surpresa, há uma relação positiva entre as várias dimensões de práticas pouco éticas e as atitudes democráticas. A surpresa está nisso: seria de se esperar que a maior valorização da institucionalidade democrática levasse a uma maior reverência a liberdades e direitos individuais e coletivos, em geral burlados pela maioria das práticas mencionadas de obtenção da notícia. Segundo esta expectativa, quanto mais democraticamente orientados os jornalistas, tanto maior deveria ser a rejeição a práticas pouco éticas na busca da notícia. Mas ocorre o contrário. Não apenas não há incompatibilidade entre valores e práticas, como ainda ser “mais democrático” aumenta a probabilidade de subscrição de várias práticas eticamente permissivas [a saber: usar documentos confidenciais sem autorização, usar documentos pessoais sem autorização, apresentar-se como outra pessoa, empregar-se em firma para obter informação]. (...)

*Nessa relação, parecem falar mais alto valores relativos à liberdade de acesso e divulgação da informação do que direitos democráticos. Noutras palavras, a liberdade de informação, enquanto fim inquestionável numa sociedade democrática, pode valer-se de meios que, no limite, arranham aspectos importantes da institucionalidade democrática relativos a direitos à privacidade de indivíduos e coletividades. Não vejo como deixar de nomear este padrão de relação entre valores de **operacionalização pragmática dos meios** [ênfase do autor]. Numa palavra, a notícia a qualquer custo.*

Em suma, a análise de atitudes éticas e valores profissionais dos jornalistas aponta para uma relação bastante pragmática com a função. A imprensa é fortemente encarada como meio de formação de opinião e de definição da agenda pública, mas os leitores são encarados por muitos como enganáveis e pouco interessados numa mídia formadora. Para formar opinião entre leitores que não querem mais do que informação, porém, os jornalistas apresentam-se dispostos a relevar vários aspectos

⁶⁹ Há até um jargão profissional para esse tipo de ação: “Muckracker: literalmente “cava-merda”. Designa os praticantes de um jornalismo investigativo, nascido nos Estados Unidos no período entre as duas guerras mundiais, destinado a desenterrar os escândalos e os abusos dos poderosos.” (NEVEU, 2006, p.19).

éticos que redundam, no limite, na violação de direitos individuais e coletivos característicos da cidadania democrática. A responsabilidade como valor, por exemplo, prescinde da valorização em sentido forte de matérias cujo conteúdo factual possa ser provado. Por outro lado, é comum entre muitos a permissividade quanto à utilização de vários meios sub-reptícios de obtenção da informação. Tudo parece apontar na direção de que tais meios são justificáveis diante do fim “nobre” que seria a formação de opiniões”. (CARDOSO, 1995)

O que ajudou a meu favor foi a disciplina ministrada na Universidade de São Paulo, pelos profissionais do Grupo Folha, que consistia em aula dividida em duas partes: a primeira com o diagramador da empresa (apesar de oficialmente constar que a disciplina é ministrada por um professor da USP) e a segunda uma palestra com algum nome importante do Grupo. Nesse espaço não havia como barrar minha entrada. Essas aulas levantam denúncias do movimento estudantil, que vê nesses acordos entre empresas e universidade uma forma de deturpar a formação crítica que as universidades deveriam oferecer⁷⁰.

Durante os primeiros dias de campo pergunto a Ana Estela pelo cartão de acesso. Ela disse que não é possível fornecer um cartão. “O RH só liberou para o pessoal do treinamento” (a culpa é sempre do RH...). Terei que passar pelas recepcionistas toda vez que quiser entrar. Em alguns momentos isso é um constrangimento: não posso passar pelas catracas dos fundos do prédio, que não aceitam cartões de visitantes. Quando os trainees saem por ali tenho que contornar o quarteirão, o que afetou a observação participante.

Quais seriam os significados dessa recusa de Ana Estela? Primeiro é interessante notar que a coordenadora, ao contrário de Ornellas do Grupo Estado, ocupa uma posição prestigiosa na hierarquia de cargos da empresa (a edição da primeira página do jornal demonstra isso) em que seu trabalho tem reconhecimento e visibilidade. Um trabalho acadêmico como o meu não apresenta nenhum atrativo nesse sentido, sem contar que após o período da pesquisa (como destacado no último parágrafo da apresentação de Ana Estela no site) a coordenadora lançou um livro a respeito da produção do jornalismo diário. Não creio ser infundado imputar as restrições de acesso

⁷⁰ Ver reportagem de Costa (2008).

a interesses de pesquisa sobre o mesmo objeto⁷¹. Além disso, Ana Estela sempre mencionava uma experiência de pesquisa anterior a minha da qual ela não gostou do resultado final. Pedi a referência desse material, mas ela acabou se esquecendo de fornecer.

O fator geracional, que na relação com Ornellas funcionou a meu favor, no contato com os focas/trainees apresentou um duplo aspecto. Se por um lado minha idade permitia uma maior aproximação com os novatos por compartilharmos referenciais comuns a nossa geração (20 a 25 anos), por outro a legitimidade da minha posição de pesquisador era constantemente posta a prova. Some-se a isso que na época da pesquisa eu tinha cabelo comprido, o que reforçava essa demarcação juvenil. A proximidade etária colaborou sem dúvida para o compartilhamento de experiências de uma forma mais despojada (no caso do Grupo Estado) ou de uma forma mais desrespeitosa (no caso do Grupo Folha: creio que alguns anos de idade me dariam uma aura de legitimidade maior).

Almocei quase todos os dias com os “focas” no refeitório do Grupo Estado, espaço privilegiado para conseguir conversar sem estar sob vigilância dos coordenadores do curso. O almoço foi um momento essencial na pesquisa para estabelecer contato com os focas de forma descontraída. Nessas conversas havia um relaxamento das tensões de sala de aula o que permitia uma aproximação maior⁷². Um outro local fundamental para criar relações e conversas mais próximas foi o ônibus da empresa que fazia o itinerário entre uma estação de metrô e o Grupo Estado.

Os focas também apresentaram um comportamento de desconfiança na minha presença, a começar pelo sistema interno de computadores que registrava um ausente “foca 32” com o qual sou relacionado. Em uma praça de alimentação de um shopping próximo ao Grupo Estado (comer no refeitório todos os dias acabou enjoando alguns...),

⁷¹ Procedimento comum também na antropologia como relatado em Silva (2000).

⁷² Algo comum na rotina de trabalho dos jornalistas. “*Criam-se entre os jornalistas laços de sociabilidade “operacional” que duram enquanto eles trabalham juntos, raramente sobrevivendo a uma mudança de emprego (a não ser que se reencontrem em outras redações). Daí a importância de momentos ou lugares informais – como a carona ou o bar da esquina – em que se comentam com maior liberdade os acontecimentos do dia e se expõe a agressividade reprimida contra as chefias*” (RIBEIRO, 1992, p.230). Exemplos de comentários extra-redação na década de 80: Otávio e seus “Menudos” (referência aos jornalistas novatos), “Pelourinho” ou “Superego” para o relatório de erros instaurado pela direção do jornal para avaliar a qualidade do trabalho, e “Lâmina de Barbear” a respeito do processo de informatização do Grupo Estado (3 erros e o jornalista está fora), fazendo referência a um comercial da época.

tive uma acalorada conversa de almoço com alguns focas. Eles têm forte senso persecutório, acham que vou criticá-los tachando-os de superficiais. Alguns arriscam que sou “anarquista” por causa do meu cabelo comprido. Em certo momento disseram que eu estava fingindo, que não estava na USP: queria ter feito o curso, mas não tinha conseguido passar pelo processo seletivo.

Com os 12 integrantes selecionados para o curso do Grupo Folha, os atritos foram cotidianos. Algo que atrapalhou na aproximação com os trainees foi o fato do Grupo Folha não ter um refeitório comum como o Grupo Estado. Compartilhei poucos almoços com os trainees que aconteceram por restaurantes nos arredores da empresa. Senti forte sensação de desconfiança e um ar blasé. Constantemente trainees e a coordenadora usaram a metáfora do “macaquinho” (ou do “ratinho”) de laboratório sendo observado.

Não sei como fui apresentado por Ana Estela. Mas na segunda visita ao curso Ana Estela disse que em conversa com os trainees, eles se mostraram incomodados com minha observação. Caso se instalasse um “clima ruim” com eles, minha pesquisa seria reformulada. Eu tinha que conversar com eles.

Entrei na sala depois que todos os trainees estão instalados. Ana Estela me apresenta: diz que no começo não permitiu minha “observação, para não falar intervenção”, mas depois conversou com minha orientadora e comigo. Acabou permitindo. Ela sai da sala e fecha a porta.

Começo dizendo que Ana Estela relatou que os trainees estavam ressabiados com a minha presença. Gostaria de saber quais as dúvidas existentes sobre meu projeto. Há um trainee que quer me colocar contra a parede, fazendo perguntas incisivas: “O que você está estudando?”, “Qual é sua hipótese?”. Digo que ainda não tenho hipótese. Decerto que em diversos momentos eu estava inseguro quanto a revelar algumas das minhas hipóteses, já que isso poderia dirigir as respostas (e em alguns momentos eu me utilizei de tal desculpa para encurtar conversa quando o assunto derivava para esse lado), mas o fator determinante para que eu não revelasse muita coisa a respeito do meu projeto era simplesmente... que eu não tinha uma idéia definida do encaminhamento teórico da pesquisa. O que parecia uma dissimulação, na verdade era uma etapa no processo de construção de uma pesquisa. Não se sabe muito bem onde a pesquisa desembocará. Creio que a tensão gerada sobre esse tópico também advenha do fato de o

processo de pesquisa ser equiparado ou pensado nos mesmos moldes de uma pauta jornalística, em que a pressão do fator tempo não permite muito espaço para explorar rumos inesperados ou imprevistos. “Cair a pauta” é o pesadelo de todo jornalista. O planejamento inicial deve ser cumprido⁷³.

Para tentar satisfazer aos meus interlocutores (meu projeto de pesquisa está em jogo) dou referência de Pierre Bourdieu, o que faz Théo (estudante de Ciências Sociais na USP) comentar: “A partir daí é só você ler e ver mais ou menos o que ele vai fazer”. Outra trainee mais ao fundo diz um pouco irônica, um pouco rindo: “Não pode dizer as suas hipóteses para a gente?” (Sinto que não revelar minhas hipóteses inexistentes faz com que os trainees levantem suspeitas do tipo “Ele se acha tão superior que acredita que nós não vamos entender as hipóteses dele”). Ao que a primeira trainee completa: “É que tem gente que diz que jornalista é fútil, superficial...”. Estou formulando minha próxima resposta quando Caio (dupla formação, que conheço por frequentarmos algumas aulas na Unicamp) corta: “Ele fez jornalismo também!”. Confirmo e relato rapidamente a minha trajetória. Sinto que a partir daí começo a ser mais aceito.

Perguntam porque escolhi o Grupo Folha e se vou pesquisar outros lugares. Revelo que pesquisei o Grupo Estado (alguns deles já sabiam disso, pois conversaram com ex-focas que colaboraram com minha pesquisa e fizeram a seleção para o curso do Grupo Folha) e que quero “sistematizar” o que é ser jornalista, o que é preciso aprender para ser jornalista. A trainee que quer me colocar contra a parede solta: “Você vai vir aqui falar mal da gente”. Quem me salva é Théo: “Ué! E daí? Tem coisa para falar mal mesmo!”. A partir daí a negociação perde o foco e vira falatório. Em uma das conversas paralelas consigo distinguir Caio dizendo para trainee ao lado: “Antropologia é sussa! [sossegado]” (ou seja: não é tão crítica ou politizada). Digo que não vou relatar nomes, que meu interesse não é denunciar ninguém e que minha pesquisa, ao acompanhar o cotidiano do fazer jornalístico pode ajudar pesquisas mais embasadas, sem “olhar de fora”. Por fim, os trainees permitem que eu pesquise o treinamento.

Os trainees não me cumprimentaram de forma cordial (isso demorou a acontecer) o que provocava um inevitável mal-estar. Acabei dando preferência para os

⁷³Lembro que muitas vezes a matéria já estava escrita antes dos novatos saírem para as entrevistas. Só era preciso preencher as aspas, a convenção escrita que caracteriza a fala dos entrevistados, “recheiar” a matéria. Fico pensando se, com a diminuição dos prazos de pesquisa, algo semelhante não comece a ocorrer na academia.

dias em que aconteceria alguma palestra ou aula, deixando de ir em momentos em que os trainees estivessem “apurando” alguma notícia a fim de não levantar impedimentos que pudessem supor que eu estava atrapalhando. Poucas vezes fiquei durante esses momentos de apuração: os trainees ficavam em frente ao computador e conversavam pouco, em voz baixa, sobre pautas, em duplas, talvez desconfiados ou incomodados comigo.

Ainda que seja preciso o domínio de algumas técnicas (textuais, corporais) há um discurso disseminado de que o jornalismo é algo que se “aprende rápido”. Talvez por isso soasse cômico para os trainees minhas idas a campo para assistir às suas aulas (“observar os ratinhos de laboratório”): nada de “importante” aconteceria, não há nada “intrincado” necessitando ser dirimido. O “aprender rápido”, refletido no caráter temporalmente curto dos cursos em comparação com a formação universitária, além de apontar para matrizes de ação e apreciação anteriormente constituídas, também é uma característica que o agente deve possuir para conseguir consagração no campo. Jornalista precisa aprender rápido. Se antes a socialização do novato no ambiente jornalístico ocorria lentamente num processo de incorporação dos traquejos profissionais, os casos estudados permitem vislumbrar espaços de aprendizagem que aceleram a incorporação do principiante. Há uma certa economia de tempo: ao invés dos novatos aprenderem os códigos não escritos da profissão de forma difusa por uma extensa convivência na redação, ocorre um primeiro esforço de normalização já no curso. No caso do jornalismo, com o avanço das tecnologias de comunicação que permitem uma divulgação ampla de notícias em questão de segundos, o processo de economia temporal na formação jornalística através de dispositivos catalisadores torna-se estratégico.

Os trainees a todo momento queriam descobrir quais seriam as minhas hipóteses (no Grupo Estado a cobrança talvez não era tão excessiva pois eu sempre revelava que talvez faria uma parte da pesquisa em outra empresa) como se eu estivesse escondendo algo, ou dissimulando. Eu era encarado de maneira semelhante a um agente do campo político: todas as desconfianças estavam contra mim.

A dificuldade para entrada no campo também se dá porque são lugares de segredos empresariais (não sei avaliar até que ponto isso também serviu de subterfúgio para negar minhas idas ao campo. Nesse caso, mais uma vez, sou eu que aciono

suspeitas e desconfio de outros propósitos...), além das quebras de legalidade serem admitidas francamente. Como exemplo dos segredos empresariais presentes relato dois casos. O primeiro é quando Caio um dos trainees me explicou que estava ocorrendo a reformulação do projeto gráfico do jornal Folha de S. Paulo (aumento de 0,5 ponto na fonte, o que implica diminuir 15% do texto). Há uma comissão responsável por mostrar que é possível diminuir texto reduzindo coisas desnecessárias. A comissão re-diagrama o jornal inteiro do dia anterior⁷⁴. O segundo exemplo é quando os focas do Grupo Estado dizem que está ocorrendo uma reformulação no processo de trabalho da empresa para que se disponha de mais tempo de edição e menor tempo de fechamento, processos com fronteiras bem fluídas.

Quando eu era encarado como um antropólogo se estabelecia uma relação em que me imputavam como possuindo um conhecimento maior. Após uma das atividades, estimulados pela aula que tiveram, os candidatos a trainees discutem sobre o tema “América Latina”. Em tom de brincadeira apontam para mim dizendo que eu provavelmente estava rindo dos argumentos deles, como se eu soubesse mais que eles. Além disso todos com quem conversei estranharam a duração da pesquisa: “mas vai acompanhar o curso todo mesmo?”.

Houve momentos de troca de bibliografia também, o que indica proximidade social. Um dos candidatos a trainee me indicou Michael Schudson como bibliografia. Em uma conversa com Carlos sobre seu TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) na ECA, ele diz que também vai abordar formação profissional de jornalistas no seu trabalho. Segundo ele, jornalistas silenciam sobre certos temas por causa da formação. “A maioria dos jornalistas são brancos, vem de poucas universidades, são classe média”. Como exemplo de tema não abordado ele cita a violência doméstica.

Durante a semana de seleção do Grupo Folha conversei com 2 candidatos a trainees que fazem Ciências Sociais. Eles debocham do curso e dos jornalistas. Fazem o processo de seleção pelo currículo. Perguntam “se vou escrever mal dos jornalistas”. Eles não entendem relação entre antropologia e jornalismo. E não são os únicos. Na maioria das vezes meu trabalho era imputado como sendo um trabalho sobre

⁷⁴ Alguns meses após o final da pesquisa de campo, o Grupo Folha anunciou as modificações no layout de seu principal produto impresso com o slogan: “O jornal do futuro”. Mais uma vez, o signo de distintividade acionado é a “modernidade”.

psicologia⁷⁵. Os dois explicam que academia só escreve para academia enquanto jornalismo escreve para mais gente. “Mas também, escreve o que né... só merda”. As comparações entre jornalismo e outros meios mais especializados é comum para quem vivenciou uma inserção dupla. Converso com outra candidata a trainee que chegou a cursar outras faculdades, mas achou história e direito “muito parado” (“aquela coisa de documentos e biblioteca”), enquanto jornalismo é “mais dinâmico, mais concreto”.

É claro que a relação de pesquisa em qualquer campo é delicada e a bibliografia, como visto acima, aponta para os atritos entre academia e jornalismo. Mas não posso deixar de registrar minha surpresa: em diversas palestras dos jornalistas ouvi reclamações de que algumas instituições não fornecem informações/dados que são pedidos e até mesmo que algumas comunidades não entendem o trabalho do jornalista (quando eles são confundidos como infiltrados da polícia ou agentes de pesquisa do governo). Repórteres também usam o termo “ir a campo” (por certo que em um sentido diferente) quando fazem reportagens⁷⁶. Ainda esperava contar ao meu favor com certa cordialidade dos jornalistas visto que esses profissionais precisam “cultivar” fontes. Mas, ingenuidade minha, descobri que não sou uma fonte que interesse cultivar.

Em suma, se eu imaginava um lastro possível de ser compartilhado entre as duas carreiras que favoreceria meu trabalho ou aspectos jornalísticos que contariam a meu favor, eles concebiam o trabalho antropológico aproximando-o ora de seus afazeres (estranhando a temporalidade mais extensa da escrita, preocupados com “denúncias” ou publicizações desfavoráveis), ora imaginando o analista como alguém interessado nos aspectos psicológicos e comportamentais, o que por vezes, num contexto institucional de constante avaliação e competição, me colocava como um infiltrado da empresa para analisá-los.

Em diversos momentos eu era requisitado para avaliar a qualidade do curso pelos iniciantes, tarefa da qual me esquivava de forma um tanto atrapalhada com frases

⁷⁵ Se causa estranhamento o estudo das “profissões” empreendido na antropologia acredito que isso se relaciona com os marcos formadores da disciplina, em que o tema da “divisão do trabalho” ficou a cargo da sociologia. Entretanto arrisco que uma abordagem antropológica é possível e necessária: até que ponto o elo “funcional” da cadeia de “profissões”, o posicionamento “funcional” relacional inventado entre múltiplos fazeres define e condiciona o pensar sobre os limites da nossa socialidade?

⁷⁶Um dos entrevistados (ex-trainee do Grupo Folha e agora Doutorando em Ciências Sociais) me disse: “Os jornalistas fazem quase a mesma coisa que nós: só que nós fazemos bem feito”.

evasivas (“tem coisas interessantes”) e mudando de assunto a fim de evitar qualquer desconforto com divergências de opinião. Essa postura, que me colocava na posição de uma espécie de juiz, também transpareceu no último contato com Ornellas no contexto de festividade pelo encerramento do curso. Ele chega até mim após a solenidade (há um coquetel sendo servido) põe a mão no meu ombro e diz: “E aí: vai chamar o Procon?”. Dou uma risada cordial.

*“O único lugar onde alguém pode aprender
jornalismo é a redação de um grande jornal”.*

Frederic Hudson, diretor do *New York Herald*, 1869 (RIZZINI, 1953).

REDAÇÃO, MISSÃO, “FARO” PARA “FUROS” E TECNOLOGIAS.

Tentarei neste capítulo explorar alguns aspectos que o jornalismo pode contribuir para enriquecer os debates sobre campo e *habitus*: dupla de conceitos trabalhados e retrabalhados por Bourdieu ao longo de toda sua obra e que utilizo como esquema conceitual que perpassa esse texto⁷⁷. Primeiro aponto, de forma simplificada, o que entendo por esses conceitos para que a argumentação possa ser desdobrada no caminho imaginado, ganhando no percurso maior detalhamento.

O conceito de campo designa um espaço social relativamente autônomo (ou seja, que define suas próprias regras de consagração e legitimidade) em que há agentes em disputa por posições dominantes, de maior prestígio, dentro desse espaço social. O termo "relativamente" merece destaque. Bourdieu recusa a hipótese mecanicista que vincula classe (no sentido estrito de posição na estrutura de produção capitalista) e produções culturais de forma direta, sem levar em conta a complexidade apresentada por diversas composições de distintas formas de capital (cultural, econômico, político, etc) e a referencialidade exercida pelos pares na disputa por posições.

O conceito de *habitus* é o complemento do conceito de campo. *Habitus* denota um conjunto de disposições estruturadas com tendência a atuar de forma estruturante. São disposições, internalizadas pelo agente segundo seu posicionamento no campo e na

⁷⁷ O texto de Ferreira (2005) pode servir de guia inicial para um rápido mapeamento: o autor identifica 3 fases na obra de Bourdieu no que diz respeito ao jornalismo e a mídia em geral. Um momento inicial na década de 60, em que Bourdieu critica estudos que abordam a mídia sem a realização de pesquisas empíricas. Um segundo momento localizado temporalmente nos anos 70/80 (que é enfatizado como o enfoque que pode proporcionar mais rendimentos teóricos) em que merece destaque o livro “A distinção”, no qual Bourdieu analisa o jornalismo a partir dos gostos e estilos de vida, em correlação com os campos político e acadêmico além de enfatizar os mecanismos de distinção atuante através das diferenças de capitais culturais e econômicos. E, por fim, a terceira fase dessa sucinta cronologia, que tem como expoente o livro “Sobre a televisão”: uma intervenção de Bourdieu na televisão francesa que provocou intensa polêmica. É preciso levar em conta o contexto em que tal fala é proferida: durante a década de 90 a TV francesa abriu seu modelo estatal para a entrada de emissoras privadas, provocando mudanças nos formatos dos programas.

estrutura social, que geram modos de agir, de apreciação, de visões de mundo, que tendem para a reprodução das estruturas do campo. E aqui, na idéia de “tendência” se abre um espaço de inflexão para a intervenção e a mudança. O *habitus* é a mediação entre o agente e o campo, matriz geradora de estratégias de atuação. Exemplificando, podem ser considerados como constituintes do fazer jornalístico a incorporação das técnicas de produção textual em curto período de tempo, que visam obter um resultado persuasivo através do trabalho de estilização de uma forma social expressiva (no caso, a forma-notícia, através das técnicas de lead e pirâmide invertida), as posturas corporais, os modos de se portar, que se adotam nas entrevistas (coletivas ou individuais) além de certa hierarquia valorativa interiorizada dos fatos jornalísticos que merecem publicação (“faro jornalístico”). Na bibliografia, os exemplos de *habitus* no jornalismo aparecem de modo marcante na aquisição da escrita e nas maneiras de interação com as fontes⁷⁸. É no lastro desses fazeres que se ancora a totalização de um fazer jornalístico: um *habitus* jornalístico.

O grande rendimento que quero reter do conceito de *habitus* é sua capacidade de enfatizar processos de incorporação e aprendizado, de pôr em relevo o plano histórico da trajetória dos agentes. A tentativa é não enrijecê-lo, não substancializá-lo como uma instância intermediária entre um social e um agente ambos fixos. Ou seja, dar dinâmica e processualidade ao *habitus*: algo que só poderá surtir o efeito desejado nos controles dos pormenores na exposição da análise. Abordo um contexto institucional (empresas jornalísticas) em que o plano de relações estabelecido impõe padronizações recorrentes e que podem ser ampliadas com alguma segurança no lastro de dispositivos difusores (redes sócio-técnicas internacionais de comunicação e intercâmbio⁷⁹), ganhando um aspecto totalizante, um possível *habitus* jornalístico, que ressalta principalmente como um viés relacional, oposicional, em relação a outros *habitus* da esfera do trabalho. Tento evocar aqui uma multiplicidade de fazeres que ganham totalidade de maneira

⁷⁸ “Assim um *habitus* literário pode ser apreciado quando é dominado por um editorialista de imprensa, mas torna-se uma desvantagem para o agente [jornalista de agência de notícias, que precisa redigir notas curtas]. Um *illu* que se cristaliza na visão do jornalista como aquele que, segundo as palavras de Albert Londres, leva “a caneta à ferida”, fará maravilhas no jornalismo investigativo, mas arrisca conduzir o correspondente de um município pequeno a sérios problemas.” (NEVEU, 2006, p.67).

⁷⁹ O que justifica também o uso da bibliografia estrangeira. “Essa abertura aos trabalhos estrangeiros tem valor também porque a comparação se torna visível, por seu poder de tornar exóticas as práticas que parecem evidentes por serem de nossa cultura. Essa abertura se justifica também pela internacionalização dos grupos de imprensa e pela globalização da informação.” (NEVEU, 2006, p.16-17).

contrastiva a outros *habitus* de atividades laborais. Postulo um *habitus* jornalístico tendo em vista que se tratam de experiências de socialização estruturadas em um campo, além de atentar para o baixo grau de plasticidade a mudanças em conformidade com alterações de contexto que a escrita padronizada utilizada pelos jornalistas e outras formas mais institucionalizadas de interação dessa atividade me permitem vislumbrar⁸⁰. Contudo é necessário sempre contextualizar historicamente esses afazeres, não erigindo um jornalista típico-ideal como modelo de análise⁸¹.

No jornalismo contemporâneo a redação é vista como o local de construção do verdadeiro saber-fazer jornalístico. Em diversos momentos um ponto foi fortemente enfatizado: o jornalismo é uma atividade “prática”, que só se aprende na redação. Esse tipo de afirmação reforça o poder dos únicos agentes que detêm os direitos de propriedade e de uso sobre tais espaços (“as redações”): as empresas⁸². Ao concentrar o “verdadeiro” conhecimento jornalístico nas redações, é concedido o monopólio do saber-fazer jornalístico às empresas, únicas detentoras dos recursos para se manter uma redação. Há também exemplos em outros contextos do mesmo processo. No artigo “Toda notícia que couber a gente publica”, Darnton se volta para sua experiência como jornalista do *The New York Times* no início da década de 60, onde chegou a ser correspondente internacional (cargo de alto prestígio na hierarquia jornalística) em Londres. Também aí é enfatizado o caráter formativo da redação.

“Embora alguns repórteres possam aprender a redigir em escolas de jornalismo (...) a maioria deles (incluindo muitos jornalistas formados) pega o jeito na prática de aprendizagem. Adquirem atitudes, valores e um espírito profissional enquanto

⁸⁰Nesse sentido soa um pouco cômico quando jornalistas escrevendo trabalhos acadêmicos usam o mesmo tratamento estilístico jornalístico de citação de depoimento para as citações de autores acadêmicos (“pronunciava Mauss”, “Nietzsche dispara”, “Baudrillard distila”).

⁸¹ Portanto não desconsidero a observação atenta de alguns estudiosos e agentes do campo a respeito de variabilidades importantes. Exemplos: *Dependendo de sua posição no meio de comunicação e do tipo de mídia (jornal, semanário, televisão, etc), as tarefas e a auto-imagem profissional dos jornalistas variam amplamente.*” (KUNCZIK[sociólogo], 2002[1988], p.17). *“O jornalismo é uma atividade muito diferenciada e depende da especialidade de cada um. A única coisa comum é o fato de trabalharem no mesmo lugar, ou no mesmo produto. Não há nada mais que una um tipo de jornalista a outro.”* (ABRAMO[jornalista], 1988, p.191).

⁸² E não se trata de algo que diga respeito somente ao contexto brasileiro. *“Há, ainda, os problemas de ordem financeira. Oferecer aos estudantes equipamentos comparáveis aos que eles utilizarão nas redações é muito caro, e daí resulta parte das dificuldades de gestão de certas escolas.”* (NEVEU, 2006, p.46).

trabalham como mensageiros na seção de Cidades, e aprendem a perceber e comunicar a notícia quando estão sendo ‘treinados’[aspas do autor] como repórteres principiantes (...)Ouvindo, ele [o principiante em jornalismo] pega o tom da sala de redação. Aos poucos, aprende a parecer mais um nova-iorquino, a falar mais alto, a usar a gíria dos jornalistas e a aumentar a proporção de palavrões em sua linguagem. (...) Ao ouvirem as conversas profissionais e observando os modelos de comportamento, eles [os novatos em jornalismo] assimilam princípios: imperturbabilidade, precisão, velocidade, esperteza, firmeza, pragmatismo e energia.” (DARNTON, 2005, p.86 - 89)

Essa situação se mantém mesmo com a entrada de novas gerações *outsiders* provindas do meio universitário: os jornalistas estabelecidos conseguem impor a desqualificação do capital distintivo acumulado na universidade pelos novatos. A trajetória universitária não é mobilizada/capitalizada pelos mais jovens como um diferencial na disputa por cargos com os jornalistas antigos estabelecidos. O aprendizado universitário oscila entre diversos adjetivos dependendo da avaliação dos agentes novatos que ingressam nas redações: o termo “prático” é proferido geralmente quando é valorizada a experiência universitária, pontuando a presença de infra-estrutura para produção em diferentes meios de comunicação (câmeras, ilhas de edição, jornal-laboratório) e professores com experiência da redação; a expressão “(muito) técnico”, pontuada com entonação desabonadora, é usada quando o agente não valoriza o meio universitário que apresenta as características elencadas anteriormente. Renata, por exemplo, comenta sobre a Cásper Líbero [universidade particular de prestígio na cidade de São Paulo]: “Muito técnico: sei escrever em qualquer formato jornalístico mas o conteúdo eu tive que buscar por fora”. Em contraposição o termo “(muito ou pouco) teórico” varia conforme a entonação, dependendo da avaliação positiva ou negativa do agente: se prefere uma formação “mais teórica” (já que a “prática” se aprende “rapidamente” durante a vida “profissional”) ou se prefere uma formação “mais direta”, voltada para o que será “usado efetivamente” no mercado de trabalho; já o termo “(muito) abstrato” é mobilizado quando o agente não gosta da formação universitária que recebeu, mobilizando na justificativa as “complicações teóricas” desnecessárias colocadas pelos professores. E há quem não veja nada de bom na faculdade como nesse depoimento de Carlos: “Não conheço ninguém que tenha falado que adorou a faculdade

de jornalismo. Já fiz uns cursos na FFLCH de História, e você vê que é denso. Saí da faculdade despreparado tecnicamente e academicamente”.

As menções pejorativas ao ensino universitário de jornalismo são frequentes e disseminadas. Um tom de deboche e ridicularização perpassa os comentários sobre a faculdade mesmo nos jornalistas envolvidos com o meio acadêmico. O formador do Grupo Estado, Luiz Carlos Ramos, que mantém vínculos com o meio universitário, apresenta um discurso oscilante: no início de suas aulas afirmou que os focas no curso vão “aprimorar” o que aprenderam na faculdade. Entretanto alguns dias mais tarde destacou que para a formação de um bom jornalista são necessários “bons filmes, bons livros e boa companhia”. Faculdades, mesmo que sejam “menores”, não contam tanto. Por fim, Luiz Carlos Ramos aponta que há melhora no texto depois do curso: “O curso não é milagroso, vocês fizeram boa faculdade”. Mas ele também recomenda que é importante “diferenciar o que é faculdade e o trabalho profissional de verdade”. Os iniciantes aderem a esses comentários através de risadas coletivas de aprovação. Em um vídeo institucional do curso do Grupo Estado há um depoimento de um dos jornalistas responsáveis pelo curso dizendo que é preciso ensinar “tudo o que eles [os focas] não aprenderam em 4 anos de faculdade e 20 e poucos anos de vida”. Muitas pessoas já trabalhavam em jornalismo antes de entrarem na faculdade. Para essas pessoas o período na universidade é visto só como o interrompimento da trajetória profissional por conta de uma credencial exigida.

A afirmação de que o jornalista só se torna jornalista na redação, tomando como ponto de vista a trajetória dos agentes, é de um reducionismo absurdo. O processo de socialização dos novatos não ocorre no vazio. Não é qualquer um que pode tornar-se jornalista. Mas também há uma base de efetividade nessa colocação. Não que os jornalistas se formem unicamente ao entrarem numa redação (é preciso acumular certos conhecimentos que não estão presentes nesse espaço) mas essa experiência é importante e demarcadora na trajetória de quem se pretende jornalista.

“Os cursos das empresas oferecem, com sua curta mas significativa intervenção na vida profissional dos novos profissionais, um caminho aparentemente seguro, apesar de extremamente limitado: o contato com o fazer jornalístico, com os profissionais mais antigos, com os desafios da profissão e, principalmente, o aceno da possibilidade de uma contratação, são elementos suficientemente importantes para

fazê-los agarrar com afinco a tarefa de adquirir os conhecimentos necessários. Mas a experiência tem demonstrado que não é na empresa-escola que os novos profissionais têm encontrado a possibilidade de aprofundar seus conhecimentos e sua visão crítica. Daí a necessidade que muitos têm de buscar outros cursos de graduação.

Melhor aparelhadas que as escolas, as redações das grandes empresas são incomparavelmente mais apropriadas para fazer o treinamento dos futuros profissionais “em campo”. E assim seria, mesmo que as escolas dispusessem de órgãos laboratoriais bem aparelhados e de excelentes professores – o que está bem longe da realidade atual do ensino da prática jornalística nas escolas brasileiras.” (GHEDINI, 1998, p.274)

Enquanto a academia é o lócus de consolidação de diversos repertórios exigidos como obrigatórios para a entrada nas arenas de disputa, a produção de repertório no jornalismo não possui traços muito bem definidos, um corpus minimamente delimitável. Por isso a experiência na redação é valorizada: é o lugar em que o rastreamento de tendências e “desejos” de um “público-alvo” almejado acontece. A redação funciona como um dispositivo de estabelecimento de referências para os jornalistas. No caso de campos científicos a formação tem que passar por uma instituição que determine as referências de base para a disputa no campo. Ainda que se possa obter referências importantes com uma boa dose de conhecimento da história do jornalismo, ser um exímio historiador está longe de ser um pré-requisito para ser um bom jornalista. A redação constrói referências “práticas” que, segundo os jornalistas mais experientes, não podem ser durabilizadas ou pedagogizadas: são dicas *ad hoc*. O blog do curso do Grupo Folha nesse sentido é um instrumento para-didático que faz o papel de uma extensão digital do corolário de pequenas “dicas” dadas pelos jornalistas a partir da situação de produção de suas reportagens.

O principal capital de um jornalista é o tempo em redação. Essa experiência pessoal é transmitida na forma de dicas permeadas por histórias pessoalmente vivenciadas ou com exemplos de histórias vivenciadas por outras pessoas. Raramente há frases generalizantes e quando as há, são encaradas mais como um bordão do que propriamente uma espécie de teoria do jornalismo. É através do tempo de experiência na redação que o jornalista vai acumular o capital específico desse campo. Uma experiência que não se condensa em livros ou teorias. É preciso vivenciar a redação

(com toda sua carga de estresse e correria) para compreender algo inexprimível: o “faro” jornalístico. Entretanto essa experiência de formação de um “faro” na redação se torna cada vez mais rara e rápida atualmente com o “enxugamento” das empresas e o aumento do número de contratações na área de assessoria de imprensa, dominante no caso brasileiro⁸³.

“As redações dos jornais não representam mais o escoadouro privilegiado para os novos formandos. Mais enxutas, devido à crise econômica e à informatização, as redações absorvem na verdade uma parcela mínima da massa de egressos das faculdades de jornalismo, que se dirigem com maior frequência para as empresas a assessorias de imprensa.” (PEIXOTO, 1998, p.34).

No começo da carreira, é através da redação que é vinculado inextrincavelmente o prestígio do nome do jornal ao prestígio do nome do jornalista. Esse vínculo é o que garante a legitimidade da presença do repórter.

“Para ser bem informado, um jornalista precisa contar com seu talento e experiência pessoal mas pesa muito o fato de ele estar ‘possuído’ pelo mandato do jornal: o repórter será mais bem atendido de acordo com o poder, o prestígio do veículo em que trabalha. Ao ‘ir à rua’, ele assume socialmente a personalidade, a aura, da empresa de notícias: ninguém faz reportagem em nome próprio.” (RIBEIRO, 1992, p.193)

O objetivo a longo prazo, para se tornar um jornalista consagrado, é conseguir desvincular o nome próprio da marca da empresa. Atrair outras empresas para disputar a autoria própria mediante propostas de salário é o ápice da carreira de um jornalista.

“A característica mágica da assinatura no jornalismo fica bem clara num ritual de passagem: o almejado convite para trabalhar em outro lugar. Essa situação significa que o nome do profissional ingressou no mecanismo das cotações. O jornalista deixa de ter valor dentro do emprego – pelo qual recebia um salário – mas passa a ser disputado por outras empresas, em função do reconhecimento do público. Este é um mecanismo semelhante ao da publicidade, em que as empresas cobram pelo anúncio em função dos níveis de audiência. O ritual do convite pode detonar complexas

⁸³ Na França atual, há uma predominância do setor de revistas especializadas. Na Alemanha o jornalismo feito em pequenas cidades é o que absorve maior parte dos jornalistas (NEVEU, 2006).

negociações e o “gran finale” ocorre quando a empresa atual “cobre a oferta”, confirmando o prestígio do profissional – perante o público interno e as concorrentes. Se a oferta não for coberta, de qualquer maneira o jornalista sairá prestigiado e com melhor salário. Há casos em que o jornalista “cava” um convite, ou até o inventa. Essa manobra desesperada só reforça o caráter simbólico do estratagema.” (RIBEIRO, 1992, p.156)

Essa espécie de aprendizagem “prática” nesses espaços faz com que os pesquisadores do jornalismo concebiam a modelagem “profissional” como voltada para certos “públicos-alvo” imaginados segundo diretrizes mais amplas desses grupos empresariais, o que facultava para as empresas o poder de decidir sobre os critérios de recrutamento⁸⁴. A academia vê poder nas “técnicas”, além das barreiras entre “prática” e “teoria” serem constantemente borradas. No jornalismo essas cisões precisam ser constantemente demarcadas e purificadas: as “técnicas” são “objetivas”. Os pesquisadores desvendam poder também na pretensa “objetividade” dos jornalistas que mais serviria para acumular capital, vender mais jornal, fortalecer o *status quo*. Coloca o senso de serviço prestado a sociedade como uma retórica falsa destinada a esconder os interesses mercadológicos visando “públicos-alvos” específicos. Em contraposição é corrente o rebatimento dessas críticas (por jornalistas novatos e antigos) colocando-as sob o rótulo de “conspiração”, em tom de deboche, como se estivesse colocado algo fantasioso. O processo de envelhecimento e consolidação no jornalismo se faz por meio do desabono de mudanças sociais drásticas. Qualquer postura mais idealista ou que proponha mudanças significativas no trabalho jornalístico é visto como um momento passageiro, algo ligado a imaturidade. O desencantamento jornalístico é correlato de um certo desencantamento político: ainda que mantenha seus aspectos de missão, intervenção no debate público, isso é visto de uma forma mais amenizada com o decorrer do tempo⁸⁵. Críticas mais estruturais demandam atritos e isso significa perda de tempo: e tempo é fundamental no jornalismo.

⁸⁴ Perseu Abramo formula essa hipótese na coletânea de Melo e Silva (1991). Na tese de Ribeiro é marcante o uso de termos que denotam uma modelagem de mão única: “adesão”, “aliciamento”, “submissão”, “cooptação”.

⁸⁵ O posicionamento político do agente é um aspecto extremamente complexo. Vale a frase de Cláudio Abramo, exaltando a disciplina de alguns militantes de esquerda como boas para o jornal. “*Em todos esses anos de jornalismo nunca encontrei dificuldades com os membros do PC; encontrei, sim, foi muito agitadorzinho imbecil de quinta categoria, esses tipos que gostam de aparecer porque não tem compromisso com nada. Já os militantes do PC são de um comportamento exemplar do ponto de vista do jornal. Para o meu gosto, acho até meio besta, mas para um jornal capitalista seu comportamento é exemplar.*” (ABRAMO, 1988, p. 169).

A politização de jornalistas é alvo de gracejos e ironias. Durante uma das raras refeições compartilhadas com os trainees, Caio fala que Júlio já foi filiado do PSTU e por causa disso sabe parentesco dos políticos. “A diversão do PSTU é ficar criando teoria da conspiração. Eles vêem quem na redação tem parentesco com dono de fábrica de suco e aí quando sai uma matéria sobre laranja, os caras apontam o dedo e falam: tá vendo!”. Alan, web-jornalista do Grupo Folha, cita o site “mídia independente”, mas desqualifica o jornalismo produzido dizendo que as pessoas que escrevem nesses sites são “ativistas-jornalistas” (“Terceiro mundo é sempre coitadinho, tem aquela coisa de imperialismo”). Porém pontua que são sites bons para saber sobre manifestações políticas (ex: manifestação pró-Tibet na China).

Carlos Alberto di Franco, figura importante no curso do Grupo Estado, fez algumas observações interessantes sobre esse tópico quando os focas comentaram sobre o costume corrente no jornalismo norte-americano das empresas jornalísticas se posicionarem explicitamente nas eleições. Carlos diz que esse sistema pode “tolher” jornalista.

Se a leitura “conspiratória” que aponta para interesses escusos ao jornalismo era constantemente debochada pelos iniciantes ao jornalismo e de certa maneira não se coaduna com algumas das características comumente evocadas como valores profissionais (esperteza, criticismo, ceticismo, não-ingenuidade), tampouco se trata de aderir ao discurso profissional jornalístico e propor que esses agentes têm plena consciência do lugar que ocupam. O objetivo é delinear o que é essa “esperteza” que o campo exige, delinear seus modos de atuação e manifestação, bem como suas limitantes.

Por exemplo, um fato interessante ocorreu quando os focas, devido ao volume muito grande de exercícios pedidos para o curso e a falta de tempo, resolveram negociar uma extensão no prazo de entrega dos exercícios com uma das jornalistas responsáveis pelo treinamento. Para que ninguém ficasse “marcado”, ou seja, sofresse individualmente as conseqüências de tal pedido, uma comissão de 8 focas foi formada para ir até a redação negociar. Foi o momento de maior atrito e tensão durante o curso.

A “bronca”, o “esporro” que os focas ouviram dos coordenadores depois desse ato destacava dois pontos: primeiro a falta de profissionalismo por não cumprirem com

os prazos estipulados, já que no jornalismo o controle do tempo é crucial para a produção informativa. É preciso que todo o aparato de inscrições funcione acoplado a temporalidade exigida pelo aparato de impressão e distribuição do jornal, além de ser um dos elementos em disputa no campo, o “furo”: a publicação de uma notícia antes dos concorrentes. O segundo elemento mobilizado foi a “etiqueta profissional empresarial”, que determina que todas as reivindicações sejam individuais. As demandas coletivas são imputadas de forma pejorativa a outras instâncias. Uma frase de Ornellas é esclarecedora: “Esse negócio de comissão é pra sindicato e movimento estudantil. Aqui não tem isso”. Carla dá a mesma entonação nas críticas: “Comissão é diretório acadêmico”, “Parecia universitário mimado de universidade particular”, “Piquete é coisa dos anos 60/70”. Os focas tentaram argumentar que só queriam mais prazo para aproveitar o exercício, fazerem um trabalho melhor. Para rebater o argumento Ornellas faz a metáfora da “comida de restaurante”: informação é insumo, texto é tempero. “No restaurante não pode reclamar do tempero mas de comida estragada”. Três focas pedem desculpas pela classe. Um deles pede desculpa por ter integrado uma comissão com “tanta gente” e diz que isso foi o “único erro”. Nesse pequeno incidente, estão condensados grande parte dos principais eixos que compõem o *habitus* jornalístico contemporâneo (a sacralidade com o cumprimento de prazos exíguos) e as disputas políticas envolvendo empresas e empregados (rígida hierarquização e falta de mobilização coletiva).

Missão

Há um senso difuso, mas recorrente, de “missão” no jornalismo. Os jornalistas mais experientes dizem que é “a melhor profissão do mundo” mas que exige “sacrifícios”. O que para um observador de fora pode ser encaixado como exploração trabalhista, para os jornalistas eram aspectos rotineiros da profissão, índice inclusive de um bom profissional (plantões nos finais de semana, maior tempo no trabalho [“pescoção”] para adiantar fechamentos ou conferir o material já impresso, falta de tempo inclusive para o almoço dependendo do fato a ser coberto: seqüestros, queda de avião, morte repentina de alguém famoso). No discurso do coordenador dos focas do Grupo Estado, o curso seria uma espécie de residência médica: os alunos veriam como se faz jornalismo, só observando, “sem operar”. A mobilização da metáfora da residência funciona para atrelar ao jornalismo o mesmo prestígio auferido pela medicina, além de atribuir um caráter de necessidade vital para as notícias produzidas.

Essa metáfora⁸⁶ é retomada em vídeo institucional do curso. Ainda nesse vídeo, Ornellas coloca duas maneiras de aprender: “apanhando ou copiando”. O extremo do anti-intelectualismo de Ornellas transparece quando ele diz para os focas “não perderem tempo avaliando, afinal já passaram 4 anos avaliando” [na faculdade]. O conselho é “ouvir e aprender”.

“Um dos aspectos que chama a atenção no mundo dos jornalistas é a mística de missão e sofrimento. (...) alguns jornalistas utilizaram a metáfora da profissão como “um vício”. Todos têm consciência que, para permanecer, têm que “ter garra”, e não são poucos os que se referem ao “salário indireto” como o maior fator de garantia da permanência na profissão.” (GHEDINI, 1998, p.239)

“Em minha vivência nas redações, presenciei e ouvi relatos de casos de companheiros que sacrificavam desnecessariamente suas férias pelo trabalho, de chefes que procuravam os redatores durante a folga de ambos para resolver questões do trabalho, de repórteres que pediam para ter uma cama na redação ou que por engano ou rotina iam trabalhar num dia em que a redação estava fechada.” (RIBEIRO, 1992, p.188)

Dinâmicas de trabalho que poderiam ser vistas como exploratórias são apreendidas como valores positivos no campo. Há um senso comum consolidado entre os profissionais: trata-se de uma profissão em que é preciso uma abnegação de alguns aspectos da vida pessoal e essa abnegação em nenhum momento é colocada como uma prática de exploração do trabalho a serviço do lucro: é uma fatalidade profissional.

“Ao fim do expediente, o jornalista deve aguardar autorização do chefe que terá suas razões para liberar membros da equipe o momento que convier. Uma regra não escrita é evitar tomar a iniciativa de solicitar para sair pois poderá dar a impressão de que se está “louco para sair”. O normal é esperar para ser dispensado. Jamais ir embora por conta própria, mesmo que a sessão tenha “fechado”. (Ribeiro, 1992, p.266)

⁸⁶ Outras metáforas sempre utilizadas: “botar o pé na lama [para fazer uma reportagem]” e, quase sempre em contraposição, “notícia não é sabonete”. Creio que essa vinculação do “sabonete” como algo não jornalístico tem raízes históricas com as *soap operas*, entretenimento patrocinado pelas empresas fabricantes de sabão.

Esse aspecto fica claro nas menções de deboche que alguns trainees não formados em faculdades de jornalismo faziam à retórica que colocava o jornalismo como o melhor emprego do mundo. Para esses observadores que não passaram pela experiência do ensino universitário jornalístico algumas funções vistas com certa paixão pelos jornalistas (cancelar férias para cobrir queda de avião) ou como fazendo naturalmente parte da profissão (perder finais de semana em plantões), eram temas de piadas e gozações. E cabe relatar que esse “sacrifício” não era visto como compensador do ponto de vista financeiro: há um descontentamento geral no meio jornalístico (mais acentuado obviamente nos postos mais baixos da hierarquia) sobre a remuneração recebida. Ser jornalista não é visto como uma posição rentável.

Os casos de dedicação que beiram ao sacrifício são contados como façanhas que demonstram paixão pelo jornalismo. Feltrin é o editor chefe do jornalismo on-line do Grupo Folha. Ele é um ex-trainee (não tem formação em jornalismo), branco, em torno de 40 anos. Fala de forma rápida. Tem uma postura linha-dura. “O portal de internet do Grupo Folha não é a elite do jornalismo mas é a infantaria. Se o jornal é um hospital, nós somos o plantão de emergência. É igual vida de médico: acontece algo importante, todos vão à redação para ajudar”. Como exemplo ele cita a morte de Roberto Marinho, quando deixou um encontro amoroso para ir ao jornal. E diz isso com orgulho. É alto o índice de desistência no portal de internet. “Pessoas não agüentam e saem”.

O exemplo mais palpável desse senso de missão foi quando Gazzi, editor-chefe do principal jornal do Grupo Estado (branco, grisalho, tem um dos cargos mais altos da empresa), aparece com cara de sono. É o cansaço por trabalhar até 3h30m da madrugada por causa da eleição dos Estados Unidos em que Obama saiu vencedor. Sua palestra é curta, o tom de sua voz não é muito alto, ele pede desculpas por não estar nas condições mais adequadas. Começa falando sobre as hierarquias de cargos no jornal. “Todo jornalista tem que ser repórter. Antes só crescia na carreira quem virava editor. Agora tem repórteres que ganham bem”. Ressalta que a profissão tem muito ego e que falta tempo para refletir sobre decisões. “Jornal é democracia até perto do fim do dia. Depois é absolutismo: alguém tem que decidir”.

A concorrência entre editorias também é uma instância central. Cada editoria concorre num campo formado pelas editorias do mesmo tema dos jornais concorrentes. E entre as editorias, nos jornais de maior prestígio, predominam economia e política

enquanto que nos jornais populares dá-se ênfase para o setor de serviços (também é relevante a editoria de esportes). As manchetes da primeira página dos principais jornais dessas empresas sempre abordam as áreas de política e economia. Raramente essa constância é quebrada. Uma das possíveis explicações para essa hierarquização pode ser imputada ao prestígio que os leitores desses cadernos apresentam (ROCHA, 1997). Os iniciantes quando questionados sobre preferências de contratação não concebem o eixo das escolhas somente entre as duas empresas: os recortes também levam em conta as editorias⁸⁷. Como quando eu perguntei ao “foca” Cesar onde ele gostaria de trabalhar se pudesse escolher. “Depende: esportes e cultura eu prefiro a Folha, Cidades e economia eu prefiro o Estadão”. A “foca” Eliana comenta que fechamento do caderno de cultura é o primeiro (por volta das 14 horas). Num meio onde o tempo é escasso a ordem de fechamento dos cadernos demonstra prestígio.

Poucos palestrantes falam do jornalismo em geral: sempre se restringem a área que cobrem, até mesmo porque ocupam cargos de maior prestígio como editores, colunistas ou correspondentes internacionais. No início de carreira há a possibilidade de mais variabilidade temática na trajetória jornalística. Mas quando a pessoa assume um cargo de chefia/editoria ela sofre um processo de especialização temática.

Na cobertura da área de política a “filosofia da desconfiança”, como denomina Bourdieu, transparece em diversas frases nas palestras dos editores: “Fontes não falam exatamente o que estão pensando em política”, “No jornalismo é proibido ser ingênuo. Em política mais ainda”. Há um certo processo de desencantamento com a política que se manifesta nessa desconfiança.

De forma geral a recomendação é que os novatos não comecem a carreira na editoria de política, como expresso pelo editor de política do Grupo Estado. “Precisa de um pouquinho de rodagem para ter jogo de cintura. Política é a vitrine do jornal, é mais exposta a pressões externas. A reclamação vem de cima”. Os melhores lugares para começar, segundo os jornalistas mais experientes, seriam as editorias de Esportes e Cidades (como diziam alguns trainees em conversas informais: “se errar em política vem peixe grande em cima de você”). Mas há quem defenda o contrário.

⁸⁷ Aqui é importante lembrar que antes havia uma editoria de Educação no Grupo Folha que acabou sendo realocada para Cotidiano, ou seja, temas como saúde e educação, por serem menos “interessantes”, não precisam de cadernos próprios, podendo ser subsumidos dentro de cadernos genéricos como Cotidiano ou Cidades.

O diretor da sucursal de Brasília do Grupo Folha (ex-trainee, branco, em torno de 40 anos. Sua fala é permeada de vários palavrões) começa criticando certas dinâmicas da cobertura política em Brasília: jornalista só convive com jornalista; contato rotineiro com fontes (ou seja: políticos) e colegas acaba produzindo relaxamento (inclusive “pool”) e diminuindo competição; a cobertura política segue setorização de Brasília, o que quebra a criatividade das coberturas; políticos controlam fluxo de furos para repórteres. Para ele isso é um perigo para o jornal pois “jornalismo lida com descontrole da informação, dissonância, busca do contraditório, quebra de paradigma”. Uma forma de tentar quebrar esses “vícios” seria colocar um novato na cobertura. Ele foi o único que defendeu essa posição. Apesar das opções políticas pessoais, repórter tem que ser humilde e estar interessado em ouvir todo mundo. “Jornalista partidário não se dá bem no mercado. Invista no interesse contrariado”. É preciso ter certa “malícia”. Ele dá como dica de técnicas de entrevista entremear perguntas banais com perguntas mais incisivas para deixar a pessoa à vontade para falar. Justifica que jornal não acompanha denúncia até o fim pois justiça é lenta e não há nada de novo para “requentar” o caso. Ao final criticou blogs que abordam política (“Minoria ruidosa e engajada”) e os “fanáticos que acham que mensalão é uma invenção da mídia burguesa”.

Redator é a função mais básica, geralmente na qual os trainees começam a trabalhar apesar de atualmente não haver uma divisão tão rígida entre as funções de redator e repórter: o mais comum é haverem “redapórteres”, ou seja, profissionais que realizam as tarefas de repórter (fazendo coberturas fora da redação) e redator (que permanece na redação e redige as informações transmitidas pelo repórter quando é preciso publicar rapidamente uma matéria, principalmente no caso da internet).

O editor de economia do Grupo Folha diz que sempre tenta evitar índice, jargão e número, senão leitor “foge”. Aponta para variedade na cobertura de economia: “Não é só economês mas também saúde pública, por exemplo”. Trainees perguntam o que é preciso saber em economia: “A base é oferta e procura. Não precisa saber muita coisa a mais. O mais complicado é finanças”. Quando indagado sobre salário ele diz que economia é a “área menos mal paga do jornalismo”. Quanto mais próximo do setor econômico (“mais anúncios”), mais a área do jornal pode dispor de recursos para contratar pessoas. Matéria de economia na TV é criticada. Geralmente se trata de um personagem comprando em crediário. Não há um apelo audiovisual tão forte.

Pude acompanhar a palestra do editor de esporte do Grupo Folha pois foi realizada na USP. Engenheiro de formação, ex-trainee. Meio calvo, levemente grisalho. Diz que esporte não é levado a sério no Brasil. “É mais fácil brilhar no texto no caderno de esportes do que no de economia. O texto de esporte permite mais hipérboles, figuras de linguagem”. Com a publicação instantânea de notícias na internet, perguntam sobre o porquê do jornal impresso descrever, no dia seguinte, um jogo que o leitor já viu na televisão. “Leitor usa jornal para confirmar impressões do jogo”.

O editor de cultura do Grupo Estado pede que os focas apontem o que os incomoda no jornal da empresa. Berenice diz sente falta de enfoque de “cultura mais antropológico, de manifestações populares, em todos os jornais” (ela tem dupla formação: faz Ciências Sociais). Ele também pergunta aos focas: “Vocês não acham política muito tucano?”. Os focas concordam com acenos de cabeça.

Faro para Furos

O “furo” é o ponto alto do jornalismo. O melhor jornal é o que chega antes na casa do leitor com notícias exclusivas. O interesse (e a verdade) das notícias jornalísticas estão pautadas pelo fato de serem as primeiras (e, nos casos de guerra, muitas vezes as únicas) inscrições sobre algum “fato”.

“Um elemento muito menosprezado de uma cultura jornalística leva também a uma forma poderosa de investimento inseparavelmente psíquico e profissional. Esquecendo suas conotações pejorativas, as imagens da “atualidade como droga” para o “jornalista viciado no acontecimento” não são impróprias para descrever essa dimensão emocional, a descarga de adrenalina que acompanha a exaltação de ter um furo, de estar no camarote para cobrir um momento importante da vida social.” (NEVEU, 2006, p.37).

“Acho que o sentimento mais palpitante do jornalista, em qualquer estágio da sua formação, é a curiosidade e o prazer de ser o primeiro a saber. Isso é uma coisa que fascina o ser humano e em particular o jornalista, porque aí ele se impõe um brio: ele tem que ser o primeiro a saber”. [depoimento de Armando Nogueira] (VIEIRA, 1991, p.86)

Por isso a importância de assuntos cuja apuração seja difícil. E não por acaso essas informações sigilosas de difícil apuração muitas vezes se relacionam com o domínio da política profissional: o poder deve manter barreiras estritas para controlar os fluxos, inclusive de informação. O jornalismo está imbricado com o poder institucionalizado porque é do poder que pode obter as condições ótimas de uma notícia: informação/verdade de difícil acesso e com capacidade para impactar na vida de muitas pessoas. As falas do poder devem ser registradas e portanto não possuem fluidez. O jornalismo procura uma declaração estabilizada que não possa ser mudada.

Além disso é na dinâmica do “furo” que os laços de solidariedade e de competição inter pares é testado.

“Os trabalhos de etnografia do jornalismo (Padioleau, 1976; Pedelty, 1995; Lacour, 1998) revelam – até o surgimento de um furo – a força das ligações de ajuda mútua e de solidariedade entre jornalistas concorrentes. Essas práticas fraternais testemunham a eficácia de uma divisão de tarefas, mesmo que improvisada, mas também a segurança que traz face ao empregador uma cooperação que é também uma política de segurança contra os fracassos.” (NEVEU, 2006, p.106)

O “furo” realiza um contato entre o econômico e o jornalístico. Maria Elvira em sua palestra no curso do Grupo Folha relembra que nos anos 60 havia um discurso socialista defendendo que o “furo” era capitalista pois escondia informação do público em favor das empresas (nesse momento espocaram risos dos trainees). “Por trás desse discurso há o medo de competir”. No seu discurso há uma tensão entre informações “feijão-com-arroz”, que podem ser compartilhadas, e informações exclusivas. A exclusividade, o ineditismo e a raridade da informação são erigidos em capital ao mesmo tempo econômico (vender mais jornais) e jornalístico (sinal de competência e empenho numa apuração difícil). O jornalismo quer saber antes de todo mundo. Inclusive da polícia⁸⁸. Mais do que vigilante dos poderes (“watchdog”) o jornalismo se coloca como uma instância investida de poderes legítimos em substituição aos poderes estabelecidos.

⁸⁸ Por exemplo, diante da ação da mídia a polícia federal durante a década de 90 realizou um esforço para assumir a dianteira nas investigações (Martins, Luca, 2008). A revista semanal Veja chegou ao cúmulo de passar informações sobre uma denúncia para que um deputado entrasse com processo judicial a fim de que a revista não fosse acusada de quebra de sigilo. Nas provas para entrar nos cursos pesquisados algumas questões versavam sobre os nomes das operações policiais de investigação de corrupção.

Um jornal faz de tudo para que o outro jornal não seja visto: inclusive destituindo o peso de certos “furos”. Um “furo” só pode tornar-se efetivo se bem posicionado nas hierarquias outras do jornal (saiu na primeira página ou na página inicial? É um jornalista de renome?). Foi interessante um relato de um trainee a respeito de um “furo” dado pelo Grupo Estado. Na reunião de pauta editores do Grupo Folha ficaram indecisos sobre fazer matéria sobre mesma pauta ou não, até que um deles disse: “Pode dar. Quem lê Folha não lê Estadão. Além disso temos o Sandor [jornalista de renome] enquanto que o Grupo Estado deu na parte de tecnologia”. Escrevo esse relato no meu caderno a partir de conversa com um dos trainees. Vejo depois que o mesmo relato está no blog do treinamento. Lembro de Louis Pinto comentando a precisão etnográfica de alguns manuais do exército...

Entre os profissionais de qualquer maneira “tomar um furo” é um desprestígio. Mas para o público, que não contabiliza furiosamente os “furos” (a empresa usa os “furos” como padrão de produtividade, não podemos esquecer) o fato é que publicar uma pauta do concorrente não é tão comprometedor.

“Observa-se também que esse jornalismo [de investigação] é mais ruidosamente celebrado do que verdadeiramente praticado. As razões são evidentes. É muito caro em tempo e dinheiro. Ele supõe dispor em tempo integral dos investigadores em nome de um resultado aleatório. Ele expõe a medidas de represália (orçamentos publicitários perdidos, processos) por parte de fontes ou de anunciantes poderosos (...) o que explica em parte que os casos sejam deslocados do mundo das finanças e da indústria para a alcova da política.”. (NEVEU, 2006, p. 177-178).

O formato atual da “verdade” jornalística é construído com pelo menos dois pontos de vista em conflito usados para a produção de notícia. Nesse sentido é no jornal onde se combatem dois pontos de vista em dissenso. Assim é em todas as notícias, exceto no furo: é nesse momento que, no conflito, o jornal assume um lado. É no furo que a credibilidade do jornal vai ser posta a prova. O jornal relata um conflito, mas como única testemunha capaz de indicar provas o que requer quadros jurídicos para possíveis contestações, recursos para dispor de equipes com tempo de investigação e uma gama variada de anunciantes para suportar possíveis retaliações na área financeira (o que só grandes jornais em grandes centros urbanos possuem). Interessante constatar que no caso brasileiro, por causa da dinâmica diária, os jornais no começo da década de

90 perderam a dianteira dos “furos” para as revistas semanais (o mais expressivo é o caso Collor). A rotina de trabalho da periodicidade semanal permite mais investigações desde que todas as outras condições para um texto jornalístico de qualidade sejam dadas (MARTINS, LUCA, 2008).

Tecnologias

As idiossincrasias de cada suporte (impresso, rádio, TV, internet) modelam a concorrência e influem na formatação do campo. A preocupação com a expansão da atuação das empresas em outros suportes foi uma tônica nos cursos (talvez com mais ênfase no curso do Grupo Folha, que foi o primeiro a ser “multimídia”⁸⁹ e que erige como signo de distinção frente ao concorrente o fato de ser “moderno”). Pelas palestras ficou evidente a tensão entre o suporte impresso e o suporte online. O jornalismo impresso apresenta a limitação física e logística da distribuição geográfica de exemplares. Com a internet essas limitações geográficas não se estabelecem mais pelas limitações de logística que o suporte papel delinea, mas dos limites de compreensão das línguas nacionais e da expansão dos aparatos eletro-eletrônicos. Todos os que falam português e dispõem de acesso a certos aparatos coletivos como fornecimento de energia elétrica, a oferta de eletrodomésticos (no caso, o computador) e o acesso a rede podem ler os jornais agora (uma leitura com menos fluência devido ao cansaço provocado pela leitura em tela). O suporte on-line também redefine a diferença entre a imprensa impressa e o telejornal. Antes era possível destacar que no jornal impresso os dados são remissíveis e no audiovisual não. Um jornal impresso conteria mais notícias do que uma edição de telejornal. Com a internet esses postulados não valem mais.

Se na antropologia (e outras modalidades acadêmicas) o modo de inscrição textual extenso quase exige o suporte do livro, o jornalismo pode se utilizar de outros suportes tanto por causa do seu texto curto como por ter a capacidade de se utilizar da imagem para produzir notícias. Entram aqui também os limites colocados por cada suporte como por exemplo a dificuldade de se fazer matérias de economia (que trabalham em grande parte com índices numéricos) para a televisão.

⁸⁹ Os dois jornais também têm projetos de revistas, ainda incipientes, para publicação de grandes reportagens.

Aliado a um discurso contra as “novas gerações”, em que para ser jornalista é preciso passar por uma universidade, há um discurso contra as novas tecnologias pelos representantes mais antigos do jornalismo. Discurso esse que é contrabalanceado pela evidência de que as novas tecnologias abrem um flanco para a atuação mais democrática do público através das possibilidades técnicas propiciadas pelas inovações da informática. Cabe lembrar que as cisões geracionais são marcadas por mudanças tecnológicas, um fator que também pode explicar as altas taxas de recrutamento de jovens no jornalismo atual: com o acelerar das mudanças tecnológicas há um concomitante acelerar da rotatividade de pessoas nas redações também. Além disso as novas tecnologias oferecem reformulação de parte da ligação entre jornalistas e donos de jornal: a capacidade tecnológica de difusão ampliada se torna menos restrita. Resta saber se o jornalismo conseguirá açambarcar leitores mesmo não dispondo da consagração e legitimidade do nome dos grandes jornais já estabelecidos.

“A possibilidade técnica de uma informação em ‘tempo real’ contribuiu assim para uma forma de redefinição do acontecimento, hoje associada à transmissão ao vivo, tomando como referência seu poder de compartilhar com o público uma ação, se possível emocional, no momento em que ela acontece. O revés do movimento reside na valorização de informações de fraca significação (o ‘missil das 20 horas’ no telejornal da Guerra do Golfo) (...). O princípio torna-se aqui lançar a informação, desde sua coleta, no canal mais propício a garantir o furo e a acessibilidade imediata. Algumas horas de reflexão e de antecipação entre coerência de redação e fechamento se evaporam, substituindo os prazos já angustiantes da informação cotidiana pelo que um jornalista descreve como um ‘ciclone informacional’ permanente, em que o imperativo de apuração da informação se torna uma dificuldade.” (NEVEU, 2006, p.166)

Como a redação é o local por excelência de acumulação do capital mais valorizado no campo jornalístico, é marcante também o modo como as modificações espaciais ocorridas nesse espaço por conta da introdução de novas tecnologias acabam adquirindo um estatuto de indicação das modificações que ocorreram no modo de fazer jornalismo para os jornalistas mais antigos⁹⁰.

⁹⁰Há algumas fotos antigas da redação do Grupo Estado (em torno de 14 fotos, só as duas mais recentes coloridas) que contam um pouco das modificações pelas quais passou o jornal. Em 1976 ocorre mudança para o prédio atual. O termo “aquário” aparece na legenda de uma das fotos para designar a sala envidraçada que se institucionalizou para ocorrerem as reuniões de pauta. A legenda de uma das fotos fala também sobre as antigas mesas de aço (substituídas por mesas de compensado) e a implantação do sistema computacional interno. Em uma das

“Uma certa nostalgia do passado pode ser mais uma vez percebida na descrição das novas redações [pelos ‘velhos’ jornalistas], ‘inchadas’, ‘burocratizadas’, que mais parecem a ‘escritórios de grandes empresas’, não guardando a menor semelhança com o clima de ‘confraria’ e com a ‘aura de romantismo’ das antigas redações. A nova redação de hoje, diz um jornalista na faixa dos 50 anos, ‘parece uma nave espacial, toda clean’.” (PEIXOTO, 1998, p.34).

E, é claro, essas modificações aparecem como negativas para a profissão, geralmente porque as novas tecnologias são vistas como algo que se distancia da “prática” ou de um saber marcado pela mobilização de recursos perceptivos em uma situação presencial (como no exemplo sempre citado da diferença de entrevistar uma pessoa ao vivo ou por telefone). Não basta só estar na redação para ser considerado um bom jornalista. Um bom jornalista sai para fora (tem que “botar o pé na lama”, conversar com pessoas pobres ou importantes, ir presencialmente aos lugares para assim exercitar o “faro” jornalístico incorporado), vê a “verdade” e depois volta para contá-la. O bom jornalista deve permanecer em trânsito permanente entre a redação e a rua. Ser uma figura de liminaridade e mediação⁹¹.

O mote mais proferido durante as palestras versava sobre o futuro do impresso (o jornal impresso estaria com os dias contados?). Menos do que falar de substituição de uma tecnologia por outra é mais adequado considerar que cada inovação tecnológica redefine as tecnologias precedentes, no limite (mas não necessariamente) podendo tornar obsoleta uma tecnologia, levando-a a extinção pelo desuso. Trata-se de pensar o impacto de uma nova tecnologia como um novo agente num campo em que atuam outros formatos tecnológicos. Uma nova tecnologia pode reformular os usos de todas as outras tecnologias, reinventando as utilizações anteriores⁹² e no limite, extinguindo parte delas.

legendas explicativas enfatiza-se que o jornalista Vladimir Herzog estava entre um grupo de jornalistas assistindo um jogo da Copa do Mundo na redação. Para um exemplo de descrição especial da redação do Grupo Folha na década de 80 em correlação com lógicas de prestígio ver Ribeiro (1992), p.263 – 265.

⁹¹ Para o caso do telejornalismo ver Bergamo (2005, 2009).

⁹² Interessante a ligação atual entre o trânsito caótico das grandes cidades e os programas radiofônicos especializados nesse tipo de cobertura.

“Matutinos e vespertinos conviveram na imprensa brasileira até meados dos anos 60. Os matutinos tinham mais prestígio, mas os vespertinos ganhavam relevância ao atualizarem os fatos importantes ocorridos ao longo do dia. Com a difusão do rádio, a partir dos anos 30, e sobretudo com a popularização da tevê, a partir dos anos 60, os vespertinos perderam a sua principal razão de existir”. (STYCER, 2005, nota de pé página, p. 40).

O principal da forma-notícia é a temporalidade. Por isso uma notícia escrita pode ser “substituída” por uma notícia veiculada na TV ou no rádio. O telejornalismo consegue mobilizar como grande capital a favor no campo (além da estilização visual como Bergamo (2005) aponta) o fato de poder transmitir instantaneamente em grande escala uma notícia. O tempo é um valioso capital no jornalismo. A temporalidade faz com que diferentes formatos de notícia possam ser nivelados numa mesma competição pelo “furo”. Para além das especificidades de cada meio (visualidade no caso do audiovisual, por exemplo) a temporalidade é um fator que pode fazer um suporte influir no outro e no limite eliminar certas estratégias reconfigurando o campo, como na citação acima em que a ação conjunta da TV e do rádio acabaram com as edições vespertinas do impresso.

Atualmente há um movimento ambivalente nas relações entre a imprensa impressa e a imprensa televisiva. De um lado a televisão pode forçar os relatos impressos a ficarem mais interpretativos como estratégia de distinção e atuar como um fomento para o aumento da destreza e da qualificação dos jornalistas (acompanhado de uma maior qualificação do público). De outro temos o surgimento de McPapers (o jornal USA Today como exemplo maior) considerados o “fast-food do jornalismo”, que tenta uma proximidade com a experiência televisiva através da “contração do tempo de leitura, procurando vencer a antinomia visual/escrita. A regra jornalística era explícita: menos textos, mais infografia e ilustrações, multiplicação de pequenos boxes, valorização da informação prática, formato máximo de 2.200 caracteres.”⁹³ (NEVEU, 2006, p.128-131).

O tipo de suporte influi na atuação dos jornalistas nos detalhes mais mínimos: a presença do aparato de captura de imagens ou de sons é um entrave para a produção

⁹³ Após o fim da pesquisa, o Grupo Folha reformulou seu jornal principal seguindo essas diretrizes.

jornalística em algumas investigações mais delicadas⁹⁴. Creio que é possível estender duas constatações do contexto francês ao Brasil: há poucas mudanças de suporte durante a carreira (NEVEU, 2006, p.53) e os agentes do meio audiovisual são tratados com menosprezo⁹⁵.

“Durante muito tempo esnobados pelos jornalistas de impressos como leitores pouco inteligentes de notas ou porta-vozes do governo, os jornalistas de televisão conquistaram reconhecimento e legitimidade aos olhos de seus colegas. Isso se deve a seu trabalho, à sua emancipação em relação ao poder político, mas também à centralidade adquirida pela televisão como meio pelo qual o acontecimento político e esportivo chega aos domicílios.” (NEVEU, 2006, p.61).

A logística da constituição do curso do Grupo Estado só se deu a partir do descarte das máquinas de escrever pela redação por causa do processo de informatização⁹⁶. O curso está no local que antes dos computadores era o arquivo de consulta.

O corte geracional no jornalismo também se revela quanto ao uso do gravador: jornalistas mais velhos se orgulham por dispensar o aparelho e escrever tudo de memória. A bibliografia internacional aponta para aulas obrigatórias de taquigrafia nos primeiros cursos universitários. Os repórteres mais jovens falam sobre situações específicas em que é melhor não usar o gravador (quando é preciso uma informação em “off”) ou usar imprescindivelmente (quando há perigo do entrevistado querer desmentir uma entrevista). Também é recomendado o uso do gravador quando o assunto abordado envolve termos técnicos e científicos.

⁹⁴ Ver depoimento de Caco Barcellos a respeito da dificuldade de fazer jornalismo investigativo com o aparato televisivo (Melo, Silva, 1991).

⁹⁵ No Brasil, as relações espúrias entre Rede Globo e a ditadura também resvala para o desprestígio que os telejornalistas sofrem de seus pares. *“Nós da TV Globo sofremos com a má vontade da imprensa escrita, já temos até medo de conversar com as pessoas porque elas só vêem o lado negativo da Globo, não vêem o trabalho profissional que se faz aqui nessa casa. Somos vistos sob reservas pelos nossos colegas, e com uma má vontade injustificável.” [depoimento de Alberico de Souza Cruz, ex-diretor de telejornalismo da Globo]. (VIEIRA, 1991, p.67)*

⁹⁶ Sobre implantação dos computadores nas redações (silêncio advindo do teclar nos computadores ao invés do teclar das máquinas de escrever, restos de papel pelas mesas, laudas amassadas no chão, folha carbono que manchava rostos, mãos, punhos e colarinhos) ver Martins e Luca (2008).

Quanto a internet, a opinião geral é de que “google é início de matéria”, ou seja, as fontes de dados disponíveis na web não possuem confiabilidade. É preciso realizar uma checagem em outras fontes antes de utilizar esses dados digitais. A Wikipedia, enciclopédia virtual coletivamente construída, é vista com certas precauções. A versão inglesa, por possuir mais colaboradores, é mais confiável: possíveis erros são corrigidos mais rapidamente. Mas às vezes é uma ferramenta boa quando é preciso procurar informações rapidamente, por exemplo para escrever o obituário de pessoa famosa que morreu repentinamente. As limitações da internet são colocadas na produção de notícias (online escreve “notinhas”) e na recepção (paciência do leitor para ler na tela). O twitter, “ferramenta promissora”, ainda não tem suas potencialidades muito bem definidas.

Um dia importante de observação ocorreu quase no final do curso do Grupo Folha. Chego na editoria de treinamento e não encontro nenhum dos trainees. Estava ainda pensando no que poderia fazer quando aparece Ana Estela. Sua expressão quando me vê é de enfado, fechada. Ela diz que os trainees estão no portal de internet do Grupo Folha. Visivelmente contrariada ela me conduz pelos corredores labirínticos que ligam os dois prédios da empresa até o andar em que se encontram os jornalistas que trabalham na FolhaOnline. Ana Estela me apresenta a uma das editoras que me coloca do lado de um repórter de Cidade super simpático. O nome é Conrado: um dos papos mais bem humorados que tenho na pesquisa. “Escrevo tudo quanto é desgraça: queda de avião, assalto, seqüestro”. Naquele exato momento Conrado estava redigindo informações passadas pelo repórter na rua sobre um assalto. Ele se mostra super interessado na minha pesquisa. Não revelo minha formação em jornalismo.

Há 3 televisores na redação (sintonizados na Globonews, BBC e canal aberto da Globo). Conrado tem um rádio ao seu lado sintonizado na CBN. Ele tem uma agilidade imensa com computador. Várias janelas abertas, clique frenético. Ele interrompe a conversa em vários momentos, pedindo desculpas, para se concentrar na tarefa que está realizando. Com uma digitação rápida logo o texto já está no ar para milhares de pessoas (segurança que o fazer acadêmico não permite...).

O horário de trabalho do portal de internet é mais regrado que o impresso, “a não ser que caia avião”, já que não é necessário permanecer na empresa até a impressão final do material. Conrado já ficou 26 horas em cobertura. Lígia, sua superior, que chega e também participa do papo, estava de férias quando um avião da TAM

[companhia aérea] caiu. Mesmo assim compareceu na redação e ficou 26 horas trabalhando. Eles reclamam que conceito de “sinergia” (termo usado para designar um contato maior entre diferentes ramos de atuação da empresa) não funciona: não há diálogo interno entre diferentes setores do jornal. Às vezes 3 repórteres do Grupo Folha (Folha de S.Paulo, Agora e FolhaOnline) estão na mesma cobertura.

Os jornalistas conversam sem se olhar. Sem tirar olho da tela dialogam e continuam manipulando mouse e teclado. “Apesar da pessoa com quem eu tenho que falar esteja aqui do lado [duas cadeiras adiante] se eu quero conversar com ela é melhor eu escrever por MSN do que ir até lá conversar pois ela pode estar no telefone ou ocupada digitando uma nota”.

Pergunto se ele já se adaptou às novas regras ortográficas. Conrado tira o novo dicionário ortográfico da língua portuguesa da gaveta e diz que “aos poucos vai pegando”. Ele revela que já chegou a comer na frente do computador uma marmita que trouxe de casa (“não dava para perder 10, 15 minutos almoçando”). Pergunto sobre os maiores erros que ele já viu acontecer. “Matamos Eloá 30 horas antes [referência a polêmico seqüestro que mobilizou a mídia] e derrubamos um avião quando na verdade era só um incêndio num galpão”. Conrado cobriu a ocupação da reitoria da USP. Disse que o mesmo estudante que xingava o Grupo Folha de mídia burguesa meses depois estava no curso de trainees. Ele me manda um e-mail com o endereço do seu blog (“minha terapia”).

Conrado diz que no online há menos verba, menos pessoas (o que é visível em comparação com a redação do impresso), menos divisões de tarefa. Como exemplo ele comenta que no impresso há pauteiros que só “ficam de olho” nas outras publicações. No online todos “ficam de olho” nos outros sites. Conrado comenta que editoria de saúde pode ficar entre comportamento ou ciência dependendo do enfoque. Há um clima de descontração e camaradagem com piadas envolvendo futebol ou a publicação de uma notícia curiosa.

A dinâmica do “furo” no online é diferente: se a notícia não for de difícil apuração pode ser recuperada em minutos pelo concorrente. Na palestra de Feltrin, editor de jornalismo on-line do Grupo Folha, essa possibilidade de recuperação é descartada por uma concepção de temporalidade mais premente: cada segundo é precioso na dinâmica de um “furo” na internet. Uma notícia publicada com 7 minutos

de antecedência pode significar 50 mil acessos a mais (Feltrin comenta que o portal do Grupo Folha tem 600/400 mil acessos de finais de semana). Segundo o editor é possível aumentar a audiência em 30% só mudando verbos (“Verbos no imperativo aumentam números de cliques”) e hierarquia dos títulos. Os profissionais do portal de internet ganham mais, mas o clima de trabalho é tenso. Ele relata caso da jornalista que foi almoçar durante um seqüestro e o seqüestro acabou. Ela foi demitida. O público-alvo imaginado é delineado em algumas colocações. “Leitor do online é mais chato que o do impresso”. Assuntos mais procurados: “celebridades, fofocas, policial. Quando tem celebridade enrascada com polícia, bomba! [risos de todos na sala]”.

Há negociação entre guardar um “furo” para o impresso ou divulgar no online (“Todos querem que o nome apareça no impresso”). Quando não há risco do “furo” “vazar” para o concorrente a publicação ocorre no online. Haverá em breve uma integração entre os espaços físicos das redações do impresso e do online (que ficam em andares diferentes). As duas redações ficarão no mesmo andar que o impresso é hoje. A redação do impresso, assim como no Grupo Estado, é muito maior.

Feltrin delinea diferenças com o jornal impresso. Por exemplo impresso não deve publicar engarrafamento. Online sim. Online permite trabalhar com filmes e áudio (em caso de filme, manchete é “frame de impacto”). Até mesmo no setor financeiro comparações são feitas. Online só tem 10% ou 14% de lucro mas em compensação não tem gasto com papel. Outra vantagem, ainda segundo o editor, é com relação a publicidade: anúncio na internet é propaganda mais próxima do olho e permite consumidor acessar produto com um clique. Uma tendência indicada é o jornalismo “hiper-local”, “micro-local”, que faria a cobertura de notícias com abrangências pequenas, de um bairro por exemplo.

Há preocupação com hierarquizações nos suportes da internet: a impressão em papel determina um posicionamento gráfico hierarquizante entre as manchetes no topo da página e as outras notícias. Esse tipo de hierarquização é quebrado, em parte, com o dispositivo do link (que oferece problemas também para a publicidade: depois da primeira página do portal a audiência se fragmenta). A internet permite veicular notícias de forma instantânea, sem limitações de conteúdo (vídeo, som, texto) e barata (ele diz que um terço das despesas na produção de um jornal é com produção e distribuição do suporte: papel, tinta, impressão, distribuição). O problema do jornalismo na internet é a

dificuldade de responsabilização de autoria o que reedita de certa maneira o começo da história dos jornais quando as publicações eram apócrifas ou se usavam pseudônimos.

Apesar da concorrência dos novos suportes, mesmo assim o impresso ainda persiste como modo mais prestigioso de jornalismo e apresenta vantagens inusitadas. Uma outra comparação feita, aproveitando a notícia do momento, aconteceu quando Ana Estela propôs um desafio: qual o diferencial do impresso frente a outros suportes na cobertura da morte de Michael Jackson [que falecera no dia anterior]? Resposta: por causa do tamanho e do suporte papel, impresso pode publicar um pôster.

A internet ainda não é uma área atrativa para os novatos. Anderson, um dos focas, conta que Agência de notícia do Grupo Estado não tem ritmo de fechamento já que é internet. “Eles escrevem notinhas. O texto fica meio Frankenstein”. Não há tempo para muita elaboração. Porém por causa da crise nas bolsas viu gente correndo, tensa, durante o trabalho. “É que a agência trabalha para mandar informações para empresas, então 1 minuto que atrasa o cara perde dinheiro”. Após passarem um dia no online, trainees comentaram sobre ritmo intenso de trabalho. “Ficam te pressionando: “para de pentear o texto. Manda logo””. Eles reclamaram que online tem “apuração fraca”.

Há uma certa valorização do status da infografia e das artes gráficas. Antes os profissionais dessa área eram chamados para fazer uma “artezinha”, quase que um adorno (“só tabelas e desenhos do clip-art” [galeria de desenhos simples que acompanha o Windows]). Agora há preocupação constante com infográficos (esquemas que mesclam grafismos com informação, “ponte entre arte e jornalismo”). A denominação desse corpo de profissionais ainda é flutuante: “pessoal das artes”, “jornalistas gráficos” ou, como gostam de ser chamados, “infografistas”. Fica evidente a tensão entre jornalistas e setor de artes no discurso de Kenji, do Grupo Folha. “O que a gente faz não é desenhinho: é infográfico”. O sinal mais definitivo da elevação do status dos profissionais da imagem no jornalismo é que os infografistas estão participando da reunião de pauta, o que antes não ocorria. Não é todo o jornal que permite um trabalho de infográfico. Por exigirem um curto tempo de elaboração para a publicação, as notícias mais urgentes (“hard news”: geralmente envolvendo política, “cidades” ou desastres) não permitem infográficos.

Muitas vezes a infografia é encarada como uma simplificação o que causa a irritação desses profissionais como expresso na fala de Antonio (deu aula de infografia

para os dois cursos). “Senso comum diz que infografia é simplificação para quem não lê. Mas dependendo do nível do leitor infografia pode aprofundar a informação”. Ele ao final faz uma analogia interessante: “Infografia não é arte assim como jornalismo não é literatura”.

Na infografia há uma hierarquia um pouco diferente da hierarquia textual. A infografia no impresso está mais “avançada” que na TV, no entanto a internet talvez esteja mais “avançada” que todos os outros suportes devido às possibilidades instrumentais proporcionadas pelos programas de computadores quando se trata de construir animações. O uso de recursos gráficos se dá principalmente em informações que veiculam números. Há uma concepção de que a compreensão por meio de imagens é mais “direta”, “rápida”, “clara”, “pedagógica”, “esquemática”. Como diz o infografista do Grupo Folha, ao comentar o uso de gráficos em matérias de economia: “Visualidade é mais fácil de ser compreendida do que números”. Essa categorização provoca ambivalências entre os infografistas. Ao mesmo tempo que pode facilitar a inserção de infográficos no jornal também pode tornar a atividade menos “complexa”. O silogismo que irrita e desqualifica o infografista é que se as imagens são mais “fáceis” de serem compreendidas, então são mais “fáceis” de serem produzidas.

O fato do Grupo Estado atuar no meio radiofônico não é tão marcado nas comparações entre as empresas, penso que pela falta de prestígio do rádio entre os suportes no jornalismo atualmente, talvez vinculado ao desprestígio de tecnologias mais antigas num meio de disputa em que a noção de “modernidade” tem caráter estratégico nas dinâmicas de distinção. O foga Bernardo me explica que existe uma divisão no rádio: “a rádio AM é mais jornalismo, notícia. Já a FM é mais notinhas curtas e músicas”. Ele trabalhou na parte da FM e seu desconforto fica expresso numa frase interessante: “O mundo caindo com crises nas bolsas e eu lá escrevendo sobre Bob Dylan”. Os focas também demonstravam desprezo pelo telejornalismo (“Odeio quando me perguntam quando vou aparecer na TV”). Entretanto o setor profissional mais odiado, sem sombra de dúvida, é a assessoria de imprensa (a frase que eu mais ouvi a respeito foi: “É só para ganhar dinheiro”). O vínculo com esse setor de atividade jornalística é visto como desmerecedor e suspeito.

Tecnologia Textual

A preocupação com a correção gramatical, conforme as regras do português padrão, é estritamente respeitada. Qualquer palavra mais rebuscada, texto muito extenso ou construção de frase que fugisse da ordem direta (sujeito-verbo-predicado) era motivo para advertência e piadas. Há uma dinâmica pendular entre jornalismo e literatura: ora a literatura é elogiada como um modelo de escrita principalmente no que diz respeito a descrições, ora aparece como um exemplo negativo que deve ser evitado para facilitar a “compreensão do leitor com um texto mais simples”. Esse ponto também aparece na bibliografia sobre o tema.

“O saber de narração implica também a capacidade de mobilizar a linguagem jornalística, o chamado jornalês (Phillips, 1976/1993), com suas regras estilísticas (uma sintaxe direta e concisa, as palavras concretas, a voz ativa, a descrição detalhada, a precisão do pormenor).” (TRAQUINA, 2003, p. 119)

Detalhes mínimos de estilo são elencados de entremeio a conselhos (“Boa matéria é igual a bom texto porém não precisa escrever como advogado”). É preciso evitar “gorduras”, “texto desnecessário”, “excesso de palavras”, “enxugar” o texto, “ficar fluente”. Não utilizar frases subordinadas (“que”), mas sim ponto e começar outra frase. Não ter frase com mais de 5 linhas (“Isso é coisa de Eça de Queirós”). Usar “disse” ao invés de “acredita” pois esta palavra é muito íntima: “jornalista não pode entrar dentro das pessoas”. Banir “chavão” (exemplos: fortemente armado, requintes de crueldade, foliões), precisar as informações numéricas (“ao invés de falar ‘alagou 40 mil Km quadrados’ mudar para matou tantas pessoas, isolou tantas famílias”) e evitar siglas.

Ornellas também pontua dicas textuais. “Fuja dessa palavra: “que”. Só serve para empobrecer o texto. “Sendo que” então, nem existe. O “que” quebra o ritmo. Pega Machado de Assis, Eça de Queirós, eles não usam “que””.

Há um desprezo por intenções muito literárias ou politizadas: “palavras Piauí”, “clima Caros Amigos” [revistas mensais que publicam textos jornalísticos mais extensos e mais literários], “new neo jornalismo” [piada com new journalism: corrente do jornalismo que aproximava jornalismo da literatura]. O foga César elogia o trabalho com texto: “elimina vícios”. Peço um exemplo e ele cita quando escreveu além do permitido por conta de ter errado no tamanho da fonte. As pessoas da redação disseram: “Aqui não é cultura não! Tá parecendo Piauí!”. Começar uma matéria com uma

enumeração de elementos é visto como algo pretensamente literário. Há uma comparação com o lead de TV, que seria mais fácil: o lead de TV é mais narrativo enquanto no impresso vai mais “direto ao ponto”, é mais hierarquizado.

Ana Estela, na correção de um dos primeiros exercícios pedidos, comenta que “em jornalismo não se conta de forma cronológica uma história”, introduzindo um dos preceitos básicos de hierarquização textual da forma-notícia: colocar o mais importante logo nos primeiros parágrafos, otimizando o processo de edição da notícia. Quando necessário, os cortes de exclusão de texto começam pelo último parágrafo. Aponta erros de crase e de regência. Ela traça a diferença entre “tema” (enchente em SP) e “pauta” (bueiro em frente a prefeitura está entupido): pauta é mais específica. Presenciei também a correção dos exercícios no Grupo Folha que versaram sobre regência: quais as diferenças entre alertar sobre, alertar para, alertar quem, alertar de. Essas correções gramaticais são permeadas também de projeções sobre suposto conhecimento do leitor (“leitor não sabe o que é ‘preleção’”, sobre uma matéria de esporte). Vários trainees ficam com manual de redação da empresa aberto em cima da mesa.

Algumas correções de texto são feitas publicamente para “perder o medo de mostrar o texto”. Há uma pedagogia de desapego pelo texto que relativiza a afirmação de Darnton (2005) quando diz do apeço dos jornalistas pelos parágrafos iniciais do texto. Esse apego pelo texto é algo que é fruto de certa posição estabelecida na hierarquia. Um novato nunca reclamará de mudanças no seu texto. Afinal, ele está aprendendo, ainda não tem o tempo exigido para saber o que é notícia. Nas entrevistas com pessoas que participaram das atividades do Grupo Folha e que tinham cursado uma carreira diferente de jornalismo no meio acadêmico, o incômodo com o fato de não possuir um controle total sobre o texto era muito frisado. A maioria deles não continuou no jornalismo.

As avaliações do que seja um bom texto beira o gosto pessoal, o estético. As palavras mobilizadas giram em torno de algumas categorias como ritmo (o que evoca certa oralidade), clichê, contradição, repetição (as três últimas quando a avaliação é negativa). Esses artefatos de crítica podem ser dirigidos tanto a uma palavra usada como também na “construção” de frases.

É nesse trabalho textual, apreciando detalhes, que a lapidação da modelização textual do jornalismo vai transcorrendo. Como o comprimento das frases: ideal é

alternar frases curtas com frases longas por causa do ritmo. A frase a seguir foi usada como exemplo de rima interna que deve ser evitada: “olhar que entende os anseios alheios”. As “estruturas tímidas” também devem ser suprimidas, ou seja, quando algum texto não é suficientemente assertivo, como por exemplo na frase “alguns afirmam que foi o maior evento”. A falta de assertividade no jornalismo, quando não há uma afirmação peremptória, é sinônimo de “falta informação”⁹⁷. “Atenção para repetição de palavras”. “Último parágrafo deve jogar o leitor para o próximo”.

Apesar de ser um trabalho com a escrita é constante o aconselhamento de “ler em voz alta” além de “passar para um amigo ler”. Há uma certa oralidade no texto. É preciso não ter entrave na leitura. “Leitor de jornal não relê”. Algumas rápidas menções ao perfil de leitor imaginado são feitas. “Leitor só sabe contar até 3, acima disso é muito”.

O texto tem que ter um bom desfecho, não pode “deixar o leitor na mão”. Geralmente desfecho bom retoma algo que foi apresentado anteriormente. Mesmo o texto bom tem “coisa para mudar. Sempre se pode corrigir”. O texto é eternamente perfectível. Quando a descrição se aproxima muito de um registro literário os novatos se dividem na avaliação. Há uma escala de prestígio do campo jornalístico que se manifesta no poder de gerenciamento da edição textual. “Quanto mais prestígio mais possibilidade de conservar seu texto intacto”. O que explica a frase de Darnton anteriormente citada.

É através desse aprendizado da escrita que a questão a respeito dos limites entre “técnica” e “poder” se tornam palpáveis. Clóvis Rossi, um dos principais articulistas do Grupo Folha, explica sobre o uso de termos como “guerrilheiro” ou “terrorista” para designar movimentos políticos armados (como as FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia): “É questão mais semântica que política. Tem que consultar o manual. Normatizar é útil para o leitor”. Essa ingenuidade com o trato de palavras tão cruciais me surpreende. Os novatos perguntam então se engajados na luta armada no Brasil da década de 60/70 eram terroristas ou guerrilheiros: “Depende: quando você escolhe a luta armada você também pratica às vezes terrorismo”. Termina

⁹⁷ Informação em grande parte é afirmar com certeza. Por isso o sentimento de incompreensão dos intelectuais quando entram em contato com a mídia e vice-versa. O intelectual titubeia de pergunta em pergunta, uma pergunta chama outra pergunta, as questões se encadeiam. O jornalista pergunta para obter uma resposta. O intelectual pergunta para a pergunta.

com uma comparação histórica. “Toda imprensa brasileira era anti-comunista no Brasil. Quando comunismo perdeu pode-se ficar mais crítico”.

A construção dos textos na internet segue outra dinâmica. Na internet aos poucos a notícia vai sendo escrita, conforme a apuração vai fornecendo dados mais confiáveis (exemplo de manchetes publicadas em sequência no site, sendo mudadas em minutos: “TV mostra prédio em chamas em SP”, “Incêndio em prédio no centro de Sp”, “Acidente de avião causa incêndio em prédio”). A cada nova informação um novo parágrafo precisa ser colocado.

A importância de apreender noções de direito e os trâmites de como funciona o congresso foi um fato muito marcado. Fica patente certo cuidado especial com terminologia jurídica. Constantemente era perguntado “como escrever no jornal?”, ou seja, como utilizar/traduzir termos jurídicos para o jornal (exemplo: decisão interlocutória pode escrever só decisão? Pode escrever “pedir” ao invés de “interpor” uma liminar?).

Autonomias e heteronomias

Um ponto que merece esclarecimentos é o estatuto plural, no que diz respeito ao conceito de campo, que durante a análise utilizo para dar inteligibilidade a algumas ações. Quando argumento que tanto a noção de “furo” quanto a noção de “missão”, que guiam o fazer jornalístico, são diretrizes que simultaneamente movimentam interesses jornalísticos e econômicos estou considerando que uma mesma ação pode ser encarada de diversos ângulos, desencadeando efeitos em diversos campos. O questionamento a respeito do conceito de campo de Lahire (2002) enfatiza que as fronteiras entre os campos nunca estão bem delimitadas: uma mesma ação pode participar de diversos campos ao mesmo tempo; um campo pode ser um subcampo de outro campo maior; e por fim, “certos campos são construções científicas da realidade que não coincidem totalmente com os cortes feitos para constituir outros campos (por exemplo, tanto o campo jurídico como o campo médico incluem uma parte daquilo que constitui, por sua vez, o campo universitário, mas também elementos extra-universitários)” (p.34). Além disso, diversas experiências de socialização não necessariamente estão estruturadas em forma de campo, ou seja, em forma de relações de disputa (universo familiar, encontros

ocasionais de amigos num bar, encontros amorosos, etc). Inegável reconhecer que essas experiências também produzem disposições, hábitos incorporados.

Essas interpretações evocam a reflexão suscitada principalmente pela abordagem bourdiana no livro “Sobre a televisão”, considerado por muitos como um trabalho de menor rigor (BARROS, MARTINO, 2003; FERREIRA, 2005; SCHUDSON, 2005)⁹⁸ de que o campo jornalístico é menos autônomo do que outros campos como a arte e a ciência. É nesse texto que a tese do “cavalo de Tróia” ganha força, afirmando que o campo jornalístico, por sua menor autonomia *a priori* e sua influência sobre os critérios de consagração de outros campos, seria a porta de entrada para que forças heterônomas atuassem reduzindo a autonomia de outros espaços sociais. Nesse ponto a teoria dos campos, por colocar o jornalismo como necessariamente o campo de menor autonomia, se aproxima de um viés de análise que postula o jornalismo a reboque de outras instâncias (econômico ou político). Patrick Champagne (2005) endossa essa tese colocando a história do jornalismo como um processo de uma autonomia impossível ou de uma autonomia que precisa constantemente ser reconquistada posto que sempre sob ameaça, seja do Estado, seja das empresas de comunicação.

Para Hallin (2005) o que está em jogo é até que ponto o conceito de autonomia não exacerba sua normatividade evidente em detrimento de lógicas culturais que não perseguem uma autonomia nos moldes apresentados pela arte ou pela ciência. O jornalismo precisa escrever para uma demanda presente e não para leitores futuros na esperança de uma consagração vindoura, como alguns literatos podem realizar. Como comparar duas formas expressivas tão díspares: o livro (de arte ou ciência) e o jornal que após a primeira leitura, como diz Cortazar, se transforma num monte de folhas impressas?

Certos usos do conceito de campo da teoria bourdiana, por enfatizarem normativamente a autonomia, acabam caracterizando o jornalismo sempre na chave da falta. Creio que isso aponta para um fator limitante dessa abordagem. Estipular de início uma autonomia quase ausente e, no limite, impossível que seria intrínseca ao jornalismo

⁹⁸A recente coletânea de ensaios organizada por Benson e Neveu (2005), inserindo o aparato bourdiano no contexto dos estudos sobre jornalismo de língua inglesa (campo de maior acúmulo de bibliografia: o que torna essa intervenção interessante para pensar) serviu de base para elencar muitas das abordagens e análises utilizadas no decorrer da argumentação.

não me parece uma boa maneira de encarar as possíveis contribuições que o jornalismo tenha a oferecer para repensarmos marcos conceituais.

O jornalismo está acoplado num dinamismo diferente de outros campos, dinamismo que se expressa, por exemplo, na rapidez com que incorpora tecnologias novas ainda em experimentação de suas capacidades comunicativas (twitter, blog) para serem utilizadas jornalisticamente. O jornalismo se propõe a fiscalizar o poder, o que certamente o coloca em uma situação de dependência insuperável para com o campo político em termos de pauta. Entretanto longe de significar uma heteronomia a ser dirimida, é a partir daí que um dos pilares de sustentação dessa forma cultural se firma: é na contraposição ao poder institucionalizado que o jornalismo arrebanha sua legitimidade.

“A luta principal opõe, de fato, a imprensa e o poder político. Tudo ocorre como se os jornalistas quisessem provar para eles mesmo sua autonomia profissional em relação ao poder procurando colocá-lo em dificuldade; os políticos, por sua vez, esforçam-se por controlar a mídia como eles podem (somente indiretamente hoje).”
(CHAMPAGNE, 1997, p.76)

Tomando a questão da autonomia do jornalismo através da teoria democrática (que em parte o jornalismo endossa para firmar sua legitimidade), Michael Schudson (2005) questiona quão autônomo o jornalismo deveria ser a fim de cumprir a tarefa que se propõe: representar os diversos interesses da sociedade. O autor capta a preocupação de Bourdieu (2005), em texto da mesma coletânea, com os perigos de um fechamento excessivo do campo e faz disso o ponto de partida para sua reflexão (“*autonomy can lead to an “egoistic” closing-in on the specific interests of the people engaged in the field*”). O conceito de campo, ao postular a disputa inter-pares como um pilar da autonomia (ainda que enfaticamente também postule sempre uma autonomia “relativa”), causa certa dissonância com os preceitos democráticos que norteiam o jornalismo. Os ganhos com o fortalecimento do plano inter-pares vêm acompanhados de perdas na comunicabilidade das obras para além dos limites dos agentes empenhados nas disputas do campo⁹⁹.

⁹⁹ Para tanto Schudson pontua a crítica conservadora nos EUA à autonomia do jornalismo: os jornalistas seriam uma elite liberal, que promove valores seculares e feministas enquanto grande parte da população segue tradições religiosas e apresenta um posicionamento político conservador. Para os jornalistas estadunidenses a autonomia do jornalismo é construída mais contra o lado político (principalmente vinculado às iniciativas militares) do que contra o lado

Dentro da própria obra “Sobre a televisão” pode-se delinear um efeito perverso das dinâmicas provocadas pelas forças inter-pares em jogo no campo midiático, a saber, a falsa pluralidade de imprensa assentada na competição de mercado, que ao invés de enfoques diversos produziria uma “circulação circular” da informação ao criar uma dinâmica auto-referenciada em toda a mídia: o que é manchete num jornal torna-se manchete em todos. A respeito dessa hipótese bourdiana de “circulação circular” da informação Neveu (2006) aponta como esse fenômeno é exemplar para demonstrar os efeitos de poder da referencialidade interpares:

”A noção de campo ilustra aqui sua utilidade. O mimetismo não funciona de fato de forma aleatória, mas segundo as linhas de força do campo. As publicações mais poderosas do ponto de vista intelectual e (cada vez mais) no aspecto comercial são os pontos de partida para a reação em cadeia (Marchetti, 1998). O fenômeno ilustra uma propriedade dos campos: o poder de “deformar o espaço”, de aspirá-lo na direção de seus agentes dominantes, a ponto de, no caso presente, levar por mimetismo a uma crença cínica na eficácia comercial ou à adesão ressentida dos jornalistas aos veredictos dominantes de publicações que os submetem a tratar de temas que lhes teriam parecido indignos de atenção.” (NEVEU, 2006, p.94)

Essa colocação dialoga em proximidade com uma crítica mais ampla sobre os efeitos de poder que podem ser desencadeados pelo estatuto de autonomia do campo científico.

*“Quando Bourdieu diz que os campos são relativamente autônomos e fechados, o argumento é simultaneamente **analítico e normativo**: serve tanto para explicar a realidade como para defender a autonomia do campo. Não nos diz apenas que a ciência conseguiu, historicamente, construir fronteiras em relação ao mundo exterior, mas que ela deve fazer tudo para as manter. (...) Mas, efetivamente, na teoria dos campos nunca há espaço para colocar a questão: **quando é que o fechamento do campo se torna em ditadura dos peritos? Quando é que a 'autonomia' se transforma em 'autocracia'?** Vale a pena equacionar esse risco ou ele é empiricamente improvável? (...) O leitor não pode deixar de sentir alguma irritação quando o vê enunciar os princípios de uma epistemologia social - a idéia de que a objetividade é o resultado da intersubjetividade crítica entre cientistas que aceitam entre si as regras do*

comercial.

debate intelectual, e que a força do melhor argumento (ou das regras da lógica) depende da existência de estruturas sociais e institucionais que possibilitem a discussão crítica.” (MENDES, www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4611908d5092a_1.pdf, ênfase do autor)

O conceito de campo tem um rendimento importante: quando falamos em campo singularizamos um plano de disputas em que uma modalidade específica de capital se estabelece na arena de confronto por um tipo determinado de consagração. O efeito de criação de um novo campo é o estabelecimento de um plano novo de referência para as diferenciações. Os problemas começam quando se normatiza esse patamar de relações como mais “livre”, obliterando os efeitos de poder (ditadura dos peritos, etnocentrismo dos que julgam¹⁰⁰) que decorrem dessa situação e que, no limite, também podem significar um impedimento para uma criação inventiva ou experimental tanto quanto os fatores heteronômicos. Além disso, o conceito de campo não é um detector neutro das assimetrias de poder. Parte de seu rendimento analítico se deve ao fato de ser tanto modulador quanto modulado pelo poder dos agentes envolvidos. Sendo direto: quando digo que as empresas que estudei ocupam posição prestigiosa no campo do jornalismo, estou hierarquizando esse campo em consonância com a hierarquização dessas empresas. Uma das características do campo é essa: fazer com que o poder de alguns agentes se dissemine até mesmo nos instrumentos de análise que são obrigados a reconhecer os efeitos reais produzidos pelas desigualdades de poder. A metáfora da deformidade espacial pode ajudar a ilustrar: um agente com mais prestígio deforma o espaço ao seu entorno de forma a criar movimentos de captura em que outros agentes giram ao seu redor. A inteligibilidade alcançada aqui deve pagar seu tributo aos agentes poderosos, mas também explicitar esse efeito de poder, o que revela um padrão que não é absoluto e que portanto deve ter especificado suas maneiras de atuação, seus redutos de pertinência e seus limites. O esforço de análise é atentar para outros horizontes de concorrência recortado pelos agentes em outras posições não imputando a eles necessariamente traços de “ressentimento”, menos “liberdade”, tentativa de cópia ou dificuldade de lidar com construtos “abstratos”¹⁰¹, como se a topografia desenhada pelos poderosos fosse a única (ou a melhor) possível. Penso, por exemplo, que parte da

¹⁰⁰ Penso aqui no exemplo de Casanova (2002) quando se refere ao poder de autonomia de Paris, capital literária mundial: ao mesmo tempo a consagração mais autônoma e a forma de anexação mais etnocêntrica e des-historicizante.

¹⁰¹ Ver crítica de Canclini (2000).

imprensa classificada como de esquerda (“Caros Amigos”) deplora o jornalismo empresarial e não recorta o campo jornalístico situando em lugar privilegiado os veículos aqui estudados. Os jornais “populares”, em algumas editorias (principalmente em cobertura local), são considerados melhores pelos jornalistas, apesar do estigma de que padecem esses veículos. A tentativa aqui é deixar aberto espaço para que o conceito de campo utilizado pela análise possa ranger, sofrer deformações frente a outras formas de mapeamento do campo feitas por outros agentes menos poderosos, apontando caminhos diversos para outros jornalismo inventados¹⁰². Uma antropologia da mídia pode colaborar aqui para delinear melhor as especificidades dos diversos capitais e o modo de acionamento deles, mapear os embates entre os agentes para impor como os capitais devem funcionar e quais os limites de seu funcionamento, o recorte dos campos e as superveniências.

Uma mesma ação pode mobilizar diversas estratégias em campos diversos, como visto a respeito do senso de “missão” dos jornalistas e da busca por “furos”: excelência jornalística ao mesmo tempo útil para a exploração econômica do trabalho. Além disso, como estamos num contexto em que o jornalismo é visto como mal remunerado devido a alta carga horária diária, que sofre com uma rotina estressante de trabalho, com um enorme número de pessoas servindo como exército de reserva, alguém só se torna realmente jornalista quando incorpora as limitações impostas por fatores heteronômicos como algo naturalizado e inquestionável, uma fatalidade da atividade. Saber lidar com as pressões econômicas (de anunciantes e dos proprietários do jornal), políticas e de outros campos autônomos é conhecimento fundamental de um jornalista (tanto é que os novatos têm palestras com o setor financeiro da empresa, como será visto adiante)¹⁰³. O editor de política do Grupo Estado finalizou sua palestra com um comentário interessante. “No início de carreira você pede demissão por que mudaram uma vírgula

¹⁰²Na minha exposição, a maioria das contraposições de bruscos contrastes abrangentes se dá entre campo acadêmico e campo jornalístico, em que suponho haver um acordo menos oscilante entre analista e agentes e cuja delimitação é constantemente acionada.

¹⁰³O que não constitui uma singularidade brasileira. “*O conjunto de mudanças objetivas toma uma consistência redobrada quando elas se tornam interiorizadas pelos jornalistas não como pressões, mas como instrumentos de avaliação de sua competência. Hoje, 88% dos jornalistas britânicos apontam a rapidez de reação como primeira qualidade profissional e 47% reivindicam a missão de “divertir e descontraír”. (...) Os trabalhos mais recentes observam, ao contrário, o quanto a exigência de reduzir os custos de produção e de produzir uma informação que capte o máximo de audiência pesa hoje fortemente tanto sobre a organização das redações quanto como norma de excelência interiorizada.*” (NEVEU, 2006, p.160-162).

no texto, como eu. Depois você vê que é um trabalho coletivo, tem acionista, anunciante”. É comum jornalistas defenderem que as empresas oferecem a melhor forma de se fazer jornalismo: distante da tutela do Estado. É uma prerrogativa que aqui no Brasil encontra um respaldo histórico recente de 20 anos de ditadura censurando a produção mediática e de recentes escândalos políticos de corrupção. Essa relação histórica recente com o Estado aciona forças presentes de maneira difusa no jornalismo que são contrárias a qualquer interferência estatal e vislumbram nexos positivos com o mercado, ainda que o desenvolvimento da imprensa em todo o mundo tenha recebido fomento estatal para sua realização.

“Mesmo que a observação não esteja de acordo com os fatos, é preciso lembrar que o crescimento do jornalismo e da imprensa é historicamente inseparável do apoio multiforme que lhes deu o Estado por tarifas postais preferenciais, subvenções, derrogações ao direito social e ao direito das sociedades.” (NEVEU, 2006, p.197).

Há também que se considerar quais os aportes necessários para o campo jornalístico poder construir um espaço mais aberto à inventividade e ao experimentalismo. Muitos jornalistas, acompanhados pelos profissionais de marketing das empresas, pensam que não há heteronomia entre publicidade e jornalismo e que a “saúde financeira” da empresa está interligada com autonomia profissional. Essa concepção tem sentido desde que observado o “grau de concentração dos anunciantes”, como Bourdieu atenta ao esclarecer o fato da autonomia jornalística se ancorar nos bastidores da engrenagem jornalística, no financiamento. Dificilmente, no jornalismo brasileiro atual, os setores imobiliário e automobilístico, anunciantes de peso que compartilham de diretrizes político-mercadológicas comuns ainda que pulverizados em diversas empresas e empreendimentos, serão criticados em reportagem.

“O campo jornalístico impõe sobre os diferentes campos de produção cultural um conjunto de efeitos que estão ligados, em sua forma e eficácia, à sua estrutura própria, isto é, à distribuição dos diferentes jornais e jornalistas segundo sua autonomia com relação às forças externas, as do mercado dos leitores e as do mercado dos anunciantes. O grau de autonomia de um órgão de difusão se mede sem dúvida pela parcela de suas receitas que provém da publicidade e da ajuda do Estado (sob a forma de publicidade ou de subvenção) e também pelo grau de concentração dos anunciantes” (BOURDIEU, 1997, p.102-103).

Bourdieu advoga a autonomia como uma conquista contra as injunções econômicas e políticas. A autonomia é a tradução de um horror ao político e à economia influenciando na produção de formas sociais expressivas (na perspectiva dos agentes) ou utilizados de forma engessada em esquemas explicativos (na perspectiva do analista). Porém ao colocarmos o mercado ou o econômico na heteronomia corremos o risco de estipular *a priori* uma contraposição irreconciliável entre a lógica econômica e as lógicas de outros campos, esquecendo que a própria idéia de autonomia não está isenta de implicações econômicas ao estabelecer com os agentes econômicos um pacto de rendimentos (simbólicos e econômicos) a longo prazo ao invés do lucro econômico imediato, o que a idéia de campos *relativamente* autônomos tenta delinear. Há fazeres que se beneficiam de conluíus frutíferos com o mercado, incrementando os espaços de inventividade do campo. Além disso, ao esconjurmarmos o mercado de nossas análises destemporalizamos os agentes desse campo. É como se o mercado fosse anti-jornalístico por todo o sempre. Neveu (2006) em mais uma reflexão inspirada se debruça sobre o fomento aos padrões de inventividade do campo que o mercado proporciona ao jornalismo, sempre em processo “ambivalente”.

“As análises precedentes salientaram um conjunto de impactos da lógica comercial: busca do sensacional e do emocional, contração dos formatos, marginalização de editorias. Outras mudanças expressam a ambivalência dos processos em curso. A preocupação em aumentar as audiências pôde se traduzir igualmente em interrogações sobre a inadequação dos modelos jornalísticos tradicionais às expectativas dos públicos, na procura de modos de cobertura dos fatos mais preocupados com as vivências e os centros de interesse dos leitores. Esse processo valoriza uma informação prática – como o mapa das dificuldades de circulação que o Le Parisien publica diariamente –, elemento do registro consumista. Mas a preocupação em levar mais em conta o que as redações e os departamentos de estudo de opinião pública das empresas de comunicação percebem como a expectativa de uma informação mais concreta e próxima do cotidiano é também traduzida no aumento de um “jornalismo etnográfico” [referência ao New Journalism e ao Intimate journalism] (...) Elas [experiências estimuladas pelo mercado] podem, sim, restituir a experiência de pessoas ou grupos habitualmente ignorados pelo jornalismo e tornar inteligíveis os efeitos concretos de políticas públicas. Mas a busca da maximização das audiências, que sustenta essas práticas jornalísticas, não promove, apesar disso, um

jornalismo sociológico, feminista ou crítico. E a atração para o anedótico, para o populismo e, às vezes, até para o voyeurismo constitui a derivação possível desses tipos de reportagem.”(NEVEU, 2006, p.171-172)

Não se trata de defender um reduto que se alteraria profundamente se fosse invadido, mas de analisar como um certo tipo de relação social qualitativamente diferenciada foi forjado e conectado a outros vetores de forças sociais, levando em conta as disputas de diferentes visões, afazeres e classificações dos agentes heterogêneos envolvidos em múltiplos contextos e engajados na criação de um pontilhado de dissensos instaurador de um novo campo. E como nesse emaranhado surgem espaços para desvios, experimentações e inovações. A defesa política do conceito de autonomia provém disso: só com autonomia é que se pôde inventar, imaginar e fomentar o interesse sobre coisas que antes eram desinteressantes¹⁰⁴. Forçoso admitir que aquilo que na análise consideramos heteronomia pode também surtir no mesmo efeito. E que, para além do mercado e do poder constituído, a heteronomia também engloba outros agentes que podem ser importantes para a construção de outras formas de inventar (talvez mais democráticas): os não-produtores, os leigos.

Creio que ao invés de enrijecermos o par autonomia/heteronomia é mais produtivo pensar como os diversos tipos de capital possuem uma existência relacional e, dependendo da mobilização e classificação deles, se estabelece um plano de relações sociais qualitativamente diferente em seu *nomos*. Dessa forma não fixo de antemão uma definição estrita que só leve em conta o capital específico como o mais válido no campo, mas também considero outras espécies importantes de capitais mantidas de fora de nossas análises ou desqualificadas sob medo de recairmos em determinismos (econômicos ou políticos: focos problemáticos da nossa maneira social de existir) fáceis do passado: o capital provindo do que chamamos de audiência. Um tipo de capital cuja presença não deve evocar a postura normativa da contaminação que a palavra heteronomia enfatiza: é preciso analisá-lo de acordo com os pesos relativamente distintos que os agentes lhes outorgam dependendo do contexto em que atuam. Em espaços de disputa que dependem de um capital avaliado também por não-produtores, é preciso levar em conta como é mobilizado estrategicamente esse tipo de capital, detectar

¹⁰⁴ Importante registrar a reflexão de Latour sobre a autonomia científica: “Esta capacidade de manter suas próprias questões, qualquer que seja a pressão das disciplinas mais prestigiosas ou das instituições melhor instaladas, é necessário não só admirá-la como também estendê-la a todos.” (LATOURE, 2005, p.239).

como esse capital é valorizado dependendo das mobilizações estratégicas no campo (massa ignorante, cidadãos com direitos a informação, leigos, etc). O campo da indústria cultural fez com que esse tipo de capital (índice de audiência, público, leitores, em suma, o capital que provém da classificação da qualidade social do público) ganhasse novas formas, medidas e medições¹⁰⁵.

No caso específico do jornalismo ganha destaque a figura do “leitor”, às vezes substituída pela de “cidadão” ou “consumidor”. O leitor não é considerado uma heteronomia em grande parte dos contextos em que se desenrola o fazer jornalístico. Muitos concebem o jornalismo como inextrincavelmente ligado ao capital de forças que provém para além das relações estabelecidas entre os produtores, vinculando politicamente, por esse viés, imprensa, empresa, democracia e liberdade de expressão. O capital advindo da cooptação dos não-produtores não é visto de forma negativa, a ameaçar a qualidade jornalística. É visto como um direito a ser suprido pelos jornalistas. É preciso levar em conta como esse tipo de capital é gerido, qualificado e mobilizado nas disputas em diversas táticas como pesquisas de opinião ou a criação de cargos como ombudsman¹⁰⁶.

Faço estas reflexões menos como um elogio aos possíveis efeitos benéficos que dinâmicas comerciais possam propiciar aos processos aqui estudados do que como uma forma de especificar a proposta política que defendo como mais vantajosa: no que se refere a formação dos novatos, ao invés de um jornalismo mais autônomo calcado nos duvidosos méritos de uma faculdade de jornalismo, um jornalismo que entre em conexões com pessoas formadas em outras autonomias (seja História ou Física Nuclear: importa a experiência de participar de um campo especializado) que sejam reguladas por dispositivos de pós-graduação (esses sim mais focados em temáticas envolvendo a mídia). Um jornalismo que inclua em suas coberturas outros públicos que hoje são ignorados por não poderem ser transformados em “alvo” pelas estratégias de mercado, e que também esteja conectado a uma maior diversidade de fontes de financiamento (como atenta Bourdieu), principalmente no que diz respeito à propriedade dos meios de

¹⁰⁵É nesse sentido que leio o trabalho de Bergamo (2005) que demonstra que o esforço de consolidação da televisão enquanto campo autônomo não se faz de forma dissociada dos mecanismos que preservam sua heteronomia. Ver Hamburger (2005) e Almeida (2009).

¹⁰⁶ Em “As Regras da Arte” Bourdieu também está atento para a qualidade social da audiência e do peso das forças extra-campo na definição das disputas pelas posições consagradas dentro do próprio campo (o exemplo mais chamativo é o de Zola) e de como isso implica em desníveis de agência.

comunicação. Se quisermos um jornalismo realmente mais pluralizado (ou seja: em que a palavra “plural” não tenha somente efeitos performáticos propagandísticos), que não reduza sua abertura aos imperativos de audiência a qualquer preço, devemos modificar a estrutura de poder familiar que se alastra na mídia brasileira e ancora grande parte dos desmandos autoritários sobre os jornalistas¹⁰⁷.

¹⁰⁷ O exemplo de divisão do controle acionário do Le Monde (entre proprietários, leitores e os próprios jornalistas que trabalham no veículo, o que lhes dá direito a veto nas decisões empresariais) é uma maneira sugestiva para pensarmos em alternativas.

“Conforme um ditado jornalístico, as notícias deveriam ser como as saias

*de uma mulher: longas o bastante para cobrir o essencial,
mas suficientemente curtas para chamar a atenção”*

WOLF, 2005, p.214

5- CLASSE, GÊNERO E MARCADORES RACIALIZANTES.

Um caso que ocorreu durante meu trabalho de campo pode servir de fio condutor para a argumentação. Um dos “focas” fez uma pergunta direta ao coordenador responsável pelas atividades. “Quando você seleciona as pessoas, o que você procura?”. Ao que ele redargüiu: “Sempre fazem essa pergunta e eu não sei responder. É o conjunto... apesar das diferenças vocês parecem amigos de infância”. É significativo que o elemento unificador de todos os participantes dos cursos de formação em jornalismo aqui analisados seja uma infância em comum imaginada.

A bibliografia sobre jornalismo (incluída a bibliografia internacional) menciona a todo momento a origem de classe média urbana dos jornalistas, em consonância com o perfil do público. O perigo é essencializar e des-historicizar essa constatação¹⁰⁸, na esteira dos discursos dos próprios jornalistas. O mesmo termo tem conotações distintas dependendo do contexto abordado.

O trabalho de Mota e Capelato (1981) em diversos momentos atenta para a origem de classe média dos jornalistas e do público, entretanto com diferentes significados. Por exemplo, no subtítulo do capítulo que aborda a década de 80 da história do Grupo Folha (*“As “camadas médias” ressurgem, assim, como o centro da ampliação inicial do espaço político”*), cabe lembrar que o termo “ressurgem” aparece pois o jornal já havia voltado sua linha editorial para esse “público” na época de Nabantino, em meados de 50, como expresso no subtítulo da página 149 do mesmo livro (*“Um jornal da “classe média para a classe média”*”). Porém é preciso circunscrever contextualmente o que significava fazer um jornal para a “classe média” na década de 50 e na década de 80. Segundo os autores, no período mais antigo essa

¹⁰⁸ “Antes era possível discriminar assim o pessoal da imprensa: a direção era recrutada na burguesia; a redação, na camada social média ou pequena burguesia; e a oficina, no proletariado. Desaparecida a oficina tradicional, o proletariado está excluído da imprensa. A redação obedece a uma hierarquia nova, mais rígida, povoada, interna e externamente, daqueles que ingressam na profissão através de cursos acadêmicos e que, por isso mesmo, demandam estágios para a prática do mister.” (SODRÉ, 1999).

postura estava ligada a interesses de modernização, de ênfase nos setores urbanos industriais ao invés da decadente elite agrária, acompanhando o processo de transformação da cadeia produtiva do jornal aos moldes empresariais. Já no período de “ressurgimento” na década de 80 é uma outra configuração que se delineia.

“Em verdade, as preocupações da chamada “classe média” se metamorfosearão nas formulações em relação à “nova sociedade civil”. Os projetos desta são democratizantes, nacionalizantes, fiscalistas e, de certa forma, algo flutuantes. (...) Nessa ótica, a classe média [sic, sem aspas] constitui o núcleo difusor de ideologias, o ponto médio do aspirado regime democrático, o divisor de águas, o centro de gravidade da “nova sociedade civil”. Daí seu pendor, por um lado, para críticas antioligárquicas e, por outro, antipopulistas. A “universalidade” da classe média a erige em pedra de toque da aspirada nova ordem, nesse projeto difícil de auto-referenciação”. (MOTA, CAPELATO, 1981, p.234-235)

Se certo patamar das análises dessa pesquisa é empreendido na esfera circunstanciada e controlada das atividades laborais institucionalizadas em que creio poder realizar algumas totalizações, uma crítica importante ao uso do conceito bourdiano de *habitus* precisa ser delineada aqui quando esse conceito é esquematizado em exemplos evocados que se referem a recortes de classe de agentes. Afirmar que um mesmo *habitus* incorporado nas primeiras socializações é acionado em diferentes campos é visto como um procedimento problemático, que em último caso recai em essencializações¹⁰⁹. Contraditoriamente às intenções de Bourdieu (que durante toda a sua obra tentou elaborar uma “lógica da prática” em que fosse resgatado o poder de ação dos agentes frente a abordagens estruturalistas) atualmente seus conceitos são acusados de servir de dispositivos para retirar a agência dos atores, todas as ações sendo decorrentes do *habitus*. Se, nos debates de sua época, Bourdieu criticava o estruturalismo (e também o esquema marxista de infra-estrutura/super-estrutura que produzia efeito parecido) por impor uma “lógica da lógica” aos agentes de forma um tanto mecânica e causal, agora são seus conceitos que sofrem crítica semelhante ou homóloga.

Lahire (2002), a partir de pesquisas com a escolarização de crianças, envereda para uma postura teórica em que a crítica ao uso do conceito de *habitus* utilizado em

¹⁰⁹ Ver texto de Frow (2000).

recortes de classe visa tornar essa ferramenta conceitual mais nuançada, restrita e localizada: mudança sinalizada pelo abandono do termo em latim (*habitus*: que evocaria a idéia de totalidade), substituído pelo termo plural “hábitos”. O autor questiona a unicidade e homogeneidade dos esquemas de ação, percepção, apreciação, etc, que compõem o *habitus* de uma categoria de agentes. Devido aos inúmeros contextos diversos de socialização e também devido às diferenças internas a cada contexto (o exemplo acionado é o da variabilidade do ambiente familiar, em que a criança pode permanecer em mais contato com um parente do que com outro), o autor propõe uma pluralidade de hábitos (e, enfático novamente, a mudança de termo aqui não é um rebuscamento, mas uma precisão conceitual) que não necessariamente seriam coerentes entre si (já que os próprios processos de socialização podem apresentar incoerências) e que poderiam ser mobilizados de formas diferenciadas dependendo do contexto. A transposição de um repertório imutável de esquemas incorporados em certo contexto de socialização para outros contextos deve ser comprovada a partir de pesquisas pormenorizadas que atestem essa pertinência.

A origem social dos agentes que participam dos processos aqui analisados tem um relevo importante no acesso ao jornalismo. O perigo é tentar inferir características diretas entre uma camada social mais abrangente e o extrato social composto pelos jornalistas. Em diversos momentos a bibliografia ressalta a origem de classe média dos agentes no jornalismo¹¹⁰ para inferir, a partir daí, como essa parcela da população pensa. Creio que uma visada mais detalhista pode identificar um campo de pertinência mais restrito para categorias tão abrangentes e multifacetadas. O termo “classe média” é um bom elemento para um cercamento inicial da análise, mas deve ser aprofundado: quais as experiências de socialização de parcelas dessa classe média que podem ser destacadas como instituidoras de esquemas de percepção e avaliação incorporados pelos agentes e acionados no fazer jornalístico? Qual o espaço dos possíveis dessa classe média? O que transforma a classe média em classe média?

Ribeiro (1992), também se utilizando de algumas citações do livro de Mota e Capelato comentado acima, formula nos seguintes termos essa origem social fazendo uma comparação entre Grupo Folha e Grupo Estado: este último é visto como mais próximo de uma elite dominante.

¹¹⁰ “Basicamente os jornalistas não são uma categoria social homogênea de pessoas, ainda que, pelo menos nos países industrializados do Ocidente, geralmente tenham precedentes na classe média. (KUNCZIK, 2002[1988], p.17)

“A FSP [jornal principal do Grupo Folha] em várias ocasiões foi qualificada como ‘um jornal de classe média, bastante típica, seja em seus eventuais jacobinismo, fiscalismo em relação ao Estado, reformismo, antipopulismo e democratismo’ [citando Mota e Capelato]. (...) Por manter referência a um público específico, que é por ele representado e afinal de contas o sustenta, um jornal realiza uma simbiose que forja sua personalidade editorial, sua postura perante o mundo e a sociedade. Assim enquanto o [Grupo] Estado apresenta uma tendência histórica de manutenção das posições já conquistadas pela classe dominante, e daí retira uma unidade aparentemente mais consistente, a Folha refletiu e incorporou as oscilações e incertezas características das camadas médias urbanas. (...) Se a opção por dirigir-se a classe média e por ser classe média, forneceu à FSP base ideológica para tornar-se editorialmente mais abrangente e comercialmente mais agressiva, ao mesmo tempo a envolveu em contradições típicas de seu referencial. Por estar a meio caminho entre a classe alta e a operária, entre ‘os rendimentos das profissões que a caracterizam e o custo de suas aspirações’, a classe média – e o jornal que com ela se identifica – ‘parece gravitar em torno da classe alta, procurando imitar seus estilos e comportamentos... tenta absorver avidamente padrões e hábitos estrangeiros, bem como toda a tecnologia do bem-estar’ [citações de Mota e Capelato]” (RIBEIRO, 1992.p.215-216).

Ghedini (1998) que estudou ambos os cursos (Grupo Folha e Grupo Estado) faz uma reflexão menos polarizada.

“Existe uma mescla entre jovens filhos de uma classe média mais abastada, jovens que não precisaram trabalhar durante a universidade e que puderam fazer até dois cursos simultaneamente – o mais comum é encontrar quem tenha feito Jornalismo e Direito ou Jornalismo e Letras - além de poder estudar outros idiomas, e os filhos de uma classe média de mais baixa renda. Talvez esses tenham sido obrigados a trabalhar para custear os próprios estudos, como aconteceu com alguns jovens jornalistas entrevistados para essa dissertação.” (GHEDINI, 1998, p.231)

Instâncias que se constituem de maneira circular, que só adquirem inteligibilidade quando postas em conluio, os jornais estudados e certas parcelas da classe média (parcelas em que a “reza diária do homem moderno”, para lembrar a famosa frase de Hegel, aparece como uma atividade incrustada no cotidiano) se

inventam mutuamente, escoradas entre si: nem toda “a” classe média lê jornal (e como delimitar precisamente seus limites no caso brasileiro, em que essa terminologia abrange as margens tanto da elite quanto das camadas populares?), mas consideramos os jornais como um indício, um repertório de pistas, da opinião dessa parcela da população devido ao peso simbólico dos agentes midiáticos. Os estudos de recepção entram aqui para especificar os desvios e reinvenções possíveis dentro desse processo de recorte. Importante destacar que os jornalistas, apesar de não advirem de famílias com rendimentos econômicos muito semelhantes, possuem capitais culturais que possibilitam a inserção nas redações.

Qual o espaço dos possíveis da classe média brasileira contemporânea quando se trata de oportunidades de trabalho com a escrita criativa? Há um limiar oscilante de posições que pode ocupar, na escala de valoração de trajetórias possíveis, a atividade de escrita como recurso capaz de fornecer meios de vida. Nas classes populares a escrita pode ser desprezada como inatingível, abstrusa, complicada e considerada uma exterioridade misteriosa, concepção que evoca ignorâncias pessoais engendradas por exclusões diversas. A atividade de escrita pode também ser manejada sem grandes dificuldades por pessoas de extenso tempo de escolarização nas inevitáveis situações que clamam por ela (relatórios burocráticos, comunicação mediada pessoal), mas considerada como um acessório passageiro frente a outros fins. No contexto brasileiro recente, para além do jornalismo e áreas afins da comunicação, o uso da escrita inventiva é extremamente restrito, envolve pesados recursos por um tempo de investimento longo (academia, literatura) e oferece poucas possibilidades de retorno de capitais.

Em entrevistas com pessoas que cursaram o programa do Grupo Folha provindos de espaços universitários não relacionados com a faculdade de jornalismo, fica evidente que se existe a possibilidade de inserção e mobilidade dentro do sistema de ensino (através da pós-graduação), a atividade jornalística fica relegada a segundo plano como uma fonte de renda disponível enquanto não há uma estabilidade definitiva no campo acadêmico ou ainda como uma forma de atuação política mais explícita. A especialização deve atingir certo ponto mas não ultrapassar certas expectativas profissionais, ou então o jornalismo deixa de ser visto como um campo de atuação e é preterido em relação à academia.

O acesso aos esquemas incorporados que podem ser reputados como importantes na construção de um *habitus* jornalístico e que estão presentes na socialização de uma parcela social tão multifacetada quanto a classe média se deu pelos depoimentos de participantes em entrevistas extensas. Através dessas entrevistas mais longas ficaram claras algumas das relações fundantes para o desejo de se tornar jornalista. Para além do óbvio relato que coloca a escolha profissional como dada de forma infundada e inata (“desde pequeno eu queria ser jornalista...”), fica claro que a presença do jornal no ambiente familiar cria certos impactos na escolha da carreira. Dependendo de como essa presença ocupa um lugar de destaque ou prestígio na rotina de leitura de pessoas próximas que servem de modelo do mundo adulto (“Meu pai sempre lia jornal”) e de como o jornal pode se envolver com assuntos ligados ao gosto pessoal (jornalismo esportivo é um grande atrator do interesse juvenil, por exemplo) criam-se novos leitores e novos jornalistas¹¹¹. Ou seja, o lugar simbólico ocupado pela leitura de jornais fomenta a disposição de habilidades ligadas ao jornalismo e aos leitores do jornalismo (apreensão de formatações simbólicas, criação do hábito de leitura rotineiro). Exemplo disso é o capital cultural de que dispunha Torres (1994), pesquisador que não era formado em jornalismo, para concorrer a uma vaga de jornalista em seu estudo sobre o Grupo Folha: 10 anos de leitor assinante da Folha de S. Paulo, fato que revela a complementaridade simbólica entre público e jornal.

“O simples fato da leitura de jornais ou da exposição à televisão criou uma forma de familiaridade, um “horizonte de expectativa” pelo qual, sem poder necessariamente teorizá-lo, a maior parte dos usuários das mídias identifica o que diferencia o editorial da reportagem, apossando-se intuitivamente de certos elementos da gramática de uma reportagem televisionada.” (NEVEU, 2006, p.110)

Arrisco uma aproximação entre o que Raymond Willians chama de dramatização da vida cotidiana e a formação jornalística. Do mesmo modo que há uma espécie de dramatização da sociedade a partir da experiência de assistir dramas cotidianamente, creio que possa haver um processo semelhante com a informação. De tanto verem notícias as pessoas vão aprendendo a escrever de certo modo, se familiarizando com a forma-notícia ainda que não saibam os nomes jornalísticos utilizados para designar essa prática de produção de informação (lead, pirâmide

¹¹¹ “Uma parte da ética da profissão é comer e beber a informação” (Schlesinger, 1987) [depoimento colhido pelo pesquisador]” (NEVEU, 2006, p.93)

invertida). De certa maneira há uma disseminação da forma notícia. Da mesma forma que as pessoas passam a vivenciar seu cotidiano dentro de uma estrutura de sentimentos que tem como base as diversas experiências de dramatizações rotineiramente exibidas na televisão, o fato de vivermos numa sociedade que veicula constantemente informação (e da informação informatizada, disponível pelos computadores) também faz com que a forma-notícia, da mesma maneira que o drama, seja incorporada pelas pessoas. O fato de que não seja totalmente absurda a idéia de que qualquer pessoa pode ser jornalista sem passar por um treinamento especializado mostra o quanto a forma-notícia está incorporada como um formato estilístico no dia-a-dia das pessoas¹¹².

Há uma vinculação entre prestígio intelectual e leitura de jornais, entre mundo adulto e leitura de jornais, que serve de estímulo inicial para o encaminhamento ao jornalismo e ao mundo de certas parcelas da classe média. Ao contrário dos livros infantis, o jornal é compartilhado entre o adulto e a criança: somente separados por editorias diferentes como dois adultos com gosto distintos.

Pais que estimulam o processo de aprendizagem indicando leitura de algum material jornalístico (assim como a presença de jornais na sala de aula, guardadas as devidas diferenças entre as relações que ocorrem no ambiente escolarizado e no lar) e pais com trabalhos ligados ao uso da escrita de forma criativa, que depende de um manejo de estilo próprio relativamente mais aguçado, também é um fator que influi para delimitar dentro do espaço dos possíveis a escolha pelo jornalismo.

O período de escolha profissional é permeado por uma levitação momentânea do peso das injunções sociais em parcelas da classe média. É comum ocorrer certa disparidade na escolha das carreiras (jornalismo ou farmácia). O jornalismo, por sua abrangência de temas e seu prestígio elevado (comparativamente a profissões “manuais”), oferece um prolongamento do período de indecisão.

A “mítica” figura do repórter aventureiro, destemido, contrário a poderosos, ainda move o desejo de seguir nesse trabalho, apesar do depoimento dos jornalistas mais velhos que, cotejando gerações, indicam sempre um declínio do vigor desse tipo

¹¹² Isso também encontra ressonâncias com o que William chamou de mobilidade privatizada: o fechamento da vida social em 4 paredes e a mobilidade alcançada pelas inovações tecnológicas. Esperamos uma notícia de fora, sempre. Por isso o jornalismo adquire uma importância crucial na sociedade contemporânea. Para entendermos o mundo de hoje precisamos passar pelo relato jornalístico.

de sedução para o recrutamento e o aumento de uma preocupação “comum” com realizar um trabalho como outro qualquer, na mesma cadência “burocrática”. A presença maciça do telejornalismo também é um fator que pode ser imputado como desencadeador da procura notável pela carreira na geração recente. O gosto pela leitura desinteressada (convexo da concavidade representada pela escrita inventiva), a curiosidade, a tendência a cultivar o auto-didatismo também elencam os requisitos para um jornalista.

O ambiente escolarizado em que ocorrem os cursos não é fortuito. As habilidades escolares de “tomar nota” com zelo das aulas dos professores são um prelúdio para o “tomar nota” nas entrevistas. Além disso, a familiaridade com os fazeres escolarizados e pedagogizados são úteis para uma atividade que pensa seu “público-alvo” grande parte das vezes como ignorante. Nesse sentido a classe média atual é estratégica. A causalidade do provável está a seu favor. Geralmente apresenta uma forte tendência a ver no sistema escolar uma forma de ascensão social, o que a torna predisposta à experiência do aprendizado. Além disso, o recrutamento de pessoas jovens, classe média, brancos, também tem o efeito de sondagem de público, ao mesmo tempo que, relativamente, essa parcela da população frequenta uma gama de espaços de sociabilidades distintas (seja para cima, seja para baixo da hierarquia social) com facilidade, construindo um certo leque de referências mínimo (e muitas vezes caricato) dos gostos possíveis.

É por meio dos jornalistas com origem na classe média que os jornais “populares” são feitos. Portanto é por meio do imaginário que as frações da classe média invocam sobre as classes populares que as notícias são elaboradas. A leitura das classes populares é imaginada como instrumental e intermitente (leitura dos classificados, principalmente em fins de semana), o jornal é comprado na banca (portanto pode conter cenas fortes de tragédias e pornografia: não necessariamente chega até em casa) e a leitura deve ser facilitada com caracteres maiores já que o texto não pode ser muito extenso por definição.

Se os jornais principais dessas empresas podem encontrar no próprio jornalista uma espécie de sondagem de opinião do público almejado, o mesmo não ocorre no caso dos jornais populares. A leitura pode ser universalizada sem grandes embates: deixou de distinguir acerbamente e virou requisito democratizante. Já a escrita se desenrola num

terreno de expressivos investimentos distintivos. É quase impossível encontrar jornalistas que tiveram uma trajetória marcada por pobreza e exclusão.

Gênero e Marcadores Racializantes

O jornalismo não é uma atividade em que os marcadores de gênero atuem de forma a excluir peremptoriamente quem não se enquadra nas dinâmicas de forças generificantes presentes. Apesar da presença de elementos masculinizantes o jornalismo é um campo da área cultural: o que o feminiza frente a outras atividades mais viris (penso no exemplo de ALMEIDA, 1996). Já os marcadores racializantes se manifestam de maneira a manter as redações monocromáticas. O número de jornalistas negros, segundo censo do RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) de 2001, no Brasil, é em torno de 1,2%. Em São Paulo a média é um pouco menor, 1,1%. A dificuldade de acesso da população negra aos dispositivos de escolarização responsáveis pela criação de capital cultural, fruto de diversos fatores (históricos, políticos, simbólicos) que fomentam o preconceito, acaba desembocando em exclusões das arenas de trabalho. Nesse sentido o gênero, por ser um marcador que ultrapassa as divisões sociais de acesso às instituições produtoras de capital cultural, não influi de forma acentuada no acesso ao jornalismo enquanto que “raça” se manifesta de forma quase a se superpor e reforçar as divisões de capital cultural.

O marcador social “profissional” atua em alguns momentos de maneira a colocar em segundo plano os marcadores de gênero e “raça”, efetuando um apagamento desses marcadores sociais comumente mobilizados. Melhor dizendo, com a “profissionalização” as práticas discriminatórias precisam ser mobilizadas no terreno de categorias de mérito profissional, linha editorial ou ainda, outro dispositivo muito comum, as discriminações são reelaboradas em linguagem mercadológica de audiência, colocando como base um suposto gosto ou preferência de consumidores imaginados.

As conclusões da tese de doutorado de Rocha (2004), abordando a profissionalização [uso conceitual da sociologia das profissões] e a feminização da carreira de jornalismo no Estado de São Paulo, colocam que a discriminação contra gênero no jornalismo não é tão marcada, comparativamente a outras profissões, haja visto os altos índices de presença feminina nas redações e a quase equiparação de

ganhos salariais (importante destacar: as mulheres ainda ganham menos¹¹³). Porém os postos de comando ainda são majoritariamente masculinos, as mulheres jornalistas permanecem mais tempo no mesmo cargo em comparação com os profissionais masculinos (ou seja, têm uma ascensão profissional mais demorada) e precisam dispor de mais anos de escolarização para ganhar o mesmo salário. Um esclarecimento importante se coloca: o que a autora quer designar com o termo “mulheres” em se tratando de marcadores racializantes e de classe é, no caso estudado, mulheres brancas de setores médios urbanos.

Durante o campo, na relação com as fontes algumas discriminações eram aventadas pelos jornalistas palestrantes (principalmente no futebol: é embaraçosa a presença feminina nos vestiários), mas nada que implicasse em impedimento total para realizar as coberturas. Contudo, na área internacional (uma das mais consagratórias do jornalismo) a presença feminina ainda é tímida, tendo em vista principalmente o fato de se tratar de uma situação de riscos, em meio a conflitos armados em que a ocorrência de assassinatos e estupros estão presentes (o que não coaduna com o estereótipo de “sexo frágil”), além da dificuldade de mulheres entrevistarem autoridades masculinas em países de cultura muçulmana.

As entrevistadas relataram discriminações por parte dos chefes ou colegas de trabalho quando se vestiam “de forma diferenciada” ou eram muito novas. O fator geracional merece destaque: a presença feminina entre os novatos no jornalismo talvez acentue os atritos com os jornalistas estabelecidos acrescentando a misoginia como um elemento a mais nas disputas entre jornalistas estabelecidos e jornalistas novatos. No campo que realizei ficou evidente que o uso de palavrões era mais comum em homens com mais experiência de redação do que em mulheres ou em homens mais jovens.

“A exemplo do que ocorre em outras profissões, as mulheres jornalistas brasileiras recebem remuneração inferior à de seus colegas homens (...). A maior presença feminina parece ter contribuído, também, para a juvenilização da idade média dos jornalistas brasileiros. (...) As mulheres são maioria também entre os profissionais com curso superior.” (NEVEU, 2006, p.193) [apêndice à edição brasileira de Manoel Marcos Guimarães]

¹¹³ Também é bom lembrar que a maternidade, por causa do senso comum que a relaciona de imediato como uma questão eminentemente feminina, pode apresentar certos entraves nessa inserção das mulheres.

A tese de Rocha (2004) também aponta que as mulheres jornalistas ocupam áreas menos prestigiadas (revistas, agências de notícias, setor extra-redação como por exemplo faculdades) ou áreas novas de atuação (internet, TV), e geralmente trabalham em áreas temáticas consideradas mais femininas (moda, comportamento, cultura). Dificilmente são escaladas para cobrir temas políticos ou econômicos, um fato comum não só no Brasil¹¹⁴. Entretanto na bibliografia internacional há indícios de valorização do marcador de gênero em algumas atividades jornalísticas envolvendo reportagens de maior fôlego, texto mais prestigioso do jornalismo.

“Sem se reduzir a isso, essa evolução [de alguns jornais rumo a reportagens mais “etnográficas”] se dá em parte pelas mulheres jornalistas, cujo recrutamento é às vezes feito de forma explícita (Grã-Bretanha, Bélgica) com base em sua suposta capacidade de produzir um jornalismo mais concreto, mais atento à vida cotidiana dos leitores.” (NEVEU, 2006, p.172).

Ainda segundo Rocha, no contexto brasileiro a discriminação de gênero no jornalismo é mais ostensiva em jornais de cidades do interior do que nas grandes metrópoles. O jornalismo impresso diário e as emissoras de rádio (“mais conservadores”, “mais tradicionais”) não possuem grande presença feminina pois já foram dominados pelo mercado masculino, segundo a autora.

Quando abordado o suporte audiovisual as categorias estéticas influem no acesso. As discriminações de “raça”, gramática corporal e beleza são transmutadas sob a capa de valores estéticos no suporte audiovisual da televisão¹¹⁵ e aparecem até mesmo em comentários banais como o de Conrado: as mulheres das redações do Grupo Folha deixam a desejar (“Tem mais mulher bonita nas redações de TV”).

“Em junho de 2001, a Federação Internacional dos Jornalistas - FIJ e a UNESCO realizaram, na Coreia do Sul, a I Conferência Mundial de Mulheres Jornalistas. Os anais deste evento demonstraram que a jornalista mulher sofre

¹¹⁴ “Nas redações das publicações de informações gerais, a divisão do trabalho associa com frequência as mulheres à cobertura social e cultural, do mundo das *Soft news*, feitas de análises das tendências e dos comportamentos, de assuntos e informações utilitárias, em oposição às *hard news*, centradas no acontecimento, da tensão da atualidade.”(NEVEU, 2006, p.44)

¹¹⁵Creio que no rádio há discriminação de gênero também transmutada em linguagem estética, afinal é sempre a voz masculina possante, grave, empostada que predomina nas locuções radiofônicas (e no anúncio do nome das emissoras de televisão).

discriminações quanto ao conteúdo das reportagens. Temas mais complexos ou que causam mais impacto na opinião pública são atribuídos aos jornalistas do sexo masculino. Outro aspecto registrado foi a estética, principalmente quando o referencial é a televisão. Mulheres negras, gordas ou tidas como feias encontram mais dificuldades de ingressarem no mercado de trabalho como repórteres em emissoras de televisão.” (ROCHA, 2004, p.172).

Sobre a profissionalização e suas relações com a feminização, as conclusões de Rocha são ambivalentes. Com o processo de profissionalização (na acepção de FREIDSON, 1996) do jornalismo, “passou-se a exigir um profissional mais qualificado, com maior titulação, facilitando uma disputa mais equiparada entre os gêneros” (ROCHA, 2004, p.198). Porém profissionalização e feminização não estão intimamente interligados. Há contradições importantes:

“o fato de [o jornalismo] não ser uma profissão consolidada [nos moldes do Direito ou da Medicina] facilita a feminização da carreira, pois oferece uma menor estabilidade ao profissional e um mercado extremamente competitivo, ligado a lógica capitalista (...). Por outro lado, o profissionalismo atua como um fator de proteção do mercado ao ingresso feminino nas posições mais valorizadas, como ocorre na medicina e na advocacia” (ROCHA, 2004, p.199).

Os marcadores de gênero foram mobilizados, durante o campo, quando alguma jornalista quebrava a distribuição temática generificante atuante no jornalismo (como já explicitado: áreas como o jornalismo esportivo ou policial, há uma forte presença de valores masculinizantes, enquanto que em áreas mais próximas da cultura, moda, comportamento, elementos mais femininos são predominantes¹¹⁶). Nesse sentido é exemplar a pergunta de uma aluna de jornalismo na ECA para o editor de esportes do Grupo Folha sobre o porquê do predomínio da cobertura de futebol. Ele brinca: “Pode parecer misógino, mas você acha estranho porque é mulher”. Ele justifica o predomínio do futebol por causa da escolha do público e também por falta de “teor de crônica” de outras modalidades esportivas e dá como exemplo o atletismo. “Mesmo se eu mandar um repórter todo final de semana no Ibirapuera não dá matéria”. O argumento de falta de cronicidade de outros esportes que não sejam o futebol é no mínimo suspeito quando

¹¹⁶ Também obtive relatos de que há mais homens gays na editoria de cultura.

contraposto ao depoimento pessoal de Stycer (2005, p.180) relatando a dificuldade de conseguir obter pautas diárias sobre futebol pela equipe do jornal esportivo Lance!.

O fato de o jornalismo manter uma sutil diferenciação com a literatura afasta as acusações de *belle* letrismo (sempre próximo de um pólo feminilizante, do lazer puro), mas mantém em foco a capacidade autoral que atrai quem procura expressão criativa (masculinizando a escrita com aproximações com a política nos jornais prestigiosos e com a área policial nos jornais “populares”, além da ênfase de “prestação de serviço público” que o conceito de “informação” aciona e que afasta o jornal de uma leitura univocamente de desfrute).

Durante algumas entrevistas ficou evidente que o fato de uma mulher cobrir a área política movimentava a roda dos fuxicos com boatos sobre supostos envolvimento sexuais da repórter com políticos (“ela deu um furo porque ela deu um furo”). O aconselhamento para as mulheres aborda o aspecto de envolvimento sexual (o que não ocorre com os homens) como quando Steve, correspondente norte-americano em palestra para os trainees aconselhou as mulheres a terem cuidado com estupros e, portanto, não falar de forma que possa parecer flerte para obter entrevista com a fonte.

Os marcadores de gênero são mobilizados de forma a resultar em práticas discriminatórias através de uma acusação de falta de “profissionalismo” ou de ética: a mulher jornalista se valeu de fatores não-jornalísticos na obtenção de informações. O que é interessante visto que no jornalismo é comum que as formas de se conseguir uma informação não respeitem os limites legais ou jornalísticos, extrapolando relações éticas com câmeras escondidas ou com investigadores contratados para vasculhar e obter de forma ilícita documentos pessoais de pessoas influentes.

Também é interessante colocar certa afinidade social entre o corpo profissional que produz jornalismo e os setores sociais de consomem esses produtos jornalísticos. A feminização das redações talvez possa ser imputada à extensão dos interesses mercadológicos jornalísticos tendo em vista a ampliação do mercado feminino.

Enquanto as mulheres podem obter um acesso ao mercado editorial sem necessariamente empunhar posicionamentos políticos feministas (as revistas para “moças” estão consolidadas há bastante tempo na imprensa brasileira¹¹⁷) com os negros

¹¹⁷ Ver Buitoni (1986) para um estudo introdutório sobre publicações voltadas ao público feminino.

o processo é distinto. Para conseguirem uma entrada na imprensa eles têm que necessariamente explicitar a divergência de suas posições políticas. Para além de todas as formas mais ou menos escancaradas de racismo presentes da imprensa (por exemplo, publicações voltadas para o empresariado que não permitem fotos de negros para não “desagradar” o “público-alvo”, ou ainda o conselho do infografista do Grupo Folha que atentou para o cuidado que se deve ter quando se publica *storyboard* [série de desenhos que tentam descrever como aconteceu um fato], pois às vezes há preconceito: retrata-se o ladrão como negro assaltando um branco loiro) os preceitos jornalísticos atuais de “objetividade”, “isenção” e “neutralidade” não aceitam de bom grado manifestações que possam ser imputadas de políticas. A imprensa negra, por ser considerada engajada numa causa política, sempre será desancada como “parcial” ou “tendenciosa” segundo esses preceitos.

Será que se a população negra articular sua “negritude” a mecanismos de mercado que possam ser atraentes para o jornalismo como empresa as redações deixarão de ser monocromáticas? Quais as conseqüências disso?

“Nessa oferta de informação, atenta aos desejos e investimentos de múltiplos componentes de uma sociedade, qual é o lugar dos grupos sem poder de compra? Uma sociedade não é um mosaico de públicos-alvo e de estilos de vida? A idéia de democracia não supõe a visibilidade diante de todo o corpo social de questões coletivas, de um horizonte de deliberação compartilhado?” (NEVEU, 2006, p.168)

Aqui é interessante colocar um fato que ocorreu em minha pesquisa de campo quando iniciantes ao jornalismo discutiam sobre a viabilidade de alguns temas para a produção de um caderno especial ao final do curso.

Diversos termos vagos foram colocados como motivo de descarte dos temas: “é batido”, “é chato”. Uma das temáticas propostas era uma comparação África-Brasil o que levou alguns dos iniciantes em jornalismo a perguntarem para a jornalista responsável pelas aulas do curso se o tema teria apelo para os leitores. Ao que a professora (branca) respondeu: “O leitor do Grupo Estado nunca fará uma manobra de hip hop mas se interessa em saber que existe”. Uma das alunas comenta: “Se for só discriminação, injustiça, eu acho um saco”. A professora arremata: “A gente não pode ser uma revista Raça”. A revista Raça, publicação voltada para o público negro, é vista como um mau exemplo de jornalismo por ser muito “engajada”. A acusação mais

intolerável no campo jornalístico é a menção a possíveis laços políticos com partidos, empresas ou movimentos sociais. A temática dos marcadores racializantes é mais permeada por demandas políticas¹¹⁸, no imaginário jornalístico, do que o gênero (que pode aparecer em temas e assuntos mais “amenos” como maquiagem, relacionamentos amorosos ou dietas). A pauta sobre comparação África-Brasil não foi escolhida para a produção do caderno¹¹⁹.

¹¹⁸ O mesmo aconteceu com comentários a respeito de outra pauta abordando Direitos Humanos: “Precisa ter cuidado com pauta de direitos humanos para não virar ativismo e não jornalismo”.

¹¹⁹ Embora não faltassem “ganchos” para tanto: era a época da eleição de Obama, primeiro presidente negro dos EUA, e da vitória de Hamilton, primeiro negro campeão da Fórmula 1.

“Mas 8 milhões de pessoas vivem todos os dias de suas vidas na cidade de Nova York, e eu me senti assoberbado pela distância entre suas experiências, quaisquer que fossem, e as histórias que liam no The Times.”

Robert Darnton

POSITIVISMO, PATROCÍNIO E PÚBLICO.

O processo de socialização do novato no jornalismo levanta sérias dúvidas sobre a violação de um dos preceitos mais sagrados do jornalismo: a objetividade. Uma afronta ao ideal de neutralidade e imparcialidade: a socialização é sempre suspeita de favorecer um viés nos modos de se fazer jornalismo. Os novatos frequentemente reagem contra a possível acusação de que sofrem “lavagem cerebral”. A frágil legitimidade do jornalismo está ancorada, contemporaneamente¹²⁰, nesse modo de existência totalizante que prega como meta a “transmissão da realidade o mais objetivamente possível”, fruto do predomínio histórico do modelo anglo-americano de jornalismo¹²¹.

Dito de outro modo: a legitimidade jornalística está presentificada nos processos de formalização estilística de produção da notícia e numa certa maneira de existir que se afirma independente e crítica, daí a ênfase constante sobre a ética pessoal. É constante a referência ao jornalismo como missão, como serviço público. A defesa dos pilares de objetividade, neutralidade e imparcialidade, que podem causar calafrios e escárnios (“positivismo ingênuo”) em cientistas sociais, desempenham um valor efetivo que guia as práticas jornalísticas (geralmente a dos bons jornalistas) e conforma subjetividades. Menos do que tripudiar desabonando essa “ingenuidade”¹²² é preciso inseri-la numa arena de disputa pela “objetividade”, na qual o próprio analista também se encontra.

¹²⁰ Como será visto adiante, em gerações anteriores concepções positivistas menos elaboradas são acionadas

¹²¹ “A centralidade do factual está ligada a um segundo traço do jornalismo anglo-saxão: a predominância do discurso da objetividade, construída em torno de uma desejada reconstrução dos fatos, separando informação e comentário.” (NEVEU, 2006,p.23)

¹²² “A primazia conferida na Folha ao diretamente (?) observável leva à desconsideração da circunstância essencial que envolve toda experiência empírica, a saber, que nenhum dado observacional pode sequer ser apreendido na ausência de uma superestrutura teórica. Um dado sensorial só pode ser compreendido (ou seja, “fazer sentido”) quando interpretado à luz de um arcabouço conceitual. É claro que se trata de uma trivialidade da teoria do conhecimento; não para a Folha, contudo, que parece considerar a mente do repórter ideal como tabula rasa, apenas estimulável por “fatos concretos”. (ABRAMO, 1991, p. 45).

Não é só a “objetividade” jornalística que desencadeia efeitos de poder, fluxos de capital, instituições. E não é só a “objetividade” jornalística que padece, muitas vezes, de uma ingenuidade prenante só rivalizada pela arrogância cega...

No caso em estudo, percebe-se nesse ponto uma divisão geracional. Para os jornalistas mais antigos, cuja maioria não se formou em faculdades de jornalismo, com uma trajetória que passa por cursos universitários de outras áreas (geralmente Direito) muitas vezes incompletos, a defesa de um ponto de vista que não questiona ou põe em risco as regras “profissionais” de “objetividade” e “neutralidade” é mais marcado. A “objetividade” não se constitui em problema epistemológico sendo encarada como uma questão de esforço individual para conseguir amenizar os perigos que rondam um relato “objetivo” (emoções pessoais, preferências partidárias, ignorância sobre o assunto abordado, falta de tempo de apuração). Nas gerações mais jovens, diplomadas em faculdades de jornalismo, a “objetividade” é tópico de discussão que lança mão de argumentos sociológicos e epistemológicos. Porém se os jornalistas mais novos conseguem amenizar os preceitos de “objetividade” e “neutralidade”, ao final os discursos acabam fatalmente confluindo para o mesmo ponto dos discursos dos jornalistas mais antigos: o esforço da subjetividade para atingir a “maior objetividade possível”. Não por acaso a subjetividade também é o *locus* da criatividade que dá ao jornalista a capacidade de construir um nome próprio no campo, constituir-se como autor.

Outra palavra que merece um acolhimento de problematização é o conceito de “representação”. Evocar esse conceito é carregar uma pesada canga de pressupostos epistemológicos dos quais o mais perigoso é o postulado de uma realidade que não seja mediada, uma realidade transcendente, a qual só temos acesso por nossos imperfeitos e traidores signos. Menos do que falar em “representação” melhor seria falarmos um vocabulário aproximado de termos que enfatizem o caráter imanente da realidade: construção social da realidade (TUCHMAN, 1978), invenção da realidade através de ficções postas a prova (STENGERS, 2002), estabilização do real por meio de controvérsias fechadas em caixas-pretas na chave latouriana ou ainda instituição de uma *illusio* fundamental ou *doxa* compartilhada por (quase) todos numa abordagem bourdiana. Em suma, ao invés de “representação” formular o fraseado na cifra das práticas de produzir real, de “realização”. Contudo, para os jornalistas é extremamente importante a idéia de uma “realidade” independente a ser “representada”. E é generoso

admitir que antes de deplorarmos a ingenuidade positivista deles (atitude que por si só denota certa altivez positivista) melhor é explorarmos os encadeamentos e os funcionamentos dessa idéia tendo como pano de fundo algumas maneiras de objetividade circulantes na antropologia. Quanto da legitimidade dos modos científicos de produção de verdades não está ancorado numa contraposição às verdades midiáticas e vice-versa? Não cabe nesse momento postular que espelho é melhor polido... Tento nesse capítulo contribuir para a discussão sobre a “objetividade” jornalística apresentando um ponto de vista que privilegia as relações e as ações (e, portanto, também os condicionantes dessas ações) através das quais a epistemologia (tanto do jornalismo como nas ciências sociais) funciona.

É preciso posicionar a objetividade jornalística historicamente com outras formas de produção de objetividade para encontrar sua lógica de existência. A objetividade não é apenas uma convicta fé cega nos fatos, mas também se constitui num método concebido para se distinguir de outro fazer trabalhista instaurado de forma arrebatadora na Primeira Guerra Mundial: a profissão de Relações Públicas (TRAQUINA, 2003, p. 67). Ou seja, o modelo de objetividade jornalística se coloca historicamente menos como um instaurador de verdades do que como um dispositivo de produção de desmentidos, haja visto o surgimento, desde a Primeira Guerra Mundial, da profissão de Relações Públicas, atrelada aos esforços militares de propaganda.

Ainda que esteja minimizada ou atenuada hoje em dia (é cada vez mais difícil encontrar quem acredite piamente na teoria do espelho: o jornal espelhando a realidade) a objetividade ou neutralidade jornalística ainda está presente em frases que a colocam como um ideal a ser perseguido, mas nunca atingido (“ser o mais neutro possível”). Necessário reconhecer que num regime de verdade em que o valor mais elevado é a objetividade, a neutralidade, torna-se impossível descartar essas diretrizes sem perder o poder de agência.

Essa tensão entre reconhecer a relatividade de assunções sobre a realidade e o objetivo de imparcialidade da atividade jornalística leva a mirabolantes tentativas de conciliação. O dono do Grupo Folha diz que o jornal não chega à verdade (“nem os maiores filósofos chegaram”), mas tenta uma “aproximação dos fatos capazes de mobilizar certo público em certa época” (“Não há objetividade, mas você se aproxima da objetividade através de técnicas”). Ainda segundo ele, o jornal recorta a realidade e

um fato tem “pelo menos 2 lados em conflito, quando não 3 ou 4”. Como critérios “universais” de noticiabilidade ele elenca: quanto mais inesperado for um fato, ou quanto mais pessoas forem afetadas por um fato, ou quanto mais poderosas as forças envolvidas num fato, maior a noticiabilidade. Carlos Alberto di Franco, do Grupo Estado, também tenta reformular, sem muito sucesso, o aspecto da objetividade no jornalismo: “Neutralidade não existe: existe isenção”.

A discussão aqui se aproxima dos questionamentos que permeiam a antropologia das ciências. Enquanto o analista atenta para a relacionalidade do plano social em sua abordagem¹²³, os agentes se espantam com relativizações envolvendo o que para eles faz parte de uma esfera independente das ações humanas. O problema é que o jornalismo é um campo que nos suscita reprimendas morais. Se é relativamente fácil levar a sério o espanto dos cientistas, na antropologia das ciências, quando se revoltam com objeções construcionistas (já que recuperar a ontologia, ainda que reformulada, é interessante para todos os cientistas envolvidos, analisados e analisantes), no caso do jornalismo é mais difícil levar a sério esse espanto. No entanto a enganosa mitologia da objetividade jornalística impregna as ações dos agentes e produz efeitos. Em uma palavra: é um preceito incorporado, implicado em todas as maneiras de agir.

“Essa crença na reconstituição objetiva dos fatos imaculados é uma grande ilusão. Mas, transformada em norma profissional, produziu efeitos. Ela estimula uma espécie de olhar objetivo que procura uma descrição clínica dos acontecimentos, põe os indivíduos e os fatos como objetos de observações frias, desconfia do comentário, identificado como palavrório. O resultado dessas orientações é a desvalorização das formas empoladas de expressão, dos registros polêmicos ou normativos, em nome de uma escrita sóbria e descritiva.” (NEVEU, 2006, p.24).

Como mencionado é mais comum que os antigos jornalistas postulem que as “técnicas” são isentas ou neutras de efeitos de poder. Os novatos, por causa da experiência universitária, são mais cautelosos nesse quesito e colocam ênfase na

¹²³ *“Parte das falsas percepções sobre o trabalho jornalístico se deve à visão individualista que identifica o jornalista como um profissional liberal da informação. Mais vale, então, focalizar a problemática a partir da visão da sociologia do trabalho e das organizações. O que está em jogo nesse deslocamento do olhar não é negar as competências específicas de cada profissional nem fazê-lo peça passiva do maquinário da informação. Mas as habilidades de todo jornalista se desenvolvem e se constroem dentro dos limites de uma estrutura de interdependências com sua hierarquia, seus colegas e suas fontes que nenhuma conversa fiada sobre a liberdade do autor pode magicamente dissipar.” (NEVEU, 2006, p.76).*

sagacidade pessoal para não se deixar “manipular”. E não se trata de retórica vazia: há efetividade nesse discurso.

Durante as aulas do curso do Grupo Folha que acompanhei na USP reencontro Eliana, ex-foca que foi contratada como free-lancer pelo Grupo Estado para cobrir a área de educação (ela já tinha certa afinidade com o tema: seu TCC foi a respeito dos direitos da criança e do adolescente). Ela conta que nenhum dos 5 primeiros colocados foi contratado. Eliana está cobrindo a greve na USP. Disse que o primeiro texto que enviou foi bem modificado mas não especificou o quê. Afirmou que a redação do Grupo Estado é conservadora: na redação reclamam que lideranças sindicais estão a 30 anos “mamando na teta” do sindicato. “Mas se não fossem eles seriam outros. Tem que ter alguém”.

Eliana diz que ia começar a notícia sobre passeata de grevistas da USP na Paulista com o seguinte “gancho” e desenvolvimento: não houve confrontos [na semana anterior a polícia atacou manifestantes com bombas de gás na própria universidade], a passeata ocorreu de tal hora a tal hora, atrapalhou o trânsito. Mas sua editora mandou inverter: atrapalhou o trânsito, ocorreu em tal horário, não houve conflitos.

Eliana tenta fugir de pautas “estilo Grupo Estado” (como exemplo ela cita: “estudantes que não aderiram à greve reclamam das paralisações de atividades”). Pergunto se já propuseram pautas desse tipo. Diz que sim, mas que ela vai “empurrando” a apuração e preenchendo com outras histórias. A reportagem que recebeu mais críticas foi a que destacou que a greve teve pouca adesão [mais de 30 institutos não pararam]. Ela só passou as informações. Não chegou a redigir. “Se tivesse redigido escreveria de outro jeito”. Ela ficou feliz que a última reportagem enviada foi pouco modificada pela editora.

Trata-se de não contrapor duas esferas essencializadas (social/realidade), mas entender como essas duas instâncias são produzidas em conjunto. A escrita jornalística, dentro do quadro de seus condicionantes sociais, consegue estabilizar algum tipo de realidade, produzir singularidades pelas quais a história¹²⁴ precisa passar para ser

¹²⁴“Hobsbawm observa que “a Revolução Francesa não foi feita ou liderada por um partido ou movimento no sentido moderno, nem por homens tentando executar um programa sistemático. E praticamente nem projetou “líderes” do tipo a que as revoluções do século XX nos acostumaram, até a figura pós-revolucionária de Napoleão”. Mas tendo ocorrido, ela entrou na memória cumulativa da imprensa. A concatenação desconcertante e irresistível dos fatos vividos por seus atores e suas vítimas se tornou uma “coisa” – e com nome próprio: A

contada (STENGERS, 2002), muitas vezes mimetizando alguns procedimentos científicos (os institutos de pesquisa atrelados às empresas como o DataFolha, respaldam e fornecem subsídios para várias reportagens).

“É possível resumir as pressões que pesam sobre a escrita jornalística em três tipos de forças. As primeiras remetem ao conjunto das condições de trabalho e às pressões de produção (relação com o tempo, com as fontes...). As segundas são ligadas às estratégias comerciais da empresa de comunicação, aos objetivos que ela fixa quanto à sua lucratividade, ao perfil social do público-alvo. Cada uma dessas estratégias contribui para definir um espaço de possíveis narrativas modelado pelas lógicas de concorrência entre publicações e pelas supostas capacidades de recepção de públicos mais ou menos homogêneos. Enfim, a estrutura do campo jornalístico associa a todo jornalista quadros narrativos preferenciais que dependem ao mesmo tempo de sua posição hierárquica (editar supõe um certo status), de sua editoria (um cronista de TV pode se permitir um tom irreverente menos usual em páginas de política), e lógicas de distinção em relação às publicações concorrentes.” (NEVEU, 2006, p.124).

O modelo de “objetividade” do jornalismo, de “ouvir os dois lados” envolvidos, expressa um modo de funcionamento simples e eficaz de produção de verdades. Toda questão, não importa a complexidade de visões, é subsumida em 2 lados (ainda assim isso representa um avanço: em muitos momentos da ditadura só se ouvia a voz oficial do poder¹²⁵) e é a partir dessa relação de prova que algo é estabilizado e o jornal se furta a arcar com o peso judicial de alguma declaração. Ou seja, trata-se de um dispositivo de proteção contra as críticas e as perseguições que sofrem os jornalistas (TUCHMAN, 1999).

Revolução Francesa. Tal como uma vasta rocha informe se torna uma pedra arredondada pela ação de inumeráveis gotas de água, a experiência foi modelada por milhões de palavras impressas, tornando-se um “conceito” na página impressa e, com o tempo, convertendo-se em modelo. Por que “ela” eclodiu, a que “ela” visava, por que “ela” “venceu ou fracassou? Essas questões viraram tema de polêmicas infundáveis de amigos e inimigos: mas, desde então, ninguém mais duvidou da sua existência.” (ANDERSON, 2008, 123-124)

¹²⁵ *“A prática de “ouvir o outro lado” opera uma falsa dialética, visto defrontar material de mesmo nível, uma vez que as duas declarações podem ser igualmente falsas. Embora represente um avanço frente ao “jornalismo declaratório” praticado na imprensa durante a ditadura militar, e que se contentava em reproduzir os recados dos poderosos do dia, “ouvir o outro lado” exime jornais e jornalistas de se empenhar numa investigação das causas. Tem a vantagem adicional de não comprometer a empresa com ninguém.” (RIBEIRO, 1992, p.282)*

“O desenvolvimento de um conjunto de marcadores de objetividade vem antes de qualquer coisa manifestar que, mesmo trabalhando com urgência, eles fizeram de tudo para ir às fontes mais confiáveis e coletar diversos pontos de vista. A escrita vem de alguma forma sugerir que são os fatos que falam, e não a subjetividade do redator.” (NEVEU, 2006, p.109-110).

O jornalismo compartilha com a antropologia algumas aproximações, como por exemplo uma maneira de “autoridade etnográfica”, ou seja, a legitimidade baseada na presencialidade, no “estar lá”. Essa situação, no entanto, só se transforma em notícia em casos extremamente raros (reportagens de maior fôlego, geralmente de eventos internacionais). A situação de “estar lá” é mobilizada em conversas sobre a trajetória profissional e se materializa em dicas, macetes ou pequenos conselhos. Toda tentativa de teorização é vista com desconfiança, como algo que pode tolher a criatividade dos jornalistas ou engessar os dotes textuais.

Entretanto o jornal articula falas humanas: talvez um dos principais motivos para que seu poder de fazer existir não seja tão grande como o de algumas ciências laboratoriais. O jornal entrevista humanos. Não lida com a “recalcitrância” dos não-humanos. Esse ponto pode ser articulado com o desprezo pelo conhecimento midiático que os cientistas muitas vezes demonstram:

“Dito de maneira brutal, o pensador crítico colocará na lista de objetos-encantados tudo aquilo em que ele não acredita mais – a religião, é claro, mas também a cultura popular, a moda, as superstições, a mídia, a ideologia, etc. – e, na lista dos objetos-causa, tudo aquilo em que acredita convictamente – a economia, a sociologia, a lingüística, a genética, a geografia, as neurociências, a mecânica, etc” (LATOURET, 2002, p.35)

É interessante acompanharmos o percurso de um pensamento epistemológico produzido por um jornalista em um livro com maior fôlego conceitual. Ao final da reflexão vemos que o preocupante é não haver balizas para impedir que alguma coisa seja dita. É preciso estabilizar algo que não possa ser contradito.

“Aceitar, pura e simplesmente, que “fatos não existem” coloca questões realmente embaraçosas, até mesmo insolúveis, especialmente quando se trata de eventos que provocam impacto coletivo e que tem o poder de mudar a vida das pessoas

e de sociedades inteiras: o Muro de Berlim caiu em 9 de novembro de 1989; os Estados Unidos, liderando uma coalizão multinacional, atacaram Bagdá, em janeiro de 1991; Fernando Henrique Cardoso foi reeleito presidente do Brasil, em outubro de 1998; as chuvas inundaram o vale do Anhangabaú, em fevereiro de 1999 etc. Tais fatos ocorreram, mesmo que se discorde quanto a avaliação das causas que produziram a queda do Muro, da legitimidade do ataque a Bagdá, do acerto de reconduzir FHC ao Planalto ou das responsabilidades pelas enchentes. (...) O trabalho jornalístico (ou o do historiador) será o de explicar, da melhor maneira possível, o encadeamento dos eventos que produziram um fato considerado relevante. Mas essa explicação não poderá falsear a ordem dos eventos: nenhuma interpretação poderá, com legitimidade, defender a tese de que foi a destruição de Hiroshima e Nagasáqui que iniciou a Segunda Guerra. Se não há uma única “verdade histórica”, isso não significa que qualquer versão seja aceitável como “verdadeira”. (ARBEX, 2001, p.106- 108).

Dois termos que se configuraram como pontos de oscilação na pesquisa são “senso comum” e “bom senso” (espécie de versão moralizante do “senso comum”). Enquanto o “senso comum” é mobilizado pelos jornalistas num plano epistemológico como um artifício enganoso, falso, que é preciso destruir ou desmentir para a construção de um saber verdadeiro (em proximidade com o que ocorre nas ciências), o “bom senso” seria um artifício moral positivo mobilizado para conseguir obter o consenso em questões intrincadas que envolveriam posicionamentos de ruptura. Pode-se dizer que tanto um quanto outro são dimensões de esquemas valorativos apreendidos nas primeiras práticas socializantes: o que denominamos como “bom senso”, “senso comum”, se referem aos modos de ação e percepção engendrados/inventados nas primeiras socializações. Um sistema cultural (GEERTZ, 1997)¹²⁶ com características que podem ser imputadas como natural, prático, leve, não-metódico, acessível.

“Como o Rei Lear, ou o Novo Testamento, ou mecânica quantum, o bom senso é uma forma de explicar os fatos da vida que afirma ter o poder de chegar ao âmago desses fatos. Na verdade, é algo assim como um adversário natural das estórias mais sofisticadas, quando essas existem, e, quando não existem, das narrativas fantasmagóricas de sonhos e mitos. Como uma estrutura para o pensamento, ou uma espécie de pensamento, o bom senso é tão autoritário quanto qualquer outro: nenhuma religião é mais dogmática, nenhuma ciência mais ambiciosa, nenhuma filosofia mais

¹²⁶ O autor utiliza os dois termos (bom senso e senso comum) como sinônimos.

abrangente. Os tons que apresentam são diferentes, e também são distintos os argumentos com os quais se justificam, mas, como essas outras áreas – ou como a arte e a ideologia – o bom senso tem a pretensão de ir além da ilusão para chegar à verdade, ou, como costumamos dizer, chegar às coisas como elas realmente são.” (GEERTZ, 1997)

A comunicação como acontece na indústria cultural, ocorre no esteio de uma série de pressupostos incorporados, de premissas ontológicas fundantes do nosso modo de conceber o mundo¹²⁷, o que explica em parte a acusação de superficialidade imputada ao jornalismo. A comunicação pelos media nos moldes como praticada hoje só pode realizar-se com eficácia a partir de um lastro de referenciais comuns naturalizados¹²⁸. É por causa da pré-existência de uma série de repertórios compartilhados que a comunicação pelos media podem ocorrer com economia de recursos (tempo de veiculação ou espaço de publicação) necessária aos interesses econômicos¹²⁹. Tornar “comum” (comunicar) algo incomum, mas que não provoque um deslocamento abrupto do mundo compartilhado, o que poderia significar um deslocamento abrupto das relações de forças e prejudicar os interesses dos agentes de maior poder. Para tornar o

¹²⁷ “O progresso da ciência moderna afetou seriamente – embora talvez não tão seriamente quanto às vezes imaginamos – os conceitos do bom senso ocidental. Se é ou não verdade que o homem comum se transformou em um autêntico Copérnico (e de minha parte, duvido muito, pois para mim o sol ainda se levanta e brilha sobre a terra), pelo menos foi induzido, e há muito pouco tempo, a acreditar na versão de que as doenças são causadas por germes. Até um simples programa de televisão demonstra essa verdade. No entanto, como também fica claro em um simples programa de televisão, o homem comum não vê essa afirmação como parte de uma teoria científica articulada, e sim como um pouco de bom senso.” (GEERTZ, 1997).

¹²⁸ “O bom senso apresenta temas – isto é, alguns temas, e não outros – como sendo o que são porque esta é a natureza das coisas. Dá a todos os temas que seleciona e sublinha um ar de “isto é óbvio”, um jeito de “isto faz sentido”. São retratos inerentes àquela situação, como aspectos intrínsecos à realidade, como “é assim que as coisas funcionam” (GEERTZ, 1997).

¹²⁹ “Acessibilidade é simplesmente a presunção, na verdade a insistência, de que qualquer pessoa, com suas faculdades razoavelmente intactas, pode captar as conclusões do bom senso, e, se estas forem apresentadas de uma maneira suficientemente verossímil, até mesmo de adotá-las. É claro que há uma tendência a que se considere algumas pessoas – geralmente os mais velhos, algumas vezes os sofreadores, ocasionalmente aqueles que são simplesmente grandiloquentes – mais sábias do que outras, naquele tipo de sabedoria do “já passei por tudo isso”. Por outro lado, diz-se das crianças, e, com bastante frequência, das mulheres, e ainda, dependendo do tipo de sociedade, das várias espécies de menos privilegiados, que são menos sábias que as outras pessoas. A isso acrescenta-se a explicação de que “são criaturas emocionais”. Apesar dessas atribuições, não se pode dizer que existam especialistas em bom senso reconhecidos como tal. Todos acham que são peritos no assunto. Sendo comum, o bom senso está aberto para todos; é propriedade geral de, pelo menos – como diríamos – todos os cidadãos estáveis.” (GEERTZ, 1997).

“incomum” algo “comum” é preciso primeiro estar seguro do que é o “comum” para desse modo perceber o incomum em contraste.

“O mundo é aquilo que uma pessoa bem desperta e sem muitas complicações acha que é. Sobriedade, e não sutileza, realismo, e não imaginação, são as chaves para a sabedoria; os fatos que realmente importam na vida estão espalhados pela superfície, e não escondidos dissimuladamente em suas profundezas. Não é preciso, e mais, é um erro fatal, negar a obviedade do óbvio, como fazem com tanta freqüência os poetas, intelectuais, padres e outros complicadores do mundo por profissão. Como diz um provérbio holandês, a verdade é tão simples como a água clara. (...) Na verdade, seu tom é até antiespecialista, se não for antiintelectual; rejeitamos, e pelo que tenho observado, outras pessoas também rejeitam, qualquer reivindicação explícita de poderes especiais nesta área. Para este saber não existe qualquer conhecimento esotérico, nem técnicas especiais e talentos específicos, a não ser aquilo que, de forma mais ou menos redundante, chamamos de experiência, e, de forma mais ou menos misteriosa, de maturidade. Para expressá-lo de outra maneira, o bom senso representa o mundo como um mundo familiar, que todos podem e devem reconhecer; e onde todos são, ou deveriam ser, independentes. Para viver naqueles subúrbios que chamamos de física, ou islamismo, ou direito, ou música, ou socialismo, é preciso satisfazer algumas exigências, e nem todas as casas estabelecem o mesmo tipo de imposição. Para viver nesse semi-subúrbio que se chama bom senso, onde todas as casas são sans façon, precisamos unicamente – como se dizia em outras épocas – estar em juízo perfeito e ter uma consciência prática, de acordo com a definição que as cidades de pensamento e linguagem específicos, de onde somos cidadãos, dêem a essas virtudes tão laudáveis.”
(GEERTZ, 1997)

Se quisermos falsificar totalmente o que os jornalistas falam, podemos lançar mão de argumentos relativistas ao extremo e questionar mesmo as notícias que divulgam “O avião caiu”. Afinal, nada nos impede de imaginar essa notícia em outro registro, mais mágico: “Divindade derruba mais um avião”. No jornalismo existe um limite para o ceticismo frente a verdade (o avião afinal caiu, o holocausto aconteceu): e existe um limite intransponível entre a subjetividade e a objetividade, mas que deve ser perseguido. Os limites para o ceticismo no jornalismo repousam nos limites da comunicabilidade. É preciso que um repertório mínimo seja compartilhado. A incorporação de um operar jornalístico, com sua ênfase em aspectos

“práticos”/“pragmáticos” e na transmissão de “fatos” é feita no seio de valores mais amplos encontrados na nossa forma de sociabilidade. Uma verdade “prática”, uma verdade que deve ser “praticada”, posta a prova todos os dias no “laboratório” do texto¹³⁰. E portanto uma verdade que tem a pretensão de ser toda fruto da “prática”, apesar de requisitar verdades “teóricas” em diversos momentos: todos louvam uma formação de qualidade ou o autodidatismo que passam ambos pela leitura de livros e portanto por uma boa dose de saber afastado da “prática”.

Para se chegar até a “verdade” jornalística é necessário ter bem assentado o que é e o que não é “material”, “concreto”. O jornalismo apresenta uma verdade que precisa de “materialidade”, prova, indício, concretude, e geralmente aparece na forma de um documento, de uma carta, no depoimento de uma pessoa¹³¹. Essa “materialidade” é a confirmação dos critérios de “materialidade” que alguns agentes compartilham em um mesmo mundo em comum. Por isso a “verdade” jornalística é comunicável: já possuem uma comunidade em comunhão que aceita seus critérios. As acusações de feitiçaria não podem ser verdadeiras: a elas é reservado o espaço das cartas. Como no caso relatado por Viveiros de Castro:

“...a Folha [de S. Paulo], sabendo disso [atritos entre Kayapós e Kamayurás] (sabe-se lá como) mandou um repórter e fez a matéria. Poucas semanas depois, Megaron, txukarramãe que é o Diretor do Parque do Xingu (...), resolveu escrever uma carta para a Folha dizendo que não era nada daquilo que o repórter havia contado, e que os Kamayurá eram feiticeiros mesmo... Acho fascinante isso de acusações de feitiçaria entre grupos indígenas no Xingu sendo ventiladas em cartas à redação da Folha.” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002b, p.482)

¹³⁰ “[N]ão se trata aqui de “praticabilidade” no sentido estritamente pragmático de “utilidade”, mas sim, em um sentido mais amplo, aquilo que, na filosofia popular, seria chamado de sagacidade. Quando aconselhamos alguém a “ser sensato”, nossa intenção não é tanto dizer que ele deve se tornar um utilitário, mas sim que ele deve ser mais “vivo”: mais prudente, mais equilibrado, não perder a bola de vista, não comprar gato por lebre, não chegar muito perto de cavalos lentos ou de mulheres rápidas, enfim, deixar que os mortos enterrem os mortos.(...) A “praticabilidade” do senso comum, e também sua “naturalidade” são qualidades que o próprio bom senso outorga aos objetos e não que os objetos outorgam ao bom senso. (GEERTZ, 1997)

¹³¹ “Sempre é possível verificar, em alguma medida, a materialidade dos fatos (estes sempre deixam vestígios, resíduos, testemunhos), mesmo quando o fato em questão for um “fato textual”, um outro texto.”(ARBEX, 2001, p.109)

Bourdieu, ao atentar para os processos necessários ao desenrolar do pensamento científico, chama a atenção não só para uma questão de estilo de escrita mas também para a gama de aparatos necessários ao desenrolar de certa modulação reflexiva do pensamento - textos mais longos (que suportam portanto explorações mais vacilantes e afirmações em que dialogam mais pontos de vista) que demandam outro regime de leitura que não o do jornal, outra trajetória de acúmulo de referências que passa muitas vezes longe das redações.

"O pensamento [científico] é, por definição, subversivo: deve começar por desmontar as 'idéias feitas' e deve em seguida demonstrar. (...) Isso leva tempo; é preciso desenvolver uma série de proposições encadeadas por 'portanto', 'em consequência', 'dito isto', 'estando entendido que'... ora, esse desdobramento do pensamento pensante está intrinsecamente ligado ao tempo. (...) Para ser capaz de 'pensar' em condições em que ninguém pensa mais [no caso, o jornalismo], é preciso ser um pensador de um tipo particular." (BOURDIEU, 1997 p.41).

O pensar “reflexivo” demanda uma cadeia de elementos (tempo maior de leitura, maior número de páginas) que são necessários coligar para que o efeito de deslocamento do pensamento seja alcançado. A extensão dos limites do pensável é correlata em certa medida à extensão desses elementos.

Ao contrário de outros campos especializados que institucionalizaram de alguma maneira as formas de entrada no campo e os participantes legítimos das disputas, o jornalismo não apresenta o mesmo comportamento. Os leitores do jornal não passam por um processo de socialização nos moldes dos leitores de campos especializados. Para ler um livro de sociologia é preciso ter necessariamente passado por um corpus de leitura de uma bibliografia mínima que não está presente no currículo básico educacional pelo qual passa (ou deveria passar) toda a população. A forma-notícia não envolve somente tecnologias textuais e de interação. Inextrincavelmente ela também implica uma tecnologia de impressão e mais importante: uma tecnologia específica de leitura. Como dizem os jornalistas: a pior notícia é a que não foi publicada. Há um jogo de temporalidades diversas demandadas por cada um desses elementos e que adquire uma conotação trágica quando a mídia condena antes do julgamento, como expresso na frase de um jornalista palestrante: “Não dá pra falar em 2018 que em 2008 Daniel Dantas era culpado”. Se é verdadeiro que o aparato de impressão está em mãos do

campo econômico, é também relevante levar em conta que nenhum agente do campo econômico teria recursos para produzir um jornal diariamente ou para controlar a produção jornalística com muitas restrições. É preciso reconhecer que não existe controle absoluto da produção informativa. Sempre há brechas e é preciso demarcar suas possibilidades: as manchetes e as primeiras páginas são mais vistórias que um parágrafo no final da matéria.

A leitura/releitura funciona de maneira semelhante à realização de um experimento: ainda que se possa apresentar conceitos no meio científico a partir da oralidade, discuti-los e abordá-los no registro do diálogo, é imprescindível que se faça a leitura desses conceitos. Lembro aqui do insight de Robert Park: a notícia é o que faz as pessoas falarem, conversarem, e não necessariamente lerem. Posso ficar sabendo da notícia através de uma pessoa que leu e me diz o que se passou sem precisar necessariamente caminhar os olhos pela notícia. Essa diferença se coloca também quando encaramos a tradução de notícias e a tradução de conceitos: a primeira, feita de forma corriqueira por qualquer repórter que domine medianamente o outro idioma; a segunda, tão temerosa, feita por especialistas que se dedicam a apurar e a fazer com que o conceito funcione no experimento de leitura da forma mais semelhante como quando funcionou no vernáculo original. Essa característica da notícia é fundamental para que ela circule pelas grandes agências internacionais de informação.

Dito de outro modo, o jornalismo não produz verdades através de conceitos, pois conceitos demandam um tempo extenso de leitura e reescritas (ou escrita hesitante). O deslocamento que ocorre no plano das idéias é atingido em grande parte por causa dos deslocamentos lineares e extensivos (ou seja, que demandam uma certa temporalidade para sua apreensão) da escrita e da leitura. Por isso, a segmentação profissional do jornalismo, em termos de processo de aprendizagem, não está totalmente lastreada numa segmentação com base num saber conceitual (BERGAMO, 2009b).

O jornalismo não possui o tempo hábil para postular uma objetividade fruto de conversas inter pares acumulativas. Não se volta a uma matéria publicada como se volta a uma bibliografia ou a um campo de pesquisas para retomar a discussão e produzir outras maneiras possíveis de ver um fato. A necessidade da novidade é avassaladora. Mesmo a pluralidade de veículos, que em tese poderiam produzir versões em

controvérsia, não resolve o problema: cada jornal ignora seu concorrente¹³². Não se trata de um diálogo textual (com a presença de dispositivos como notas de rodapé e bibliografia), mas de uma relação de concorrência que só admite um relato verídico possível. O modo de avaliar a objetividade do jornalismo não pode prescindir de uma “realidade” que sirva de parâmetro para o julgar, dado o modo como estão articuladas as relações de concorrência hoje.

O jornalismo atualmente aparece como um lugar intermediário, entre fronteiras, local simbólico de diversas acomodações, regulagens, dosagens, medições. Posição que os padrões também defendem:

“O perfil do jornalista ideal não teria muita novidade: uma pessoa que saiba escrever corretamente com rapidez; uma pessoa de boa formação intelectual, de preferência – mas não necessariamente – com algum tipo de especialização; uma pessoa com muita curiosidade não só intelectual mas com muita curiosidade de vida. Costumo dizer que o bom jornalista é uma pessoa que gosta de viajar, que gosta de conversar, que vai ao cinema, que lê livros. E é preciso que seja uma pessoa disciplinada.(...) deve ser uma pessoa com alguma sensibilidade para os aspectos políticos e culturais (não precisa ser um político e é até mais conveniente que não seja; não precisa ser necessariamente um intelectual e mais uma vez talvez seja até conveniente que não seja)”.[depoimento de Otávio Frias Filho](VIEIRA, 1991, p.23).

Aqui não seria importante somente destacar o lugar intermediário de classe (camadas médias urbanas), mas também uma espécie de administração de capital cultural. A questão talvez seja como criar modos de ter confiança: classe é um fator importante, mas não o único. Um jornalista precisa ter uma auto-confiança, um fortalecimento de seu self, para que desempenhe certa performance e consiga obter sucesso em suas reportagens. Essa confiança pode ser obtida de diversas maneiras: o posicionamento de classe média (ao colocar uma proximidade de gostos e estilos de vida às do “público-alvo” almejado), ou ainda pela posse de determinado capital cultural (seja escolarizado especializado ou outro tipo, por exemplo, referências

¹³² “[T]odo veículo de comunicação pretende apresentar-se como único. Isso por dois motivos. Num mercado restrito e inelástico como o da imprensa brasileira, “ampliar a tiragem” significa arrebatar fatias ao concorrente – daí a necessidade de negar a ele existência, comercial ou editorial. Além disso, ao apresentar-se como o mediador mais qualificado, autoritariamente os jornais omitem o fato de que possam existir outras versões, que possam contrapor-se à sua. Daí que, para reforçar sua autoridade de mediadores nas raras vezes em que citam os concorrentes, a mais freqüente é a crítica.” (RIBEIRO, 1992, p.127)

esportivas). Na maioria das vezes o capital cultural exigido não passa pela especialização mas por um tipo de conhecimento que consiga aportar nas fronteiras dos diversos campos com um mínimo de leitura. É claro que isso também varia conforme o posicionamento dos agentes nos campos em questão e as possíveis injunções que isso possa acarretar. Um erro na editoria de Ciência não é tão desmerecedor em termos jornalísticos. Mas um erro envolvendo o funcionamento do campo político ou envolvendo o campo jurídico pode colocar em risco a carreira de um jornalista.

Se quando escrevemos nas Ciências Sociais temos como panorama as diversas obras e autores que já abordaram o assunto, no jornalismo não existe esse pano de fundo firmemente estabelecido. Quando o jornalista vai cobrir um assunto ele não tem muito tempo para obter referências além do arquivo de notícias do próprio veículo em que trabalha.

“Tão logo surge nas telas dos computadores a notícia do naufrágio do submarino russo Kursk, os jornalistas presentes – que podem não ser especialistas em Rússia nem em questões militares – devem se empenhar em oferecer mais do que uma reprodução da nota de agência. Eles vão recorrer aos arquivos e, principalmente, a um saber em que se misturam memória profissional, conhecimento difuso do assunto e estereótipos de senso comum.”(NEVEU, 2006, p.114).

É preciso acumular uma mescla de capitais que não sejam muito especializados. Passar por uma instituição de ensino superior em que algumas obras sejam comentadas por especialistas é só uma maneira de calibragem de capitais culturais difusos. O objetivo é obter um capital introdutório, que permita ao jornalista ingressar não só na redação mas também em outros campos especializados ou conseguir performatizar de forma a não deixar transparecer sua ignorância de tópicos mais especializados. Novamente como mencionado no célebre artigo de Robert Ezra Park: notícia é o que faz as pessoas falarem. A recepção e a produção se encontram nesse mesmo ponto: é preciso fazer falar (fontes antes do jornal feito ou leitores depois do jornal feito).

Um capital diversificado em entradas, entretanto pobre em termos de compreender objetos muito específicos¹³³. É claro que os limites são impossíveis de

¹³³ “Depois de mais de um ano na função de ombudsman deu pra perceber que nenhum texto da Folha, eu digo “nenhum”, resiste ao especialista. Qualquer especialista que pegue uma matéria sobre assunto que ele entenda muito vai encontrar erros muito graves, ou vários pequenos erros. Isso mostra o grau de incipiência que de certa forma vive o jornalismo

serem mensurados: quando um capital adquirido por via de autodidatismo dedicado a cobertura jornalística de uma determinada editoria especializada (saúde, educação, economia, etc) pode obter um melhor rendimento e eficácia para escrever um texto jornalístico.

“A busca por rentabilidade afeta também o tratamento da mão-de-obra jornalística. Estágios gratuitos, freelancers, contratações por tempo determinado seguem em períodos cada vez mais longos antes de uma contratação estável. A rejeição de uma hiperespecialização serve de alibi para uma polivalência cujas vantagens são mais palpáveis nos resultados do balanço da empresa do que na qualidade do produto.” (NEVEU, 2006, p.159).

O jornalista deve entrar mas também sair de campos especializados. Precisa chegar até a redação e redigir o texto. Toda a cobertura é feita pensando no processo final. Poucas são as oportunidades para que a conversa fuja da pauta pré-definida (eis a reclamação dos antigos jornalistas, que acumulavam a dupla função de pauteiros e repórteres ou ainda a reclamação dos jornalistas que desenvolvem reportagens mais longas e literárias, com maior tempo de apuração e por isso mesmo mais maleável quanto a possíveis mudanças de pauta).

O conhecimento sobre assuntos mais especializados não é muito grande. A professora de filosofia durante as aulas no Grupo Estado fez um levantamento do que os focas conheciam da disciplina. A maioria deles não tem aprofundamento em filosofia (“Só vi o mito da caverna, Platão essas coisas”) e as perguntas ficam bem menos articuladas (em comparação com as entrevistas que presenciei com pessoas do campo político), mais gaguejantes, demoradas, com pausas para olhar para cima em posição de reflexão, entrecortadas por nasalizações: “éééééé....” ou “ãããããããã...”.

O jornalismo exige um alto grau de capital cultural mas que não implique numa especialização muito acentuada. É preciso um controle sobre o grau de incorporação de certas problemáticas especializadas. O jornalista precisa transitar entre os campos, apresentar um mínimo de conhecimento que o permita articular perguntas minimamente coerentes (e com um tom abrangente). Um capital cultural que não permite passar além

brasileiro. Acho que este fenômeno é generalizado, não está só na Folha (que é o jornal que leio diariamente e com maior atenção).” [depoimento de Caio Túlio Costa] (VIEIRA, 1991, p.104).

da sala de visitas/sala de imprensa de um campo especializado. Há um elogio difuso ao olhar não-viciado do novato que pode ser entrevistado na bibliografia internacional e que também está presente no quadro brasileiro.

“Segundo os jornalistas, a forte ligação com a especialização faz com que se tenda a lidar somente com a própria área, a cair numa linguagem especializada, deixando de estabelecer nexos entre os fatos específicos e o contexto mais genérico, que produz algum sentido para eles. Denuncia-se, ainda, o perigo de se tornar uma caixa de ressonância das fontes e de perder “aquela curiosidade e o frescor diante dos problemas e dos acontecimentos que são considerados como garantidos apenas por uma abordagem não-especializada.” (WOLF, 2005, p.241 a citação final é de BECHELLONI, 1982, p.168)

“O redator chefe de um jornal parisiense me explicou que, conhecendo bem seu domínio, os especialistas geralmente são pouco impelidos a ver o extraordinário: ocupam modestamente as páginas internas dos jornais, têm, preferencialmente, tendência a banalizar tudo e dificilmente se surpreendem. Frequentemente são os redatores-chefes mais sensíveis notadamente à situação criada pelos jornais televisados que devem levá-los a tomarem uma posição.” (CHAMPAGNE, 1997, p.66, nota de pé de página)

As provas dos cursos versam quase sempre a respeito de “atualidades”, ou seja, os conteúdos divulgados recentemente pela imprensa. As perguntas abarcam um amplo espectro de assuntos heterogêneos que vai dos nomes das operações de investigação da polícia federal até questões um tanto surreais como “Qual o endereço da Casa Branca? (rua e número)” e “Quais dessas modelos não foi namorada do jogador de futebol Ronaldinho?”. O jornal se auto-constitui em baliza para avaliar o conhecimento dos candidatos. Saber reconhecer o que está sendo noticiado na mídia é desejável nas dinâmicas concorrenciais de distinção movidas no campo jornalístico. O jornalista antes de tudo é um leitor de jornais. Um atento leitor, que decora siglas e nomes das personalidades importantes.

“Para fazerem parte do sistema estabelecido pela Folha, os novos jornalistas não necessitam ter muita experiência e a cultura a que se referem os anúncios de abertura de inscrição aos Programas de Treinamento... bem, é uma cultura relativa. Basta que o candidato leia jornais com alguma regularidade para poder responder a

um teste de conhecimentos gerais (...). Como identificaram alguns dos jovens profissionais que passaram por ele, o Programa de Treinamento não chega a ser um curso. Quando muito, funciona como um programa de seleção e um ritual de passagem, uma fase de adaptação para que o candidato tome conhecimento de alguns procedimentos exigidos pela empresa. (...) Na falta de ser um curso estruturado para complementar a formação dos jornalistas, o Programa de Treinamento erigia-se como um simulacro de curso. E quem participava agradecia, pois havia deixado para traz outros 60 candidatos a uma vaga, nem que fosse só para conhecer o jornal de maior circulação do país durante as cinco semanas de duração do programa.” (GHEDINI, 1998, p.124)¹³⁴.

A ausência de domínio sobre algum conhecimento especializado que dê legitimidade à “prática” estava presente no processo seletivo para esses cursos (que não dispunham de uma bibliografia ou de indicações sumárias sobre os conteúdos exigidos) e também em frases constantes nas palestras com profissionais consagrados destas empresas (“jornalismo não é ciência”, “jornalismo não é exato”, “jornalismo não tem fórmula”). Porém isso era dito menos como forma de depreciação do jornalismo do que como uma virtude, como algo dinâmico próprio para captar os “fatos” num mundo considerado altamente imprevisível. Essa assistemática, cujo corolário é uma exaltação da esfera mais “prática” do jornalismo, era invocada para atestar um conhecimento só obtido pelo tempo de experiência em uma redação justamente pelas pessoas que apresentavam um grande tempo de experiência nas redações. Enquanto outras atividades “intelectuais” que também envolvem certa empiria colocam a “pesquisa de campo” subordinada à elaboração intelectual, no jornalismo o elemento “técnico” é valorizado como distinção, desqualificando qualquer tentativa de conceituação ou sistematização num corpus de regramento explícito.

Enfim para além do elogio cabotino do pensar “reflexivo” (palavra com alto teor de normatização e hierarquização que é melhor aspear: o importante é definir como funcionam as atividades cobertas por esse termo e as fronteiras esfumaçadas que as incensam) cabe também pontuarmos, nesse curto parágrafo final, suas limitações, destacando as potencialidades insuspeitas do pensar ligeiro, menos apegado ao peso de

¹³⁴E também: “Na verdade, a “sólida cultura” exigida restringia-se basicamente à leitura de jornais, pois o teste apresentado aos alunos não permitia aferir qualquer coisa além disso.” (GHEDINI, 1998, p.155). Nos anexos da tese de Ghedini há algumas cópias de provas aplicadas.

demonstrações exaustivas e, portanto, com agilidade para criar abordagens de assuntos que escapam ao viés analítico do especialista por conta da morosidade na incorporação de temas não consagrados ou de temas mais recentes.

Patrocinadores

Trata-se de uma relação delicada, a conversa que os novatos têm com representantes das empresas patrocinadoras. Na palestra com o representante da Philips Morris, Ornellas, do Grupo Estado, fica na sala, creio que para inibir investidas mais críticas: se trata de um patrocinador. A justificativa dada para o patrocínio do curso é que a futura geração de jornalistas precisa “ficar esclarecida”. Ornellas complementa: “Até para poder meter o pau com conhecimento de causa”. A vinculação entre problemas de saúde e tabaco é um ponto de tensão. Em certo momento o representante da empresa de cigarros diz que a Philips Morris não tem como público-alvo os jovens, mas fumantes da empresa concorrente. Uma das focas, Renata, pergunta, de forma ácida: “E quando todos os fumantes morrerem, o que vocês vão fazer?”.

Os conselhos dados pelos coordenadores dos cursos sobre as matérias feitas nas viagens patrocinadas para ver as obras da Odebrecht no Peru e para ver a produção de fumo da Philips Morris tentam despistar qualquer suspeita de favorecimento: “Não é pra fazer press-release. Pode falar que cigarro mata que eu assino. Não é assessor de imprensa da Odebrecht mas também não é do exército do Rafael Corrêa [presidente do Equador, que retirou a Odebrecht do país em período recente]”. As possíveis tensões éticas expressadas nesse procedimento são alvo de deboche cínico, como nesse comentário de Luiz Carlos Ramos, figura importante do curso do Grupo Estado. “Teve um ano que um ex-foca, do número 4, ficou com dor na consciência por causa da visita à Odebrecht. Falei para ele: vamos pensar alto. Esse curso é patrocinado pela Philips Morris que produz câncer, pela doce Odebrecht uma das 7 “irmãs” [empreiteiras que “mandam no país”, segundo Luiz Carlos], e a Vivo que tem várias reclamações no Procon. Quem estiver cheio de dedos não faz a prova para o curso. É prejudicial fazer essa viagem para uma empresa que patrocina o curso, sem compromisso de escrever bem da empresa e ganhar um presentinho de 200 merreca? Eu sou tolerante quanto a isso. Se não fosse convite para viagem cadernos de turismo e veículos não sairiam”.

Durante o campo presenciei o desconforto levantado por Renata, em conversa informal, quando ela se recusou a receber um MP3 player em visita aos patrocinadores

do curso. Ornellas justificou: se você pode comprar não é anti-ético. “Mas se pode comprar então compra e não precisa aceitar da empresa” explica Renata. Ela diz que viagem foi “tentativa de lavagem cerebral”. “Não é que eles nos obrigam a falar bem da empresa, mas eles deram elementos para pensarmos de forma diferente sobre o assunto, o que é pior. Foi mais sutil, todo mundo era simpático. Eu sinto que mudei. Quando você vê um agricultor dizendo que planta fumo ao invés de milho por causa do dinheiro, você deixa de condenar a pessoa.” Renata sentiu falta de ouvir o outro lado, as associações anti-tabagistas, pessoas que sofreram enfisema e câncer de pulmão. Revelou que quando chegou em casa chorou muito. O momento de maior conflito do relato foi quando uma representante da empresa, durante um jantar, fez uma analogia entre “macacos mal-educados” e mulheres na favela. “Se a pessoa é preconceituosa, tudo bem. Só não quero conviver com gente escrota. E o duro que no final ela fez questão de dar beijinho em todo mundo. Foda esse negócio de fazer social. Mas foi um aprendizado porque a vida é assim”. Comento com Renata sobre a pergunta ácida que fez ao representante da Philips Morris. Ela diz que não agüenta “cinismo”. Prefere escrever sobre Odebrecht do que sobre Philips Morris. “Pelo menos eles constroem casinhas para as pessoas e não câncer”¹³⁵.

Há também palestras com integrantes do setor comercial da empresa. O objetivo é pensar “não só a área editorial mas também a área de gestão”. Ficam explícitos alguns atritos entre diferentes setores do jornal na fala dos profissionais que trabalham nessa área. “RH pisa na redação e já começa o medo de demissão”. Anúncio em primeira página causa atrito com a redação: a primeira página é a parte mais nobre do jornal. Os focas comentam que acham estranho, nas capas históricas enquadradas nos corredores da empresa, verem propagandas (o exemplo citado é a edição que anuncia o tetra campeonato da seleção brasileira de futebol masculino, em que aparece uma grande propaganda da empresa de cervejas que patrocinou a seleção). Segundo os profissionais do setor comercial, a Lei Cidade Limpa (que regulamentou e diminuiu a quantidade de outdoors em São Paulo) ajudou a melhorar a renda de publicidade do jornal já que o dinheiro investido nessa forma de propaganda foi direcionado para a publicação de anúncios. Em diversos momentos a “saúde financeira” da empresa é relacionada com a

¹³⁵ No Grupo Folha a trainee Carolina pergunta sobre receber presentes. Ester: “Bloquinho de papel tudo bem mas MP3, Ipod já é complicado”. Livros também são controversos. Recomenda não ligar para assessoria de imprensa para pedir coisas pois podem achar que se trata de um jornalista “fácil de comprar”.

“independência editorial”. Esse é um ponto de tensão no jornalismo: enquanto alguns profissionais colocam que o jornalismo precisa se defender do setor comercial, reforçando a divisão clássica da história do jornalismo entre “Igreja” (redação) e “Estado” (setor comercial, publicidade), em palestras com pessoas do setor comercial era frisado que quanto mais recursos da publicidade mais o jornalismo seria independente. O que complica esse raciocínio é quando consideramos as empresas em blocos de atuação: ainda que o jornal possa ser independente de uma empresa específica do ramo automobilístico, ela dificilmente será independente dos interesses desse setor da produção como um todo, já que esse setor é um grande financiador dos jornais.

Uma analogia interessante que Ornellas faz abordando jornalismo e publicidade ajuda também a entender um pouco mais esse ponto de tensão. “A medicina está para a veterinária, assim como o jornalismo está para a publicidade: os dois têm uma função, mas para espécies distintas”. O domínio textual é colocado como uma característica jornalística que pode ser mobilizada em outros campos (“É comum jornalista ir trabalhar na propaganda para ganhar mais dinheiro, utilizando a facilidade com textos, principalmente título”).

Ao final do curso conversei com os focos sobre a entrevista individual, pela qual todos eles passaram, com o setor de RH. Pergunto a Meire sobre essa experiência: “aquelas perguntas de sempre”: seu maior defeito, seu diferencial, situação de conflito, situação de risco, discordou do chefe durante o curso. “Eles não querem saber quem você é, mas quem você diz que é. Não dá para ser sincera, você tem que pensar no que eles querem ouvir. Você tem que falar que você é flexível e tolerante. É isso que o mundo corporativo quer. Você não pode falar que você é insegura ou ansiosa: eles te riscam na hora”. E finaliza com uma piada: “Pior defeito? Perfeccionismo!” (risos).

Público

Grande parte das análises sobre mídia (e portanto, das análises sobre jornalismo) opera com um conceito de sociedade totalizante e essencializado, se debatendo em controvérsias a respeito dos “impactos”, “efeitos” ou “influências” da mídia na sociedade. Há duas esferas: a sociedade e a mídia, e o grande desafio das teorias da comunicação está em estabelecer a ligação entre essas instâncias. Daí derivam as diversas teorias da conspiração (a mídia como simples ferramenta de inculcação a serviço de uma parte da sociedade: burguesia, empresários, políticos, o capital) assim

como diversas justificativas do “papel social” da mídia atuando como “espelho” ou “reflexo” da sociedade. A própria designação “meios de massa” incorpora esse Grande (talvez Médio) Divisor, relegando ao pólo de recepção dos produtos midiáticos características de passividade, de um todo amorfo. A “massa” é a alteridade sobre a qual se apóiam as Ciências da Comunicação.¹³⁶ A relação mídia e sociedade deve ser melhor esmiuçada. Não se trata da mídia “controlando” de forma absoluta uma sociedade amorfa. Nem se trata da mídia retratar a sociedade “como ela é”¹³⁷. Há uma assimetria de poder entre a agência da mídia e a agência de outros grupos sociais, de fato, quando encaramos a potência de publicização e disseminação. Porém é preciso estar atento para especificar as formas de midiatização perpetradas por certos agentes extra-midiáticos para obter um acesso à ampla difusão (o exemplo das intervenções de grupos ambientalistas é marcante). Além de especificar as maneiras de sondagem (pesquisas, índices, etc) dos públicos pelos agentes midiáticos.

Há diversas pesquisas do perfil consumidor feitas periodicamente a pedido das empresas. O Grupo Folha se destaca por manter um instituto de pesquisa próprio: o DataFolha

“O trabalho mais volumoso do DataFolha é o perfil anual do leitor. Em 1990, seu perfil ideal era: “Um sujeito entre 32-42 anos, executivo ou profissional liberal, cosmopolita, que viaja com alguma frequência ao exterior, com um padrão de consumo invejável para o Brasil, com todos os aparelhos eletroeletrônicos, mora nos melhores lugares da cidade, bom nível intelectual e de participação política, de centro-esquerda, muito identificado com os EUA e não voltado para a Europa.” (RIBEIRO, 1992, p.138).

Esses dados são apresentados 8 anos depois da seguinte forma em nota de pé de página do capítulo 4 de Grillo (2004). Em reportagem do dia 21/06/1998 da Folha de S. Paulo, a partir de pesquisa realizada pelo Datafolha, há uma mostra do perfil médio do leitor do jornal: casado, 38 anos, com diploma universitário, católico, classes A e B. A favor da reforma agrária (85%); a favor de descriminalizar o aborto (61%); a favor de privatizar a Petrobras (55%); a favor de privatizar o Banco do Brasil (53%); contra a estabilidade do funcionalismo (53%); contra a pena de morte (51%).

¹³⁶ Ver DARNTON, 2005, p.81.

¹³⁷ Esse discurso oscilante, ora imputando agência à mídia, ora retirando, também está presente nos publicitários (ALMEIDA,2001).

Na palestra a respeito do mercado leitor no Grupo Estado alguns dados são mobilizados nas estratégias perpetradas: o jornal “popular” do Grupo Estado é considerado o menos “popular” entre os “populares”, conseguindo “abocanhar o baixo leitor” do jornal principal do Grupo Folha, que compra esse jornal “só por status”. Se houver modificação no parque gráfico do Grupo Estado, o primeiro jornal que vira tablóide é o jornal “popular”.

Durante o trabalho de campo o coordenador do curso no Grupo Estado se referiu uma ou duas vezes displicentemente a respeito de informações sobre o perfil de leitores da empresa disponível para consulta no sistema interno de computadores. Para além das críticas a esse tipo de levantamento¹³⁸, ao que parece não se trata de um material consultado com muita frequência na dinâmica do trabalho jornalístico. Em comparação com survey realizado nos EUA, Cardoso (1995) aponta que os jornalistas brasileiros recebem menos críticas ou comentários que sirvam de “parâmetro para o julgamento da qualidade e pertinência do trabalho de reportagem”, seja dos pares de profissão, seja do público, do que os jornalistas estadunidenses. No caso brasileiro o maior índice de comentários ao trabalho realizado vem das fontes utilizadas pelos repórteres.

“Esse alto grau de independência profissional tem como contrapartida uma valorização bastante elevada do aprendizado no dia-a-dia das redações. Tanto as concepções a respeito da ética jornalística (...) quanto aquelas sobre as matérias que são relevantes para o noticiário aparecem como fruto do trabalho cotidiano, do treinamento jornalístico individual e do contato com profissionais mais experientes do meio. É evidente a predominância do esforço e da procura individuais sobre possíveis

¹³⁸ Importante atentar para as críticas à metodologia utilizada nas pesquisas de opinião: “Elas [as críticas] estão ligadas à confusão entre a necessária pesquisa das expectativas da opinião, como referência utópica e inevitável do modelo democrático, e a crença no fato de que uma metodologia, e só ela, permite inferir uma “verdadeira” opinião pública. Elas estão ligadas aos simplismos em cascata que a utilização monomaniaca da sondagem implica. É preciso fazer algumas perguntas banais, mas importantes: as pessoas sondadas se perguntavam aquilo que foi perguntado a elas? Qual é sua bagagem de informação sobre o assunto? As respostas coletadas podem ser interpretadas sem equívocos excessivos? O que fazer com as não-respostas? O que se perde com o uso sistemático de questões “fechadas” em que a resposta consiste em marcar uma opção e não reagir de forma “aberta” com palavras próprias? Não existem formas “mobilizadas” e autônomas de apreensão da voz da opinião (manifestações, petições)? Outras técnicas de investigação (entrevistas prolongadas, observação in situ) não podem constituir ferramentas de conhecimento da opinião? (...) Semelhante forma de conferir a opinião induz a três riscos. Um é limitar a consulta da opinião às únicas questões julgadas interessantes pelas redações ou pelos titulares de poderes. Um outro seria desvalorizar outras expressões pertinentes da opinião como as mobilizações, a ação de associações diversas.”(NEVEU, 2006, p. 146-147)

outras razões para as atitudes em questão aqui. Os dados revelam claramente que não apenas a atividade é relativamente pouco exposta, isto é, que o trabalho é executado sem que seja comentado por outros, como ainda a iniciativa individual é fortemente valorizada. Numa palavra, os jornalistas aqui analisados estão dizendo, por meios transversos, que têm que “se virar” para se desincumbir de sua atividade profissional, e que para isso contam mais com as fontes com as quais se relacionam do que com a interação com os pares, por exemplo.” (CARDOSO, 1995, p.133)

Entretanto essa colocação, quando pensada na chave da teoria dos campos bourdiana pode deixar entrever um efeito de sondagem de público que segue paralelamente ao movimento de concorrência entre os pares.

“As lógicas do campo funcionam também nesse domínio como mecanismos aproximativos de ajuste sobre os públicos. Diferenciando-se do artigo que redige seu colega do Figaro sobre o conflito dos sem-papel, o jornalista do Libération tem chances razoáveis de propor um comentário que agrada seus leitores.”(NEVEU, 2006, p.104)

Os jornalistas estipulam o público cindido entre dois desejos contraditórios: o interesse público (nobre) e o interesse do público (grotesco, mórbido). Esses dois desejos estariam presentes não importando necessariamente a condição social. As fronteiras entre esses dois tipos de curiosidades são de difícil definição: o proprietário do Grupo Folha cita o exemplo recente da morte de Michael Jackson (figura importante na história da música pop mas de vida pessoal controversa). A privacidade das figuras públicas/políticas (“Talvez o leitor queira saber de aspecto privado do candidato, se é fiel no casamento”) é um ponto de tensão contraditório. Essa tensão atinge o grau máximo nos casos de suicídio (“só publica se for pessoa famosa”) em que muitas vezes são utilizadas insinuações (“Família não quis que se publicasse a razão da morte”). Entretanto é notável que para as publicações das classes mais pobres o “interesse do público” pode ser mobilizado com mais ostentação (fotos sensuais ou de cadáveres na primeira página) visto que o jornal “popular” possui uma legitimidade quase inexistente.

Ainda que com frequência haja expectativas superestimadas sobre o nível social do público nos principais jornais dessas empresas que são voltados para públicos

altamente escolarizados (em consonância com o que ocorre em outros contextos¹³⁹, até mesmo tendo em vista objetivos estratégicos de vender mais espaço publicitário altamente qualificado para os anunciantes) a concepção geral é que a missão do jornalismo é “formar um público que, a rigor, não é visto como estando interessado em formação; informá-lo bem, porque se trata de um público manipulável” (CARDOSO, 1995, p.135). Há uma fauna curiosa de figuras imaginadas como representativas do público atingido¹⁴⁰. No jornalismo o leitor é um ser dúbio. Às vezes oscila entre inteligente ou totalmente palerma, quer ser informado com isenção, mas também quer opinião. O desejo do leitor, conforme imaginado pelo jornalista, oscila entre o sensacionalismo, o entretenimento ou somente a informação apurada.

São reveladoras as tentativas de definição de um público imaginado pelos jornalistas. O editor de política do Grupo Estado vê um público impaciente. “As pessoas comuns não vêem o que está acontecendo no mundo 24 horas. Recebemos uma carta do leitor: “Não tenho tempo. Vê tudo aí e me fala o mais importante””. Já Carlos Alberto di Franco, também do Grupo Estado, aborda o leitor imaginado do jornal superestimando suas capacidades. “Jornal não é de massa: é de elite, não elite econômica, mas elite de inteligência”. Ele coloca a preocupação da empresa em conseguir leitores jovens (ele chega a perguntar para a classe “jovens não lêem o jornal ou jornal não é interessante?”). Diz que existe um “conselho de leitores” regularmente consultado. O conhecimento do leitor é notado. “O leitor sabe que o jornal tem posicionamento, o Grupo Estado não é petista”. Carla, coordenadora do curso dos focas coloca que o “público do Grupo Estado é superior ao do Grupo Folha em termos aquisitivos: A, AAA, B+. E é leitor específico, fiel: passa de pai para filho”. Um dos focas pergunta quais os defeitos que o leitor vê no jornal. “Detalhes como nome de pássaro que aparece errado na legenda da foto”.

Uma comparação interessante entre o jornal principal e o jornal “popular” do Grupo Folha apareceu na fala do editor de economia. Metade do jornal “popular” é de serviços e o “público-alvo” são os aposentados e pessoas com renda mais baixa. O

¹³⁹ Como menciona Neveu (2006, p. 104).

¹⁴⁰ As expressões e personagens que caracterizam o público são bastante disseminadas no jornalismo: “comerciante do Perigueux”, “Dona Maria” (“Esse personagem-totem simboliza uma capacidade de atenção (fraca!) à qual a mensagem jornalística deve se adaptar para ser inteligível.”), “11 anos de idade mental”, “zelador, e o zelador é um estúpido” (NEVEU, 2006, p.104). No Brasil, Victor Civita sempre se referia à leitora imaginária “Dona Mariazinha de Botucatu” quando estipulava a capacidade de apreensão dos leitores (MARTINS, LUCA, 2008).

público leitor imaginado influi nos critérios de noticiabilidade: o caderno de economia do jornal principal não publicou matéria sobre linha de crédito para moradia para pessoas de baixa renda, pois essas pessoas não fazem parte do público alvo. O eixo de comparação para a diferenciação dos perfis distintos dos públicos dos dois jornais da mesma empresa recai sobre diferenças econômicas (de poder de consumo) ou educacionais (capital cultural): “público C e D” ou “público que não lê muito”. Em menor escala também aparece o fator de faixa etária (“jornal para aposentados”)¹⁴¹. As diferenças gráficas também estão presentes. Segundo o infografista do Grupo Estado o design do jornal principal da empresa seria inspirado em jornais espanhóis e no New York Times. Já o jornal popular teria “mais apelo visual” por causa de vendagem em banca, não teria “densidade de leitura, mais moderninho, urbano”. A cisão entre os dois jornais da empresa chega até mesmo no suporte de trabalho (há incompatibilidade de códigos computacionais entre o jornal principal e o jornal “popular”) e em ações corriqueiras: são as secretárias do curso que se encarregam de trazer os exemplares diários produzidos pela empresa para a sala do curso. Flagro uma conversa em que uma das secretárias diz aos focas que pede menos exemplares do jornal “popular” do que do jornal principal para distribuir (“Mas vocês têm que conhecer os dois jornais”). No mostrador de jornal na frente da sala geralmente sobram edições do jornal “popular” (todos querem pegar um exemplar do jornal principal), o que demonstra o prestígio e a escala de valores da empresa.

Em conversas informais os focas comentam que receberam telefonemas de assinantes que “acham que mandam no jornal”. Eles dizem que pessoas confundem jornal com polícia pois ficam assistindo Cidade Alerta [programa policial da rede de TV de sinal aberto]. Eles citam casos de pessoas pedindo para fazer reportagem sobre cachorro do vizinho que late muito. Para finalizar registro um diálogo. Os focas tiveram aula sobre economia devido aos recentes eventos de crise mundial no setor financeiro. Um deles comenta em conversa de almoço que os leitores não vão entender as notícias da crise econômica: “Eu mesmo não entendi nem metade”. Ao que o outro complementa: “Eles só entendem: melhorou ou piorou”.

¹⁴¹ No jornalismo esportivo a comparação feita pelo editor do Grupo Folha foi a seguinte: “Meu rival é o Grupo Estado. É o mesmo público, nem precisa explicar. Lance! [jornal esportivo diário “popular”] é jornal para moleque, porteiro e taxista. Quem não sabe ler direito. Lance! é informação rasa mas é fábrica de leitores. O melhor é que ele tem uma cobertura grande. Eu cubro 3 times: Palmeiras, São Paulo e Corinthians. O Lance! cobre até a Lusa”.

“O jornalismo é uma das profissões em que se encontram mais pessoas inquietas, insatisfeitas, revoltadas ou cinicamente resignadas, em que se exprimem muito comumente (sobretudo do lado dos dominados, evidentemente) a cólera, o asco ou o desencorajamento diante da realidade de um trabalho que se continua a viver ou reivindicar como “não como os outros”. Mas se está longe de uma situação em que essas amarguras ou esses repúdios poderiam tomar a forma de uma verdadeira resistência, individual e sobretudo coletiva.”

Pierre Bourdieu

CONCLUSÃO

O sinal mais evidente de que alguém se tornou jornalista é quando olha para a matéria publicada com seu nome numa página de jornal. Há uma química social que acontece nesse momento tão corriqueiro. Provavelmente o novato no jornalismo deve ter lido e relido diversas vezes o texto e é claro que essa última olhadela para a página tem um caráter de conferir o resultado final, depois que o texto passou por um processo coletivo e hierarquizado de edição e diagramação que escapa das mãos dos repórteres que produziram a notícia. Mas não é só isso. Ainda que a notícia ali publicada não seja das mais importantes (geralmente localizada no pé da página, com uma curta extensão e falando de assuntos sem grande destaque) e isso provoque certo embaraço bem-humorado, é ali que o novato se vê como um jornalista efetivamente. “Vou mostrar para minha mãe!”, piada comum, dita entre risadas de auto-ironia, mas que expressa, por baixo dessa performance sarcástica a confiança de estar apto para trabalhar como um jornalista. Em outras palavras, jornalista é aquele que escreve no jornal: tautologia que pode parecer obviedade, mas que esconde laços sociais envolvendo técnicas de impressão, formalização simbólica, estratégias de mercado e fazeres incorporados em relações complexas e intrincadas.

A construção do *habitus* jornalístico é alvo de diversos investimentos de poder em contraposição devido ao estatuto ambivalente de categorização de sua atividade. Dependendo das aproximações e distanciamentos entre os pólos “prático” ou “teórico”, o aprendizado do jornalismo assume uma configuração distinta: mais próximo das redações ou das universidades.

Mesmo que seja um estrato social de difícil definição, a posição social intermediária desses agentes possibilita a aquisição de certos capitais (culturais, sociais, econômicos) que fornecem uma base para a lapidação final que ocorre nas redações. Fazendo um trocadilho, por se situarem nessa posição “média” podem igualmente manejar uma cultura “média”, ao mesmo tempo detendo um capital cultural que lhes possibilitem um mínimo entendimento dos refinamentos das elites e das manifestações das camadas mais desprovidas de capitais, apresentando em alguns momentos uma postura crítica.

Há uma afinidade entre o que designamos por elite profissional jornalística (as pessoas que trabalham nas empresas mais prestigiosas) e a classe média ou média-alta contemporâneas por isso a sensação de facilidade para se aprender o jornalismo. Isso fica claro quando observamos a *naturalidade* com que os iniciantes dominam outros idiomas, conseguindo rapidamente apurar a capacidade de serem assertivos e de se locomoverem por espaços de poder inibidores, entrevistando figuras políticas de destaque, escrevendo sem insegurança ou hesitação e publicando para os olhos de presumíveis milhares de pessoas; a segurança que também apresentam para lidarem com a própria ignorância ou falta de informação frente ao entrevistado; por fim a segurança de entrevistarem um especialista e em algumas horas conseguirem produzir um texto sobre temas que não possuem nenhum contato prévio. Por isso a importância de se compreender a trajetória dos focas e dos trainees. Os agentes são oriundos, em sua maioria, de estratos médios urbanos, com alto grau de escolarização, que vêm na escolarização uma via privilegiada de ascensão social. Por não possuírem um capital cultural que lhes habilite franquear outra trajetória, em campos mais especializados com linguagem conceitual, por obterem essa capacidade pedagógica de administração da própria ignorância e apreensão rápida e mediana de conteúdos especializados e por disporem de um senso de economia que coaduna e os predispõe a compreender a escassez de recursos apresentada no jornalismo, esses agentes são facilmente socializáveis nas redações: eles conseguem manejar sua criatividade de elaboração de pautas em termos de inscrições interessantes segundo os critérios vigentes nas empresas estudadas.

O jornalismo em geral não quer pessoas que apresentem servilismo mas também não quer agentes que critiquem a ponto de inviabilizar ou problematizar o jornal como

empresa¹⁴². Não se pode criar uma dinâmica muito rígida no controle da confecção dos textos sob risco de perder criatividade textual, além de não se dispor de tempo para realizar tal controle. É preciso que jornalistas internalizem os limites textuais do jornal para serem criativos dentro daquelas regras.

A possibilidade de se colocar como uma pessoa que ignora os termos mais complexos que envolvem uma temática e ainda assim mantém a postura confiante, segura, determinada, só pode ocorrer quando esses agentes possuem uma posição que lhes proporciona uma combinação de capitais que barra qualquer afirmação sumária de ignorância incrustada no próprio *habitus*. Os jornalistas são ignorantes como uma performatividade temporária que depois se desvanece. Os jornalistas mais experientes gostam de se gabar de muitas vezes saberem mais dos assuntos tratados que os especialistas entrevistados. Claro que tais declarações devem ser tomadas dentro de um contexto de auto-afirmação, mas não deixam de explicitar uma situação social que ocorre de fato: a convivência e o diálogo rotineiro com especialistas da área que cobrem tem efeitos sobre a formação dos jornalistas, que acabam adquirindo capital cultural. É preciso que o aspirante à jornalista domine certas áreas especializadas, mas não a ponto de isso se constituir numa via de ingresso profissional a outra carreira. No jornalismo é preciso disciplinar o impulso para a afirmação categórica, o sentimento de segurança que um capital cultural especializado faculta àqueles que o detém. Contudo importa ressaltar que os jornalistas aderem a uma postura de ignorância nas atividades do âmbito profissional (e é até mesmo colocada como virtude uma postura de humildade na coleta de informações). Mas, em sua maioria, os jornalistas apresentam uma postura visivelmente arrogante quando conversam em contextos fora do trabalho. É como se o contato com os especialistas ou personalidades importantes permitisse, de certa forma, acesso a uma instância especializada. A humildade exibida nas entrevistas com especialistas se transforma em arrogância depois da coletiva acabada: os jornalistas eram ignorantes antes da entrevista; agora são semi-especialistas.

O “faro jornalístico” é a expressão mais acabada de um processo de incorporação. “Faro”: algo extremamente naturalizado, corporificado, quase indizível. Envolve capacidades criativas de propor pautas com temas “interessantes” e que possam

¹⁴² “Na opinião do acadêmico britânico James Curran (1990), a autonomia do jornalista é uma “autonomia consentida”, isto é, a autonomia do jornalista é permitida enquanto for exercida em conformidade com os requisitos da empresa jornalística.” (TRAQUINA, 2003, p. 77)

ser realizadas dentro das limitações impostas ao trabalho jornalístico (tempo, orçamento). Daí entra a importância de noções gerenciais exigidas em certas etapas de seleção. A “cultura geral” pregada como requisito para a formação de um bom jornalista, em sua grande maioria, designa uma especialização maior do conhecimento em áreas próximas aos conteúdos comumente cobertos pela mídia que vai gradativamente diminuindo até chegar em conhecimentos que é preciso “ter uma noção” que existem, mas sem profundidade. Por isso a importância da leitura de jornais, a atenção aos enfoques editoriais midiáticos dos jornais de prestígio. O posicionamento estrutural dos novatos no jornalismo, analiticamente difícil de especificar, permite certa mobilidade social, certa incorporação de aspectos centrais de capitais diversificados que possibilita a esses agentes exercerem a profissão de jornalista. Além disso, são agentes que investiram anos de vida em escolarização, que se apropriaram do arbitrário cultural disseminado pelos dispositivos educacionais.

A administração da duração das atividades é fundamental. Por causa do tempo escasso o controle e a fiscalização sobre o trabalho jornalístico é feito às pressas e aos “esporros”. Quem realiza esse controle são os editores e dependendo do suporte só há tempo para reformulações textuais mínimas, que muitas vezes implicam em reformulações bruscas do ponto de vista político.

A atividade jornalística, por seu caráter de categorização ambivalente (teórico/prático) é alvo de diversas estratégias de poder. Não é qualquer um que se torna jornalista, como postula uma parcela dos discursos que, ao desprezar o diploma, acredita favorecer certa “democratização da informação” (posicionamento referendado pelas empresas talvez pelos efeitos de mercado que isso provoca: um “exército” de reserva potencialmente infinito). Ao criticar e deslegitimar a universidade, as empresas tentam impor um monopólio brando (visto que elas também não dispõem de recursos tão vastos para bancar a escolarização extensa que o habitus de seus profissionais exige) sobre os meios de produção de novos jornalistas. Se num passado recente portar um diploma era estratégico para conferir status e reforçar um papel profissional, agora com o excesso e a conseqüente desvalorização do diploma, há uma tendência de ataque às credenciais obtidas na academia.

O jornalismo atual (como exemplificado a partir do senso de missão de seus praticantes e da noção de “furo”) é uma forma cultural que mescla os planos autônomos

e heterônomos de uma maneira inextrincável e imediata. Uma mesma ação movimentava relações em diversos campos ao mesmo tempo e só se torna efetiva se conseguir obter êxito dentro da temporalidade diária exigida com premência. Essa mistura entre interesses que almejam objetivos diferenciados (excelência jornalística, lucros econômicos, favores políticos) e que estão concatenados em engrenagem favorece discursos que enfatizam a liberdade de imprensa para conseguir obter uma ditadura de empresa, auferindo maior margem de manobra para desmandos. Qualquer tentativa de fiscalização ou regulação feita por órgão independente é rechaçada como uma ameaça à democracia, deixando intacto o poder de censura dos donos das empresas de comunicação. Enquanto os jornalistas permanecerem desmobilizados, sem oferecer uma verdadeira resistência coletiva, a precarização das condições de trabalho continuará através da contratação de free-lancers mal-remunerados, jornadas de trabalho extensas que ultrapassam 10 horas diárias e o medo constante de demissões sumárias.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, Cláudio. A regra do jogo. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ABRAMO, Cláudio Weber. Império dos sentidos: critérios e resultados na Folha de S. Paulo. Novos Estudos CEBRAP, n.31, outubro, 1991, p.41-67.

ADORNO, Theodor W. Theodor W. Adorno. Gabriel Cohn (org.). São Paulo: Editora Ática, 1986.

ALMEIDA, Heloísa Buarque de. “Muitas mais coisas”: telenovela, consumo e gênero. Dissertação de Doutorado. Unicamp, 2001.

_____. A pesquisa de audiência de TV e a construção de um “mercado-nação”. Relatório Parcial do Grupo Temático Formação do Campo Intelectual e da Indústria Cultural no Brasil Contemporâneo, 2009.

_____. Política e nação no drama moral da TV. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 22, n. 63.

ALMEIDA, Miguel Vale de. “Gênero, Masculinidade e Poder: revendo um caso do sul de Portugal”. Anuário Antropológico/95, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARBEX JÚNIOR, José. Showrnalismo: a notícia como espetáculo. São Paulo: Casa Amarela.2001.

BAHIA, Juarez. Jornal, História e técnica. São Paulo: Ática, 1990.

BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira. A sociologia das profissões: em torno da legitimidade de um objeto. Boletim Informativo Bibliográfico de Ciências Sociais. Rio de janeiro, 36, p.3-30. 1993.

_____. Para onde vai a classe média: um novo profissionalismo no Brasil? Tempo Social. 10,1, p. 129-142.1998.

BARROS FILHO, Clóvis de. A sociologia de Pierre Bourdieu e o campo da comunicação. Tese de doutorado, ECA – USP, 2001

BARROS FILHO, Clóvis de; MARTINO, Luís Mauro Sá. O habitus na comunicação. São Paulo: Paulus, 2003.

BECKER, Howard. A Escola de Chicago. MANA 2(2):177-188, 1996.

BENSON, Rodney; NEVEU, Erik (orgs.). Bourdieu and the journalistic field. Cambridge, Polity Press, 2005.

BERGAMO, Alexandre. Os artífices da televisão: autonomia e heteronomia no campo da televisão. Doutorado de Sociologia - USP, 2005.

_____. Imitação da ordem: as pesquisas sobre televisão no Brasil. Tempo Social. Vol. 18, n. 1, São Paulo, Junho de 2006.

_____. “Todo dia é a mesma coisa”: rotina do telejornalismo e produção de notícias. Trabalho apresentado no GT – Antropologia e Comunicação, Reunião Equatorial de Antropologia, 2009.

_____. A profissão de jornalista e a redefinição do trabalho intelectual. Relatório Parcial do Grupo Temático Formação do Campo Intelectual e da Indústria Cultural no Brasil Contemporâneo, 2009b.

BONELLI, Maria da Glória. As ciências sociais no sistema profissional brasileiro. Boletim Informativo Bibliográfico de Ciências Sociais(ANPOCS). Rio de Janeiro. 36, p. 31 – 61. 1993.

_____. Estudos sobre profissões no Brasil. In: O que ler na Ciência Social Brasileira(1970 - 1995). Vol. II. Miceli, Sérgio(org.). São Paulo: Sumaré: ANPOCS; Brasília, DF: CAPES, 1999.

BONELLI, Maria da Glória; DONATONI, Silvana. Os estudos sobre profissões nas Ciências Sociais brasileiras. BIB – Revista Brasileira da informação Bibliográfica em Ciências Sociais, 41,1, p. 109-142. 1996.

BORIN, Jair. Jornalista profissional no Estado de São Paulo: perfil sócio-econômico e cultural. São Paulo. ECA/USP, 1972.

BOURDIEU, Pierre. Sistemas de ensino e Sistemas de pensamento. In: A economia das trocas simbólicas (org. Sérgio Micelli). São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____. O poder simbólico. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 1989.

_____. Coisas ditas. São Paulo. Brasiliense. 1990.

_____. Pós-Escrito In: A miséria do mundo. Bourdieu, Pierre (coord.). Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. Sobre a televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. Escritos de educação. Catani, Afrânio; Nogueira, Maria Alice (orgs.). Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. A sociologia de Pierre Bourdieu. Renato Ortiz(org.). São Paulo. Olho d'água, 2003.

_____. The political Field, the social Field, and the journalistic Field. In: Benson, Rodney; Neveu, Erik (orgs.). Bourdieu and the journalistic field. Cambridge, Polity Press, 2005.

_____. A dominação Masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, Porto Alegre: Zouk, 2008.

BUITONI, Dulcília Schroeder. Imprensa feminina. São Paulo: Ática, 1986.

CANCLINI, Néstor Garcia. Culturas híbridas. São Paulo, Edusp. 2000.

CAPPARELLI, Sérgio; STUMPF, Ida Regina C. O campo acadêmico da comunicação revisitado. In: www.eca.usp.br/alaic/chile2000/17%20GT%202000Teorias%20e%20Metodologias/SergioCapparelli.doc (último acesso em 22/11/07)

CARDOSO, Adalberto M. Jornalistas: ética e democracia no exercício da profissão (um survey entre jornalistas brasileiros). Novos Estudos CEBRAP, n.42, julho, 1995, p. 130-140.

CASANOVA, Pascale. A república mundial das letras. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

CHAMPAGNE, Patrick. A visão midiática. In: A miséria do mundo. Bourdieu, Pierre (coord.). Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. The “Double Dependency”: the journalistic Field between politics and markets. In: Benson, Rodney; Neveu, Erik (orgs.). Bourdieu and the journalistic field. Cambridge, Polity Press, 2005.

CICOUREL, Aaron. As manifestações institucionais e cotidianas do habitus. *Tempo Social*, v.19, n.1, junho de 2007, p.169-188.

COHN, Gabriel. O meio é a mensagem: análise de McLuhan. In: *Comunicação e Indústria Cultural*. Cohn, Gabriel (org), São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971

CORRÊA, Mariza. “O sexo da dominação”. *Novos Estudos Cebrap*, n.54, Julho, 1999.

COSTA, Henrique. Presença de empresas de mídia no curso de jornalismo da USP gera reação dos alunos. Publicado em: 29/02/2008 (http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=2753)

COULDRY, Nick. Actor network theory and media: do they connect and on what terms? In: A. Hepp et al. (eds.). *Cultures of Connectivity*. Londres: School of Economics and Political Science, 2004.

CURRAN, James; GUREVITCH, Michael; JANET, Woollacott. *Sociedad y comunicación de masas*. México: Fondo de Cultura Economica. 1986.

DANTAS, Audálio (org). *Repórteres*. São Paulo: Senac, 1998.

DARNTON, Robert. Toda notícia que couber a gente publica. In: *O beijo de Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

De LAURETIS, Teresa. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de(org.), *Tendências e Impasses – O feminismo como crítica da cultura*, Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

DEUZE, Mark. What is journalism? Professional identity and ideology of journalists reconsidered. *Journalism*, 6(4), 2005.

DINES, Alberto; VOGT, Carlos; MELO, José Marques de. (orgs.). *A imprensa em questão*. Campinas: UNICAMP, 1997

DINIZ, Marli. Repensando a teoria da proletarização dos profissionais. *Tempo Social*. 10, 1, p. 165-184. 1998.

DOUGLAS, Mary. Como as instituições pensam. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

DURAND, José Carlos. A serviço da coletividade – crítica à sociologia das profissões. *Revista de Administração de Empresas*. 15, 6, p. 59-69. 1975.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. Os estabelecidos e os outsiders. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FERRARA, Miriam Nicolau. A imprensa negra paulista (1915-1963). São Paulo: FFLCH/USP, 1986.

FERREIRA, Jairo. Midia, Jornalismo e Sociedade: a herança normalizada de Bourdieu. *Estudos em Jornalismo e Mídia*. Vol. II, n. 1, 2005.

FREIDSON, Eliot. Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 31, ano 11, junho de 1996.

_____. Renascimento do profissionalismo: Teoria, Profecia e Política. São Paulo: EDUSP, 1998.

FRITH, Simon; MEECH, Peter. Becoming a journalist. *Journalism education and journalism culture*. *Journalism*, 8(2), 2007.

FROW, John. Accounting for tastes: some problems in Bourdieu's sociology of culture. In: Robbins, Derek (ed.). *Pierre Bourdieu*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

GEERTZ, Clifford. “O senso comum como um sistema cultural”. In: Geertz, Clifford. *O Saber Local*. Petrópolis, Vozes, 1997.

GHEDINI, Frederico Barbosa. Os jornalistas na empresa-escola: as iniciativas da Editora Abril, de O Estado de S. Paulo para triar e treinar seus futuros profissionais. Mestrado na faculdade de Educação- USP. 1998.

GIRARDI JÚNIOR, Liráucio. A sociologia de Pierre Bourdieu e o campo da comunicação. Dissertação de Doutorado. USP, 2003.

GOLDMAN, Márcio. Como funciona a democracia. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. A produção do real em gêneros do jornal impresso. São Paulo: Humanitas, 2004.

GRÜN, Roberto. Sindicalismo, anti-sindicalismo e a gênese das modernas classes médias brasileiras. Dados, Rio de Janeiro. 35, 3, p. 435- 471. 1992.

GUTIERREZ, Carlos Andrade Rivas. Análise da produção das notícias nos jornais Destak e Metrô News: Um estudo sobre as relações profissionais no campo dos jornais gratuitos. Trabalho de Conclusão de Curso - ECA, 2007.

HALLIN, Daniel C. Field theory, differentiation theory, and comparative media research. In: Benson, Rodney; Neveu, Erik (orgs.). Bourdieu and the journalistic field. Cambridge, Polity Press, 2005.

HAMBURGER, Esther. Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. In: História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea. Vol. 4. Schwarcz, Lilia Moritz(org. do vol.), São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. O Brasil antenado. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

HESMONDHALGH, David. Bourdieu, the media and cultural production. Media, Culture and Society, 28(2), 2006.

KOVACH, Bill; ROSENTIEL, Tom. Os elementos do Jornalismo. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

KUNCZIK, Michael. Conceitos de jornalismo: Norte e Sul. São Paulo: Edusp, 2002[1988].

LAHIRE, Bernard. Homem Plural: os determinantes da ação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

LATOUR, Bruno. Jamais fomos modernos. Rio de Janeiro:Ed.34, 1994.

_____. A ciência em ação. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

_____. A esperança de Pandora. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

_____. Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

_____. Políticas da natureza. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

LATOURE, Bruno; WOOLGAR, Steve. A vida de laboratório. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LÉVI-STRAUSS, Claude. O pensamento selvagem. Campinas-SP: Papirus, 1989 [1962].

LIMA, Edvaldo Pereira. Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. Campinas, SP: Unicamp, 1993.

LIMA, Solange Martins Couceiro de. O negro na televisão de São Paulo. São Paulo: FFLCH/USP, 1983.

LIMONGI, Fernando. A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo. In: História das Ciências Sociais no Brasil. Vol. 1. Miceli, Sérgio. São Paulo: Sumaré, 2001.

Manual de redação: Folha de S.Paulo. São Paulo: Publifolha, 2008.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (orgs.). História da imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2008.

MAUSS, Marcel. As técnicas corporais. In: Sociologia e antropologia, São Paulo: EDUSP/EPU, 1974.

McBARNET, Andrew. Disciplining the journalist: an investigation of training methods. Media, Culture and Society, 1979.

MEDITSCH, Eduardo. O jornalismo é uma forma de conhecimento? Media e Jornalismo, v.1, n.1, Lisboa, Outubro de 2002.

MELO, Isabelle Anchieta de. A notícia como forma de conhecimento segundo Robert Park . In: www.bocc.ubi.pt/pag/melo-isabelle-noticia-como-forma-conhecimento.pdf (último acesso em 22/11/07)

MELO, José Marques de; SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Perfis de jornalistas. São Paulo: ECA-USP/FTD, 1991.

MENDES, Hugo. “il faut faire...”. O programa não cumprido de investigação de Pierre Bourdieu em sociologia da ciência. In: [www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4611908d5092a_1 .pdf](http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4611908d5092a_1.pdf) (último acesso 15/07/2008)

MICELI, Sérgio. Bourdieu e a renovação da sociologia contemporânea da cultura. *Tempo Social*, v.15, n.1, abril de 2003, p.63-79.

_____. A noite da madrinha. São Paulo, Companhia das Letras, 2005.

MIGUEL, Luis Felipe. O jornalismo como sistema perito. *Tempo Social*, São Paulo, 11(1): 197-208, maio, 1999.

MIRA, Maria Celeste. O leitor e a banca de revistas. Tese de doutorado, Unicamp, 1997.

MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. História da Folha de S. Paulo: 1921 – 1981. São Paulo: IMPRES, 1981.

NEVES, Juliana. Geraldo Ferraz e Patrícia Galvão: a experiência do Suplemento Literário do Diário de São Paulo nos anos 40. São Paulo: Annablume, 2005

NEVES, Teresa Cristina da Costa; TRINTA, Aluizio Ramos. A função cognitiva do jornalismo (A contribuição de Robert E. Park). In: reposcom.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/17301/1/R0828-1.pdf (último acesso 22/11/07)

OLIVEIRA, Michelle Roxo de. A emergência do jornalismo informativo e a construção de representações da identidade profissional. www.jornalismo.ufsc.br/redealcar/cd3/jornal/michelleroxodeoliveira.doc (acesso em 22/11/2006)

ORTIZ, Renato. A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

PARK, Robert Ezra. A notícia como conhecimento: um capítulo da sociologia do conhecimento (1940). In STEINBERG, Charles: *Meios de Comunicação de Massa*: São Paulo, Cultrix, 1970.

_____. A cidade: sugestões para investigação do comportamento humano no meio urbano (1916). In: Velho, O(org) *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

PEIXOTO, Fernanda. Os anos 80, o novo jornalista e a imprensa no Brasil. Estudos de Sociologia, n.4, 1998.

PEREIRA, João Baptista Borges. Cor, profissão e mobilidade. São Paulo: Edusp, 2001.

PETERS, Hans Peter. The interation of journalists and scientific experts: co-operation and conflict between two Professional cultures. *Media, Culture and Society*, vol. 17, 1995.

PHILLIPS, E. Barbara. Novidade sem mudança. In: Traquina, Nelson(org). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa:Vega, 1999[1976].

PINTO, Louis. Experiência vivida e exigência científica de objetividade. In: *Iniciação à prática sociológica*, Petrópolis, Vozes, 1998, pp.13-57.

PONTES, Heloísa. Inventário sob forma de fichário. Paixão e compaixão: militância e objetividade na pesquisa antropológica. *Revista de Antropologia*. São Paulo, USP, 1993.

_____. Destinos Mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940 - 1968). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. Som e fúria: estudo faz uma etnografia do boxe. *Jornal de Resenhas* (Suplemento especial da Folha de S. Paulo em conjunto com Discurso Editorial, USP, UNESP, UFMG e UNICAMP), São Paulo, 14 de setembro, p. 4 - 4, 14 set. 2002.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Memória de jornalista: um estudo sobre conceito de objetividade nos relatos dos homens de imprensa da década de 50. Trabalho apresentado no 11º Congresso da Compós, Rio de Janeiro, 2002

RIZZINI, Carlos. O ensino do jornalismo. Rio de Janeiro: Dep. Imp. Nacional, 1953.

ROCHA, Paula Melani. A profissionalização num jornal popular: a concepção da notícia e a representação social sobre os leitores no Notícias Populares. Dissertação de Mestrado, UFSC, 1997.

_____. A mulher jornalista no Estado de São Paulo: o processo de profissionalização e feminização da carreira. Doutorado, UFSCAR, 2004.

SCHUDSON, Michael. “The Sociology of news production”. *Media cultura and Society*, Vol.11, 1989, 263-282.

_____. Question authority: a history of the news interview in american journalism, 1860s – 1930s. *Media, Culture and Society*, vol.16, 1994.

_____. *The Power of News*. Harvard Press, 1995.

_____. Autonomy from what? In: Benson, Rodney; Neveu, Erik (orgs.). *Bourdieu and the journalistic field*. Cambridge: Polity Press, 2005.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*, Porto Alegre, 16(2), jul-dez 1990, p. 5-22.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *Mil dias: os bastidores da revolução em um grande jornal*. São Paulo: Trajetória Cultural, 1988.

_____. *Mil dias: seis mil dias depois*. São Paulo: Publifolha, 2005.

SILVA, Vagner Gonçalves da. *O antropólogo e sua magia: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre as religiões afro-brasileiras*. São Paulo: Edusp, 2000.

SIMÕES, Solange. *Classe média profissional no Brasil: teoria e organização política e sindical*. *Ciências Sociais Hoje*. p. 160-199. 1992.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOLOSKI, John. News reporting and professionalism: some constraints on the reporting of the news. *Media, Culture and Society*, vol.11, 1989.

SOUZA, Candice Vidal e. *Reportagem e construção da nação no jornalismo brasileiro*. Dissertação de Doutorado, UFRJ, 2003.

SPONHOLZ, Liriam. As idéias e seus lugares: objetividade em jornalismo no Brasil e na Alemanha. In: www.cebela.org.br/imagens/Materia/2004-2%20144-165%20liriam.pdf (ultimo acesso 22/11/07)

STENGERS, Isabelle. A invenção das ciências modernas. São Paulo: Editora 34, 2002.

STYCER, Mauricio José. História do Lance!: Projeto e prática de jornalismo esportivo. Mestrado Sociologia USP, 2005.

TASCHNER, Gisela. Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____. Do jornalismo político à indústria cultural. São Paulo: Summus, 1987.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa. Críticas à Teoria Crítica: repensando o impacto dos frankfurtianos nos estudos brasileiros de comunicação. In: Pensamento Comunicacional Latino-Americano. São Bernardo do Campo, Umesp, 2004

TORRES, João Batista de Miranda. As Folhas do Mal? Espectros da antropologia na imprensa. Dissertação de Mestrado. UnB, 1994.

TRAQUINA, Nelson. O estudo do jornalismo no século XX. São Leopoldo, Rio Grande do Sul: Unisinos, 2003.

_____. (org). Jornalismo: questões, teorias e “estórias”. Lisboa:Vega, 1999.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. O mundo dos jornalistas. São Paulo, Summus, 1993.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira; FARIAS, Patrícia(orgs.). Antropologia e comunicação.

TUCHMAN, Gaye. Making News: a study in the construction of reality. New York: The Free Press, 1978

_____. A objetividade como ritual estratégico. In: Traquina, Nelson (org.). Jornalismo: questões, teorias e “estórias”. Lisboa:Vega, 1999.

VELHO, Otávio. Comentários sobre um texto de Bruno Latour. Mana, 11(1), p.297-310, 2005.

VIEIRA FILHO, Geraldo. Complexo de Clark Kent. São Paulo: Summus, 1991.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. *Mana*, 8(1), p.113-148, 2002.

_____. Entrevista. In: *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac&Naify, 2002b.

WACQUANT, Loïc. *Corpo e alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

WILLIAMS, Raymond. *Television: technology and cultural form*. Wesleyan University Press, 1992.

_____. O drama numa sociedade dramatizada. Almeida, Heloísa Buarque de(trad.). *Revista Sinopse*, n.9 (sessão: Achados e perdidos), 2002.

WOLF, Mauro. *Teorias das comunicações de massa*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ZIBORDI, Marcos. Paisagem mental dos estudantes brasileiros de jornalismo. Reportagem publicada na revista *Caros Amigos*: ed. Casa Amarela. Abril, 2007.